

Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2018-2021
ESPECIAL ELEIÇÕES 2022

APOIO



Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2018-2021
ESPECIAL ELEIÇÕES **2022**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

ISSN 1983-7364

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Marlene Inês Spaniol – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Cássio Thyone A. de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Elisandro Lotin de Souza

Isabel Figueiredo

Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Thandara Santos

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Diretora

Anja Czymmec

Coordenador de Projetos

Luiz Gustavo Carlos

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Análítica Comunicação Corporativa

analitica@analitica.inf.br

(11) 2579-5520

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Equipe Técnica

Betina Warmling Barros

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca Cardoso

Talita Nascimento

Beatriz Teixeira (estagiária)

Iara Sennes (estagiária)

Thaís Carvalho (estagiária)

Pesquisadora Associada

Sofia Reinach

Consultora

Marina Bohnenberger

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital

contato@oficina22.com.br

Autores

ANUÁRIO ESPECIAL ELEIÇÕES (2018-2022)

Aldo Colombo Júnior

Amanda Lagreca

André Luiz Faisting

Arthur Trindade Maranhão Costa

Carlos Roberto Guimarães Rodrigues

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Cecília Oliveira

David Marques

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Eduardo Guerini

Elisandro Lotin de Souza

Emerson do Nascimento

Fábio Magalhães Candotti

Fatima Cecchetto

Felipe da Silva Freitas

Felipe Sampaio

Giane Silvestre

Guaracy Mingardi

Jacqueline Muniz

Jânia Perla Diógenes de Aquino

João Edson de Souza

Lila Cristina Xavier Luz

Luís Adorno

Luis Flavio Saporì

Luiz Eduardo Lopes Silva

Marcondes Brito da Costa

Marcus Cardoso

Marina Bohnenberger

Marlene Inês Spaniol

Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior

Paulo S. C. Neves

Renata Monteiro Garcia

Renato Sérgio de Lima

Rodolfo Jacarandá

Samira Bueno

Tiago Muniz

Wilquerson Felizardo Sandes

Sumário

Apresentação	6
As 53 facções criminosas brasileiras.....	10
Quem vigia o vigia?.....	25
Segurança Pública no Acre	30
Segurança Pública no Alagoas.....	39
Segurança Pública no Amapá	47
Segurança Pública no Amazonas.....	55
Segurança Pública na Bahia.....	64
Segurança Pública no Ceará	71
Segurança Pública no Distrito Federal	80
Segurança Pública no Espírito Santo.....	88
Segurança Pública em Goiás	96
Segurança Pública no Maranhão.....	103
Segurança Pública no Mato Grosso	111
Segurança Pública no Mato Grosso do Sul	119
Segurança Pública em Minas Gerais	127
Segurança Pública no Pará	135
Segurança Pública na Paraíba	142
Segurança Pública no Paraná.....	150
Segurança Pública em Pernambuco.....	158
Segurança Pública no Piauí	168
Segurança Pública no Rio de Janeiro.....	176
Segurança Pública no Rio Grande do Norte	188
Segurança Pública no Rio Grande do Sul	196
Segurança Pública em Rondônia.....	204
Segurança Pública em Roraima	212
Segurança Pública em Santa Catarina.....	220
Segurança Pública em São Paulo	228
Segurança Pública em Sergipe	238
Segurança Pública no Tocantins.....	246
Autores e minibió	253

Apresentação

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP busca com esta edição especial Eleições do seu Anuário contribuir para o debate nacional e subnacional sobre os rumos e sentidos das políticas de segurança pública. Nosso objetivo é oferecer ao leitor e à leitora dados, análises e evidências técnicas sobre as principais tendências e movimentos dos registros policiais de crimes e, com isso, refletir sobre o que tem ocorrido nas 27 Unidades da Federação nos últimos 4 anos. A realidade brasileira é a soma de opções político institucionais da União, em suas múltiplas esferas e poderes, com 27 realidades subnacionais, distintas entre si por questões socioeconômicas, demográficas, raciais, culturais, de organização e capacidades institucionais, bem como por dinâmicas criminais e por diferentes padrões de violência.

Da mesma forma como foi feito em 2018, quando iniciamos o projeto de edições especiais do Anuário Brasileiro de Segurança Pública às vésperas de eleições gerais, analistas dos mais variados perfis profissionais foram convidados a produzir textos de análise a partir de alguns dados selecionados pelo FBSP e de suas familiaridades com as realidades subnacionais. Dentro da perspectiva do campo democrático, procuramos contemplar a diversidade e a pluralidade que marcam as posições sobre crime, polícias, medo e violência no Brasil. Não é possível reduzir o debate sobre segurança pública à uma causa ou determinante e é preciso qualificar e interpretar os dados disponíveis com base na ciência e na técnica.

Isso não significa neutralidade ante o que estamos descrevendo. Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o rigor metodológico é condição para

a correta análise dos dados. Mas a análise sobre os rumos e sentidos da área tem como princípio fundante a observância da segurança pública como um direito fundamental, pelo qual direitos políticos, civis, humanos e sociais precisam, à luz dos comandos da Constituição Federal, serem promovidos e garantidos. Em outras palavras, o norte do Anuário Especial Eleições é analisar dados fidedignos sobre os fenômenos que eles representam e, com isso, promover a agenda de direitos no Brasil.

Por essa postura, o Brasil, nos últimos quatro anos, convive com um cenário nacional de redução da violência letal que não é homogeneamente distribuído no território brasileiro. Ao contrário, há estados com variações acentuadas nas taxas de Mortes Violentas Intencionais - MVI, incluindo alguns que apresentam crescimento e não redução de tais mortes. Num olhar regional, como já destacado na 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, chama atenção o agravamento da violência extrema e da insegurança na Região Norte e nos pequenos municípios do país, em muito derivado da dinâmica do crime organizado em torno de facções de base prisional e de milícias.

Entretanto, a redução das MVI não é acompanhada pelos indicadores de crimes patrimoniais, sobretudo furtos, roubos e golpes, e/ou de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes. Esses indicadores têm apresentado tendências de crescimento. O Brasil sempre foi um país violento, mas que, nas últimas três décadas, parecia disposto a superar seu passado de crueldade e insensibilidade e, com isso, estruturar soluções e políticas públicas efetivas na prevenção e enfrentamento da violência, do medo e da insegurança. Não sem idas e vindas, vacilos e/ou contradições. Mas existia ao menos o reconhecimento de que vivemos um enorme e disruptivo problema na área.

Porém, nos últimos quatro anos o tema foi sendo recolonizado por retóricas alheias à realidade e que respondem mais à lógica de guerras culturais e de enfraquecimento das instituições democráticas. Políticas públicas que ajudaram na redução das MVI e que poderiam ser mais bem avaliadas e replicadas cedem espaço para respostas frágeis, baseadas em percepções do imaginário

coletivo fundadas em preconceitos e reprodutoras de desigualdades raciais, de gênero, sociais, entre outras. Vale mais o “tiro na cabecinha” e/ou o “CPF cancelado” do que se preocupar com a redução da violência, seja de quem e onde ela partir.

A segurança pública, enquanto campo de políticas públicas, foi aniquilada pelos discursos salvacionistas que invisibilizam as responsabilidades dos tomadores de decisão e a fragilidade das suas prioridades e padrões de atuação. Pouco se falou sobre modelos de financiamento e coordenação, reorganização de carreiras, pacto federativo, arquitetura institucional e legal do sistema de segurança pública, sistema prisional e oportunidades de trabalho e renda para egressos. Não há debates sobre prevenção da violência ou sobre a não implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) e medidas de enorme impacto na área, como o descalabro e a desmontagem dos já frágeis sistemas de controle e rastreamento de armas de fogo e munições, são motivo de fortes embates sem, contudo, se discutir seus impactos na segurança. No máximo, fala-se de salários melhores diante da pressão dos profissionais da área.

Por tudo isso, para utilizar uma expressão do historiador Átila Roque, diante da “epidemia de indiferença”, que assola o Brasil, é tão importante lutar contra a opacidade crescente e a banalização da violência; lutar contra a acomodação política e a tendência de não se discutir a forma como as forças de segurança pública estão estruturadas e deixá-las autônomas para decidir o significado de lei e ordem no país. Há muito esforço sendo feito no plano subnacional que precisa ser reconhecido e valorizado. E esse esforço precisa ser disseminado, estudado e avaliado, de modo que boas práticas e soluções sejam incentivadas. Se não há uma política nacional de segurança pública sendo efetivamente implementada, há, com certeza, esforços subnacionais que merecem ser mais bem conhecidos, até para que “receitas mágicas” sejam desestimuladas.

Importante destacar que os dados aqui utilizados já foram, em sua maioria, publicados em edições regulares do Anuário. Porém, ao serem organizados em

uma série histórica de 4 anos e complementados com análises e outros dados, eles permitem um olhar político dos desafios postos e, por conseguinte, podem ajudar candidaturas em suas propostas de políticas públicas e, ao mesmo tempo, eleitores dispostos a cotejar as promessas eleitorais com a realidade de seus estados. Isso é ainda mais relevante em um momento histórico de relativização das evidências científicas, radicalização político ideológica de matiz antidemocrática e de fake news.

Por fim, é fundamental explicitar e agradecer o apoio da Fundação Konrad Adenauer - KAS, que a partir do seu escritório no Brasil viabilizou a produção desta edição especial. Foi graças à KAS que pudemos ampliar o leque de analistas brasileiros envolvidos nesta publicação.

São Paulo, julho de 2022

Renato Sérgio de Lima
Samira Bueno



AS 53 FACÇÕES CRIMINOSAS BRASILEIRAS EM ATIVIDADE

- 1 Comando Vermelho
- 2 Primeiro Comando da Capital
- 3 Bonde dos 13
- 4 Ifara
- 5 Família do Norte
- 6 Família Terror do Amapá
- 7 Amigos Para Sempre
- 8 União do Crime do Amapá
- 9 Primeiro Comando do Panda
- 10 Terceiro Comando Puro
- 11 Crias da Tríplice
- 12 Katiara
- 13 Comando da Paz
- 14 Caveira
- 15 Bonde do Maluco
- 16 Mercado do Povo Atitude
- 17 Ordem e Progresso
- 18 Bonde dos Ajeita
- 19 Guardiões do Estado
- 20 Comboio do Cão
- 21 Trem Bala
- 22 Primeiro Comando de Vitória
- 23 Família Monstro
- 24 Bonde dos 40
- 25 Primeiro Comando do Maranhão
- 26 Comando Classe A
- 27 Bonde dos 30
- 28 União do Norte
- 29 Equipe Rex
- 30 Equipe Real
- 31 Okaida
- 32 EUA
- 33 Máfia paranaense
- 34 Amigo dos Amigos
- 35 Sindicato do Crime
- 36 Abertos
- 37 Bala na Cara
- 38 Os Manos
- 39 Comando pelo Certo
- 40 Farrapos
- 41 Unidos pela Paz
- 42 Os Tauras
- 43 Vândalos
- 44 Mata Rindo
- 45 Grupo K2
- 46 Cebolas
- 47 Primeiro Comando do Interior
- 48 Primeiro Grupo Catarinense
- 49 Força Revolucionária Catarinense
- 50 Primeiro Crime Revolucionário Catarinense
- 51 Máfia tocantinense
- 52 Comando Vermelho de Goiás
- 53 Comando Vermelho de Santa Catarina

AS FACÇÕES DIVIDIDAS POR ESTADO



Fonte: Núcleo de Jornalismo Investigativo da Record TV

As 53 facções criminosas brasileiras

Repórteres viajaram as cinco regiões do país em 2021 para relatar as diferentes dinâmicas criminais

Luis Adorno

Repórter no núcleo de jornalismo investigativo da Record TV.

Tiago Muniz

Repórter do núcleo de jornalismo investigativo da Record TV.

Nos becos, vielas e quebradas. Em mansões, apartamentos de alto padrão e carros de luxo. Nas regiões de portos e na fronteira seca. No mar, em rios, na terra e no ar. Não existe um local no Brasil em que não haja a presença e a atuação de organizações criminosas. Dentre essas organizações, o país tem pelo menos 53 facções criminosas em atividade. Com registros de atuação nas 27 unidades federativas. Com base em investigações e monitoramentos de diferentes órgãos dos governos federal e estaduais -como Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e secretarias de Segurança, além de promotorias e tribunais de Justiça-, o dado foi compilado durante viagens realizadas às cinco regiões do Brasil, no segundo semestre de 2021, pelos repórteres Luís Adorno, Tiago Muniz e Márcio Neves, com coordenação de Thiago Samora e chefia de André Caramante, por meio do Núcleo de Jornalismo Investigativo da Record TV.

Em um bairro pobre, num dos extremos da cidade de São Paulo, um integrante do Primeiro Comando da Capital (PCC) recebe a equipe de reportagem. O local do encontro é um dos QGs da maior facção criminosa do Brasil na região. Ele, que está na ponta de lança do grupo, tem como principal função vender drogas em uma biqueira do PCC. Mas, fora os serviços prestados diariamente, ele costuma

fazer seus “corres individuais”, de furto e de roubo, quando está longe do ponto de venda de entorpecentes. Com familiares também ligados à facção –muitos presos ou mortos-, ele defendeu aos jornalistas a existência do PCC: “Vai da sua ocasião. Vai da sua necessidade. Com o comando, tudo tem que ser justo. Aqui na favela, pode ter certeza que os moradores preferem 50 ‘irmãos do comando’ do que 50 viaturas. A polícia bate muito na gente. Se a polícia tratasse bem e se a cadeia fosse do jeito que tem que ser, não ia precisar fazer uma organização. O governo criou isso. E agora tem que arcar com as consequências.”

Enquanto a série de reportagens, de cinco capítulos, era veiculada no Jornal da Record, entre o final de janeiro e o início de fevereiro de 2022, um integrante de alto grau de escalão da facção era assassinado na zona leste de São Paulo: Cláudio Marcos de Almeida, de 50 anos, o Django. O que levou a mesma equipe de reportagem a conversar, pessoalmente, com um dos suspeitos de ter participação no homicídio e de ter ligação com crimes de lavagem de dinheiro de homens apontados como líderes do PCC. Diferentemente de como ocorreu com o traficante que atua na ponta da lança, a conversa com esse suspeito aconteceu num ambiente muito diferente: No saguão de um prédio cujo apartamentos têm 625 metros quadrados, cinco quartos, sete banheiros e nove vagas de garagem. Nada que R\$ 9 milhões não comprem, para quem pode pagar R\$ 8 mil de condomínio por mês e R\$ 7 mil de IPTU por ano. Diferentemente do traficante da biqueira, o suspeito, na elite, teve medo das câmeras e desistiu de falar. Mas o cenário escancara bem que os tentáculos da facção estão em qualquer classe social.

O Ministério Público paulista contabiliza que há pelo menos 35.000 integrantes na maior organização criminosa do país. Nascido em São Paulo em 31 de agosto de 1993, motivado, entre outros fatores, pelo Massacre do Carandiru, ocorrido em outubro de 1992, o PCC avançou para outros estados e países com o passar do tempo. Em pleno processo de cartelização, a facção paulista tenta estabelecer uma lavagem de dinheiro refinada e se conecta a outras organizações criminosas ao redor do mundo, como, por exemplo, a máfia italiana ‘Ndrangheta, tida por autoridades europeias como a organização criminosa mais influente

em atividade no mundo. Não é segredo que o PCC é a maior facção do país, com ação transnacional. Ele não age apenas na compra de maconha e cocaína de países produtores, mas também exporta toneladas de drogas para Europa, África e Ásia por meio de navios de carga que atracam na costa brasileira.

Já o Comando Vermelho, que é a facção mais antiga do país, ocupa o posto de segunda maior do Brasil. Apesar de ter sido a primeira a chegar no Paraguai, onde busca drogas e armas, o CV não tem tradição de exportar cocaína para outros continentes -apesar de haver registros de envio de droga para fora. Das 27 unidades federativas do país, apenas quatro têm o domínio de uma só facção em seu território: São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí têm como facção predominante o PCC. Já o Mato Grosso é dominado apenas pelo CV. Dados do segundo semestre de 2021 apontam registros de conflitos violentos dentro do sistema penitenciário em pelo menos 11 estados. E, no mesmo período, em pelo menos nove unidades da federação as facções se enfrentavam nas ruas. Esses registros, no entanto, são voláteis. De lá para cá, esses choques podem ter cessado, se ampliado ou outras dinâmicas locais podem ter surgido.

Para falar com um chefe do CV, depois de uma conversa prévia por telefone, os repórteres aguardaram durante um dia inteiro uma liberação na capital fluminense e o endereço de um local para ponto de encontro. Ao chegar ao local combinado, os jornalistas tiveram que passear pela favela. Passando por ruas que, se houvesse algum policial junto ou escondido, esse policial não passaria. Nesse caminho, era possível ver uma proporção de 20 traficantes armados de fuzil a cada viatura com dois policiais militares sozinhos, de pé, torcendo para as horas passarem rápido. Por vezes, a cena poderia ser registrada na mesma rua. Em outras, no mesmo perímetro. Com a certeza de que não estávamos com policiais, fomos liberados a encontrar o chefe do morro.

Para a surpresa dos jornalistas, o líder era um jovem mais novo que os próprios repórteres. Prestes a completar 24 anos. Mas que atirava desde os 12. E que disse ter matado muita gente: De inimigo de facção a policiais. Ostentando com armas de grosso calibre e joias, ele dizia não poder sair da favela, porque es-

tava procurado pela polícia e, ali, onde cedia entrevista, ninguém o deteria. O chefe estava rodeado por outros traficantes, todos também armados. Um deles estampava no corpo marcas de tiros nos braços, pernas e abdômen. Os repórteres pediram entrevista a ele, que respondeu: “Não vou falar, porque só vou resolver umas fitinhas e sair do crime, entendeu?”. Para ele, não deu tempo. Morreu a serviço do chefe que, hoje, não é mais tão considerado, numa briga interna da própria facção. Meses depois, o chefão teve que sair da cidade, jurado de morte. Vida de facção é assim: Um dia é rei, no outro é verme.



*Arma nas mãos de antigo chefe de morro do Rio de Janeiro.
Foto: Luís Adorno/Record TV*

No Sudeste, as principais facções criminosas em atividade, além do PCC e do CV, são a Amigo dos Amigos, Terceiro Comando Puro, Primeiro Comando de Vitória e Trem Bala. Os dados compilados pela reportagem não incluem milícias. Facções e milícias são organizações criminosas. O que diferencia os dois grupos, apesar das semelhanças, é a ligação intrínseca das facções com os presídios, enquanto as milícias têm elos com polícias.

Saindo do Sudeste, a reportagem pousou em Macapá, capital do Amapá. O estado amapaense concentra facções locais mais fortes —e mais violentas— do que as também presentes PCC e CV. As locais são: Família Terror do Amapá, Amigos Para Sempre e União do Crime do Amapá. As cinco facções e uma polícia que nunca teve um policial condenado por excesso são a razão pela qual anualmente o Amapá figura entre os estados mais violentos, proporcionalmente, do país. No meio do fogo cruzado, inocentes são mortos de todos os lados. Faccionados causam mortes de pessoas que nada têm a ver com o crime. E a polícia local usa a força das facções do estado para matar com anuência da promotoria local. Para a promotora Andréa Guedes Medeiros, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do estado, por exemplo, policiais que matam são policiais bem preparados. Não é o que acham, porém, famílias que vivem nas periferias de Macapá e da cidade vizinha à capital, Santana.

Uma morte em plena noite de Natal de 2020 chamou a atenção da sociedade amapaense pela brutalidade. Emerson de Almeida, de apenas 23 anos, estava na casa da mãe, na cidade de Santana, quando policiais do Bope procuravam um faccionado no bairro em que morava e que tinha o cabelo pintado de amarelo. Benedita Márcia Almeida, mãe de Emerson, afirmou que, naquela noite, seu filho, ao perceber a movimentação da polícia, por curiosidade, foi até a frente do portão observar. Assim que colocou a cabeça para fora do portão, foi baleado. Morreu na hora. A PM afirmou à imprensa, na época, que o filho dela era um faccionado. Ela negou: Disse que, além de ter perdido o filho, foi agredida e ameaçada por policiais, minutos depois do disparo. Segundo Benedita, os policiais arrombaram a porta da casa e comeram a ceia de Natal preparada pela família. Na sequência, quebraram móveis. E, na saída, a mãe conta que um dos policiais passou o dedo na poça de sangue ao lado do corpo e começou a tingir, com traços do sangue, a parede da garagem da casa. Seis meses depois, quase todas as manchas de sangue saíram. Apenas uma permaneceu: Em cima da imagem de Jesus Cristo crucificado, que já existia ali antes da morte de Emerson.



*Benedita Marcia Almeida, mãe de Emerson de Almeida, de 23 anos, morto pela polícia no quintal de casa no Natal de 2020.
Foto: Luís Adorno/Record TV*

Além das facções amapaenses, uma das principais atuantes no Norte do país é a Cartel do Norte (antiga Família do Norte), tida como a principal da região. Ela tem como base o Amazonas, mas há ramificações registradas em áreas do Pará. No Acre, PCC, Bonde dos 13 e Ifara são as facções que fazem frente ao CV. As autoridades apontam que, depois da morte de Jorge Rafaat Toumani, em junho de 2016, a B13 perdeu influência no estado juntamente com o PCC. Até 2021, no Acre, quem domina o Vale do Juruá e Cruzeiro do Sul, próximo da fronteira com o Peru e com a Bolívia, era o CV. Aquela região é importante para o tráfico internacional de drogas porque é de lá que chega boa parte da cocaína produzida em território peruano. O CV controla todos os afluentes do Rio Juruá, exceto o Moa, que é da B13, e também controla todo o tráfico de drogas em Cruzeiro do Sul.

Estruturado por Fernandinho Beira-Mar quando esteve no presídio federal de Porto Velho, o CV é a facção criminosa mais antiga em Rondônia, com registros de presença desde pelo menos 2009. Lá, existem núcleos duros do grupo nas cidades de Ariquemes e Vilhena. O PCC se instalou em meados de 2012, com núcleos em Rolim de Moura e Cacoal. A rivalidade entre PCC e CV é maior dentro das cadeias do que nas ruas. Pelo estado, PCC e CV escoam pasta base de cocaína que vem de Guayaramerín, na Bolívia. Parte da droga fica estocada no estado. O restante segue para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, como destinos temporários, antes de chegar para São Paulo ou Rio de Janeiro, os destinos finais.

Já Roraima é dominado pelo PCC depois de a facção ter exterminado integrantes do CV e do CDN. Há poucas disputas territoriais, já que o mercado local é fraco. Lá, o PCC é voltado para os negócios com grupos da Venezuela e da Guiana. Indígenas são tidos como público-alvo para o tráfico de maconha, de acordo com as autoridades de segurança pública locais.

No Pará, o PCC foi detectado em 2006, está bem estruturado e segmentado. Seu principal inimigo é o CV, já seu principal aliado é o Comando Classe A. A facção paulista é influente dentro dos presídios, mas não hegemônica nas ruas. Já o CV foi detectado em 2009 e, atualmente, é a principal facção do estado. O CV cresceu utilizando a mesma tática que usou em outros estados: fez cooptação para batismos e fomentou cisões no PCC. Ainda no Pará, há a presença do CDN, que é menor do que o PCC e o CV. Sem alianças, está quase em extinção na localidade. O CCA, também conhecida pela sigla 331, surgiu em Altamira, onde é tida até hoje como muito forte. Antigamente, era aliada do CV, agora é do PCC e tem emissários no Peru. Menores, ainda existem a Equipe Rex, que tem seu QG no bairro Terra Firme, na periferia de Belém, é aliada ao CV, mas está em processo de extinção. A Equipe Real, também aliada ao CV, é influente em Ananindeua, na região metropolitana. E o Bonde dos 30 foi criado em 2014 depois da morte de um líder de um grupo de extermínio, mas vem perdendo força.

Em Tocantins, o PCC era absoluto até 2009. Depois de uma rebelião ocorrida naquele ano, lideranças da facção foram transferidas para o sistema penitenci-

ário federal. Com isso, o CV se fortaleceu no local, chegando a ser a maior facção até 2016. Em 2018, o PCC voltou a se recuperar no território e é, até hoje, a facção predominante no local. O estado é usado pelas duas facções como um local de entreposto da cocaína que chega dos países produtores. O clima é tido como tenso entre as duas facções dentro e fora dos presídios.

Migrando de região, a equipe de reportagem foi para o Ceará e para a Bahia. Na periferia do Ceará, estar livre não quer dizer o mesmo que ser livre. Você pode estudar, trabalhar e ter uma família bem estabelecida. E, mesmo assim, não ser livre o suficiente para atravessar uma rua, frequentar uma escola ou ir para um posto de saúde. Isso acontece se você mora em um bairro dominado por uma facção e precisa se dirigir a um bairro dominado por outra facção. Esse é o principal fenômeno criminal estipulado pelas facções Guardiões do Estado, PCC e CV no estado cearense.

O controle dos territórios não se dá apenas por meio dos bairros. A divisão é ainda menor: por quarteirões. A movimentação dos moradores é observada por olheiros de cada um dos grupos. Eles questionam por que uma pessoa está simplesmente transitando por uma área e podem matá-la se não ficarem satisfeitos com a resposta da pessoa. São as chamadas “mortes por nada”. De acordo com o secretário da Segurança Pública do Ceará, Sandro Caron, 80% dos homicídios registrados no estado têm ligação direta com a atuação das facções criminosas.

O município apontado como o mais violento do Brasil pelo anuário passado publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública fica no Ceará. Trata-se de Caucaia, que teve 360 mortes violentas intencionais em 2020 — uma taxa de 98,6 homicídios para cada 100 mil habitantes. A Record TV foi até o local. Em uma favela, eram visíveis pichações do CV e o medo entre os moradores. Ali, duas pessoas contaram que foram expulsas de casa, por integrantes do CV, porque os traficantes achavam que eles tinham ligação com uma outra facção, que dominava ali antes do grupo carioca. Isso não é raridade nas periferias do estado.

Mas há jovens que conseguem deixar essa dinâmica criminal para trás. É o caso de um rapaz de 21 anos, que ficou perto da morte incontáveis vezes. Duas delas

foram marcantes, porém. Membro do GDE, ele foi baleado por integrantes do CV e, por pouco, não foi executado ao ser capturado por membros da quadrilha rival. Enquanto estava sob posse dos inimigos, um líder comunitário soube da notícia e foi até lá. Ao chegar, ouviu dos membros do CV que, para libertá-lo, o mediador teria que se responsabilizar pelo rapaz e ouvir a promessa de que ele teria um emprego no dia seguinte.

Assim, o líder comunitário decidiu comprar 10 galinhas para o jovem cuidar. Meses depois, o rapaz continuava cuidando das galinhas. “Parte delas eu vendo. Outra parte, crio. Os ovos, a mesma coisa. Eu deixo chocar pelo menos 10 ovos, sempre. Aí nascem 10 pintinhos e posso entregar pra outros 10 amigos saírem da facção e seguirem um caminho melhor”, afirmou. “Agora eu consigo ir até a casa da minha mãe, porque não devo mais nada pra eles. Consigo sair e fazer tudo o que antes não dava. Aquela vida é sem futuro”, complementou à reportagem.



*Ex-faccionado do GDE leva alimentos para galinhas que cuida diariamente.
Foto: Luís Adorno/Record TV*

Já na Bahia, existe uma forte conexão do crime organizado com o chamado “Novo Cangaço” - termo que é controverso. Alguns especialistas preferem chamar o fenômeno de “domínios/tomadas de cidade”. Quanto maior estado da federação, a Bahia tem a ação forte de facções criminosas nas grandes cidades. No entanto, a conexão delas com o interior se dá principalmente a partir dos grandes assaltos em pequenos municípios. Entre as facções locais, uma delas tem se especializado nesse tipo de crime, inclusive agindo em outros estados do país, em ações midiáticas. Trata-se do Bonde do Maluco.

Em maio de 2021, a pequena cidade de Correntina, localizada no oeste do estado, foi palco de uma sequência de explosões de três agências bancárias em uma mesma madrugada. Uma ação assinada pelo BDM. A caçada aos criminosos mobilizou a polícia de toda a Bahia e terminou num confronto a 300 km do local do assalto, onde parte da quadrilha morreu. Um oficial da inteligência da Polícia Militar da Bahia, que pediu para não ser identificado, esteve presente nas buscas aos criminosos de Correntina: “Eles fugiram para Maracás, a 500 km do local do assalto. No final, nove suspeitos foram localizados. Cinco morreram.”

Saindo da Bahia, no Maranhão, o Bonde dos 40 surgiu entre 2010 e 2011, e foi detectado pelas autoridades em janeiro de 2014. Originada em presídios de São Luís, a área de atuação da facção se restringe ao estado. Seu principal concorrente é o CV. Por isso, para hegemonia territorial, é aliada no Maranhão com o PCC. No Rio Grande do Norte, fundada em 27 de março de 2013, o Sindicato do Crime é uma dissidência do PCC. Mais armado, tem sua estrutura semelhante com a do PCC, que é tido como seu principal inimigo. Como estratégia, a facção tenta cooptar integrantes do PCC e vende drogas com preço mais barato. As autoridades apontavam a facção como a maior do Nordeste contra o PCC. No Piauí, Pernambuco e Sergipe, o PCC é a maior facção local.

Na Paraíba, a Nova Okaida é grupo criminoso dissidente da Okaida, fundada em 2002. Age no tráfico de drogas e em roubos a bancos. Para ser integrante da facção, é necessário um homicídio, mesmo que não haja condenação. Costuma delimitar seus territórios com pichação em imóveis. É a facção com mais

integrantes e com maior domínio territorial da Paraíba. Não é associada nem ao PCC nem ao CV, embora não seja inimiga, tem a maioria dos pontos de venda de drogas de João Pessoa e região metropolitana. Prioriza cooptar fornecedores do que integrantes de outras facções. Sua principal inimiga é a facção Estados Unidos. Já a facção EUA, fundada em meados de 2008, é formada por dissidentes e opositores da Okaida. Costuma delimitar suas áreas com pichações da bandeira dos Estados Unidos e tem alianças comerciais e operacionais com o PCC. Como tática de tentativa de crescimento no estado, coopta menores de idade e vendem oxi, um subproduto da cocaína.

Longe dos portos, mas na fronteira com países produtores. O Centro-Oeste brasileiro é o principal ponto de entrada e de passagem do tráfico de drogas e de armas do Brasil. Autoridades públicas federais apontam que cerca de 80% da cocaína e maconha que entram no país passam, antes, por ali. No Mato Grosso do Sul, o PCC domina. No Mato Grosso, o CV. Goiás tem uma disputa entre as duas facções e a facção local Família Monstro. E o Distrito Federal tem, além das duas nacionais, a facção local Comboio do Cão.

A logística local, no Mato Grosso do Sul, é monitorada constantemente pelo DOF (Departamento Operacional de Fronteira), órgão estadual. Ali, foi identificada, pela primeira vez, a figura do “mateiro”: Criminosos locais que se escondem em pontos estratégicos, atrás de árvores, para observar e repassar informações relevantes de pontos de passagem da droga produzida nos países vizinhos.

Em meio a isso, nem a atuação da Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), do Paraguai, e da DEA (a agência de repressão às drogas dos EUA) conseguem barrar a ação dos narcotraficantes, que chegam a tomar partes de territórios de fazendeiros para plantar, a contragosto, boa parte da maconha que é vendida no Brasil. A região foi dominada, primeiro, pelo CV, com Fernandinho Beira-Mar. Depois, chegou o PCC. Ficou estipulado, ao longo dos últimos anos, que PCC usaria a fronteira com Pedro Juan Caballero, enquanto o CV, a fronteira com Capitán Bado. Após a morte do mega-traficante Jorge Rafaat, em 2016, o clima, que já era tenso, piorou.



*Abordagem feita em Pedro Juan Caballero, na fronteira com Ponta Porã (MS).
Foto: Luís Adorno/Record TV*

Chegando ao Sul do país, a reportagem pôde observar a origem do problema. Na região, as facções locais costumam se aliar às duas nacionais e inauguraram, há pouco, uma nova rota do tráfico internacional de cocaína. Com as crescentes apreensões no porto de Santos e nos portos do Nordeste brasileiro, as facções nacionais agora tentam chegar aos portos do Uruguai e da Argentina. Para isso, acontecem confrontos. Mas, antes dessa logística vigorar, já existiam dezenas de facções, sobretudo no Rio Grande do Sul, disputando espaços dentro e fora das prisões. Construída na década de 1950, a Cadeia Pública de Porto Alegre, conhecida principalmente pelo antigo nome, de Presídio Central, é controlada, efetivamente, pelos presos. A organização do crime gaúcho começou por dentro, indo para fora com o fortalecimento do tráfico de drogas ao longo dos anos 1990.

O escritor e documentarista Renato Dornelles acompanhou os movimentos da segurança pública no Rio Grande do Sul por mais de 30 anos. Ele relatou à reportagem que os primeiros traços de organização do crime no estado apareceram no fim dos anos 1980, com a criação da facção Falange Vermelha — inspirada no Comando Vermelho carioca. Com o tempo, ela perdeu força em favor das facções Manos (de inspiração paulista), dos Brasas e dos Abertos. Tudo isso no Presídio Central. A partir do meio dos anos 1990, sob os olhos da Brigada Militar, que passou a cuidar da segurança do presídio. Segurança essa das galerias para fora, porque, das galerias para dentro, o domínio é dos grupos criminosos. Em 2007, aparecem os primeiros sinais da presença dos Balas na Cara e suas execuções violentas a partir do bairro do Bom Jesus. As decapitações e os esquartejamentos se avolumaram a ponto dos criminosos de outras facções criarem a Conexão Anti-Bala.

Em frente à sede da direção da Polícia Civil gaúcha está o resumo da problemática que impulsiona, há anos, o fomento das facções. Sem vagas no sistema penitenciário, infratores da lei, que cometeram crimes que variam desde agressões simples até capturados pela Justiça, podem aguardar dias detidos dentro de uma viatura, com mão algemada ao volante, sob sol. Quando o estado prende mal, ele não é capaz de ressocializar ninguém. Pelo contrário, fomenta e sustenta as facções.

Quem vigia o vigia?

Cecília Oliveira

Jornalista investigativa dedicada à cobertura do tráfico de drogas e de armas e da violência. É Diretora fundadora do Instituto Fogo Cruzado e diretora da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI.

Armas mais baratas, mais acessíveis, calibres mais potentes para civis. Poderia ser sobre essa tal liberdade, mas é sobre tráfico, milícias e grupos criminosos. O acesso ampliado a armamentos e munições - especialmente para CACs (Caçador, Atirador e Colecionador) - não foi acompanhado do aprimoramento de mecanismos de fiscalização e controle. O resultado: casos gravíssimos de desvios de armas compradas legalmente e que estão sendo percebidos já na ponta, na mão de traficantes.

Foi o caso de uma operação deflagrada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado) e da Desarme (Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos) em janeiro de 2022, no Rio de Janeiro. Policiais apreenderam um arsenal do Comando Vermelho na casa de um dos criminosos, que tinha registro de CAC emitido pelo Exército. Foram apreendidas 65 armas: 26 fuzis, 03 carabinas, 21 pistolas, 02 revólveres, 01 espingarda calibre 12, 01 rifle e 01 mosquetão, além de caixas de munição.

Diante da investigação do Ministério Público e da Polícia Civil, o Exército afirmou que colaboraria com as autoridades. É preciso, porém, se atentar que o caso do

Bala 40, como é chamado esse CAC colaborador do CV, poderia ter sido evitado por questões estruturais e que estão previstas em lei há muitos anos.

Aprovada em 2003, a lei 10.826, erroneamente conhecida como “Estatuto do Desarmamento”, dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e também sobre o Sistema Nacional de Armas – o SINARM, que é operado pela Polícia Federal, sobre concessões feitas a civis. Já o Exército opera o SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, que abrange informações de armas de policiais, militares e CACs. A lei estipulou - há quase duas décadas - que os sistemas fossem unificados. Mas nunca foram, por resistência do Exército e até hoje ninguém foi responsabilizado por isso.

O Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública em 2008 para obrigar o Exército a cumprir o estabelecido na lei de 2004. Um acordo foi assinado em 2011 para encerrar esta ação. O Exército distribuiu algumas senhas de acesso e o assunto foi dado por finalizado - sem o devido cumprimento da lei.

Os dados de segurança pública são subnotificados em todo o mundo - isso não é novidade. Mas como se isso não bastasse, há também a péssima qualidade de algumas informações - isso, quando elas são produzidas. Em julho de 2022 o Exército admitiu que não consegue detalhar quais armas e de quais calibres estão nas mãos de atiradores e caçadores. Os militares afirmaram que o apagão de informações ocorre pela falta de padronização de campos do SIGMA, onde cerca de 1,5 milhão de armas estão registradas. Pouco mais da metade deste arsenal são de CACs, grupo que teve o acesso facilitado a grandes quantidades de armas e munições nos últimos anos.

O atual sistema não permite a geração de relatórios que são de extrema importância para subsidiar ações de inteligência e a resistência em modernizar os sistemas para registro e fiscalização dos produtos controlados e bancos de dados prejudica a fiscalização e investigação sobre roubos, desvios e extravios.

Toda sorte de ilicitude também pode ser facilitada pela resistência do Exército em trabalhar em conjunto com outros órgãos do governo.

Documentos obtidos pelo Sou da Paz em julho deste ano mostram que o Exército não demonstrou interesse em fornecer acesso ao Sigma pelo SINESP (Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública), o sistema do Ministério da Justiça que agrega dados de segurança pública e pode ser acessado por policiais estaduais, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. A integração do SISNAR (Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército) —outro sistema do Exército— com o SINESP também não andou. Em 2020, ao revogar portarias que ajudariam na marcação e rastreamento de armas, munições e explosivos no país, o Exército alegou exatamente que estes sistemas não estavam agregados. E assim continua.

Somado a isso, uma das bases de dados utilizadas pelo Exército, o Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (Sicovem) - que tem informações sensíveis - foi desenvolvido por uma empresa privada, a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). A fabricante de munições e controladora indireta da Taurus Armas, a maior vendedora de armamentos curtos do país, detinha os registros e direitos relacionados ao banco de dados. Não há informações públicas de que o sistema foi doado para o Exército.

Isso tudo significa que os órgãos importantes para a construção de estratégias de enfrentamento ao tráfico de armas e munições, bem como a investigação de crimes, são prejudicados pela inação das Forças Armadas.

O problema é que estas não são as únicas limitações do Exército. Foi revelada recentemente uma investigação da Polícia Federal que mostrou que um membro do PCC (Primeiro Comando da Capital) foi autorizado pelo Exército a receber o certificado de registro de CAC. Ele então comprou duas carabinas, um fuzil, duas pistolas, uma espingarda e um revólver, mesmo respondendo a 16 processos criminais, incluindo cinco indiciamentos por crimes como homicídio qualificado e tráfico de drogas. E isso ocorreu porque o órgão não checkou a ficha criminal do requerente, como estipula a lei.

Armas são “produtos controlados”, de acordo com a própria definição das Forças Armadas. Mas nem tanto. Armas são responsáveis por mais da metade dos

homicídios cometidos no mundo (Unodc, 2017), mas no Brasil, este índice é 76%, como mostram dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022). Apesar de ter apenas 3% da população mundial, o Brasil concentra 20% dos assassinatos cometidos no planeta - uma das nações mais sangrentas do mundo e que parece não se preocupar em perder essa posição.

O pico de homicídios no Brasil aconteceu em 2017 - 31 mortes a cada 100 mil habitantes. Mas desde 2018 há um declínio no número de mortes intencionais cometidas no Brasil, ou seja, este é um fenômeno anterior à eleição de Bolsonaro e por consequência, aos mais de 30 decretos que flexibilizam o acesso a armas e munições.

A queda de 6% no número de mortes violentas em 2021 em relação ao ano anterior - quando houve aumento de 5% - marca um retorno aos índices de 2019. É importante, porém, analisar esta queda levando em consideração a profissionalização das facções criminosas e o realinhamento de suas alianças e interesses, mudanças no mercado de droga, que se baseiam em interesses maiores em detrimento de desacordos resolvidos à bala (modelo PCC), políticas públicas estaduais focadas na redução de homicídios e até mesmo a mudança demográfica da população brasileira, que hoje tem menos jovens, grupo historicamente mais vitimizado pela violência armada.

Por outro lado, é importante destacar que para um grupo específico da sociedade, a realidade é diferente. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que em 2021 houve queda na letalidade policial pela primeira vez desde 2013, ano do início da série histórica. É uma queda de 4% em relação ao ano anterior - sem incluir mortes causadas por agentes federais. Porém, enquanto a taxa de pessoas negras mortas pela polícia cresceu 5,8%, entre a população branca esse índice caiu quase 31%.

Tudo isto mostra que nossos problemas antigos - em relação à produção de informação, bancos de dados, letalidade policial, descontrole/desvio de armas, descoordenação entre órgãos públicos, racismo estrutural, etc - foram agravados e muito pouco ou nada é feito para que haja melhora efetiva.

LISTA DE SIGLAS:

Gaeco - Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado

Desarme - Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos

CAC - Caçador, Atirador e Colecionador

SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas - Gerido pelo Exército, sobre armas de militares, policiais e CACs,

SINARM - Sistema Nacional de Armas – Gerido pela Polícia Federal, sobre concessões feitas à civis.

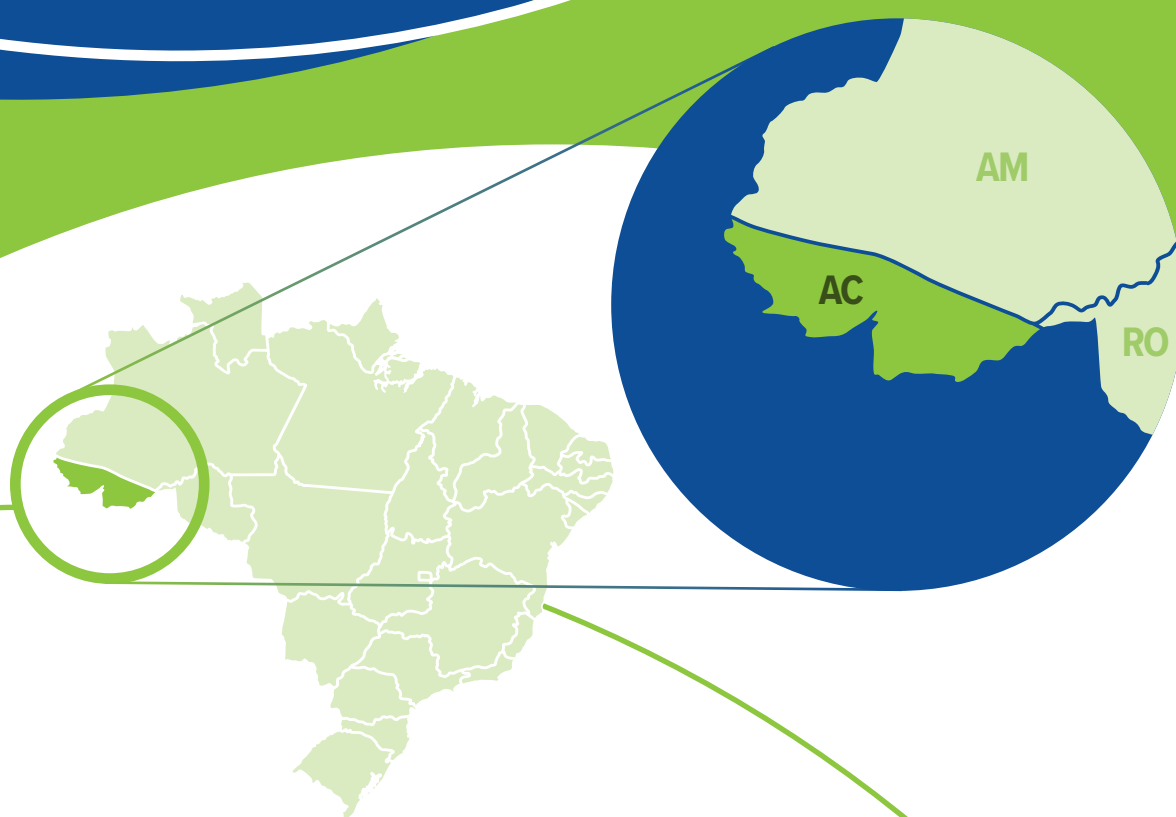
Sinesp - Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública

Sisnar - Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército

Sicovem - Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições

CBC - Companhia Brasileira de Cartuchos

Segurança Pública no Acre



Cenário contemporâneo de violência no Acre

Aldo Colombo Júnior

Bacharel em Direito, Especialista em Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública, Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos, Pós-graduando em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos. 2º Sargento da Polícia Militar do Acre, atualmente Coordenador do Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre.

Composto por vinte e dois municípios, o Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira e estima-se que sua população atual seja de 919.145 habitantes, o que constitui 0,4% da população brasileira. Sua superfície territorial é de 164.173,431 km², correspondendo a 4,3% da Amazônia brasileira e a 1,9% do território nacional. O estado faz divisa com o Amazonas e Rondônia e fronteira, por uma extensão de 618 km, com a Bolívia e, de 1.350 km, com o Peru, dimensões estas que, somadas, representam 31% da linha fronteira do Brasil com os referidos países.

Ressalte-se que os mencionados países contíguos, juntos, detêm 34% da área global de cultivo de coca¹, fato este que situa o Acre em uma posição geográfica atrativa para o desenvolvimento da cadeia logística do tráfico de drogas, a partir dos mais variados modais utilizados nas rotas.

Em se tratando da regionalização do sistema de Segurança Pública, esta se subdivide em oito regionais, das quais três compõem o território da capital Rio Branco e cinco são compostas pelo agrupamento de municípios limítrofes.

No que tange à violência no estado, o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)² apresenta números que revelam, de forma geral, um cenário relativamente favorável para a sociedade, no que concerne ao comportamento deste fenômeno no Acre, considerando a análise dos últimos quatro anos.

No entanto, para que haja uma melhor compreensão do contexto comportamental da violência contemporânea no estado, faz-se necessária uma maior regressão em relação ao período de análise, pois, a partir de 2016, um novo formato da dinâmica criminógena passou a se desenvolver no território acreano, elevando os índices a patamares socialmente intoleráveis.

O ano de 2016 marcou o início das manifestações conflitantes entre (disputa mercadológica/territorial), intra (de cunho disciplinar) e contra (repressão do

1 UNODC estimates based on: UNODC and Colombia, Colombia: Monitoreo de Territorios Afectados por Cultivos Ilícitos 2019; UNODC and Plurinational State of Bolivia, Estado Plurinacional de Bolivia: Monitoreo de Cultivos de Coca 2019; and Peru, Sistema de Información de Lucha contra las Drogas, and others, "Monitoreo de la superficie cultivada con arbusto de hoja de coca en producción: Perú-2019.

2 16ª edição do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Estado) as facções. Durante um período de dois anos, o Acre experimentou crescentes variações dos principais indicadores de violência e criminalidade, registrando frequências absolutas sem precedentes históricos, especialmente acerca das mortes violentas intencionais (MVI), dos roubos, tráfico de drogas e, por consequência, da população carcerária.

Em números, significa dizer que, de 2015 a 2017, as MVI tiveram um expressivo aumento de 150% no estado. De acordo com os dados dispostos na 13ª edição do Anuário do FBSP³, em 2017, o alto índice de MVI, constatado no Acre, posicionou-o com a segunda maior taxa no ranking nacional, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte. Em se tratando dos roubos, estes recrudesceram em 50% no período em questão. Diante da significativa evolução dos registros de crimes no estado, houve uma acentuação da população carcerária que, no referido lapso, majorou em 27%.

Delineado o novo comportamento da violência que se instalou no território acreano desde 2016, insta retomar os resultados analíticos dos indicadores que foram apurados na 16ª edição do Anuário do FBSP, com dados de indicadores referentes ao período de 2018 a 2021, os quais foram subdivididos em cinco blocos.

O primeiro bloco faz alusão às Mortes Violentas Intencionais (MVI) e aos registros de pessoas desaparecidas. No tocante às MVI, depois de apresentar por dois anos consecutivos (2016 e 2017) as maiores taxas do histórico estadual de registros, chegando em 2017 a 64 vítimas para cada grupo de 100 mil habitantes, a partir de 2018, os números caíram substancialmente, saindo de uma taxa de 64 para 48 vítimas a cada 100 mil habitantes em 2019, ou seja, uma queda de 25% na taxa de mortes. A redução se deu de forma contínua até 2021, ano este que, comparado à taxa de 2018, apresentou um declínio de 56% e, em comparação com ano anterior (2020), decaiu em 41%.

Releva dizer que, analisando individualmente os indicadores componentes das MVI (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e morte de-

3 13ª edição do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/analise/13/>. Acesso em 20 jun. 2022.

corrente de intervenção policial), todos eles tiveram em 2021 variação de decréscimo superior a 34% em relação a 2020.

Destaque-se que, observando especificamente o número absoluto de mortes decorrentes de intervenções policiais ocorridas em 2021 (11 vítimas), houve uma queda de 59% em referência ao ano 2020 (27 vítimas). Quanto a policiais mortos em confronto, seja em serviço ou fora de serviço, não foi registrado nenhum caso em 2021.

A respeito de pessoas desaparecidas no Acre, os dados do FBSP apontam que houve um considerável aumento de quase 200% no número de notificações de 2019 para 2021, colocando o estado com a 10ª maior taxa (36,4 registros por 100 mil habitantes) de pessoas desaparecidas dentre as UF.

Examinando os dados acerca da violência contra públicos vulneráveis, que trata pontualmente de crimes contra vítimas do sexo feminino e vítimas na condição de criança e adolescente, nota-se que, considerando os números apresentados em 2020, a violência praticada contra os referidos grupos foi potencializada em 2021.

Por mais que a taxa de homicídios femininos tenha reduzido de 6,9 em 2020 para 6,4 vítimas a cada 100 mil mulheres em 2021, o recorte dos assassinatos de mulheres em contextos discriminatórios, praticados em virtude da sua condição feminina (feminicídios), apontou aumento na taxa de 7% no período. Outro indicador que chama a atenção são os registros de chamadas para o serviço 190, decorrentes de violência doméstica, pois, no último ano, os acionamentos elevaram-se em 63% em relação a 2020.

Com relação à violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes, mormente a propósito das ocorrências de estupro e estupro de vulneráveis, a taxa de 2021 (64,7) teve crescimento vertiginoso de 88% em relação ao anterior (34,4).

No período 2018 a 2021, a subtração ilícita de veículos no Acre teve como ápice o ano de 2019 (2.446), período em que o número de roubos e furtos deste tipo

de patrimônio majorou em 33% em relação ao ano anterior. Em 2020 (959), houve uma notável redução de 61% em referência ao ano de 2019, porém, em 2021 (1.341), voltou a subir com um expressivo crescimento de 40%.

Destaca-se que os roubos e furtos de veículos têm estreita relação com as facções atuantes no estado, pois são utilizados como suporte logístico para a prática de determinadas modalidades de crimes, além de serem usados como moeda de troca para aquisição de drogas e armas de fogo, principalmente na Bolívia.

No que toca às armas de fogo, o Acre teve como auge de apreensões, no último quadriênio, o ano de 2018 (873), sendo que nos dois anos subsequentes, 2019 (355) e 2020 (221), reduziu o número em 59% e 38%, respectivamente. Em 2021 (636), o número de armas apreendidas teve um crescimento vultoso de 188% em relação a 2020.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Armas (SINARM), da Polícia Federal, em 2021 o Acre detinha 15.778 registros de armas de fogo ativos e 39.874 com registros expirados. No referido ano, foram registradas 2.380 novas armas, que incidiram em um aumento de 99% em relação ao ano anterior (2020).

Os dados sobre efetivos, salários e gastos com segurança pública indicam que em 2021 o Sistema de Segurança Pública do Acre dispunha de um recurso humano policial composto por 4.567 profissionais, dos quais 2.327 policiais militares, 928 policiais civis, 40 peritos e 1.272 policiais penais.

A partir dos dados do efetivo institucional, presentes no mais recente Anuário do FBSP, e da estimativa populacional de 2021 publicada pelo IBGE, foi possível calcular a razão de habitantes por policial de cada instituição. Os resultados demonstram que, no caso da Polícia Militar, o Acre tem a 5ª melhor razão do país com 1 policial para cada 390 habitantes e, no caso da Polícia Civil, a 2ª melhor razão, com 1 policial para cada 977 habitantes. Quanto ao efetivo de policiais penais do estado, este tem a 4ª melhor razão do país, com 1 policial para cada 5,4 presos. Em relação à despesa *per capita* realizada com a Função Segurança

Pública, o Acre teve em 2021 o 5º maior gasto por habitante (R\$ 631,10). Já em relação à remuneração policial, considerando apenas os valores em início de carreira, o Acre apresentou, em 2021, o seguinte posicionamento dentre as UF: Dentre as Polícias Militares, possui 10ª maior remuneração bruta de soldado. Dentre as Polícias Civis, possui 7ª menor remuneração bruta de investigadores. Dentre as Polícias Penais, possui a 12ª maior remuneração bruta.

O quinto e último bloco do Anuário, por sua vez, foi dedicado à exposição de dados sobre o Sistema Prisional e Socioeducativo. No Acre, depois de um crescimento contínuo que perdurou por mais de dez anos, o ano de 2020 registrou uma massa carcerária inferior ao ano precedente. Em 2021, o sistema prisional acreano reduziu o número de detentos em 14%, saindo de uma taxa de 886,7 para uma taxa de 754,1 presos por 100 mil habitantes. Já em relação às vagas, em dezembro de 2020, o estado apresentava uma taxa de 139% de ocupação, sendo que, em 2021, a taxa caiu para 132%⁴. A respeito do Sistema Socioeducativo, o Acre apresentou, no último ano, a maior taxa de adolescentes em unidades de medida socioeducativa de meio fechado do país, com uma taxa de 219 socioeducandos por grupo de 100 mil habitantes de 12 a 20 anos.

Por fim, diante do exposto até aqui, percebe-se que a distância para o restabelecimento dos níveis de violência socialmente aceitáveis foi, de forma geral, satisfatoriamente reduzida nos dois últimos anos, e que a subsistência destes resultados está condicionada à confluência dos propósitos institucionais dos entes que compõem o Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal.

4 Dados do número de vagas e da população carcerária em dezembro de 2020 e 2021, segundo IAPEN/AC. Observação: foi suprimido o total de pessoas privadas de liberdade por meio da monitoração eletrônica.

Segurança Pública no Acre (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)



192 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **21,2** por **100 mil habitantes**

8ª menor taxa de MVI do país em 2021



Queda de **55,9%** em relação a 2018

MVI 2018-2021



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1.341 veículos furtados ou roubados em 2021



Queda de **36,8%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

636 armas apreendidas em 2021



Queda de **30,2%** em relação a 2018

15.778 armas com registros ativos no SINARM em 2021



Aumento de **34,4%** em relação a 2019



39.874 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

6.839 pessoas privadas de liberdade em 2021



Queda de **17,2%** em relação a 2018



13 sob custódia das polícias

1.582 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021



Alta de **140,1%** em relação a 2020

26,9% dos presos são provisórios



Déficit de **212** vagas no sistema penitenciário em 2021

362 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado



55% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

172 pessoas foram assassinadas em 2021



Queda de **56,5%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

8 vítimas em 2021



Queda de **61,7%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

1 vítima em 2021



LETALIDADE DAS POLÍCIAS

11 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021



Queda de **41,4%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Nenhum policial assassinado em 2021



PESSOAS DESAPARECIDAS

330 registros em 2021



Alta de **191,8%** em relação a 2019

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

29 mulheres vítimas de homicídios em 2021



Queda de **11,1%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

13 desses foram feminicídios

1.051 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021



Alta de **381,5%** em relação a 2018

3.295 medidas protetivas distribuídas e

1.092 medidas protetivas concedidas em 2021



11.190 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



587 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021



Alta de **116,4%** em relação a 2018

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL 2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 5.763,16** Coronel: **R\$ 25.801,81**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 8.680,15** Delegado: **R\$ 25.288,86**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 18.806,46** Médico legista: **R\$ 12.975,19**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **1.169 R\$ 7.759,05**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 572.331.097,83 gastos pelo Estado em 2021



R\$ 631,10 gasto per capita em 2021



Queda de **26,9%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO ACRE (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	417	296	322	192	48,0	33,6	36,0	21,2	-55,9
Homicídio doloso	379	281	281	172	43,6	31,9	31,4	19,0	-56,5
Latrocínio	20	13	12	8	2,3	1,5	1,3	0,9	-61,7
Lesão corporal seguida de morte	-	2	2	1	-	0,2	0,2	0,1	...
Mortes decorrentes de intervenções policiais	18	23	27	11	2,1	2,6	3,0	1,2	-41,4
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	-	1	1	-	-	0,3	0,3	-	...
Pessoas desaparecidas ⁽²⁾	...	110	229	330	...	12,5	25,6	36,4	191,2

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽³⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	14	11	12	13	3,2	2,5	2,7	2,9	-11,1
Homicídios femininos	35	31	31	29	8,1	7,0	6,9	6,4	-20,7
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	209	600	534	1.051	48,1	136,1	119,4	231,7	381,5
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	...	2.892	3.295	646,8	726,5	...
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	1.609	1.465	1.092	...	365,1	327,6	240,8	...
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	5.988	6.886	11.190
Estupro e estupro de vulnerável	260	433	308	587	29,9	49,1	34,4	64,7	116,4
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽⁴⁾	(*)	(*)	(*)	(*)
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽⁴⁾	(*)	(*)	(*)	(*)

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁵⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	1.841	2.446	959	1.341	662,6	835,8	313,1	418,8	-36,8
Roubo e furto de celulares	3.367	5.341	3.744	4.829	387,3	605,6	418,6	532,5	37,5
Estelionato	1.079	1.469	2.526	3.812	124,1	166,6	282,4	420,3	238,6
Armas de fogo apreendidas	873	355	221	636	100,4	40,3	24,7	70,1	-30,2
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	(*)	11.738	12.931	15.778	34,4
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal ⁽⁴⁾	(*)	(*)	39.873	39.874	-

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	2.327	2.466	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	928	912	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	40	40	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.272	1.169	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.763,16	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					25.801,81	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	8.680,15	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					25.288,86	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	18.806,46	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					12.975,19	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 7.759,05	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 679.431.382,50	R\$ 750.065.021,94	R\$ 543.424.876,53	R\$ 572.331.097,83	...	-15,8
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 863,63	R\$ 820,48	R\$ 607,54	R\$ 631,10	...	-26,9

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	7.901	8.414	7.914	6.826
Presos sob custódia das polícias	13	-	17	13
Total de pessoas privadas de liberdade	7.914	8.414	7.931	6.839	910,4	954,0	886,7	754,1	-17,2
Vagas do sistema penitenciário	4.740	4.069	7.931	6.614
Déficit de vagas no sistema penitenciário	3.161	4.345	-	212
Presos provisórios (em % com relação ao total)	35,1%	26,4%	32,9%	26,9%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁹⁾	(*)	(*)	659	1.582	140,1
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	805	843	420	362	487,1	509,0	253,4	219,0	-55,0

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) Variação calculada sobre números absolutos refere-se a 2019-2021.

(3) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(4) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(5) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

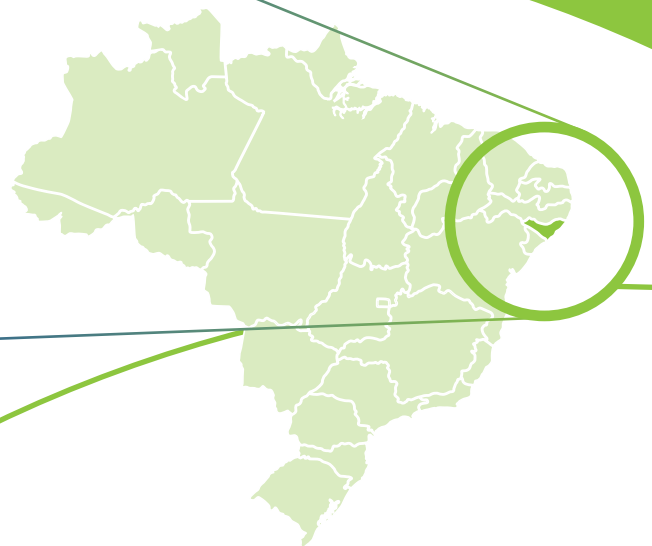
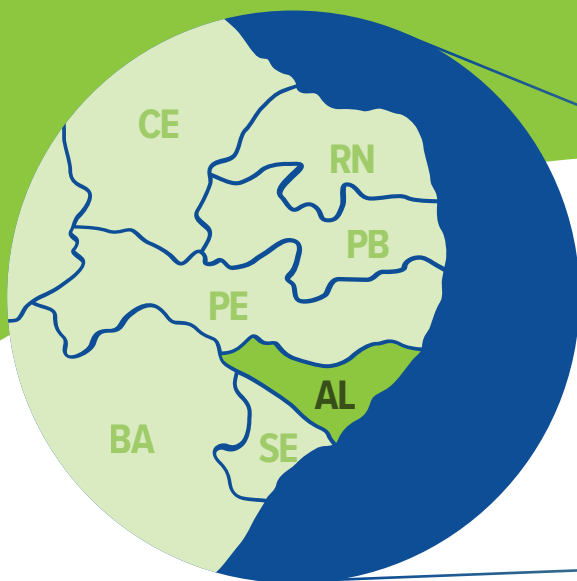
(6) Variação calculada sobre os números absolutos e refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

(9) Variação calculada sobre números absolutos e refere-se a 2020-2021.

Segurança Pública em Alagoas



Segurança pública em Alagoas: balanços e perspectivas

Emerson do Nascimento

Professor do Instituto de Ciências Sociais e Vice-líder do Núcleo de Estudos da Violência em Alagoas,
ambos da Universidade Federal de Alagoas.

Passados 10 anos desde a implementação do Programa Brasil Mais Seguro, o estado de Alagoas atravessa hoje, no campo da segurança pública, um momento importante de balanço acerca das conquistas alcançadas e das dificuldades que perseveraram para efetiva garantia de uma segurança cidadã junto à sociedade civil alagoana. Dentre as principais conquistas a serem destacadas, há que se pontuar a redução expressiva do número de mortes violentas intencionais no território. Embora o fenômeno não se distribua de forma homogênea por todo o território do estado, concentrando-se, especialmente, na capital Maceió e nas duas outras cidades mais populosas de Alagoas, seu impacto social, econômico e humanitário desconhece tais fronteiras territoriais. Talvez nenhum outro estado da federação tenha experimentado uma mudança tão expressiva no campo da segurança pública na última década no Brasil como Alagoas e pode-se mesmo hoje afirmar que a redução dessas cifras foi, sem sobra de dúvidas, a maior conquista.

Considerando somente os últimos quatro anos (2018-2021), por exemplo, no caso das mortes violentas intencionais, foi registrada a variação negativa de 29,6% e, no caso dos homicídios dolosos, para o mesmo período, uma redução de 21,4% nas taxas por 100 mil habitantes. Lembrando que Alagoas chegou à posição de estado mais violento da federação por cinco anos consecutivos durante a primeira década do novo século, esta redução é deveras expressiva. O foco do Programa Brasil Mais Seguro, a princípio, na investigação de homicídios, na redefinição das práticas de policiamento em área de risco ou vulnerabilidade e nos investimentos em tecnologia da informação por meio da criação e implantação de um núcleo de estatística e análise criminal junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública, promoveram uma transformação expressiva na gestão da segurança no estado e nas práticas policiais por parte das instituições de controle social, que passaram a agir por meio da produção de informação qualificada e geocodificada.

No bojo das reduções destacadas, não se pode deixar de apontar ainda, entre 2018 e 2021, a queda no registro de outras formas de violências letais intencionais como os casos de latrocínio (-41,8%), de lesão seguida de morte (-56,1%) e

até mesmo de mortes decorrentes de intervenção policial (-56,2%), que passaram a declinar, especialmente, a partir de 2019¹. Hoje, considerando a importância da gestão da segurança manter-se atenta às variações desses registros na série temporal, é importante chamar atenção dos gestores públicos, da própria sociedade civil organizada e das organizações profissionais competentes para o registro do crescimento de quase 30% de casos de pessoas desaparecidas no estado de Alagoas no período. Estamos falando aqui de situações que não podem ser tratadas pelas instituições competentes como um dado vazio, visto que tais situações podem constituir violações de direitos humanos.

Mas como tudo tem dois lados, apesar destas transformações positivas, há que se pontuar ainda as dificuldades não superadas ou os novos desafios postos. Um primeiro retrato dos desafios e dificuldades se apresenta no campo da prevenção à violência. O investimento massivo e prioritário do estado nesse período foi, predominantemente, o policiamento de tipo ostensivo em detrimento das práticas de prevenção. À despeito, inclusive, da contemplação do tema junto às Secretarias de Estado, a prevenção ainda não ocupa uma posição de destaque junto às diretrizes estaduais que direcionam a gestão estadual da segurança pública em Alagoas. A concepção sobre prevenção deve ser ampliada nas instituições de controle do estado, não somente em função da sua importância ou dos seus efeitos positivos que esta traz, vastamente registrados pela literatura especializada, mas sobretudo, para que as conquistas alcançadas nos últimos dez anos encontrem sustentabilidade e perenidade.

Um registro importante e sintomático do ocaso do investimento político e técnico do estado de Alagoas na prevenção à violência, e que pode ser observado nos dados apresentados neste relatório, constitui o fato de que nos anos aqui observados, o estado conseguiu impactar de forma positiva a maior parte dos registros de mortes violentas intencionais, apontando para reduções expressivas em quase todas as suas categoriais, mas não obteve o mesmo sucesso na

¹ É importante destacar que a partir de 2013, os registros de mortes decorrentes de intervenção policial no estado de Alagoas apresentavam uma crescente significativa. À despeito do registro expressivo de redução, é cedo ainda para apontar que esta queda tenha uma relação direta com a gestão governamental. Há que se analisar ainda aqui o impacto de outras variáveis externas, como por exemplo, os impactos da pandemia de Covid-19 sobre as comunidades periféricas, vítimas mais frequentes desse tipo de violência.

redução da violência contra públicos e populações vulneráveis. Estamos falando aqui dos acréscimos registrados para os casos de feminicídio e homicídio feminino, que aumentaram, respectivamente, 17,2% e 3,1% e ainda, os casos de estupro e estupro de vulnerável (9,1%), os registros de maus tratos contra crianças e adolescentes (76,2% - a variação se deu entre 2020 e 2021, já que o dado não era coletado anteriormente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública) e os casos de lesão corporal contra crianças e adolescentes em situações de violência doméstica (10% - a variação também se deu entre 2020 e 2021). Estas são violências específicas cujas práticas de policiamento ostensivo em quase nada impactam ou interferem sobre suas configurações.

Na sua grande maioria, em função de aspectos causais particulares e diferenciados, as violências contra grupos vulneráveis não podem ser tratadas pelo Estado com as mesmas ferramentas que este usa para coibir os homicídios dolosos, pois a dinâmica é outra. Estamos tratando aqui, por exemplo, de uma área propícia para o investimento crescente em políticas e programas de prevenção – que deve ser hoje o carro-chefe do programa ou plataforma de qualquer candidato que almeje o executivo estadual. Considerando que este é um ano eleitoral, e que 2022 é um ano de balanço para Alagoas no campo da segurança pública, a perspectiva de qualquer gestor compromissado com o tema da segurança – independente de legenda partidária – deve ser, primeiro, observar e preservar o que tem dado certo, potencializar e amplificar a prevenção, elevando-a a categoria de política de estado e, finalmente, amplificar o diálogo com a sociedade civil, que não foi ouvida à época da criação e implementação do programa, mas, passados agora dez anos, enquanto público alvo dessas ações, deve e precisa sê-lo.

Um outro efeito sintomático dos custos humanitários do investimento exclusivo em policiamento ostensivo, em detrimento de formas primárias e secundárias de prevenção, e que não pode ser esquecido, é a securitização dos moradores de grotas² e periferias da capital Maceió. O próprio modelo do Programa Brasil

2 Grotas são, para usar um termo técnico, uma espécie de aglomerado subnormal característico de Alagoas, especialmente, da cidade de Maceió. As grotas são vales naturais que passaram a ser progressivamente ocupados a partir da década de 1970 e hoje somam ao menos 72 comunidades espalhadas pela cidade. As grotas possuem uma função ambiental imprescindível para a cidade, mas, social e historicamente, lidam com o estigma da marginalização e do abandono.

Mais Seguro, nesse sentido, enquanto uma política de segurança de tipo gerencial precisa ser discutida. A ideia de modelos universalizantes de segurança precisa ser questionada. Esse paradigma gerencial do risco, que tem sido a tônica dessa política de segurança e de outras tantas país afora, tem mostrado resultados efetivos na redução de registros de violência letal a curto prazo, mas nem tudo são flores. A médio e longo prazos, estas políticas atuariais, atravessadas por essa “criminologia pragmática”, têm redefinido o papel do Estado no que se refere à segurança pública, e em Alagoas não tem sido diferente. Na última década, o estado de Alagoas tem atravessado uma transformação de sentido, passando de potencial interventor a mero gestor de riscos. O problema é que, quando falamos de “riscos” à ordem pública, num país ou território de longa história escravista, as instituições de controle já têm uma imagem pré-fabricada de quem devem perseguir ou quem devem combater – os pretos, pobres e periféricos.

Segurança Pública em Alagoas (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)



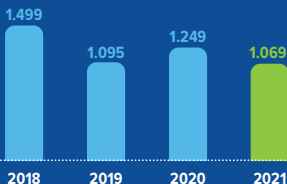
1.069 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **31,8** por **100 mil habitantes**

10ª maior taxa de MVI do país em 2021



Queda de **29,6%** em relação a 2018

MVI 2018-2021



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.132 veículos furtados ou roubados em 2021



Queda de **45,8%** em relação a 2018

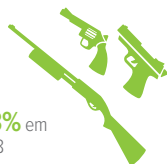


ARMAS DE FOGO

1.867 armas apreendidas em 2021



Alta de **16,3%** em relação a 2018



18.245 armas com registros ativos no SINARM em 2021



Aumento de **43,3%** em relação a 2019



11.397 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.042 pessoas foram assassinadas em 2021



Queda de **21,4%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

23 vítimas em 2021



Queda de **41,8%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

4 vítimas em 2021



56,1% a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

63 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021



Queda de **56,2%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

3 policiais assassinados em 2021



Alta de **200,2%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

503 registros em 2021



Taxa **29,7%** maior que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

67 mulheres vítimas de homicídios em 2021



Alta de **17,2%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

25 desses foram feminicídios

1.492 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021



Queda de **4,2%** em relação a 2018

1.870 medidas protetivas distribuídas e **1.178** medidas protetivas concedidas em 2021



11.849 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



839 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021



Alta de **9,1%** no período 2018-2021

215 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021



Aumento de **76,2%** entre 2020 e 2021

105 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes



Alta de **10%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 4.921,47** Coronel: **R\$ 27.739,99**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 9.716,26** Delegado: **R\$ 32.576,82**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 16.959,48** Médico legista: **R\$ 14.513,61**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **618 R\$ 8.187,15**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

10.553 pessoas privadas de liberdade em 2021



Alta de **18,6%** em relação a 2018



31 sob custódia das polícias

1.029 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021



Alta de **10,3%** em relação a 2020

28,9% dos presos são provisórios



Déficit de **5.874** vagas no sistema penitenciário em 2021

183 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado



28,9% a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.413.300.560,43 gastos pelo Estado em 2021



R\$ 419,96 gasto per capita em 2021



Queda de **1,8%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE ALAGOAS (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.499	1.095	1.249	1.069	45,1	32,8	37,3	31,8	-29,6
Homicídio doloso	1.309	1.068	1.217	1.042	39,4	32,0	36,3	31,0	-21,4
Latrocínio	39	20	23	23	1,2	0,6	0,7	0,7	-41,8
Lesão corporal seguida de morte	9	7	9	4	0,3	0,2	0,3	0,1	-56,1
Mortes decorrentes de intervenções policiais	142	87	86	63	4,3	2,6	2,6	1,9	-56,2
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	1	3	2	3	0,1	0,3	0,2	0,3	200,2
Pessoas desaparecidas	383	566	386	503	11,5	17,0	11,5	14,9	29,7

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	21	44	35	25	1,2	2,5	2,0	1,4	17,2
Homicídios femininos	64	88	98	67	3,7	5,1	5,6	3,8	3,1
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	1.534	1.567	1.233	1.492	88,8	90,3	70,7	85,1	-4,2
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	1.014	1.087	1.870
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	738	600	1.178
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	8.620	11.050	11.849
Estupro e estupro de vulnerável	759	877	805	839	22,8	26,3	24,0	24,9	9,1
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	124	215	(*)	(*)	12,7	22,5	76,2
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	97	105	(*)	(*)	10,0	11,0	10,0

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	4.917	3.846	3.126	3.132	589,0	432,2	335,8	319,0	-45,8
Roubo e furto de celulares	8.536	12.638	9.908	9.423	256,9	378,7	295,6	280,0	9,0
Estelionato	4.977	4.825	11.808	15.460	149,8	144,6	352,3	459,4	206,7
Armas de fogo apreendidas	1.585	1.915	1.834	1.867	47,7	57,4	54,7	55,5	16,3
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(*)	12.731	16.239	18.245	43,3
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	11.397	11.397

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	7.273	7.037	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.748	1.813	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	119	116	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	643	618	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	4.921,47	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					27.739,99	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	9.716,26	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					32.576,82	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	16.959,48	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					14.513,61	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 8.187,15	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.355.101.521,04	R\$ 1.255.388.240,49	R\$ 1.491.297.889,97	R\$ 1.413.300.560,43	...	4,3
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 427,83	R\$ 410,65	R\$ 444,96	R\$ 419,96	...	-1,8

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	8.581	9.161	9.856	10.522
Presos sob custódia das polícias	207	221	199	31
Total de pessoas privadas de liberdade	8.788	9.382	10.055	10.553	264,5	281,1	300,0	313,6	18,6
Vagas do sistema penitenciário	4.099	3.724	4.920	4.648
Déficit de vagas no sistema penitenciário	4.482	5.437	4.936	5.874
Presos provisórios (em % com relação ao total)	40,7%	35,0%	39,6%	28,9%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽³⁾⁽⁶⁾	(*)	(*)	933	1.029	10,3
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	275	321	230	183	48,7	58,1	42,5	34,6	-28,9

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se a 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

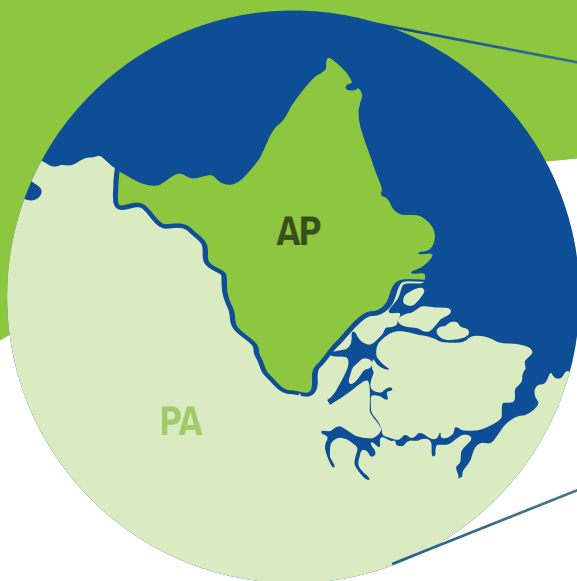
(5) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(6) Variação calculada sobre os números absolutos.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Amapá



Violência e segurança pública no Amapá: 2018-2021

Marcus Cardoso

Antropólogo. Professor da Universidade Federal do Amapá. Membro da Comissão de Direitos Humanos da ANPOCS e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

O Amapá apresenta a maior taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil por três anos consecutivos. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, esses números refletem a política de enfrentamento ao crime organizado e o esforço das forças policiais em combater e desarticular as facções que atuam no estado. Entretanto, os baixos números de policiais mortos em decorrência de confrontos neste mesmo período levantam dúvidas legítimas acerca da qualidade das apurações desses episódios. Essa é uma das conclusões que se pode tirar dos dados do relatório elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A série histórica realizada pelo FBSP entre os anos de 2018 e 2021 aponta o crescimento significativo das despesas com a função de segurança pública no estado do Amapá, como indicam os dados acerca dos efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública. Enquanto, em 2018, o investimento era de R\$ 529.842.020,86, em 2021 ele passou para R\$ 749.172.351,56, um incremento de investimento na ordem de R\$ 219.330.330,70. No mesmo período, a despesa per capita realizada com a função segurança pública, teve um incremento real de R\$ 155,86, passando de R\$ 697,79 em 2018 para R\$ 853,65 em 2021.

Os dados sobre crimes patrimoniais e armas de fogo revelam uma queda significativa na taxa de roubos e furtos de veículos durante o período da série histórica, com um decréscimo de 57,7%. Por sua vez, no mesmo intervalo, houve um aumento de 90% no número de armas de fogo apreendidas e um aumento de 27% nos registros de armas de fogo ativos. Já os dados organizados sobre violência contra públicos vulneráveis indicam o crescimento preocupante das diversas modalidades de violência contra as mulheres: aumento de 275,5% de lesão corporal em contexto de violência doméstica, de 26% de feminicídios, de 27,8% de homicídios femininos. Os casos de estupro de vulnerável também cresceram 69%. Estes dados indicam crescimento da violência que vitimiza mulheres e públicos vulneráveis.

Com relação às Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos, as informações apresentadas, quando relacionadas, são particularmente preocupan-

tes. No ano 2021, foram registradas no estado a morte de 472 pessoas, o que representa uma taxa de 53,8 mortes para cada 100 mil habitantes. Um dado que coloca o Amapá como o estado com a maior taxa de mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil. Comparando a série histórica desde 2018, apenas no ano de 2020 é possível observar um decréscimo significativo nos números absolutos de MVI. Entretanto, nos anos de 2018, 2019 e 2021 os números mantêm certa estabilidade para cima, havendo no estado um incremento de 116 mortes entre os anos de 2020 e 2021. Ainda assim, considerando a série histórica de quatro anos, podemos observar uma variação negativa de 7,8% na taxa de mortes violentas intencionais.

Parte significativa das mortes violentas no estado foram cometidas por policiais em situação de “resposta à injusta agressão”, desdobramentos de confrontos contra indivíduos em conflito com a lei. Entre os anos de 2018 e 2021, as mortes decorrentes de intervenção policial apresentaram um estarrecedor aumento de 201,7%. Enquanto no ano 2018 ocorreram 5,7 mortes para cada 100 mil habitantes, em 2019 houve um incremento significativo nesta taxa, com 14,4 mortes para cada 100 mil habitantes. No ano de 2022 a relação foi de 12,9 para cada 100 mil habitantes, um pequeno decréscimo no número de mortes para cada mil habitantes, que não impediu que o Amapá ocupasse o primeiro lugar entre todas as unidades da federação na taxa de mortes cometidas por policiais, assim como ocorrera nos dois anos anteriores. Em 2021, a relação salta para 17,1 mortos para cada 100 mil habitantes.

O cruzamento entre os dados sobre policiais mortos e o número de pessoas mortas por eles em confrontos causa estarrecimento. Entre 2018 e 2021, a taxa de policiais mortos em confronto teve um decréscimo de 100%, sem nenhum agente morto nos anos de 2020 e 2021, enquanto o número de pessoas mortas por policiais apresentou um aumento de 201,7% no mesmo período. Como se sabe, o risco desempenha um papel inerente ao trabalho policial que se materializa, sobretudo, em situações de confrontos armados. Como o mandato policial prevê o uso da força quando necessário, os profissionais estão autorizados a usá-la, inclusive de maneira letal, em situações que avaliam ocorrer

risco iminente. Em situações dessa natureza, a “resposta à injusta agressão” é autorizada. Todavia, em confronto, é razoável esperar uma proximidade na relação entre o total de vitimização de policiais em confronto e o total de mortes por intervenções policiais (COSTA, 2004).

Não é o caso do Amapá. Em números absolutos, em 2018, ocorreram 47 mortes decorrentes de intervenções policiais, enquanto 5 agentes foram mortos em confronto. Em 2019, o número absoluto de mortos por policiais sobe para 122 e, no mesmo período, 1 agente foi morto em confronto. No ano de 2020, nenhum agente morreu em serviço ou fora de serviço no estado, enquanto 111 pessoas foram mortas por policiais. Em 2021, 150 pessoas foram mortas por policiais. No mesmo período, tal como no ano anterior, nenhum agente foi morto em confronto, em serviço ou fora.

Estes dados colocam em dúvida a legitimidade dessas ações, assim como as investigações sobre elas, permitindo-nos questionar se execuções sumárias estejam sendo contabilizadas como “resposta à injusta agressão”. Estudos sobre os autos de resistência realizados no Rio de Janeiro demonstraram que, em casos dessa natureza, a versão dos agentes presentes nos relatórios costuma ser padronizada e que a maioria dos inquéritos tende ao arquivamento (CANO 1997; MISSE, GRILLO, NERI; 2015). No caso do Amapá, parece urgente a realização de pesquisas qualitativas sobre o conteúdo desses inquéritos, assim como pesquisas no Instituto Médico Legal local.

A maioria das mortes cometidas por policiais registradas como resultado de confronto no estado obedecem a lógica “da guerra contra o tráfico” e são tratadas como um desdobramento do combate às facções. Neste contexto, a brutalidade e a letalidade policial não são apenas desejadas, elas recebem apoio público de segmentos da população amapaense, mortes que raramente geram indignação ou demandas por investigações que levem à punição de seus responsáveis. Um cenário de disjunção da nossa democracia (CALDEIRA, 2000; HOLSTON, 2008), onde as violações dos aspectos civis da cidadania fazem parte do cotidiano. Como sugeriu Adorno (1999), não é possível desprezar a

incidência da herança deixada pela ditadura militar instaurada em 1964 nas corporações policiais, assim como o peso do autoritarismo social presente na sociedade brasileira. Todavia, também não me parece ser possível desprezar o papel potencializador exercido pela presença na presidência da república de um indivíduo que, de maneira pública e recorrente, apoia a tortura e torturadores, e que se regozija diante de episódios de abuso da violência por parte dos policiais e os incentiva. Hipótese a ser confirmada nos estudos futuros e nos em andamento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n.2, p. 129-153, 1999.

CALDEIRA, Teresa. *City of Wall: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley-London: University of California Press, 2000.

CANO, Ignácio. *Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iser, 1997.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004

HOLSTON, James. *Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

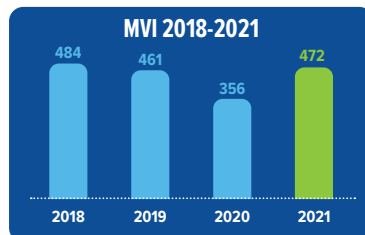
MISSE, Michel; GRILLO, Carolina; NERI, Natasha. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração judiciária dos ‘autos de resistência’ no Rio de Janeiro (2001-2011). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, p. 43-72, 2015.

Segurança Pública no Amapá (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

472 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **53,8** por **100 mil habitantes**

Maior taxa de MVI do país em 2021. Queda de **7,8%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

481 veículos furtados ou roubados em 2021. Queda de **57,7%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

402 armas apreendidas em 2021. Alta de **90%** em relação a 2018

6.076 armas com registros ativos no SINARM em 2021. Aumento de **27%** em relação a 2019

6.742 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

288 pessoas foram assassinadas em 2021. Queda de **30,6%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

21 vítimas em 2021. Alta de **24,1%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

13 vítimas em 2021. **57,6%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

150 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021. Alta de **201,7%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Nenhum policial assassinado em 2021

PESSOAS DESAPARECIDAS

21 registros em 2021. Taxa **92,7%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

23 mulheres vítimas de homicídios em 2021. Alta de **26%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

4 desses foram feminicídios

1.240 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021. Alta de **275,5%** em relação a 2018

3.131 medidas protetivas distribuídas e **2.934** medidas protetivas concedidas em 2021

8.120 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

531 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021. Alta de **69%** no período 2018-2021

201 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021. Aumento de **26,7%** entre 2020 e 2021

139 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de **12,3%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL 2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: 3.307	Remuneração bruta média Soldado: R\$ 5.218,84 Coronel: R\$ 22.342,56
Polícia Civil: 1.004	Remuneração bruta média Investigador: R\$ 6.571,20 Delegado: R\$ 22.453,66
Perícia Técnica: 79	Remuneração bruta média Perito criminal: R\$ 12.010,86 Médico legista: R\$ 21.456,45
Polícia Penal: 946	Remuneração bruta média: R\$ 6.002,86

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

2.805 pessoas privadas de liberdade em 2021

Queda de **10,5%** em relação a 2018

Nenhuma sob custódia das polícias

28 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Queda de **66,3%** em relação a 2020

31,3% dos presos são provisórios

Não há déficit de vagas no sistema penitenciário em 2021

137 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

48,4% a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 749.172.351,56 gastos pelo Estado em 2021. **R\$ 853,65** gasto per capita em 2021. Alta de **22,3%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO AMAPÁ (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	484	461	356	472	58,3	54,5	41,3	53,8	-7,8
Homicídio doloso	392	297	224	288	47,3	35,1	26,0	32,8	-30,6
Latrocínio	16	15	8	21	1,9	1,8	0,9	2,4	24,1
Lesão corporal seguida de morte	29	27	13	13	3,5	3,2	1,5	1,5	-57,6
Mortes decorrentes de intervenções policiais	47	122	111	150	5,7	14,4	12,9	17,1	201,7
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	5	1	-	-	1,2	0,2	-	-	-100,0
Pessoas desaparecidas	271	379	27	21	32,7	44,8	3,1	2,4	-92,7

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	3	7	9	4	0,7	1,7	2,1	0,9	26,0
Homicídios femininos	17	38	20	23	4,1	9,0	4,6	5,2	27,8
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	312	588	874	1.240	75,3	139,3	203,1	283,0	275,5
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	3.206	2.900	3.131
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	2.298	2.696	2.934
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	10.886	10.373	8.120
Estupro e estupro de vulnerável	297	549	470	531	35,8	64,9	54,5	60,5	69,0
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	159	201	(*)	(*)	54,6	69,1	26,7
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	124	139	(*)	(*)	42,5	47,8	12,3

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	989	1.469	396	481	507,1	715,0	183,9	214,5	-57,7
Roubo e furto de celulares ⁽⁵⁾	8.041	8.096	933,1	922,5	-1,1
Estelionato ⁽⁶⁾	1.254	2.341	2.993	5.577	151,2	276,8	347,3	635,5	320,4
Armas de fogo apreendidas	200	264	427	402	24,1	31,2	49,5	45,8	90,0
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	(*)	4.785	5.502	6.076	27,0
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	6.742	6.742

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁸⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	3.121	3.307	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.039	1.004	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	77	79	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	786	946	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.218,84	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					22.342,56	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	6.571,20	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					22.453,66	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	12.010,86	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					21.456,45	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 6.002,86	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 529.842.020,86	R\$ 656.704.794,49	R\$ 827.921.837,39	R\$ 749.172.351,56	...	41,4
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 697,79	R\$ 660,44	R\$ 960,72	R\$ 853,65	...	22,3

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	2.963	2.750	2.752	2.805
Presos sob custódia das polícias	-	-	-	-
Total de pessoas privadas de liberdade	2.963	2.750	2.752	2.805	357,2	325,2	319,3	319,6	-10,5
Vagas do sistema penitenciário	1.422	1.546	3.392	2.849
Déficit de vagas no sistema penitenciário	1.541	1.204	-	-
Presos provisórios (em % com relação ao total)	25,8%	25,1%	27,5%	31,3%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁷⁾	(*)	(*)	83	28	-66,3
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	266	368	178	137	177,5	245,9	119,1	91,6	-48,4

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Para os anos de 2018 e 2019, os números referem-se apenas à capital do Estado.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Variação calculada sobre números absolutos.

(8) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(9) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Amazonas



Mercados, Estado e tensões no Amazonas

Fabio Magalhães Candotti

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas.
Coordenador do grupo de pesquisa ILHARGAS – Cidades, Políticas e Violências e do projeto
de extensão InfoCadeia-AM: Informações sobre Encarceramento no Amazonas.

Nos últimos anos, o Amazonas ganhou visibilidade nacional no tema da segurança pública. Dois massacres prisionais (2017 e 2019) chamaram atenção para a presença de facções criminosas e do tráfico internacional de drogas. Recentemente, essa presença foi conectada a violências associadas a outros mercados ilegais, como madeira, pesca, terra e minério.

Essa visibilidade oculta uma história mais antiga. Há décadas a região amazônica é rota do tráfico internacional de drogas. Um mercado atravessado por violências menos espetaculares e menos presente no varejo. Já as violências do garimpo e da extração de madeira são denunciadas há mais tempo, por povos e organizações indígenas. Ao mesmo tempo, a demarcação de terras indígenas, de territórios tradicionais e de proteção ambiental tornou as fronteiras do legal-ilegal mais tensas em atividades de garimpo, pesca e extração de madeira. Todos esses mercados se articulam, de modos mais ou menos letais, através da exploração de uma “baixa criminalidade” (composta por pessoas pobres, negras, indígenas, ribeirinhas e das periferias urbanas) por uma “alta criminalidade” protagonizada por elites econômicas, políticas e criminais.

A emergência de facções foi uma novidade importante nesses mercados. A famosa Família do Norte (FDN) surgiu nos anos 2000 como uma coligação de traficantes atuantes no tráfico internacional na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia e num pequeno varejo local em Manaus. Sua criação adveio do rearranjo de alianças não apenas no universo criminal, como dentro das polícias e das elites políticas, justamente quando o encarceramento ganhou força na gestão cotidiana dos ilegalismos. Trata-se da criação de um meio propício à organização criminal e também de uma tática produtora de novas violências no mercado de drogas e outros mercados ilegais.

O que ocorreu no Amazonas é fruto de mais uma variação dessas tensões. Saltamos de uma taxa de mortes violentas intencionais (MVI) de 30,2 por 100 mil habitantes em 2018 para 39,1 em 2021, um crescimento de 29,3%, apesar de quedas no biênio 2019-2020. Também chama atenção a distribuição territorial: em 2018, as mortes violentas no interior eram 18% do total e chegaram a 30%

em 2020. Muitos estudos têm mostrado a relação dessas oscilações com conflitos entre facções (SIQUEIRA et al, 2022; FELTRAN et al, 2022). Porém, esse crescimento de mortes violentas ocorre no momento mesmo da “união” de coletivos criminais em torno do Comando Vermelho (CV), em fevereiro de 2020. A criação de uma nova facção rival, a Revolucionários do Amazonas (RDA), em 2021, explica uma parcela desse aumento. Na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, o conflito com a facção Os Crias também pode ter participação no crescimento. Mas, juntos, esses conflitos, ainda muito localizados e pontuais, não parecem ter força para explicar todo o crescimento.

Por isso, é importante notar que a curva decrescente de mortes violentas em 2019 e 2020 é acompanhada por um salto de mais de 200% de registros de pessoas desaparecidas em 2019 (o maior do país naquele ano), mantendo um crescimento acumulado de quase 50% em 4 anos. Em outros lugares que vivenciaram esse fenômeno, uma hipótese forte refere-se a mudanças nas formas de ação criminal e policial (ARAÚJO, 2014)¹.

Ao lado disso, temos o aumento de quase 100% de mortes decorrentes de intervenção policial, que ocorre justo no momento em que o universo criminal se unifica, ampliando seu armamento e as tensões com as polícias. O que se expressa, também, no salto da quantidade de policiais mortos em confronto de 1 para 7 entre 2019 e 2020. Sabe-se bem o que pode significar a morte de policiais no Brasil. No Amazonas, há duas chacinas em investigação ocorridas após a morte de policiais em Nova Olinda do Norte (2020) e em Tabatinga (2021), além da “chacina do Crespo”, em Manaus, a maior do Brasil em 2019².

Um acontecimento determinante na amplificação das tensões entre facções e polícias foi a consolidação da Polícia Militar na administração penitenciária do estado – talvez a consequência mais perversa do massacre do Compaj em 2017. No relatório da inspeção realizada em outubro de 2019 em Manaus, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura afirmou que todas as

1 Ver também boletim de 2021 do IDMJR, sobre o tema. Disponível em: <https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2021/08/Boletim-Desaparecimentos-Forcados-2021-3-2.pdf>

2 Para mais informações: <http://www.portal.abant.org.br/2021/07/13/nota-sobre-a-chacina-em-tabatinga-no-amazonas/>

unidades prisionais visitadas estavam “orientadas sob uma mesma perspectiva de humilhação, violação de direitos e violência, travestido de ‘disciplinamento e segurança’”³. A mudança no regime de tortura foi acompanhada por um aumento de 35% da população carcerária em 4 anos. Com um detalhe importante: a queda do número de pessoas presas dentro das unidades prisionais de Manaus (que concentram cerca de 75% do total estadual) e o acréscimo do número de pessoas em regime semiaberto ou em prisão provisória sob monitoramento eletrônico (tornozeleiras), cerca de 40% da população carcerária atual⁴. A união ao redor do CV foi, em grande medida, uma resposta a uma política penitenciária de tortura intensificada e a mudanças na atuação policial nas ruas com relação a egressos do sistema carcerário (CANDOTTI, 2022).

Sobre essa tensão ainda, em junho de 2021, Manaus e outras cidades do Amazonas vivenciaram pela primeira vez “ataques” de uma facção a delegacias, bancos, comércios, ônibus e monumentos. Segundo um “salve” lançado pelo CV, os ataques foram uma resposta ao assassinato de um traficante, que estaria sendo extorquido por uma “milícia” policial montada para roubar drogas e ouro de traficantes. Um mês depois, o secretário executivo de Inteligência do Amazonas foi detido em operação da Polícia Federal em parceria com o MP do estado, acusado de utilizar a máquina estatal para roubar ouro de garimpos ilegais⁵.

Sendo verídicas ou não as acusações, é necessário compreender os tensionamentos recentes entre o universo faccional e as forças de segurança do Estado se queremos entender as variações nas informações quantitativas sobre crimes e violências. As facções não nascem e crescem antes dessas relações de força, mas através delas e de um mercado de venda de “proteção”, onde representantes do Estado são personagens centrais. A entrada das facções em mercados ilegais de garimpo, madeira e pesca, não surpreende, ainda mais no momento em que a fiscalização sobre essas atividades foi institucionalmente enfraquecida. Mas essa novidade pode decorrer tanto de um acúmulo de capi-

3 Disponível em: <https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2020/05/relatorio-amazonas-pos-massacres-2019-2.pdf>

4 Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>

5 Conforme reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/chefe-da-inteligencia-do-governo-do-am-e-presos-em-operacao-contraroubo-de-ouro-ilegal.shtml>

tal gerado com o tráfico de drogas, quanto em função de maiores dificuldades encontradas com essa mesma atividade.

A participação de homens armados (fardados ou não) em mercados ilegais e em violências contra grupos subalternos remete a uma história antiga. A demanda por maior presença policial e militar na Amazônia reproduz um imaginário colonial que nega a história de violências produzidas pelo próprio Estado, inclusive contra mulheres indígenas. O aumento da presença de instituições de Segurança Pública e Defesa Nacional não tem conduzido à diminuição de homicídios – como bem estudado no caso exemplar de Tabatinga (HIRATA, 2019; PAIVA, 2019). É preciso assumir que não há solução mágica e que o tema merece investimentos em pesquisa à altura do problema e da diversidade social da região. A descriminalização do comércio de drogas e políticas rigorosas de desencarceramento e de desarmamento são passos mínimos; articulações com organizações políticas de base, da floresta e da cidade, uma condição necessária.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Fábio A. *Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

CANDOTTI, Fabio Magalhães. “Quando a massa erra, o Estado avança”: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus. **Revista Tomo**, Sergipe, n. 40, pp. 197-241, 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/16790>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FELTRAN, GABRIEL; LERO, C. ; CIPRIANI, M. ; MALDONADO, J. ; RODRIGUES, F. J. ; SILVA, L. E. L. ; FARIAS, N. . Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. **DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL**, v. 4, p. 311-348, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46920>

HIRATA, Daniel. Letalidade e ilegalismos de negócios em uma tríplice fronteira sul-americana: Primeira aproximação. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, Edição Especial n. 3 – 2019 – pp. 173-197. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/23487>

PAIVA, Luis Fábio S. 2019 As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34 n. 99, e349902, 2019. <https://doi.org/10.1590/349902/2019>

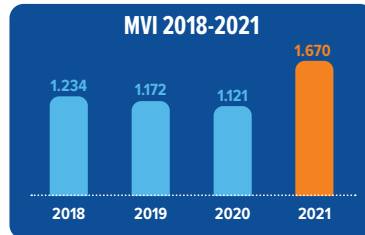
SIQUEIRA, Ítalo B. L.; NASCIMENTO, Francisco Elionardo; MORAES, Suiany S. Dinâmicas inter-regionais de mercados e governança criminal em perspectiva comparada entre Fortaleza e Manaus. DILEMAS: REVISTA DE ESTUDOS DE CONFLITO E CONTROLE SOCIAL, v. 4, p. pp. 441-468, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15nesp4.46476>

Segurança Pública no Amazonas (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

1.670 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **39,1** por **100 mil habitantes**

3ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Alta de 29,3%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

4.072 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 33,6%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

1.435 armas apreendidas em 2021 **Queda de 1,6%** em relação a 2018

11.805 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 20,8%** em relação a 2019

24.281 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.486 pessoas foram assassinadas em 2021 **Alta de 29%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

69 vítimas em 2021 **Alta de 17,7%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

15 vítimas em 2021 **48,8%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

100 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Alta de 95%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

6 policiais assassinados em 2021 **Alta de 219%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

457 registros em 2021 **Taxa 48,5%** maior que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

110 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 448,8%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

23 desses foram feminicídios

2.617 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021

Alta de 13,3% em relação a 2018

8.764 medidas protetivas distribuídas e **7.044** medidas protetivas concedidas em 2021

18.892 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

753 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Queda de 27,2% no período 2018-2021

241 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Queda de 24,9%** entre 2020 e 2021

113 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Variação de -0,2% em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 6.350,99** Coronel: **R\$ 29.179,94**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 21.335,36** Delegado: **R\$ 31.259,17**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 24.779,13** Médico legista: **R\$ 22.892,48**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **55 R\$ 4.575,25**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

14.908 pessoas privadas de liberdade em 2021

Alta de 35,2% em relação a 2018

1.119 sob custódia das polícias

1.021 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de 53,3% em relação a 2020

38,5% dos presos são provisórios

Déficit de 4.179 vagas no sistema penitenciário em 2021

461 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

35% a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 2.364.171.895,48 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 553,67 gasto per capita em 2021 **Alta de 5,7%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO AMAZONAS (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.234	1.172	1.121	1.670	30,2	28,3	26,6	39,1	29,3
Homicídio doloso	1.101	1.014	954	1.486	27,0	24,5	22,7	34,8	29,0
Latrocínio	56	47	46	69	1,4	1,1	1,1	1,6	17,7
Lesão corporal seguida de morte	28	23	19	15	0,7	0,6	0,5	0,4	-48,8
Mortes decorrentes de intervenções policiais	49	88	102	100	1,2	2,1	2,4	2,3	95,0
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	2	1	7	6	0,2	0,1	0,7	0,6	219,0
Pessoas desaparecidas	294	907	638	457	7,2	21,9	15,2	10,7	48,5

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	4	12	16	23	0,2	0,6	0,8	1,1	448,8
Homicídios femininos	95	80	68	110	4,7	3,9	3,2	5,2	10,5
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	2.204	2.766	2.352	2.617	108,5	134,1	112,2	123,0	13,3
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	10.777	8.220	8.764
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	6.486	6.460	7.044
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	...	22.125	18.892
Estupro e estupro de vulnerável	988	997	864	753	24,2	24,1	20,5	17,6	-27,2
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	320	241	(*)	(*)	22,2	16,7	-24,9
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	113	113	(*)	(*)	7,9	7,8	-0,2

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	5.343	4.550	3.906	4.072	605,0	490,1	402,8	401,6	-33,6
Roubo e furto de celulares	36.525	39.537	32.832	36.079	895,1	953,9	780,3	844,9	-5,6
Estelionato	3.812	3.522	5.699	6.369	93,4	85,0	135,4	149,2	59,7
Armas de fogo apreendidas	1.394	1.470	1.380	1.435	34,2	35,5	32,8	33,6	-1,6
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(*)	9.776	10.217	11.805	20,8
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	24.281	24.281

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	8.704	8.540	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.847	1.919	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	164	161	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	58	55	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	6.350,99	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					29.179,94	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	21.335,36	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					31.259,17	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	24.779,13	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					22.892,48	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 4.575,25	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 2.017.301.341,56	R\$ 2.283.497.126,05	R\$ 2.312.852.190,13	R\$ 2.364.171.895,48	...	17,2
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 523,71	R\$ 497,76	R\$ 549,67	R\$ 553,67	...	5,7

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	9.133	10.890	12.477	13.789
Presos sob custódia das polícias	1.402	1.179	765	1.119
Total de pessoas privadas de liberdade	10.535	12.069	13.242	14.908	258,2	291,2	314,7	349,1	35,2
Vagas do sistema penitenciário	3.832	3.511	8.729	9.610
Déficit de vagas no sistema penitenciário	5.301	7.379	3.748	4.179
Presos provisórios (em % com relação ao total)	53,4%	35,2%	39,1%	38,5%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(*)	(*)	666	1.021	53,3
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	713	800	609	461	100,2	112,8	86,1	65,1	-35,0

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

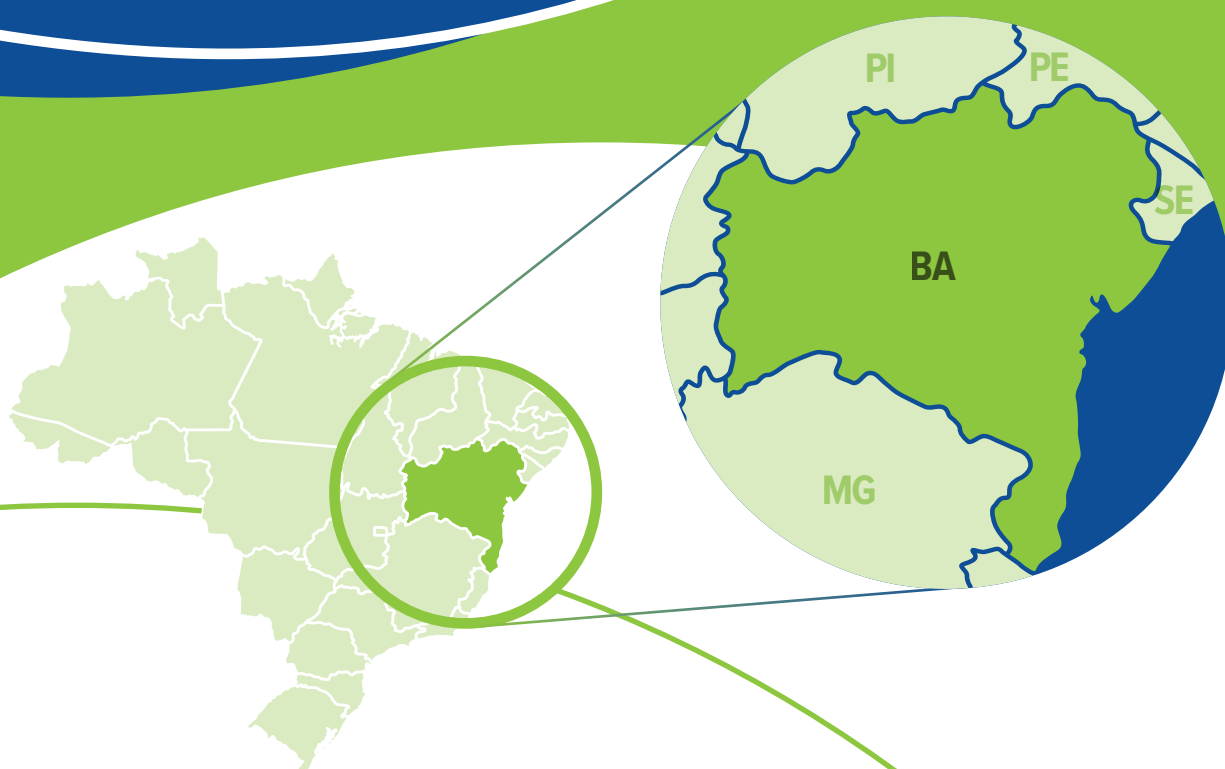
(5) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(6) Variação calculada sobre números absolutos.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública na Bahia



Uma agenda para o controle de homicídios na Bahia

Felipe da Silva Freitas

Professor do Mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor do Mestrado e Doutorado em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). É assessor de programas da Rede Liberdade e diretor da Plataforma Justa.

As mortes violentas intencionais na Bahia cresceram 4,9% entre 2018 e 2021. Trata-se de um monumental desafio em termos de políticas públicas, mas também no que se refere ao diálogo social. Não é possível enfrentar um problema desta magnitude sem participação da sociedade civil organizada, sem cooperação interfederativa e sem uma significativa mudança de valores por parte do conjunto da população.

CONTROLAR AS POLÍCIAS E ENFRENTAR ÀS FACÇÕES E GRUPOS DE EXTERMÍNIO

O desafio passa centralmente pela revisão do paradigma de guerra com que se tem estruturado a segurança pública ao longo dos anos e pelo necessário reconhecimento de que, além de equipar, formar e apoiar, é preciso também controlar e fiscalizar a atividade policial. Os dados deste Anuário revelam que houve um aumento de 26,4% das mortes decorrentes de intervenções policiais no período de 2018 a 2021 no estado. Ainda que os números de lesão corporal seguida de morte tenham caído 24,5% e que os latrocínios tenham recuado 1,2%, no período, o aumento das mortes causadas pela polícia (26,4%) puxou para cima as taxas gerais de mortes. Ou seja, a letalidade policial é parte central do problema dos homicídios nos últimos anos.

A questão também está relacionada com a política de guerra às drogas e com o modelo de megaoperações policiais. O quadro ensejou declarações do próprio secretário de segurança pública do Estado, Ricardo Mandarino, que afirmou em várias ocasiões que a mera proibição do comércio de drogas é um fracasso e que é necessário que o país analise exemplos bem sucedidos de legalização das drogas¹.

Episódios como a chacina da Gamboa, em 2022, quando três jovens foram mortos pela Polícia Militar², ou a operação policial no bairro da Liberdade, em

1 Secretário de Segurança da Bahia defende comércio de maconha. Terra, 20 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/secretario-de-seguranca-da-bahia-defende-comercio-de-maconha,588e123f92d473ddb13ec33e0c3381q8ozppiw.html>. Acesso em 18 de junho de 2022.

2 60 dias da Chacina da Gamboa: organização divulga dados sobre letalidade policial em Salvador e RMS. REDE JUSTIÇA CRIMINAL, 08 de maio de 2022. Disponível em: <https://redejusticacriminal.org/60-dias-da-chacina-da-gamboa-organizacao-divulga-dados-sobre-letalidade-policial-em-salvador-e-rms/>. Acesso em 18 de junho de 2022.

junho de 2021, em que Maria Célia de Santana, de 73 anos, e Viviane Soares, de 40 anos morreram quando foram vítimas de disparo policial enquanto conversavam na porta de casa são exemplos que ilustram tragicamente os dados³. Trata-se de operações policiais que, sob a alegação (muitas vezes precária) de realizar apreensões de drogas, realizam incursões armadas em comunidades populares e promovem verdadeiros massacres. Interromper estas chacinas é uma etapa necessária para superar o problema da alta dos homicídios.

No mesmo sentido, é preciso investigar, por meio da inteligência policial, a atuação das facções e, sobretudo, dos grupos de extermínio que atuam na Bahia. Relatório do governo da Bahia referente a 2020/2021 destacou que uma Força-Tarefa de Combate a Grupos de Extermínio da Corregedoria da SSP/BA realizou no período mais de 33 operações e prendeu mais de 108 pessoas acusadas de envolvimento com grupos de extermínio e extorsões⁴.

São redes ilegais que atuam há muitos anos por dentro do Estado promovendo chacinas, execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados. Em 2005, uma investigação da Câmara dos Deputados apontou as ramificações e formas de atuação destes grupos que ainda hoje, mais de 15 anos depois, persistem em franca atuação⁵.

CONTROLAR AS ARMAS POR UM DEVER DE DEMOCRACIA

O significativo aumento do número de armas de fogo em circulação no país tem papel central no acirramento da violência letal desde o início do governo Bolsonaro. Na Bahia, os registros de armas de fogo através do SINARM, da Polícia Federal, cresceram 45,5% entre 2019 e 2021. As armas cadastradas junto a Polícia Federal partiram de 33.314 em 2019 para assustadores 48.471 em 2021; mesmo com isso, houve queda de 35,7% nas armas de fogo apreendidas entre 2018 e 2021.

3 Mulheres morrem após serem baleadas na porta de casa em Salvador. Isto É, 05 de junho de 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/mulheres-morrem-apos-serem-baleadas-na-porta-de-casa-em-salvador/>. Acesso em 18 de junho de 2022.

4 BAHIA, Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública. Relatório 2020 / 2021.

5 Ver: BRASIL. Câmara dos Deputados. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a região nordeste. Novembro 2005. Disponível em: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/cpi/Rel_Fin_CPIEXTERMINIO_doc.doc. Acesso em 15 de janeiro de 2015.

O incremento do arsenal de armas civis certamente amplia e complexifica o problema do combate aos homicídios, uma vez que grande parte das armas em situação ilegal que as polícias apreendem no país tiveram origem legal e que o tráfico de armas esteja fortemente ligado ao processo de desregulamentação generalizada deste setor. O descontrole e o tráfico de armas são faces da mesma moeda e estão fortemente ligados ao contexto de violência letal acelerada.

PISTAS PARA UMA AGENDA DE COMBATE À VIOLÊNCIA NA BAHIA

Em sentido positivo destaque-se a publicação, por parte da Secretaria de Segurança Pública e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI), do Anuário estadual de segurança pública⁶. Mesmo que preserve problemas de metodologia que dificultam comparações nacionais, a publicação divulga as estatísticas criminais do estado – sistematizadas por um órgão especializado (a SEI BA) – e vai ao encontro das mais modernas práticas de gestão pública ampliando a transparência e viabilizando maior controle social.

Outra inovação importante no estado diz respeito ao anúncio de um vultoso investimento em tecnologia e inteligência policial. Em 2021 o governo da Bahia anunciou a aquisição de um sistema de câmeras de reconhecimento facial, de placas e de análise situacional⁷, bem como declarou que estava realizando estudos para câmeras corporais acopladas em fardas de policiais⁸. Apesar das significativas controvérsias sobre a eficácia do uso destas tecnologias é inegável que o anúncio sinaliza para alteração do paradigma da mera reação policial e do desmedido uso da força.

6 BAHIA. Anuário de Segurança Pública da Bahia. Ano II, SSP/BA – SEI/BA, 2021.

7 Governo inicia operação de 1.200 novas câmeras inteligentes para a segurança pública em Salvador e RMS. SSP/BA, 14 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2022/06/destaques/b1-destaque-sem-foto/governo-inicia-operacao-de-1-200-novas-cameras-inteligentes-para-a-seguranca-publica-em-salvador-e-rms/>. Acesso em 18 de junho de 2022.

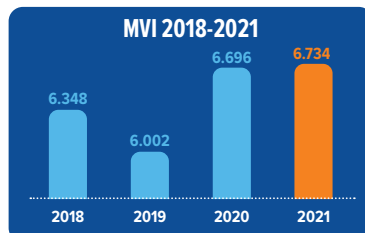
8 Rui anuncia que PMS baianos vão andar com câmeras de monitoramento. Correio, 07 de março de 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/rui-anuncia-que-pms-baianos-va-andar-com-cameras-de-monitoramento/>. Acesso em 18 de junho de 2022.

Segurança Pública na Bahia (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

6.734 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **44,9** por **100 mil habitantes**

2ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Alta de 4,9%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

17.985 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 15,1%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

3.461 armas apreendidas em 2021 **Queda de 35,7%** em relação a 2018

48.471 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 45,5%** em relação a 2019

29.355 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

15.672 pessoas privadas de liberdade em 2021 **Queda de 7,3%** em relação a 2018

1.189 sob custódia das polícias **Alta de 5,4%** em relação a 2020

51,4% dos presos são provisórios **66,2%** a menos que em 2018

1.955 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021 **Déficit de 1.543** vagas no sistema penitenciário em 2021

215 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

66,2% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

5.532 pessoas foram assassinadas em 2021 **Alta de 2,2%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

137 vítimas em 2021 **Queda de 1,2%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

55 vítimas em 2021 **24,5%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

1.010 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Alta de 26,4%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

13 policiais assassinados em 2021 **Queda de 5,5%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

1.493 registros em 2021 **Taxa 27,1%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

431 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 14,1%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

88 desses foram feminicídios

9.899 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Queda de 18%** em relação a 2018

Não há informação sobre medidas distribuídas

15.055 medidas protetivas concedidas em 2021

49.884 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

3.180 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Queda de 5,9%** no período 2018-2021

717 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 61,4%** entre 2020 e 2021

808 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de 1,7% em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: ... Coronel: ... **31.176**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: ... Delegado: ... **5.698**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: ... Médico legista: ...

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **1.252** ...

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 4.368.430.594,62 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 291,51 gasto per capita em 2021 **Queda de 15,8%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DA BAHIA (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	6.348	6.002	6.696	6.734	42,9	40,4	44,8	44,9	4,9
Homicídio doloso	5.349	5.013	5.360	5.532	36,1	33,7	35,9	36,9	2,2
Latrocínio	137	142	108	137	0,9	1,0	0,7	0,9	-1,2
Lesão corporal seguida de morte	72	74	90	55	0,5	0,5	0,6	0,4	-24,5
Mortes decorrentes de intervenções policiais	790	773	1.138	1.010	5,3	5,2	7,6	6,7	26,4
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	14	8	11	13	0,4	0,2	0,3	0,4	-5,5
Pessoas desaparecidas	2.024	1.821	1.456	1.493	13,7	12,2	9,8	10,0	-27,1

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	76	101	113	88	1,0	1,3	1,5	1,1	14,1
Homicídios femininos	422	399	447	431	5,6	5,2	5,8	5,6	0,7
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	11.893	11.837	10.925	9.899	156,5	154,9	142,3	128,4	-18,0
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	18.548	16.921
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	14.370	13.981	15.055
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	45.380	54.848	49.884
Estupro e estupro de vulnerável	3.342	3.451	3.126	3.180	22,6	23,2	20,9	21,2	-5,9
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	450	717	(*)	(*)	11,6	18,7	61,4
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	805	808	(*)	(*)	20,7	21,1	1,7

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	18.675	16.736	14.718	17.985	451,2	386,3	326,6	383,0	-15,1
Roubo e furto de celulares ⁽⁵⁾	77.907	65.093	51.300	43.771	526,0	437,7	343,6	292,1	-44,5
Estelionato	16.589	18.801	28.649	31.784	112,0	126,4	191,9	212,1	89,4
Armas de fogo apreendidas	5.324	4.462	3.992	3.461	35,9	30,0	26,7	23,1	-35,7
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	(*)	33.314	41.416	48.471	45,5
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	29.355	29.355

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁸⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	31.176	(*)	...	31.176	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	5.698	(*)	...	5.698	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.456	1.252	...
Remuneração bruta média dos policiais militares	(*)	(*)	(*)
Remuneração bruta média dos policiais civis	(*)	(*)	(*)
Remuneração bruta média dos profissionais da Perícia	(*)	(*)	(*)
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 4.982.988.853,45	R\$ 5.071.120.550,76	R\$ 4.756.422.657,95	R\$ 4.368.430.594,62	...	-12,3
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 346,25	R\$ 332,51	R\$ 318,57	R\$ 291,51	...	-15,8

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	14.896	15.108	14.380	14.483
Presos sob custódia das polícias	1.820	1.619	1.372	1.189
Total de pessoas privadas de liberdade	16.716	16.727	15.752	15.672	112,8	112,5	105,5	104,6	-7,3
Vagas do sistema penitenciário	11.983	11.983	13.051	12.940
Déficit de vagas no sistema penitenciário	2.913	3.125	1.329	1.543
Presos provisórios (em % com relação ao total)	54,3%	53,5%	51,7%	51,4%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽³⁾⁽⁷⁾	(*)	(*)	1.855	1.955	5,4
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	678	589	324	215	30,4	27,0	15,2	10,3	-66,2

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Dados referem-se ao número de celulares roubados e furtados, e não ao número de ocorrências.

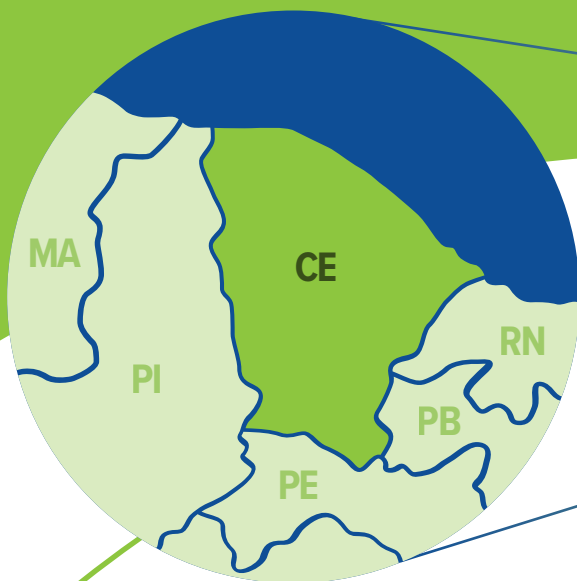
(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Variação calculada sobre números absolutos.

(8) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(9) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Ceará



Segurança Pública no Ceará: finalmente, as estatísticas de mortes violentas sofrem efetivas reduções

Jânia Perla Diógenes de Aquino

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência-LEV-UFC. Possui doutorado em Antropologia Social pela USP (2009) e Pós-Doutorado no Centre de Recherche Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales-CESDIP (2015-16).

Há mais de uma década a Segurança Pública persiste como problema para governos e a sociedade cearense. Desde o início dos anos 2010, o Ceará enfrentava elevações significativas nos crimes violentos, alternadas com reduções intermitentes, sem lograr êxitos expressivos. Um dos fatores que mais contribuíram para esta situação foi a atuação simultânea das três maiores facções do Brasil (Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital e Família do Norte) no estado, além do surgimento de facções locais (como a Guardiões do Estado). Guerras e enfrentamentos mais pontuais entre tais grupos criminais resultaram em centenas de mortes, somadas às execuções de usuários de drogas inadimplentes por traficantes contribuíram para vertiginoso aumento dos homicídios no estado. Mortes e outras violências praticadas por policiais, em serviço ou à paisana, também foram relevantes para o cenário sombrio que se desenhava, onde os maiores prejuízos recaem sobre moradores de periferias urbanas, na capital e no interior. Nos últimos anos, felizmente, dinâmicas sociais, ações governamentais e outras variáveis têm propiciado o arrefecimento da letalidade no contexto cearense.

Esta edição especial do Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresenta alguns dados promissores para o Ceará, para o período 2018-2021, sobretudo em relação a outros levantamentos realizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2011 e 2018. Tais balanços trazem extensos indicadores numéricos, abrangendo estatísticas de crimes violentos, dados sobre o sistema penitenciário, investimentos dos estados em segurança pública e remunerações das Polícias. No presente *Anuário*, o Ceará apresenta melhorias em parte significativa das estatísticas. Vamos aos dados!

No período de 2018 a 2021, o Ceará reduziu em 29,9% as taxas de Mortes Violentas Intencionais (MVI), em 2018 foram registrados 4.788 casos, número que caiu para 3.418 em 2021. Já os registros de Pessoas Desaparecidas foram reduzidos em 15,4%. Em todas as subcategorias de MVI, o estado apresentou decréscimos relevantes. Na quantidade de Homicídios Dolosos a redução foi de 29,1%; os Latrocínios diminuíram em 20,3%; as Lesões Corporais Seguidas de Morte em 31,5%; as Mortes Decorrentes de Intervenções Policiais em 47,6%

e as Mortes de Policiais em Confronto em 23,8%. Embora 3.418 vítimas de mortes violentas intencionais no ano de 2021 ainda seja uma quantidade muito elevada de mortes, as reduções registradas no quadriênio de 2018 a 2021 são consideráveis e se fizeram notar no comparativo entre estados, onde o Ceará caiu da terceira para a quarta posição nos índices de letalidade. Vale também lembrar que em fevereiro de 2020, o estado enfrentou um motim policial, que elevou drasticamente a quantidade de homicídios. Apenas nos 13 dias correspondentes à paralisação, o Ceará registrou 312 assassinatos¹. Um dos episódios dramáticos do motim envolveu o senador Cid Gomes, que foi alvejado ao tentar entrar em um quartel ocupado pelos paredistas, a bordo de um trator.

Em se tratando da Violência contra Públicos Vulneráveis que abrange violências de gênero, sexuais e contra crianças e adolescentes, entre 2018 e 2021 os Homicídios Femininos alcançaram um decréscimo de 25,8% no Ceará; os Femicídios aumentaram em 1,4% e os Estupros e Estupros de Vulnerável subiram 5,8%, só em 2021 foram registrados 1929 casos.

Já com relação aos casos de Lesão Corporal Dolosa-Violência Doméstica, das Medidas Protetivas de Urgência- Concedidas, das Medidas Protetivas de Urgência-Distribuídas, das Chamadas 190- Violência Doméstica, dos Registro de Maus tratos contra crianças e adolescentes e das Lesões Corporais Dolosas - Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes o Ceará não forneceu dados ou os forneceu de modo insuficiente, sinalizando descaso para com mulheres, crianças e adolescentes. Em qualquer contexto esta lacuna seria danosa e no cenário cearense é particularmente grave por se tratar de um estado, cujas ocorrências de violência contra mulheres costumam ser numerosas e dramáticas – a falta de dados dificulta o devido diagnóstico da situação do estado e a realização de políticas públicas para o enfrentamento da violência. Ademais, a sequência de anos contemplada neste Anuário, abrange o período do isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19, quando se soube que em todo o país as violências domésticas, sobretudo de homens contra mulheres, adolescentes e crianças se intensificaram.

¹ A cobertura da imprensa no período ilustra a situação vivenciada no estado no período: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/03/06/312-pessoas-foram-assassinadas-no-ceara-durante-motim-da-pm-diz-secretaria-da-seguranca.ghtml>

Com relação aos Crimes Patrimoniais e nos dados sobre Armas de Fogo, o Ceará registrou avanços no quadriênio, mas também movimentos preocupantes. Os Roubos e Furtos de Veículos foram reduzidos em 21,3%. A queda nos roubos e furtos de veículos em larga medida decorre da expansão do videomonitoramento na capital e no interior do Ceará, que permite o registro em imagens dos roubos e furtos, assim como o acompanhamento dos ladrões no percurso da fuga.

Já o número de Armas de Fogo Apreendidas pelas polícias caiu 16,7%, enquanto os Registros de Armas de fogo ativos na Polícia Federal entre 2019 e 2021 aumentaram 44,2%. Das Armas de Fogo com Registros Expirados na Polícia Federal, o Ceará registrou 23.318 casos em 2021. Este aumento dos registros de armas de fogo no estado reflete tendências observadas em todo o país, onde recomendações expressas do presidente Bolsonaro e seus correligionários incentivam a população na aquisição de armas.

No que concerne ao Efetivo e Salário das Polícias e Gastos com Segurança Pública, o montante das Despesas com Segurança Pública foi de R\$ 2.992.742.459,26 e R\$ 353, per capita em 2018; em 2019 foi R\$ 3.078.332.832,85 e R\$ 338,39 per capita; e em 2020 foi R\$ 3.351.968.285,49 e R\$ 364,86 per capita. Os dados de Despesas com a função Segurança Pública não estão disponíveis para 2022, contudo, em 2021, as Despesas somaram R\$ 3.335.783.586,99 e a proporção per capita chegou a R\$360,99. Em se tratando das quantias investidas, verifica-se aumento contínuo dos montantes destinados à Segurança Pública no quadriênio de 2018 a 2021, somando mais de R\$ 12,7 bilhões. São números hibernólicos que sublinham a necessidade de avanços ainda maiores no setor.

Em 2022, o Efetivo da Ativa da Polícia Militar era de 20.511, com seus soldados recebendo, em média, uma remuneração bruta de R\$5.391,77. Já os Coronéis da PMCE têm uma remuneração bruta média de R\$ 21.869,58. A Polícia Civil do estado, por sua vez, tem um efetivo de 3.701, com a remuneração média do Investigador sendo de R\$ 8.096,34 e a do Delegado de R\$ 22.254,59. A Perícia Forense tinha, em março de 2022, um efetivo de 268

peritos - a remuneração bruta média do Perito Criminal é de R\$ 11.577,30 e a do Médico Legista de R\$ 15.130,53. Por fim, a Polícia Penal tem efetivo de 3.592 e remuneração de R\$ 6.902,90.

Houve um significativo aumento do número de pessoas privadas de liberdade no estado. Em 2018 eram 29.888 detentos, somatório que chegou a 36.772 em 2021. Em 2019, 207 pessoas estavam presas sob custódia das polícias, número que subiu para 385 detentos em 2020; em 2021, houve uma queda relevante, passando para 203 presos sob custódia das polícias. O Total de Pessoas Privadas de Liberdade no Ceará aumentou 21,5% no período de 2018 a 2021, mas o número de Vagas no Sistema Penitenciário também subiu, de 13.254 para 27.587, reduzindo o Déficit de Vagas no Sistema Penitenciário de 16.634 para 9.185. A taxa Presos Provisórios de 50,9% em relação ao total de detentos, em 2018, foi reduzida a 42,6% em 2021. Os Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Fechado somavam 813 em 2018 e decresceram para 450 em 2021, configurando uma redução de 40,3% na taxa.

Ainda sobre execuções penais no Ceará, a partir de 2020 vêm sendo implementada uma ampla reforma, baseada na intensificação de procedimentos disciplinares e vigilância por vídeomonitoramento sobre detentos e a polícia penal. Toda a população carcerária do estado tem sido concentrada em algumas unidades, cuja estrutura física possibilita o isolamento total dos apenados e a instalação de câmeras em suas dependências. Tais medidas têm modificado o cotidiano e as relações de poder nas prisões, reduzido a atuação das facções, as violências físicas entre presos, a circulação de drogas e outros ilícitos, mas têm suscitado também recorrentes denúncias de violações de direitos humanos.

A expansão progressiva do vídeomonitoramento nas vias públicas e penitenciárias indicam mudanças de concepções na gestão da Segurança da Pública no Ceará. Há muito tempo, estudiosos de atividades criminais pelo mundo têm ressaltado que diversos ilícitos não persistiriam sem a colaboração de agentes do estado, uma série de investimentos e medidas de gestão no Ceará dão con-

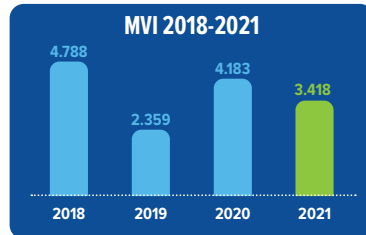
cretude a tais conclusões de pesquisas. A multiplicação das áreas de monitoramento por câmeras não visa apenas flagrar criminosos nas ruas ou infrações de detentos nas prisões, busca também inibir excessos na atuação policial, assim como transações ilegais entre policiais penais e apenados. Há muito para ser discutido sobre o sucesso desta estratégia a longo prazo, suas implicações éticas e impactos sobre a saúde mental dos profissionais da segurança pública, porém os seus resultados imediatos parecem evidentes, na redução de estatísticas criminais, das violências cometidas por policiais e na retomada do controle do sistema penitenciário pelo Estado.

Segurança Pública no Ceará (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

3.418 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **37** por **100 mil habitantes**

4ª maior taxa de MVI do país em 2021. Queda de **29,9%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

11.857 veículos furtados ou roubados em 2021

Queda de **21,3%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

6.080 armas apreendidas em 2021

Queda de **16,7%** em relação a 2018

25.316 armas com registros ativos no SINARM em 2021

Aumento de **44,2%** em relação a 2019

23.218 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

36.975 pessoas privadas de liberdade em 2021

Alta de **21,5%** em relação a 2018

203 sob custódia das polícias

3.170 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **175,2%** em relação a 2020

42,6% dos presos são provisórios

Déficit de **9.185** vagas no sistema penitenciário em 2021

450 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

40,3% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

3.234 pessoas foram assassinadas em 2021. Queda de **29,1%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

43 vítimas em 2021. Queda de **20,3%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

23 vítimas em 2021. **31,5%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

118 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021. Queda de **47,6%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

9 policiais assassinados em 2021. Queda de **23,8%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

1.722 registros em 2021. Taxa **15,4%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

339 mulheres vítimas de homicídios em 2021

31 desses foram feminicídios

Alta de **1,4%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

16.669 medidas protetivas distribuídas e **14.182** medidas protetivas concedidas em 2021

10.270 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

1.929 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Alta de **5,8%** no período 2018-2021

152 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021

Alta de **5,5%** entre 2020 e 2021

235 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Queda de **21,4%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 5.391,77** Coronel: **R\$ 21.869,58**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 8.096,34** Delegado: **R\$ 22.254,59**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 11.577,30** Médico legista: **R\$ 15.130,53**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **R\$ 6.901,90**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 3.335.783.586,99 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 360,99 gasto per capita em 2021. Alta de **2,3%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO CEARÁ (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	4.788	2.359	4.183	3.418	52,8	25,8	45,5	37,0	-29,9
Homicídio doloso	4.481	2.155	3.962	3.234	49,4	23,6	43,1	35,0	-29,1
Latrocínio	53	37	48	43	0,6	0,4	0,5	0,5	-20,3
Lesão corporal seguida de morte	33	31	30	23	0,4	0,3	0,3	0,2	-31,5
Mortes decorrentes de intervenções policiais	221	136	143	118	2,4	1,5	1,6	1,3	-47,6
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	11	2	9	9	0,5	0,1	0,4	0,4	-23,8
Pessoas desaparecidas	2.000	1.912	1.588	1.722	22,0	20,9	17,3	18,6	-15,4

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	30	34	27	31	0,6	0,7	0,6	0,7	1,4
Homicídios femininos	448	225	329	339	9,6	4,8	7,0	7,1	-25,8
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	5.170	110,7
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	16.666	14.975	16.669
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	15.059	10.876	14.182
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	10.270
Estupro e estupro de vulnerável	1.790	1.972	1.812	1.929	19,7	21,6	19,7	20,9	5,8
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	145	152	(*)	(*)	6,0	6,4	5,5
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	301	235	(*)	(*)	12,5	9,9	-21,4

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	13.503	9.730	12.809	11.857	428,9	296,3	377,2	337,5	-21,3
Roubo e furto de celulares	34.427	36.456	38.455	36.780	379,3	399,2	418,6	398,0	4,9
Estelionato	23.877	26.227	51.424	57.089	263,1	287,2	559,7	617,8	134,8
Armas de fogo apreendidas	7.171	5.165	6.117	6.080	79,0	56,6	66,6	65,8	-16,7
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(*)	17.560	21.504	25.316	44,2
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	23.218	23.218

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	20.620	20.511	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	3.820	3.701	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	302	268	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	3.590	3.592	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.391,77	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					21.869,58	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	8.096,34	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					22.254,59	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	11.577,30	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					15.130,53	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 6.902,90	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 2.992.742.459,26	R\$ 3.078.322.832,85	R\$ 3.351.968.285,49	R\$ 3.335.783.586,99	...	11,5
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 353,05	R\$ 338,39	R\$ 364,86	R\$ 360,99	...	2,3

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	29.888	31.569	33.710	36.772
Presos sob custódia das polícias	...	207	385	203
Total de pessoas privadas de liberdade	29.888	31.776	34.095	36.975	329,3	348,0	371,1	400,1	21,5
Vagas do sistema penitenciário	13.254	11.867	20.820	27.587
Déficit de vagas no sistema penitenciário	16.634	19.702	12.890	9.185
Presos provisórios (em % com relação ao total)	50,9%	46,5%	45,6%	42,6%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽³⁾⁽⁶⁾	(*)	(*)	1.152	3.170	175,2
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	813	585	463	450	59,6	44,1	35,8	35,6	-40,3

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(6) Variação calculada sobre números absolutos.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Distrito Federal



Segurança pública e violência no Distrito Federal: 2018-2021

Arthur Trindade Maranhão Costa

Professor da UnB, ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Desde 2013, o Distrito Federal vem apresentando diminuição no número de Mortes Violentas Intencionais. A taxa de homicídios caiu de 25,3 em 2013 para 10,0 em 2021. Uma queda de 60,5% em 8 anos. No período de 2018 a 2021, a taxa de Mortes Violentas Intencionais apresentou uma redução de 33,9%, chegando a 11,2 a cada 100 mil habitantes em 2021, sendo a terceira menor taxa entre as UF brasileiras. Também se verificou redução no número de crimes cometidos contra mulheres. Ainda no período de 2018 a 2021, houve redução nos registros de feminicídios, violência doméstica, estupros e violência contra crianças e adolescentes. Além disso, as taxas de crimes contra o patrimônio apresentaram queda, especialmente nos roubos e furtos de veículos.

A queda continuada nas taxas de mortes violentas intencionais e crimes contra o patrimônio é resultado da melhoria da capacidade de governança da segurança pública. Em especial, verificou-se o fortalecimento capacidade da Secretaria de Segurança Pública de planejar, coordenar e avaliar ações e projetos.

Ao longo da primeira década de 2000 eram poucos os estados que tinham efetivamente um plano de segurança pública. Igualmente, o Distrito Federal também não possuía um plano com objetivos, metas e indicadores bem definidos. A partir de 2015, o quadro começou a mudar. Nesse ano, o governo do DF apresentou o plano segurança Viva Brasília, com dois objetivos gerais: redução dos crimes violentos letais intencionais (homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) e aumento da sensação de segurança. Sua implantação previa ações em três eixos: responsabilização, indicadores e governança. Em 2019, com a mudança de governo, foi anunciado o Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social. O novo plano também trazia objetivos, metas e indicadores bem definidos, bem como mantinha e aprimorava os diversos mecanismos de governança que haviam sido criados.

Para aumentar a responsabilização das ações, foram criadas as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) e as Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP), integrando as ações das Polícia Militar e Civil. As AISP e RISP faziam coincidir as áreas de atuação dos batalhões e delegacias de polícia. Isso permitiu que os comandantes

e delegados que chefiavam as respectivas corporações fossem responsabilizados pelo cumprimento dos objetivos e metas dos planos de segurança.

Nesse escopo foi criada a Subsecretaria de Gestão da Informação (SGI), destinada a produzir os dados e indicadores de criminalidade e segurança pública. A unidade passou a produzir relatórios técnicos e análises criminais para orientar o planejamento das ações. As iniciativas na área passaram a ter seus resultados monitorados e avaliados.

Também foram criados os comitês gestores do plano de segurança pública, com a finalidade de aumentar a governança das ações. No nível operacional, foram implantados os Comitês Gestores Regionais, integrados pelos comandantes e delegados de cada RISP. À coordenação geral da política coube ao Comitê Executivo, presidido pelo governador e composto pelo secretário de Segurança Pública, pelos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, pelos diretores da Polícia Civil e do Departamento de Trânsito.

Para melhorar o desempenho da investigação dos crimes violentos foi criada a Câmara Técnica de Homicídios composta por representantes da PC, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Em 2019, a Câmara passou a monitorar as ações para reduzir os feminicídios. Ali eram discutidas soluções para mitigar os problemas de falta de integração entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal.

A instauração de áreas integradas de segurança pública, da Subsecretaria de Gestão da Informação, dos comitês gestores e da câmara técnica aumentou significativamente a capacidade de governança da área, ampliando o papel da Secretaria de Segurança Pública.

É interessante notar que a redução das principais taxas criminais aconteceu no mesmo período que se verificou diminuição nos efetivos das forças de segurança pública. Em 2015, PMDF possuía 14.395 policiais nos seus quadros¹. Esse

1 Segundo dados da Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública de 2015. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/pesquisaperfil/pesquisas-perfil-da-instituicoes-de-seguranca-publica#>>. Acessado em: 20 de julho de 2022.

número foi reduzido para 10.815 em 2022². Uma queda de 24,9%. O que mostra que o desempenho das forças de segurança pública no controle da criminalidade não está automaticamente relacionado ao tamanho do seu efetivo. Embora exista um número mínimo de policiais necessários para desempenhar as funções, a efetividade do controle da criminalidade depende de planejamento baseado em evidências, coordenação e metas.

Apesar da diminuição dos efetivos, o Distrito Federal continua sendo uma das unidades da federação com a maior proporção de policiais por habitantes. Além disso, os policiais do Distrito Federal estão entre os mais bem remunerados do país. Em 2022, a remuneração média dos policiais militares e civis do Distrito Federal foi a segunda maior do Brasil.

Isso só possível graças aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) que são transferidos pela União para custear despesas com segurança, saúde e educação. Em 2021, o governo do Distrito Federal gastou pouco mais R\$ 993 milhões com segurança pública e recebeu cerca R\$ 7,612 bilhões do Fundo Constitucional para custear as despesas da área. Considerando também o repasse do FCDF, em 2021, o DF apresentou o quarto maior orçamento da área entre os estados, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A soma, desta forma, equivale a cerca de R\$ 2.775 por habitante, correspondendo ao maior gasto per capita em segurança pública do país.

Apesar do significativo volume de recursos destinados ao setor, observa-se que a maior parte dos gastos se concentra no pagamento de pessoal ativo, inativo e no custeio das polícias. Esse quadro tem afetado negativamente os investimentos realizados em segurança pública, que vêm diminuindo desde 2015. Este desinvestimento tem colocado em risco a capacidade operacional das organizações de segurança pública, bem como impedido que inovações sejam realizadas. Assim, a construção de novos sistemas de informação e de comunicação e a implementação de novos programas de policiamento acabaram sendo adiadas.

2 Segundo dados do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

O aumento das despesas com pessoal não se resume à contratação e reajustes salariais. Ao contrário, embora o número de policiais tenha diminuído nos últimos anos, o volume de gastos com a folha de pagamento tem crescido. Isso se deve ao aumento das despesas com auxílios e indenizações.

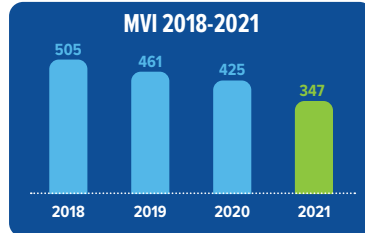
Esse quadro de execução orçamentária ocorre em função dos problemas de governança do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Primeiro, esses recursos não estão incluídos nos limites de gastos com pessoal do Distrito Federal. Desse modo, não há limites para nossa expansão dos gastos com pessoal das polícias e do Corpo de Bombeiros. Segundo, existem lacunas e omissões na legislação de promoções que permitem o crescimento do número de militares promovidos. Terceiro, embora seja um fundo da União, o governo distrital pode legislar sobre concessões de auxílios e indenizações. E, finalmente, o detalhamento das despesas do FCDF não permite o efetivo acompanhamento da sua execução orçamentária.

Segurança Pública no Distrito Federal (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

347 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **11,2** por **100 mil habitantes**

3ª menor taxa de MVI do país em 2021
Queda de **33,9%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

5.763 veículos furtados ou roubados em 2021
Queda de **43,2%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

1.673 armas apreendidas em 2021
Queda de **2,9%** em relação a 2018

243.806 armas com registros ativos no SINARM em 2021
Aumento de **7%** em relação a 2019

97.421 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

27.721 pessoas privadas de liberdade em 2021

Alta de **61,7%** em relação a 2018

104 sob custódia das polícias

4.922 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **87,4%** em relação a 2020

13,2% dos presos são provisórios

Déficit de **12.591** vagas no sistema penitenciário em 2021

525 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

45% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

310 pessoas foram assassinadas em 2021
Queda de **35,1%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

23 vítimas em 2021
Queda de **33%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

6 vítimas em 2021
a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

8 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021
Alta de **53,8%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Nenhum policial assassinado em 2021
Queda de **100%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

2.078 registros em 2021
Taxa **16,8%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

43 mulheres vítimas de homicídios em 2021
Queda de **14,1%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

25 desses foram feminicídios

3.127 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021
Queda de **80,4%** em relação a 2018

14.471 medidas protetivas distribuídas e **9.768** medidas protetivas concedidas em 2021

27.836 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

593 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021
Queda de **27,7%** no período 2018-2021

441 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021
Alta de **21,6%** entre 2020 e 2021

277 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes
Queda de **11%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média
Soldado: **R\$ 8.491,75**
10.815 Coronel: **R\$ 26.023,02**

Polícia Civil: Remuneração bruta média
Investigador: **R\$ 15.771,50**
3.058 Delegado: **R\$ 25.438,04**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média
Perito criminal: **R\$ 23.349,01**
588 Médico legista: **R\$ 23.023,94**

Polícia Penal: Remuneração bruta média:
1.744 **R\$ 12.701,16**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 993.485.763,24 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 321,07 gasto per capita em 2021
Queda de **5,1%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO DISTRITO FEDERAL (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	505	461	425	347	17,0	15,3	13,9	11,2	-33,9
Homicídio doloso	459	422	376	310	15,4	14,0	12,3	10,0	-35,1
Latrocínio	33	25	33	23	1,1	0,8	1,1	0,7	-33,0
Lesão corporal seguida de morte	8	6	5	6	0,3	0,2	0,2	0,2	-27,9
Mortes decorrentes de intervenções policiais	5	8	11	8	0,2	0,3	0,4	0,3	53,8
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	2	0	1	0	0,1	0,0	0,1	0,0	-100,0
Pessoas desaparecidas	2.401	2.876	2.008	2.078	80,7	95,4	65,7	67,2	-16,8

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	28	32	17	25	1,8	2,0	1,1	1,6	-14,1
Homicídios femininos	47	60	39	43	3,0	3,8	2,5	2,7	-12,0
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	15.368	3.160	3.276	3.127	994,9	201,9	206,6	194,7	-80,4
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	10.419	15.423	14.471
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	9.140	7.909	9.768
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	26.123	26.968	27.836
Estupro e estupro de vulnerável	789	906	699	593	26,5	30,0	22,9	19,2	-27,7
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	365	441	(*)	(*)	49,2	59,8	21,6
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	313	277	(*)	(*)	42,2	37,6	-11,0

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	9.293	8.562	6.503	5.763	512,7	454,2	336,2	291,1	-43,2
Roubo e furto de celulares ⁽⁵⁾	42.022	40.723	27.523	27.199	1412,6	1350,6	900,9	879,0	-37,8
Estelionato	13.911	15.815	25.078	40.533	467,6	524,5	820,8	1309,9	180,1
Armas de fogo apreendidas	1.657	1.393	1.588	1.673	55,7	46,2	52,0	54,1	-2,9
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	(*)	227.940	232.859	243.806	7,0
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	97.417	97.421

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁸⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	10.555	10.815	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	3.158	3.058	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	589	588	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	2.153	1.744	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	8.491,75	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					26.023,02	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	15.771,50	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					25.438,04	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	23.349,01	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					23.023,94	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 12.701,16	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 980.136.958,49	R\$ 1.009.357.917,48	R\$ 1.074.749.989,74	R\$ 993.485.763,24	...	1,4
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 338,38	R\$ 319,88	R\$ 351,78	R\$ 321,07	...	-5,1

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	16.356	16.586	16.008	27.617
Presos sob custódia das polícias	125	187	195	104
Total de pessoas privadas de liberdade	16.481	16.773	16.203	27.721	554,0	556,3	530,4	895,9	61,7
Vagas do sistema penitenciário	7.397	7.398	14.719	15.026
Déficit de vagas no sistema penitenciário	8.959	9.188	1.289	12.591
Presos provisórios (em % com relação ao total)	21,5%	18,4%	23,3%	13,2%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁷⁾	(*)	(*)	2.626	4.922	87,4
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	981	921	773	525	231,1	218,0	184,7	127,1	-45,0

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) A UF considera todos os roubos em que foi subtraído pelo menos um celular, não necessariamente sendo este objeto o alvo principal da ocorrência.

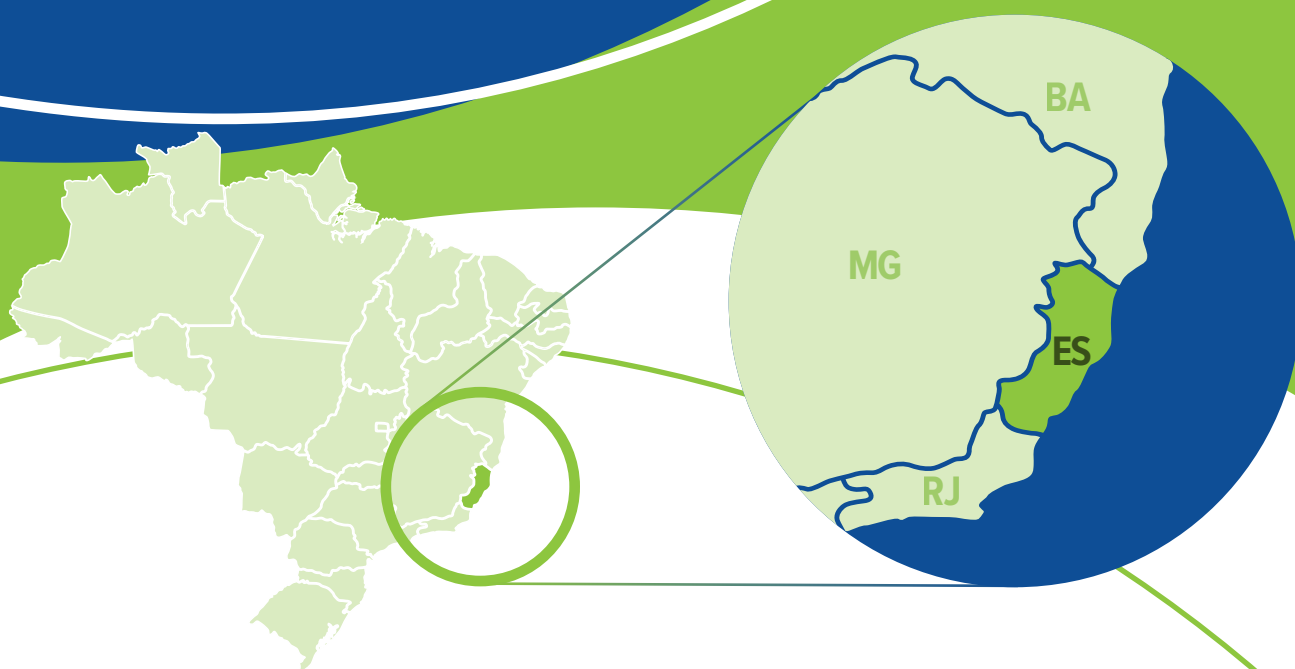
(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Variação calculada sobre números absolutos.

(8) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(9) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Espírito Santo



A consolidação de um caminho para segurança pública no Espírito Santo

David Marques

Coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Doutor em Sociologia pela UFSCar.

Marina Bohnenberger

Mestranda em Antropologia Social (USP) e Consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Amanda Lagreca

Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e mestranda em Administração Pública e Governo na FGV.

Entre 2018 e 2021, o Espírito Santo seguiu a tendência nacional de queda nas Mortes Violentas Intencionais (MVI), com recuo de 5,5% na taxa por 100 mil habitantes no período. Em 2021, o estado chegou a 1.160 pessoas mortas, com taxa de 28,2 mortes por 100 mil habitantes, ocupando o 13º lugar nas taxas de MVI, ainda acima da taxa nacional, que foi de 22,3. A menor taxa registrada no período analisado se deu em 2019, com 26,5 pessoas mortas a cada 100 mil. Entretanto, entre os fenômenos que compõem as MVI, nota-se que essa queda foi impulsionada pelos homicídios dolosos e pelo número de policiais mortos em confronto, que caíram, respectivamente, 7,6% e 61,9% de 2018 a 2021. Contudo, houve aumento expressivo na taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais, que chegou a 40 vítimas em 2021, tendo crescido 28,9% no período. Em seguida vêm os latrocínios, com alta de 22,3%.

Este cenário coloca alguns desafios ao estado, que tem priorizado a construção de uma política de segurança mais qualificada. O Estado Presente em Defesa da Vida é um programa com acúmulo importante, tendo sido implementado em gestões anteriores e retomado na gestão atual. Um estudo realizado por pesquisadores do Ipea identificou que entre 2010 e 2014 o número de homicídios do estado observou uma redução de 10,2% e avaliou que, caso não fossem realizadas as ações e investimentos do programa, o número de homicídios teria aumentado 29% no mesmo período (CERQUEIRA et. al., 2020).

É importante ressaltar que estes investimentos na modernização e qualificação da política de prevenção à violência, sobretudo das mortes violentas intencionais, ocorrem neste estado que se destacava no cenário nacional com problemas de segurança pública e altos níveis de homicídios nos anos 2000, cujo ponto de maior destaque talvez tenha sido a morte do juiz Alexandre Martins de Castro Filho, em Vila Velha, em 2003 (SOARES; LEMOS; MIRANDA, 2009). O Espírito Santo também ficou marcado pela atuação de grupos de extermínio, incluindo a famigerada Scuderie Le Cocq. Além disso, em 2017, o estado enfrentou uma greve da polícia militar, que se deu por meio da ocupação das entradas das unidades militares por familiares de policiais.

Atualmente, o estado tem investido na qualificação das equipes técnicas de gestão do programa, assim como na liderança de profissionais de segurança pública, além do estabelecimento de parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais com vistas a melhoria das estratégias de intervenção no cenário local. Em outra linha de ação, apresentou um plano consistente para melhorar o tratamento oferecido pelo sistema de segurança pública ao tema das armas de fogo no estado¹. Por fim, o Espírito Santo tem buscado articular uma rede de estados comprometidos com a qualificação de suas políticas de segurança pública e apresentou os traços comuns das experiências bem-sucedidas na redução da violência nestes estados, refletidos na Carta de Vitória².

A mesma queda verificada nas MVI não pôde ser observada nas violências contra grupos vulneráveis. Em 2021, 38 mulheres foram vítimas de feminicídios, um aumento de 8% quando comparado a 2018, na contramão da tendência de redução dos feminicídios no Brasil. Embora o estado presencie o menor registro de feminicídios do período em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, quando 26 mulheres foram mortas por sua condição de gênero, esse número cresceu expressivamente em 2021.

Os registros de lesão corporal por violência doméstica, por outro lado, apresentaram queda significativa de 8,5%, com 1.910 casos em 2021, embora a taxa ainda seja alarmante: 91,6 mulheres a cada 100 mil foram vítimas no ano passado desse crime. Com o isolamento social para contenção da transmissão do vírus, a expectativa era de maior exposição aos riscos desse tipo de violência, uma vez que, além de o convívio com os potenciais algozes ter se intensificado, as mulheres perderam acesso a redes de apoio que são fundamentais para prevenção de crimes como esse. Ainda assim, o Espírito Santo foi uma das Unidades da Federação a apresentar queda desses registros em 2020 e 2021. Os crimes de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica cometidos contra crianças e adolescentes caíram ainda mais: 20,9% entre 2020 e 2021, na contramão do aumento no país inteiro – os registros de maus tratos contra crianças e adolescentes, contudo, tiveram aumento de 6,5% no período mais recente.

1 O Modelo Integrado de Controle de Armas de Fogo no Espírito Santo pode ser acessado em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/7921>

2 A íntegra da Carta de Vitória pode ser acessada em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/7965>

Os estupros e estupros de vulneráveis costumam apresentar a mesma característica dos crimes de violência doméstica, já que estudos apontam que a maior parte das vítimas conhece seu agressor, muitas vezes um familiar, o que tenderia a aumentar a exposição em períodos de isolamento social. No Espírito Santo também houve queda desses registros, da ordem de 10% no período 2018-2021, com a taxa chegando ao seu menor valor em 2021 (35,2 casos a cada 100 mil habitantes).

Quanto aos crimes patrimoniais, o Espírito Santo registrou o menor número de roubo e furto de veículos do período 2018-2021, chegando a 8.841 registros em 2021, queda de 32,3%. O estado também apresentou uma queda significativa nos registros de roubos e furtos de celulares, passando de 11.223 em 2018, para 8.481 - menor valor registrado no período. Em sentido contrário, houve um crescimento de quase 300% (292,4%) nos casos de estelionato no estado.

Embora as apreensões de armas de fogo tenham subido 31,8%, preocupa o aumento de 93,3% no número de registro de armas de fogo no SINARM entre 2019 e 2021. Em 2021, o estado tinha 41.106 registros ativos. O número de armas com registro expirados, ou seja, que podem estar circulando irregularmente e sem supervisão, também espanta: são 25.218 armas nessas condições. Assim, nota-se a importância da qualificação da política de controle de armas de fogo que tem sido implementada pelo estado.

No Espírito Santo, no período analisado, as despesas com segurança pública tiveram seu pico em 2018, apresentando quedas e um leve incremento em 2021, o que não impediu que os valores investidos caíssem 4% no período. Quando observamos os valores per capita, a redução é ainda maior – de 11,4%. O Estado gastou, por cidadão, R\$ 398,76 em 2021, tendo gastado uma média de R\$ 450,22 em 2018.

A taxa de pessoas privadas de liberdade por 100 mil habitantes caiu timidamente, com variação de 1,5% no período. São 23.488 pessoas presas no estado, 41 delas sob custódia das polícias em 2021. 35,7% ainda não passaram por julga-

mento e estão presas provisoriamente. O déficit de vagas chegou a 8.349 em 2021, com tendência de queda no período, quando houve aumento das vagas no sistema prisional. O número de adolescentes cumprindo medida socioeducativa seguiu a tendência nacional, com queda de 32,3% entre 2018 e 2021. O sistema prisional no estado foi alvo de grandes investimentos desde os anos 2000 e é um dos elementos que ajudam a explicar a melhoria no cenário da segurança pública no Espírito Santo neste período.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, D. et. al. UMA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O PROGRAMA ESTADO PRESENTE DO ESPÍRITO SANTO. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2543.pdf. Acesso em: 22 jul. 2022.

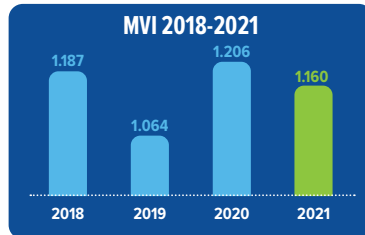
SOARES, L. E; LEMOS, C. E. R; MIRANDA, R. R. Espírito Santo. São Paulo: Editora Objetiva, 2009).

Segurança Pública no Espírito Santo (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

1.160 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **28,2** por **100 mil habitantes**

13ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Queda de 5,5%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

8.841 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 32,3%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

4.095 armas apreendidas em 2021 **Alta de 31,8%** em relação a 2018

41.106 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 93,3%** em relação a 2019

25.218 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

23.488 pessoas privadas de liberdade em 2021 **3.848** pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Queda de 1,5% em relação a 2018

41 sob custódia das polícias

Alta de 62,6% em relação a 2020

35,7% dos presos são provisórios

Déficit de 8.349 vagas no sistema penitenciário em 2021

551 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

32,3% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.060 pessoas foram assassinadas em 2021 **Queda de 7,6%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

43 vítimas em 2021 **Alta de 22,3%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

17 vítimas em 2021 **17,4%** a mais que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

40 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Alta de 28,9%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

2 policiais assassinados em 2021 **Queda de 61,9%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

1.741 registros em 2021 **Taxa 20,6%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

107 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 8%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

38 desses foram feminicídios

1.910 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Queda de 8,5%** em relação a 2018

12.107 medidas protetivas distribuídas e **9.465** medidas protetivas concedidas em 2021

46.791 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

1.447 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Queda de 10%** no período 2018-2021

209 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 6,5%** entre 2020 e 2021

95 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes **Queda de 20,9%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 6.025,34** Coronel: **R\$ 28.097,80**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 12.061,52** Delegado: **R\$ 23.008,58**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 10.935,45** Médico legista: **R\$ 8.930,50**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **3.344 R\$ 5.468,09**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.638.322.895,46 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 398,76 gasto per capita em 2021 **Queda de 11,4%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO ESPÍRITO SANTO (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.187	1.064	1.206	1.160	29,9	26,5	29,7	28,2	-5,5
Homicídio doloso	1.109	987	1.107	1.060	27,9	24,6	27,2	25,8	-7,6
Latrocínio	34	26	39	43	0,9	0,6	1,0	1,0	22,3
Lesão corporal seguida de morte	14	10	20	17	0,4	0,2	0,5	0,4	17,4
Mortes decorrentes de intervenções policiais	30	41	40	40	0,8	1,0	1,0	1,0	28,9
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	6	0	0	2	0,6	-	-	0,2	-61,9
Pessoas desaparecidas	2.120	1.708	1.597	1.741	53,4	42,5	39,3	42,4	-20,6

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	34	35	26	38	1,7	1,7	1,3	1,8	8,0
Homicídios femininos	94	126	102	107	4,7	6,2	4,9	5,1	10,0
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	2.017	2.466	2.278	1.910	100,0	120,9	110,4	91,6	-8,5
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	11.702	11.228	12.107
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	6.834	7.804	9.465
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	12.277	46.549	46.791
Estupro e estupro de vulnerável	1.555	1.741	1.508	1.447	39,1	43,3	37,1	35,2	-10,0
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	196	209	(*)	(*)	19,3	20,5	6,5
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	120	95	(*)	(*)	11,8	9,3	-20,9

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	11.223	9.563	9.109	8.481	579,4	475,5	438,3	392,6	-32,3
Roubo e furto de celulares	39.355	38.174	26.550	26.561	990,7	949,9	653,3	646,5	-34,7
Estelionato	7.272	9.213	18.464	29.515	183,1	229,3	454,3	718,4	292,4
Armas de fogo apreendidas	3.005	3.334	3.900	4.095	75,6	83,0	96,0	99,7	31,8
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	(*)	21.268	29.227	41.106	93,3
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	25.218	25.218

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	7.853	8.173	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.673	1.848	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	251	350	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	3.201	3.344	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	6.025,34	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					28.097,80	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	12.061,52	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					23.008,58	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	10.935,45	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					8.930,50	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 5.468,09	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.706.473.894,45	R\$ 1.546.238.201,23	R\$ 1.550.083.313,41	R\$ 1.638.322.895,46	...	-4,0
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 450,22	R\$ 429,70	R\$ 381,41	R\$ 398,76	...	-11,4

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	22.993	23.427	23.528	23.447
Presos sob custódia das polícias	51	43	41	41
Total de pessoas privadas de liberdade	23.044	23.470	23.569	23.488	580,1	584,0	579,9	571,7	-1,5
Vagas do sistema penitenciário	13.961	13.784	15.075	15.098
Déficit de vagas no sistema penitenciário	9.032	9.643	8.453	8.349
Presos provisórios (em % com relação ao total)	40,0%	33,6%	30,2%	35,7%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽³⁾⁽⁶⁾	(*)	(*)	2.366	3.848
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	845	749	510	551	158,9	143,0	98,6	107,7	-32,3

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de Estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

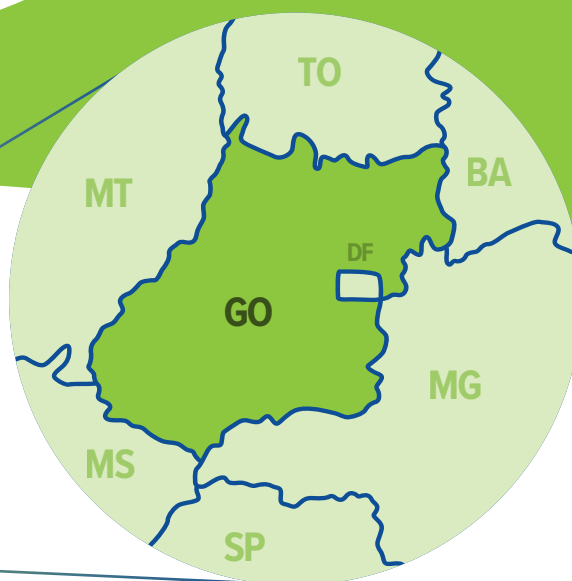
(5) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(6) Variação calculada sobre números absolutos.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Goiás



Números que nos fazem indagar: qual é mesmo a política de segurança em Goiás?

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Perito Criminal aposentado da Polícia Civil do Distrito Federal. Perito particular, Assistente Técnico em processos cíveis e criminais, professor em cursos de Pós-Graduação e consultor na área de perícia. Membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Quando analisamos os números da segurança pública no estado de Goiás entre os anos de 2018 e 2021 percebemos uma tendência que não é exatamente trazida pelo comportamento matemático e estatístico que os números deveriam ser capazes de demonstrar. Antes, verifica-se uma tendência quanto à incapacidade de se estabelecerem políticas públicas de segurança, o que não é uma particularidade do estado, mas quase uma regra geral para o país. Isso se reflete na própria oscilação que verificamos nos números de uma forma geral. Muitas vezes fatores aleatórios ao esforço empreendido na busca de melhores índices, bem como ao investimento empregado, acabam influenciando os números de uma forma complexa e de difícil mensuração.

Quanto às Mortes Violentas Intencionais (MVI), as taxas para 100 mil habitantes mostram uma redução entre os anos de 2018 e 2021 que alcança 33,2%. Quando consideramos apenas a variação entre 2020 e 2021, a redução é de 15,9%. Apesar da boa notícia, o estado apresenta, ainda, a 16ª maior taxa entre todas as unidades da federação, tendo caído da 12ª para 15ª posição em relação aos dados divulgados em 2021. A taxa apresentada em 2021, de 26,1 mortes por 100 mil habitantes, está, inclusive, acima da taxa nacional que foi de 22,3 mortes por 100 mil habitantes.

Um dado que merece atenção é o número de registros de armas de fogo apreendidas entre 2018 e 2021. A variação aponta para um crescimento de 323,4%. Paralelamente, em números absolutos havia 64.137 registros de armas de fogo no estado no ano de 2021. Esse aumento reflete a atual política nacional de cunho armamentista, tendência que se verifica não apenas em Goiás, mas em todo o país.

Observa-se ainda, uma constante redução do número de homicídios dolosos no estado. Entre 2018 e 2021 essa redução atinge 43,6%, enquanto a taxa de latrocínios apresentou para o período considerado uma queda ainda maior, de 59,8%. Essas reduções são indicativas de uma tendência, mas é preciso ampliar essa série histórica para podermos cravar que ela tenha se estabelecido efetivamente. Não deixa de ser algo a se comemorar entre os números da segurança pública do estado.

No que diz respeito ao número de pessoas desaparecidas, apesar da taxa por 100 mil habitantes ter mostrado para o período de 2018 a 2021 uma queda de 38,3%, houve um crescimento entre 2020 e 2021, com 6,2% de aumento, o que revela uma oscilação. Ações concretas voltadas para a redução desses números são tímidas.

Ao adentrarmos nos números referentes aos crimes contra mulheres, nota-se um crescimento relevante dos feminicídios, que para o período entre 2018 e 2021 apresentou um crescimento de 43,9%, embora os dados de homicídios femininos para o mesmo período tenham apresentado redução de 35,7%. Ao analisar-se apenas a variação das taxas para 100 mil habitantes de 2021 para 2022, os números passam a ser mais preocupantes, pois a taxa passou de 1,2 em 2021 para 1,5 em 2022. Ainda mais assustador é o número referente aos estupros e estupros de vulneráveis: no período considerado, a taxa para 100 mil habitantes apresentou um crescimento de 23,4%. A ausência de políticas públicas ou ações concretas voltadas para a redução destes índices é a razão pela qual não se verificam os avanços que se fazem necessários.

Nunca é demais lembrar que em uma sociedade que busca ser justa e que adota para si um enquadramento de um estado democrático de direito, todas as vidas importam, ou deveriam importar. Não existem vidas mais ou menos importantes. No estado de Goiás, o número de mortes decorrentes de intervenções policiais segue elevado. No período de 2018 a 2021 a taxa para 100 mil habitantes cresceu 28,9%, apesar de uma redução verificada de 2020 para 2021, com taxas que variaram de 8,9 para 8,0. Ao totalizarmos os números desse índice chegamos à assustadora cifra de 2.169 pessoas mortas pela polícia, uma média aproximada de 10 pessoas por semana. No mesmo período, embora o dado referente a 2018 não esteja disponível, as mortes entre os policiais, tanto em serviço quanto fora dele variaram entre 4 e 6 mortes por ano. A falta de um planejamento transparente e da adoção de políticas públicas assertivas para abordar o problema acaba por repassar ao policial a responsabilidade de um enfrentamento que, por si, reduza o número de criminosos nas ruas. É o estado conferindo uma carta branca para a atuação policial.

Para garantir a vida e a saúde daqueles que trabalham na segurança pública, é preciso também a adoção de políticas públicas de segurança, além, é claro de investimentos. É preciso mais do que simplesmente gastar, é preciso saber gastar. Números trazidos pelo anuário no que se refere à despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública, mostram, em números absolutos, entre 2018 e 2021 uma redução de R\$ 615,79 para R\$ 460,18.

Fica evidente a influência de um menor investimento estatal, já que os valores da despesa com a Função Segurança Pública, também apresentaram queda, oscilando de 4,1 bilhões em 2019 para 3,3 bilhões em 2021.

Não menos importante é direcionarmos nosso olhar sobre o sistema prisional. Entre 2018 e 2021, o número total de pessoas privadas de liberdade oscilou, mas apresentou um crescimento final de mais de 3 mil pessoas em números absolutos. A taxa por 100 mil habitantes fechou esse período com um crescimento de 9,4%, e mesmo contando com uma ampliação no número de vagas no sistema, que passou de 15.758 em 2018 para 20.522, seguimos com um déficit que sobrecarrega toda a estrutura e torna o atendimento ao preso ainda mais precário, em desacordo com os preceitos recomendados pelos direitos humanos. De positivo, destaca-se a redução de presos provisórios com relação ao total de presos, que caiu desde 2018, de 44,4% para 36,7% em 2021.

Resta seguir com a indagação inicial: qual a política pública implementada para a segurança? Urge que o estado abrace uma perspectiva sistêmica, baseada em transparência, contrapondo uma abordagem meramente repressora, apartada da ciência e das garantias dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Segurança Pública em Goiás (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)



1.881 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **26,1** por **100 mil habitantes**

15ª maior taxa de MVI do país em 2021



Queda de **33,2%** em relação a 2018

MVI 2018-2021



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

6.812 veículos furtados ou roubados em 2021



Queda de **71,5%** em relação a 2018

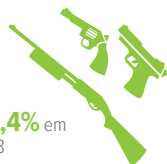


ARMAS DE FOGO

5.577 armas apreendidas em 2021



Alta de **323,4%** em relação a 2018



64.137 armas com registros ativos no SINARM em 2021



Aumento de **41,6%** em relação a 2019



41.208 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

26.380 pessoas privadas de liberdade em 2021



Alta de **9,4%** em relação a 2018



15 sob custódia das polícias

2.638 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021



Queda de **34,1%** em relação a 2020

36,7% dos presos são provisórios



Déficit de **5.843** vagas no sistema penitenciário em 2021

191 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado



57,5% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.239 pessoas foram assassinadas em 2021



Queda de **43,6%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

44 vítimas em 2021



Queda de **59,8%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

22 vítimas em 2021



65,4% a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

576 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021



Alta de **28,9%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

4 policiais assassinados em 2021



PESSOAS DESAPARECIDAS

2.463 registros em 2021



taxa **38,3%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

130 mulheres vítimas de homicídios em 2021



Alta de **43,9%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

54 desses foram feminicídios

8.131 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021



Queda de **31,7%** em relação a 2018

16.652 medidas protetivas distribuídas e **11.738** medidas protetivas concedidas em 2021



1.890 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



3.069 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021



Queda de **7,6%** no período 2018-2021

836 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021



Alta de **23,4%** entre 2020 e 2021

837 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes



Queda de **4,2%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 9.381,74** Coronel: **R\$ 37.498,45**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 12.163,51** Delegado: **R\$ 31.343,50**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 19.387,35** Médico legista: **R\$ 18.045,92**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **1.876 R\$ 8.917,12**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 3.316.298.906,57 gastos pelo Estado em 2021



R\$ 460,18 gasto per capita em 2021



Queda de **25,3%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE GOIÁS (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	2.705	2.251	2.209	1.881	39,1	32,1	31,1	26,1	-33,2
Homicídio doloso	2.110	1.623	1.510	1.239	30,5	23,1	21,2	17,2	-43,6
Latrocínio	105	59	46	44	1,5	0,8	0,6	0,6	-59,8
Lesão corporal seguida de morte	61	36	22	22	0,9	0,5	0,3	0,3	-65,4
Mortes decorrentes de intervenções policiais	429	533	631	576	6,2	7,6	8,9	8,0	28,9
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço ⁽²⁾	...	6	5	4	...	0,4	0,3	0,3	-28,3
Pessoas desaparecidas	3.835	3.397	2.289	2.463	55,4	48,4	32,2	34,2	-38,3

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽³⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	36	41	44	54	1,0	1,2	1,2	1,5	43,9
Homicídios femininos	194	149	106	130	5,6	4,2	3,0	3,6	-35,7
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	11.430	8.936	9.260	8.131	327,6	252,5	258,1	223,6	-31,7
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	18.200	16.580	16.652
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	...	3.992	11.738
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	2.133	1.621	1.890
Estupro e estupro de vulnerável	3.189	3.334	2.951	3.069	46,1	47,5	41,5	42,6	-7,6
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽⁴⁾	(*)	(*)	675	836	36,7	45,3	23,4
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽⁴⁾	(*)	(*)	870	837	47,3	45,3	-4,2

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁵⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	21.403	12.130	7.959	6.812	547,5	299,2	189,3	155,9	-71,5
Roubo e furto de celulares	24.653	41.584	32.192	28.094	356,2	592,5	452,5	389,8	9,4
Estelionato	18.173	21.847	35.290	55.603	262,6	311,3	496,1	771,6	193,8
Armas de fogo apreendidas	1.265	5.890	6.264	5.577	18,3	83,9	88,1	77,4	323,4
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ⁽²⁾	(*)	45.289	53.551	64.137	41,6
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	41.208	41.208

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	11.921	11.304	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	3.137	3.077	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	767	762	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.605	1.876	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	9.381,74	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					37.498,45	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	12.163,51	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					31.343,50	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	19.387,35	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					18.045,92	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 8.917,12	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 3.945.603.649,07	R\$ 4.157.993.174,28	R\$ 3.512.846.734,41	R\$ 3.316.298.906,57	...	-15,9
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 615,79	R\$ 586,82	R\$ 493,83	R\$ 460,18	...	-25,3

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	23.075	25.761	22.988	26.365
Presos sob custódia das polícias	83	189	17	15
Total de pessoas privadas de liberdade	23.158	25.950	23.005	26.380	334,6	369,7	323,4	366,1	9,4
Vagas do sistema penitenciário	15.758	14.108	13.591	20.522
Déficit de vagas no sistema penitenciário	7.317	11.653	9.397	5.843
Presos provisórios (em % com relação ao total)	44,4%	41,3%	43,3%	36,7%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁴⁾	(*)	(*)	4.004	2.638	-34,1
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	463	433	192	191	48,8	46,2	20,7	20,7	-57,5

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(3) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(4) Variação refere-se ao período 2020-2021.

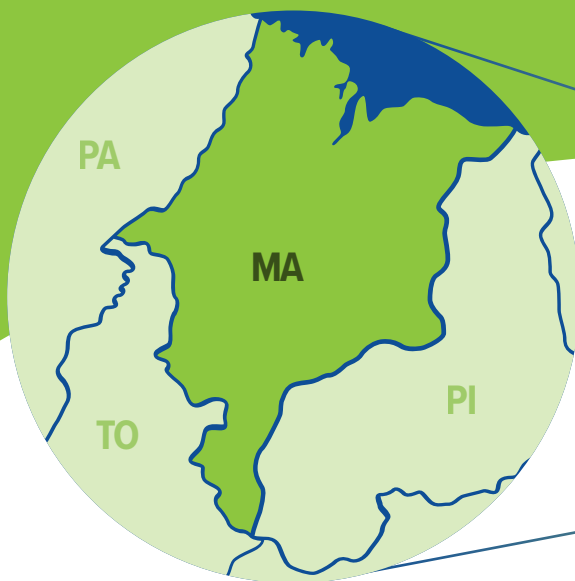
(5) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(6) Variação calculada sobre os números absolutos.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Maranhão



Facções criminosas e dinâmica da violência no Maranhão

Luiz Eduardo Lopes Silva

Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Observatório da Segurança do Maranhão / Rede de Observatórios da Segurança. Coordenador da Rede de Estudos Periféricos da Baixada Maranhense (REP da Baixada), Vice Coordenador da Rede de Estudos Periféricos (REP). Membro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

Tem ocorrido no Brasil um debate profícuo sobre a dinâmica da violência letal e suas principais características. O que essa ampla literatura tem apontado é que a violência letal não é um fenômeno disseminado aleatoriamente na sociedade brasileira. Ao contrário, ela apresenta concentrações sociais: atingindo desproporcionalmente jovens do sexo masculino, pretos e pardos, especialmente aqueles engajados em mercados ilegais. Também apresenta concentrações geográficas: presente desproporcionalmente em regiões pobres do país, notadamente, nas periferias urbanas. Refletindo assim uma sociedade racista e desigual, de maneira que é possível afirmar que a dinâmica da violência letal tem características históricas e sociais bem definidas no Brasil, e o Maranhão não é uma exceção.

É possível afirmar que a ascensão de grupos criminais, popularmente conhecidos como *facções*, ocorrida na última década no Maranhão, impactou profundamente a dinâmica da violência letal no estado. Originadas nas entranhas de um sistema prisional profundamente caótico e desumano, as facções maranhenses nasceram e se consolidaram no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, localizado em São Luís, durante o ciclo de violentas rebeliões entre os anos de 2007 e 2014, que chocaram o país com repetidas imagens de cabeças decapitadas e corpos seviciados que se espalharam rapidamente nas redes. Além das condições aviltantes, estas rebeliões eram impulsionadas por uma violenta rivalidade que se estabeleceu no interior do complexo penitenciário, entre presos oriundos do interior do estado, contra presos da capital. Esta rivalidade vai consolidar a existência de duas facções opostas. A partir de uma intrincada dialética que conecta cadeia e periferias, proporcionada pelo encarceramento em massa, estas organizações expandiram sua atuação para as periferias do estado. Seguindo a lógica geográfica da rivalidade presente no cárcere, o Primeiro Comando do Maranhão (PCM), encabeçado sobretudo por detentos oriundos do interior, vai ter presença majoritária nas periferias das cidades do interior do estado. Por seu turno, com o Bonde dos 40 Ladrão (B40), acontece o oposto, por ser formado principalmente pelos presos da capital, estabelece sua hegemonia na região metropolitana, consolidada desde o ano de 2014.

Essa configuração inicial das facções no Maranhão – B40 *versus* PCM – sofreu profundas alterações a partir de fins de 2016, após um violento racha entre as duas maiores facções do país – o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). A partir daí, a dinâmica faccional no Maranhão se reconfigurou com a extinção do PCM, pois parte dos seus integrantes passaram a fazer parte do CV, e outra parte aderiu ao PCC. A partir de 2017 o Bonde dos 40 estabeleceu um acordo de paz com o PCC, que durou até fins de 2019. Desde então, essas 3 facções – B40, CV e PCC – disputam hegemonia na cena criminal maranhense, porém com uma distribuição territorial distinta da inicial. Isto devido a facção B40 ter avançado para diversos municípios do interior, se expandindo até o estado vizinho do Piauí, conquistando territórios que anteriormente pertenciam ao PCC e ao CV.

Tenho me dedicado ao estudo das facções criminosas no Maranhão nos últimos anos, juntamente com colegas da Rede de Estudos Periféricos / Rede de Estudos Periféricos da Baixada Maranhense e Observatório da Segurança do Maranhão / Rede de Observatórios da Segurança. Nossas conclusões de pesquisas me levam a afirmar que, apenas se colocarmos em análise a atuação e a expansão dessas organizações no Maranhão, é possível entender o crescimento da violência letal no estado na presente série histórica (2018-2021). Dessa maneira, primeiro é preciso destacar que o crescimento de Mortes Violentas Intencionais, com o Maranhão ocupando o 12º lugar do país (entre 2018 e 2021, houve variação de 11,7% na taxa de MVI), corresponde ao exato recorte temporal no qual a facção B40 empreende uma ofensiva para os municípios do interior do estado, que registram as maiores taxas de crescimento desses eventos violentos. Nesse mesmo período, a capital registrou uma queda desses números, tendência colocada após 2014, quando a referida facção impôs sua hegemonia. Desde então, essa hegemonia na capital se expande e se consolida, fazendo das cidades interioranas o epicentro da disputa nos últimos anos. Logo, não apenas as grandes cidades do interior, mas também cidades de médio e até de pequeno porte – que outrora possuíam uma rotina relativamente pacata – passaram a conviver com a violência decorrente dessa disputa, cuja disseminação encontra terreno fecundo num cenário de profunda desigualdade social e racial, pobreza e baixíssimo índice de desenvolvimento humano.

É também no quadro desse conflito que precisamos interpretar a subida de 30,2% dos índices de latrocínio. Também há correlações desse fenômeno com o crescimento de 11,5% da letalidade policial, que já estava num patamar alto e foi insuflada ainda mais por um contexto de ascensão da ideologia da extrema direita, que aposta na exacerbação da violência, ancorada numa narrativa de desrespeito aos direitos humanos que encontra larga adesão entre setores das polícias. Os crescimentos se deram entre 2018 e 2021.

O crescimento da população prisional (13,1%) – a despeito da pandemia – indica uma continuada aposta no encarceramento em massa como tecnologia de poder de administração da pobreza. Ainda que o ciclo de rebeliões violentas tenha sido interrompido – devido à política de separação sistemática das facções rivais, somada a interiorização do sistema penitenciário com inauguração de novos presídios no interior do estado – ainda podemos perceber um alto índice de presos provisórios no sistema penitenciário e a mistura desses com presos condenados, e também uma persistência da superlotação.

O CRESCIMENTO DOS FEMINICÍDIOS NO MARANHÃO

O crescimento dos feminicídios (26,5%) está ligado a outras dinâmicas que no presente contexto foram fortemente impactadas pela pandemia. Os números em análise indicam uma aparente contradição. Por um lado, revelam o crescimento dos números de feminicídios, bem como o aumento das medidas protetivas (tanto distribuídas – crescimento de 18,5% - quanto concedidas – crescimento de 33,7%; dados de 2019 a 2021). Por outro, apontam uma retração significativa do registro de lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica (-60%) e das chamadas de emergência realizadas ao 190 (número oficial da Polícia Militar) com denúncias de violência doméstica (-39%). Essa contradição no Brasil tem sido comum, não sendo uma especificidade do Maranhão, e pode apontar para um aumento da subnotificação da violência doméstica nesse período. Especialistas no tema tem destacado que a subnotificação foi intensificada pelo enclausuramento de mulheres vítimas desse tipo de violência durante a pandemia, que dificultou a

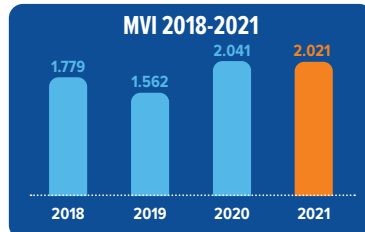
atuação das redes de proteção, somada à dependência financeira piorada pelas dificuldades impostas por esse contexto. Assim, embora os dados indiquem para um cenário de crescimento da subnotificação de casos com lesão corporal dolosa, que iniciam o ciclo da violência doméstica, tal subnotificação não consegue esconder o resultado final e trágico desse ciclo: o feminicídio.

Segurança Pública no Maranhão (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

2.021 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **28,3** por **100 mil habitantes**

12ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Alta de 11,7%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

6.854 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 15,3%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

2.391 armas apreendidas em 2021 **Queda de 1,1%** em relação a 2018

22.119 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 60,5%** em relação a 2019

20.213 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.833 pessoas foram assassinadas em 2021 **Alta de 11,3%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

94 vítimas em 2021 **Alta de 30,2%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

9 vítimas em 2021 **36,8%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

85 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Alta de 11,5%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

5 policiais assassinados em 2021 **Alta de 2,1%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

592 registros em 2021 **Taxa 37,7%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

134 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 26,5%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

58 desses foram feminicídios

3.279 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Queda de 60%** em relação a 2018

14.861 medidas protetivas distribuídas e **14.340** medidas protetivas concedidas em 2021

7.271 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

1.903 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Alta de 57,4%** no período 2018-2021

264 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 100,8%** entre 2020 e 2021

1.079 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de 56,8% em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 5.866,13** Coronel: **R\$ 25.431,00**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 9.265,69** Delegado: **R\$ 28.806,79**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 15.131,71** Médico legista: **R\$ 13.383,82**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **649 R\$ 9.819,92**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

13.106 pessoas privadas de liberdade em 2021 **Alta de 13,1%** em relação a 2018

Nenhuma sob custódia das polícias

7.614 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021 **Alta de 63%** em relação a 2020

40,1% dos presos são provisórios

Déficit de **1.371** vagas no sistema penitenciário em 2021

229 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado **36,5%** a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.980.444.257,46 gastos pelo Estado em 2021 **Queda de 15,1%** em relação a 2018

R\$ 276,86 gasto per capita em 2021 **Queda de 15,1%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO MARANHÃO (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.779	1.562	2.041	2.021	25,3	22,1	28,7	28,3	11,7
Homicídio doloso	1.619	1.401	1.859	1.833	23,0	19,8	26,1	25,6	11,3
Latrocínio	71	76	75	94	1,0	1,1	1,1	1,3	30,2
Lesão corporal seguida de morte	14	13	13	9	0,2	0,2	0,2	0,1	-36,8
Mortes decorrentes de intervenções policiais	75	72	94	85	1,1	1,0	1,3	1,2	11,5
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	5	1	5	5	0,4	0,1	0,4	0,4	2,1
Pessoas desaparecidas	934	799	610	592	13,3	11,3	8,6	8,3	-37,7

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	45	51	65	58	1,3	1,4	1,8	1,6	26,5
Homicídios femininos	100	102	125	134	2,8	2,8	3,5	3,7	31,5
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	8.038	7.317	3.059	3.279	225,0	203,5	84,5	90,1	-60,0
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	12.541	13.130	14.861
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	10.725	12.055	14.340
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	11.911	8.376	7.271
Estupro e estupro de vulnerável	1.189	1.450	1.663	1.903	16,9	20,5	23,4	26,6	57,4
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	133	264	5,9	11,9	100,8
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	696	1.079	31,1	48,7	56,8

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	7.073	6.864	4.104	6.854	416,9	386,3	221,2	353,2	-15,3
Roubo e furto de celulares ⁽⁵⁾	15.445	22.804	217,1	318,8	46,8
Estelionato ⁽⁵⁾	10.728	13.148	150,8	183,8	21,9
Armas de fogo apreendidas	2.378	2.589	2.099	2.391	33,8	36,6	29,5	33,4	-1,1
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	13.779	17.029	22.119	60,5
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	20.213	20.213

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	10.898	10.688	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.829	1.799	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	209	207	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.593	649	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.866,13	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					25.431,00	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	9.265,69	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					28.806,79	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	15.131,71	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					13.383,82	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 9.819,92	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 2.144.717.589,32	R\$ 2.169.996.815,03	R\$ 2.155.613.920,94	R\$ 1.980.444.257,46	...	-7,7
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 326,01	R\$ 312,50	R\$ 302,98	R\$ 276,86	...	-15,1

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	11.359	12.346	12.241	13.106
Presos sob custódia das polícias	39	41	-	-
Total de pessoas privadas de liberdade	11.398	12.387	12.241	13.106	162,0	175,1	172,1	183,2	13,1
Vagas do sistema penitenciário	8.338	9.345	11.007	11.735
Déficit de vagas no sistema penitenciário	3.021	3.001	1.234	1.371
Presos provisórios (em % com relação ao total)	44,6%	36,1%	40,2%	40,1%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	4.670	7.614	63,0
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	374	416	255	229	30,3	34,0	21,1	19,2	-36,5

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

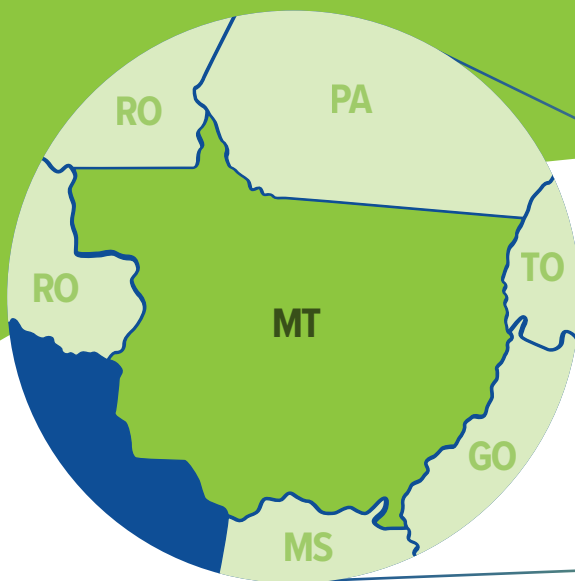
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Mato Grosso



Considerações sobre a Segurança Pública em Mato Grosso

Wilquerson Felizardo Sandes

Coronel da reserva (PMMT), doutor em educação (Unicamp) e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG) e professor voluntário do IFMT no curso de Especialização em Gestão Estratégica Aplicada da Segurança Pública (Curso Superior de Polícia 2022).

Esta análise é realizada a partir do cruzamento de dados deste Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021, com dados extraídos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022¹ e do Anuário da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) de Mato Grosso².

Preliminarmente destacamos que o Estado de Mato Grosso, com 3,52 milhões de habitantes, vive um amplo desenvolvimento econômico. É um grande polo do agronegócio nacional e internacional. O ecoturismo é uma atividade atrativa economicamente, nos biomas do pantanal, cerrado e amazônico. O estado possui uma vasta área de fronteira terrestre com a Bolívia. Sobre a dinâmica criminal de impacto, além do dia a dia nas áreas urbanas e rurais de 141 municípios, as forças de segurança pública em Mato Grosso, lidam com o enfrentamento de grupos armados³ e facções criminosas, ligadas ao tráfico de drogas a partir da fronteira com a Bolívia (rotas de trânsito nacional e internacional); roubo de veículos, implementos e defensivos agrícolas e cargas rodoviárias; roubo de instituições financeiras na modalidade “novo cangaço”; e crimes ambientais. Outros aspectos peculiares sobre segurança pública envolvem questões fundiárias e indígenas.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 (p. 313), o gasto *per capita* com segurança pública no estado foi o maior do Brasil em 2021, com R\$ 877,92, enquanto a média nacional foi R\$ 478,22. Como boas práticas na área de segurança pública, destacam-se as ações integradas. Na faixa de fronteira oeste, isso se dá com a atuação do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON 2002-2022). A integração operacional ocorre via o Gabinete de Gestão Integrada Estadual (GGI-E 2003-2022) e as 15 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs 2015-2022). As RISPs são áreas compatibilizadas entre as forças de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Perícias Oficial e Identificação Técnica), situadas nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Sinop, Rondonópolis, Barra do Garças, Cáceres, Tangará da Serra, Juína, Alta Floresta, Vila Rica, Primavera do Leste,

1 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

2 Disponível em: <http://www.sesp.mt.gov.br/anuario-sesp>

3 Em 2020, conforme anuário da SESP-MT, foram apreendidos 462 revólveres, 165 pistolas, 322 espingardas, 4 metralhadoras, 8 fuzis e 73 kg de explosivos.

Pontes e Lacerda, Agua Boa, Nova Mutum e Guarantã do Norte. É um espaço de soluções integradas para o enfrentamento à criminalidade, via inteligência integrada, planejamento estratégico, com ações preventivas e repressivas contendo metas conjuntas. Em cada RISP, além dos indicadores de criminalidade, são verificados indicadores de produtividade, tais como operações integradas, ações preventivas via palestras, registros de atendimentos e apreensões. Tais informações são apresentadas no Anuário da SESP.

Sobre os índices criminais, divulgados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018-2021, no Estado de Mato Grosso, os homicídios dolosos por cem mil habitantes reduziram em 21,1%, com taxas de 26,6 em 2018 e 21,0 em 2021. Outros índices por cem mil habitantes que reduziram foram: latrocínios com taxas de 1,0 em 2018 e 0,8 em 2021, representando uma queda de 22,3% e lesão corporal seguida de morte com taxas de 0,8 em 2018 e 0,2 em 2021, representando uma queda de 70,3%. Os índices de mortes violentas intencionais⁴, apesar de queda no cômputo geral, registraram oscilações nas taxas por cem mil habitantes. As taxas foram: 28,4 em 2018, 26 em 2019, 28,1 em 2020 e 24,9 em 2021. As taxas entre 2018 a 2019 seguiam uma tendência de redução desde 2014 conforme dados do anuário anterior. Porém em 2020 ocorreu um aumento da taxa e, em 2021, nova redução. A taxa de feminicídio por cem mil habitantes da população feminina do estado, oscilou de 2,3 a 2,5 nos anos de 2018, 2019 e 2021, mas elevou para 3,6 em 2020.

É importante destacar entre 2020 e 2021, a pandemia de Covid-19. Dentre as ações globais para conter a propagação do vírus, o mundo vivenciou o distanciamento social, “fique em casa” em 2020 e a vacinação em 2021. Conforme Nota Técnica do FBSP⁵ sobre a violência doméstica durante a Pandemia de Covid-19,

a situação de isolamento domiciliar tem como possível efeito colateral consequências perversas para as milhares de mulheres brasileiras em situação de violência doméstica, na medida em que elas não apenas são

4 Somatório de: homicídio doloso, roubo seguido de morte, feminicídio, lesão corporal seguida de morte, morte decorrente de intervenção policial.

5 Nota Técnica. Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid 19 (2020), edição 3. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/05/violencia-domestica-covid-19-ed03-v3.pdf>. Acesso em: 26jun2022.

obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores, mas também podem encontrar ainda mais barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia

No período entre 2020 e 2021, conforme Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 (p. 75), os números absolutos de mortes decorrentes de intervenções policiais foram 128 e 103 casos, respectivamente⁶. Observando o Anuário da SESP-MT 2020, a taxa média por cem mil habitantes é de 3,69. As cinco RISP com maiores taxas de mortes por intervenções policiais, são: Cáceres (9,54), Cuiabá (4,78), Várzea Grande (4,74), Guarantã do Norte (4,64) e Alta Floresta (4,51).

Quanto aos crimes contra o patrimônio, roubos e furtos de veículos as taxas reduziram em 29,1%, com taxas de 227,1 em 2018 para 161,1 em 2021.

Quanto aos números absolutos do sistema prisional, a população carcerária saltou de 12.760 em 2019 para 17.110 em 2021, representando um aumento de pessoas privadas de liberdade em 34,1%. Quanto ao déficit de vagas, ocorreu redução de 3.810 em 2019 para 1.235 em 2021, o que não deixa de ser uma boa notícia.

Quanto às despesas com segurança pública, ocorreu um incremento entre 2018 e 2021. Em 2018 foram 2,38 bilhões de reais e em 2021 foram 3,13 bilhões de reais, representando um aumento de 31,2%.

DESAFIOS SOBRE A INTEGRAÇÃO⁷

No serviço público, os planejamentos de médio e longo prazo sofrem impactos pela dificuldade de monitoramento e pela descontinuidade enquanto política de governo. Muitas ações não alcançam o *status* de políticas públicas de Estado que perduram ao longo do tempo. Na administração pública, é recorrente entre os gestores, ao assumirem um novo cargo (técnico ou político) descon-

6 Conforme o Anuário da SESP-MT 2020 (p. 30), o indicador registro de morte por intervenção policial, passou a ser monitorado a partir de 2020.

7 O texto possui como referência o artigo de Durante e Sandes: [...] Diagnóstico e perspectivas quanto à trajetória dos GGIs (335-343pp). In: Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança pública [...]. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/12373/1/15livro-ggi-capa-verde.pdf>. Acesso em: 10jul2022.

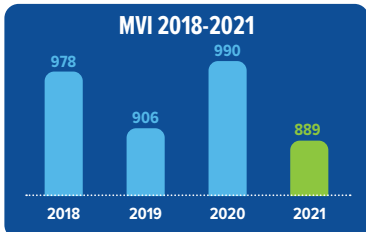
tinuarem as políticas anteriores, independentemente dos resultados efetivos para solução dos problemas. Porém, em Mato Grosso, a política de integração transpôs diversos governos, com atividades integradas, criação do GGIE e posterior consolidação das RISP. A integração é um ponto forte enquanto política de estado na área de segurança pública mato-grossense. A integração entre as forças de segurança pública permite o diálogo produtivo, na medida em que os participantes, ao longo das operações se familiarizavam dentro do grupo, abrem parte das “caixas pretas” institucionais e compartilham experiências profissionais. A integração, em tese, proporciona sinergia na solução de dificuldades e frustrações e os participantes se sensibilizam sobre a necessidade de compreender melhor as diferentes atribuições e papéis, visando identificar possibilidades de parcerias. Um efeito imediato da integração é a substituição dos atos protocolares e longa burocracia por ligações gerenciais recíprocas com rápida articulação de demandas interinstitucionais. Vale destacar que a tarefa de integrar não exige grande empreendimento financeiro, mas grandes empreendimentos nas relações humanas. Isto posto, exigem-se dos participantes algumas qualidades, tais como: controle das vaidades pessoal e institucional; capacidade de estabelecer confiança; bom-humor; senso de cooperação; resistência à frustração e elevado comprometimento social. Essas atitudes permitem extrair consensos e garantem mútua ajuda na solução de problemas. É importante entender que os problemas comuns unem as pessoas, enfatizando que o exercício do consenso tem que ser o ponto central nas tomadas de decisões efetivas em torno do tema segurança pública. Isto possibilita contribuir para a concretização do preceito constitucional do artigo 144: “[...] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.” (C.F. 1988)

Segurança Pública no Mato Grosso (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

889 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **24,9** por **100 mil habitantes**

17ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Queda de 12,3%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.936 veículos furtados ou roubados em 2021

Queda de 29,1% em relação a 2018



ARMAS DE FOGO

2.253 armas apreendidas em 2021

Queda de 7,1% em relação a 2018



52.380 armas com registros ativos no SINARM em 2021



Aumento de 92,6% em relação a 2019



39.469 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

749 pessoas foram assassinadas em 2021

Queda de 21,1% em relação a 2018

LATROCÍNIO

29 vítimas em 2021



Queda de 22,3% no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

8 vítimas em 2021



70,3% a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

103 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021

Alta de 46,2% em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL



Queda de 47% em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

1.914 registros em 2021



Taxa 11,9% menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

85 mulheres vítimas de homicídios em 2021

Queda de 1,4% na taxa de feminicídios em relação a 2018

43 desses foram feminicídios

9.419 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021

Queda de 10,8% em relação a 2018

14.170 medidas protetivas distribuídas e **12.430** medidas protetivas concedidas em 2021



600 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



1.661 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Queda de 4,4% no período 2018-2021



662 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021



Alta de 10,8% entre 2020 e 2021

1.904 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes



Variação de -0,3% em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018-2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 7.103,57**
6.836 Coronel: **R\$ 34.279,20**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 14.707,69**
2.922 Delegado: **R\$ 30.956,55**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 27.780,74**
493 Médico legista: **R\$ 25.623,71**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **2.600 R\$ 8.480,09**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

17.166 pessoas privadas de liberdade em 2021

Alta de 29,8% em relação a 2018



56 sob custódia das polícias

1.642 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Queda de 21,2% em relação a 2020

38,4% dos presos são provisórios



Déficit de 1.235 vagas no sistema penitenciário em 2021

107 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

4,1% a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 3.131.276.784,57 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 877,89 gasto per capita em 2021

Alta de 16,2% em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO MATO GROSSO (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	978	906	990	889	28,4	26,0	28,1	24,9	-12,3
Homicídio doloso	916	842	810	749	26,6	24,2	23,0	21,0	-21,1
Latrocínio	36	41	27	29	1,0	1,2	0,8	0,8	-22,3
Lesão corporal seguida de morte	26	23	25	8	0,8	0,7	0,7	0,2	-70,3
Mortes decorrentes de intervenções policiais	68	73	128	103	2,0	2,1	3,6	2,9	46,2
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	2	3	1	1	0,2	0,3	0,1	0,1	-47,0
Pessoas desaparecidas	2.096	2.008	1.692	1.914	60,9	57,6	48,0	53,7	-11,9

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	42	39	62	43	2,5	2,3	3,6	2,4	-1,4
Homicídios femininos	68	87	104	85	4,0	5,1	6,0	4,8	20,3
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	10.171	10.329	9.735	9.419	600,0	601,4	559,7	534,9	-10,8
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	13.604	13.603	14.170
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	10.148	9.742	12.430
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	2.317	765	600
Estupro e estupro de vulnerável	1.676	1.823	1.613	1.661	48,7	52,3	45,7	46,6	-4,4
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	595	662	(*)	(*)	60,6	67,1	10,8
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.901	1.904	(*)	(*)	193,5	193,0	-0,3

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	4.726	4.203	3.182	3.936	227,1	190,2	137,0	161,1	-29,1
Roubo e furto de celulares	13.968	16.268	14.609	18.092	405,8	466,9	414,3	507,2	25,0
Estelionato	7.421	8.934	13.862	15.768	215,6	256,4	393,1	442,0	105,0
Armas de fogo apreendidas	2.339	2.189	2.217	2.253	68,0	62,8	62,9	63,2	-7,1
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	27.201	35.942	52.380	92,6
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	39.469	39.469

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	6.855	6.836	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	2.931	2.922	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	357	493	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	2.528	2.600	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	7.103,57	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					34.279,20	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	14.707,69	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					30.956,55	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	27.780,74	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					25.623,71	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 8.480,09	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 2.387.050.154,49	R\$ 2.693.327.975,08	R\$ 2.836.257.512,51	R\$ 3.131.276.784,57	...	31,2
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 755,56	R\$ 720,52	R\$ 804,33	R\$ 877,79	...	16,2

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	12.760	12.519	15.864	17.110
Presos sob custódia das polícias	-	43	28	56
Total de pessoas privadas de liberdade	12.760	12.562	15.892	17.166	370,7	360,5	450,7	481,2	29,8
Vagas do sistema penitenciário	8.843	8.709	13.547	15.875
Déficit de vagas no sistema penitenciário	3.827	3.810	2.317	1.235
Presos provisórios (em % com relação ao total)	49,5%	45,4%	41,8%	38,4%
Pessoas privadas de liberdade em programa de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	2.084	1.642	-21,2
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	114	103	97	107	23,1	21,0	20,0	22,1	-4,1

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

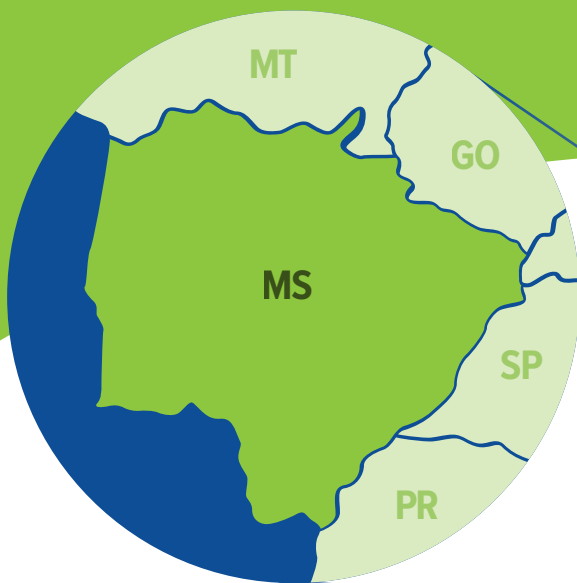
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Mato Grosso do Sul



Qualificando os indicadores da violência no Mato Grosso do Sul

André Luiz Faisting

Sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela UFSCar, professor nos cursos de graduação em Ciências Sociais e do mestrado em Sociologia da UFGD, coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira (LADIF/UFGD).

Os dados apresentados nessa edição especial do Anuário revelam que, entre 2018 e 2021, as mortes violentas intencionais no Mato Grosso do Sul tiveram variação negativa de 3,4%, com taxas de mortes por 100 mil habitantes de 21,5 em 2018 e 20,7 em 2021. Em termos absolutos, foram 590 mortes em 2018 e 589 em 2021. Esses dados colocam o estado com a 6ª menor taxa de mortes violentas intencionais no país em 2021. A quase totalidade dessas mortes ocorreu por homicídio doloso, com taxas de 19,9 em 2018 e 19,8 em 2021, com variação negativa de apenas 0,2%. Em termos absolutos, foram 546 homicídios em 2018 e 563 em 2021. Os indicadores de latrocínios tiveram uma redução mais significativa, com variação negativa de 65%, caindo de 36 em 2018 para 13 em 2021, e as mortes decorrentes de intervenções policiais também reduziram 19,6%, o que se explica por uma redução significativa em 2020, ano marcado por períodos de maior isolamento social em decorrência da pandemia da Covid-19. Apenas as lesões corporais seguidas de morte aumentaram 57,3%, passando de 8 em 2018 para 13 em 2021.

Apesar da redução nesses indicadores, ainda não se pode falar em tendências gerais de redução das mortes violentas intencionais em Mato Grosso do Sul, especialmente em relação aos homicídios. Daí a importância de identificar e qualificar os públicos mais vulneráveis às mortes violentas no estado, de forma especial as mulheres e os indígenas que, em geral, são menos destacados nas análises dos indicadores de segurança pública.

As 537 mortes de mulheres, registradas entre 2018 e 2021, colocam Mato Grosso do Sul na primeira posição entre os estados com maiores taxas de homicídio feminino, bem como na segunda posição em taxas de feminicídio (BUENO, et al., 2021, p. 95). Do total de mortes de mulheres, 27,9% foram classificadas como feminicídios, e apesar da redução de 15,7% nos registros desse crime no período, os dados permanecem alarmantes, sobretudo se considerarmos, também, o aumento de registros das chamadas 190 – violência doméstica (161,1%), das medidas protetivas de urgência distribuídas (26,4%) e concedidas (9,7%). Em contraste com os 27 feminicídios registrados em 2017, os números cresceram substancialmente nos anos seguintes, com 42 em 2018, 30 em 2019, 41 em 2020 e 37 em 2021. Os registros de estupro e estupro de vulnerável também

aumentaram, passando de 2.283 em 2018 para 2.455 em 2021, números que ainda podem estar subestimados em função da pandemia da Covid-19, como apontado no Anuário 2021 (BUENO, et al., 2021, p. 93).

No que se refere à violência contra os povos indígenas, enquanto os índices de homicídios no Brasil caíram na última década, a taxa de homicídios de indígenas aumentou, passando de 15/100 mil em 2009 para 23,9/100 mil em 2018. E mesmo reduzindo para 18,3/100 mil em 2019, manteve-se acima da taxa de 2011 que era de 14,9/100 mil. Em Mato Grosso do Sul, que conta a segunda maior população indígena do país, não foi diferente, e a taxa de homicídios de indígenas em 2019 foi de 44,8/100 mil, muito superior à taxa de homicídios para o estado que foi de 17,7/100 mil (CERQUEIRA et al., 2021, p. 83-84), o que demonstra a situação de vulnerabilidade dos indígenas em Mato Grosso do Sul.

Corroborando com esses dados, o Relatório Violência contra os Povos Indígenas aponta que 113 indígenas foram assassinados no Brasil em 2019, número menor que os 135 registrados em 2018. Contudo, essa redução também não ocorreu no Mato Grosso do Sul, que passou de 38 homicídios em 2018 para 40 em 2019, ano em que o estado liderou o *ranking* nacional com 35,4% dos homicídios de indígenas no país (CIMI, 2020, p. 7). Analisando os relatórios anteriores do CIMI, constata-se que, depois de registrar 41 homicídios em 2014, houve queda significativa nos três anos seguintes, até voltar a subir novamente em 2018 e 2019 para o mesmo patamar de 2014.

No que se refere aos crimes patrimoniais, destaca-se a redução de 31,2% nos registros de roubo e furto de veículos entre 2018 e 2021. Contudo, pela relação direta com os homicídios, o aumento do registro de armas de fogo é outro indicador relevante a ser destacado. Ao mesmo tempo em que a apreensão de armas de fogo reduziu 16,4% no estado, os registros ativos dessas armas na Polícia Federal aumentaram 52%, passando de 16.217 em 2019 para 24.645 em 2021. Esse crescimento expressivo certamente tem relação com a flexibilização do acesso às armas de fogo que ganhou evidência nos últimos anos. Desde 2019, de acordo com Atlas da Violência 2021, foram editados mais de

trinta decretos, portarias e projetos de lei com o objetivo de ampliar o acesso da população às armas e munições. (CERQUEIRA et al., 2021, p. 59)

Finalmente, e não menos importante, os índices de encarceramento no estado indicam que, embora o número de presos sob custódia da polícia e de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado tenha reduzido, o número de presos no sistema penitenciário aumentou 30,8% no período, passando de 15.011 em 2018 para 20.787 em 2021. E se o número de vagas cresceu 26,6%, o déficit de vagas também cresceu 57%. No total de pessoas privadas de liberdade, a taxa por 100 mil habitantes passou de 566,9 em 2018 para 741,7 em 2021, dados que colocaram Mato Grosso do Sul, em 2019 e 2020, no terceiro lugar entre os estados com maior taxa de encarceramento no país, taxas superiores às do Brasil, que foram de 359,4 em 2019 e 358,7 em 2020. (ANUÁRIO 2021, p. 192)

Considerando as várias dimensões envolvidas nesses indicadores, é preciso reconhecer que, apesar da ampliação das despesas per capita com a segurança pública no estado, que passou de R\$ 521,55 em 2018 para R\$ 548,84 em 2021, os desafios para melhorar os indicadores pressupõem mudanças na formulação e aplicação de políticas públicas de segurança, no sentido de articular cada vez mais a segurança pública com a garantia dos direitos humanos, considerando especialmente as desigualdades étnico-raciais e de gênero existentes no estado, bem como o alto índice de encarceramento que atinge principalmente os mais jovens.

Em síntese, caracterizado pela forte vinculação ao agronegócio e pelos problemas sociais e ambientais daí advindos, bem como por estar situado em uma região de fronteira que impacta diretamente nos números de apreensão de drogas e de prisões, Mato Grosso do Sul também está fortemente marcado pela violência contra grupos vulneráveis. Assim, a questão da fronteira no estado precisa ser pensada para além dos limites geográficos que separam o Brasil de países vizinhos, mas também a partir das fronteiras internas - físicas e simbólicas - que confinam e submetem indígenas e mulheres às mais variadas formas de violência. Um problema, também, de segurança pública.

REFERÊNCIAS

BUENO, S., BOHNENBERGER, M. e SOBRAL, I. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

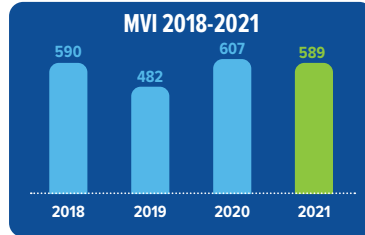
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

Segurança Pública no Mato Grosso do Sul (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

589 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **20,7** por **100 mil habitantes**

6ª menor taxa de MVI do país em 2021 Queda de **3,4%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.387 veículos furtados ou roubados em 2021 Queda de **31,2%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

585 armas apreendidas em 2021 Queda de **16,4%** em relação a 2018

24.645 armas com registros ativos no SINARM em 2021 Aumento de **52%** em relação a 2019

24.469 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

20.787 pessoas privadas de liberdade em 2021 Alta de **30,8%** em relação a 2018

271 sob custódia das polícias Alta de **48,1%** em relação a 2020

23,7% dos presos são provisórios

7.614 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

145 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

43,4% a menos que em 2018

Déficit de **9.147** vagas no sistema penitenciário em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

563 pessoas foram assassinadas em 2021 Variação de **-0,2%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

13 vítimas em 2021 Queda de **65%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

13 vítimas em 2021 **57,3%** a mais que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

44 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 Queda de **19,6%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Nenhum policial assassinado em 2021

PESSOAS DESAPARECIDAS

1.221 registros em 2021 Taxa **24,6%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

84 mulheres vítimas de homicídios em 2021 Queda de **14,8%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

37 desses foram feminicídios

4.535 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 Queda de **13,9%** em relação a 2018

12.824 medidas protetivas distribuídas e **10.896** medidas protetivas concedidas em 2021

13.595 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

2.455 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 Alta de **4,1%** no período 2018-2021

888 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 Alta de **9,5%** entre 2020 e 2021

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes Queda de **13,4%** em relação a 2020

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

466 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 - 2021

ESPECIAL 2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: ... **5.335** Coronel: ...

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 9.199,14** Delegado: **R\$ 27.577,30**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 16.733,62** Médico legista: **R\$ 7.640,44**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **1.912** **R\$ 7.090,86**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.558.254.282,69 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 548,84 gasto per capita em 2021 Alta de **5,2%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO MATO GROSSO DO SUL (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	590	482	607	589	21,5	17,3	21,6	20,7	-3,4
Homicídio doloso	546	456	581	563	19,9	16,4	20,7	19,8	-0,2
Latrocínio	36	17	17	13	1,3	0,6	0,6	0,5	-65,0
Lesão corporal seguida de morte	8	9	9	13	0,3	0,3	0,3	0,5	57,3
Mortes decorrentes de intervenções policiais	53	62	21	44	1,9	2,2	0,7	1,5	-19,6
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	2	1	4	-	0,3	0,1	0,5	-	-100,0
Pessoas desaparecidas	1.567	1.551	1.147	1.221	57,0	55,8	40,8	43,0	-24,6

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	42	30	41	37	3,0	2,1	2,9	2,6	-14,8
Homicídios femininos	87	105	111	84	6,3	7,5	7,8	5,9	-6,7
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	5.093	5.111	4.804	4.535	368,1	365,2	339,4	316,9	-13,9
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	10.147	11.798	12.824
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	9.937	9.733	10.896
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	5.206	15.423	13.595
Estupro e estupro de vulnerável	2.283	2.280	2.331	2.455	83,1	82,0	83,0	86,5	4,1
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	808	888	(*)	(*)	105,8	115,9	9,5
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	536	466	(*)	(*)	70,2	60,8	-13,4

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	4.417	4.065	3.354	3.387	279,0	246,4	196,4	191,9	-31,2
Roubo e furto de celulares	6.079	3.795	3.240	3.459	221,2	136,6	115,3	121,8	-44,9
Estelionato	4.221	5.069	6.996	11.266	153,6	182,4	249,0	396,8	158,3
Armas de fogo apreendidas	677	636	579	585	24,6	22,9	20,6	20,6	-16,4
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	16.217	19.177	24.645	52,0
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	24.469	24.469

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	5.169	5.335	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.797	1.923	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	316	309	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.928	1.912	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	(*)
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	(*)
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	(*)	9.199,14	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	(*)	27.577,30	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	(*)	16.733,62	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	(*)	7.640,44	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 7.090,86	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.336.294.985,42	R\$ 1.363.917.200,48	R\$ 1.364.851.450,72	R\$ 1.558.254.282,69	...	16,6
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 521,55	R\$ 497,49	R\$ 485,82	R\$ 548,84	...	5,2

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	15.011	17.423	19.240	20.787
Presos sob custódia das polícias	567	411	285	271
Total de pessoas privadas de liberdade	15.578	17.834	19.525	21.058	566,9	641,7	695,0	741,7	30,8
Vagas do sistema penitenciário	9.188	8.048	10.386	11.640
Déficit de vagas no sistema penitenciário	5.823	9.375	8.854	9.147
Presos provisórios (em % com relação ao total)	25,6%	25,8%	22,8%	23,7%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	5.140	7.614	48,1
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	265	251	162	145	69,4	66,7	43,6	39,2	-43,4

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

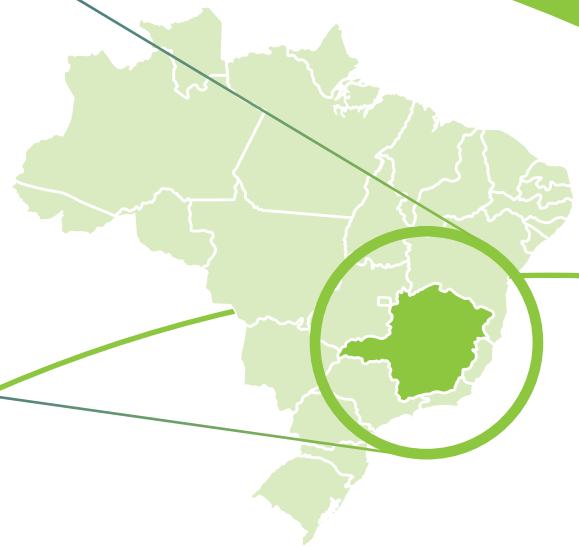
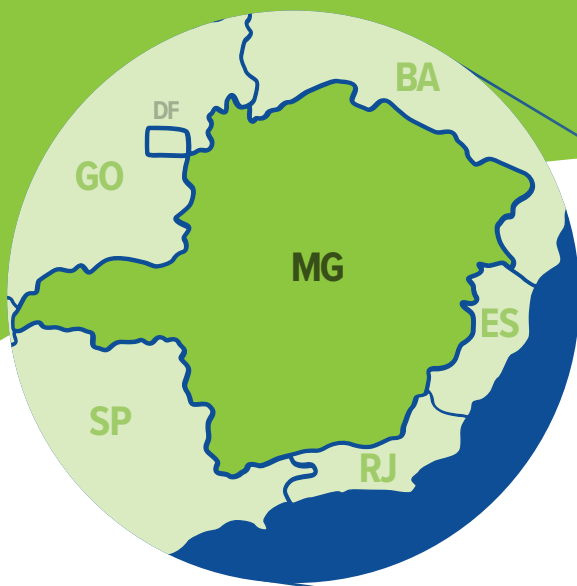
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Minas Gerais



Violência descendo a ladeira

Luis Flavio Saporì

Professor da PUC-MG e Associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Os dados estatísticos de Minas Gerais apresentados nesse Anuário não permitem outra conclusão: o estado está vivenciando expressiva redução da criminalidade violenta, fenômeno visível tanto nos crimes contra a pessoa, quanto nos crimes contra o patrimônio. Entre 2018 e 2021, a incidência de homicídios teve queda expressiva de 25,6%, ao passo que roubos e furtos de veículos foram reduzidos no patamar de 30,3%. As lesões corporais seguidas de morte acompanham o contexto de redução, embora os latrocínios não indiquem o mesmo, uma vez que a variação foi de 9,1%. Contudo, a taxa de morte violentas intencionais de Minas Gerais em 2021 posiciona o estado entre os menos violentos do país.

É fato que houve crescimento dos homicídios femininos no período, cerca de 27,5%. A proporção de mulheres assassinadas em relação ao total de homicídios registrados saltou de 10,5 % em 2018 para 18% em 2021. Fenômeno instigante, considerando que no mesmo quadriênio houve queda na incidência de feminicídios, com variação negativa de 3,6%, sugerindo que o crescimento da vitimização fatal de mulheres pode estar relacionado a motivações não baseadas em gênero. Outras manifestações de violência contra públicos vulneráveis também sinalizam tendência de arrefecimento, como se constata na violência doméstica, nos registros de maus tratos contra crianças e adolescentes e no estupro de vulnerável.

Aspectos interessantes dessa dinâmica descendente da violência nas alterosas merecem destaque. Entre 2018 e 2021, houve importante redução das mortes provocadas por intervenções policiais, cerca de 21%, e concomitante redução do número de policiais vítimas de homicídio. No que diz respeito ao sistema prisional e socioeducativo, os dados evidenciam redução do número absoluto de presos, como também do número absoluto de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado. Pode-se concluir, desses dados, que a dinâmica descendente da violência em Minas Gerais no período analisado não está associada a eventual recrudescimento do enfrentamento letal da criminalidade por parte da polícia, muito menos a uma política de aprisionamento em massa.

Essa última observação nos instiga a questionar o seguinte: como explicar essa redução da violência em Minas Gerais em anos recentes? De imediato é preciso considerar os possíveis efeitos da pandemia da Covid-19. As medidas de isolamento social adotadas para contenção da disseminação do vírus resultaram na restrição das atividades econômicas e consequente diminuição de alvos disponíveis para roubo e furto de veículos, bem como de outros tipos de bens patrimoniais. Por outro lado, não se deve descartar a possibilidade de um fenômeno similar ter ocorrido no âmbito dos homicídios. Os efeitos do isolamento social são, contudo, secundários, uma vez que a redução da incidência da criminalidade violenta em Minas Gerais já estava ocorrendo antes da pandemia. Mais precisamente, desde 2017 é possível constatar o início de uma trajetória descendente tanto de homicídios, quanto de roubos. Os números vêm caindo consecutivamente, portanto, há cinco anos.

A questão a ser averiguada orienta-se para a identificação sobre o que tem acontecido na segurança pública do estado desde 2017. Do ponto de vista dos recursos humanos e financeiros, a realidade não se alterou positivamente no período: o contingente da Polícia Militar manteve-se no patamar abaixo de 40 mil policiais, assim como o contingente da Polícia Civil, que mesmo acrescido do efetivo da Perícia Técnica, não ultrapassou 9 mil policiais. No que diz respeito aos gastos do governo estadual na segurança pública, os números revelam que a despesa per capita realizada com a função segurança pública estava em 434 reais em 2017, saltando para 540 reais em 2018, mas retrocedendo para valores abaixo de 450 reais no biênio 2020-2021.

Não se identifica, também, a formulação e implementação de uma política pública específica de controle da criminalidade por parte do governo estadual no referido período. A Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) manteve, em boa medida, os projetos e programas de gestões anteriores. O projeto FICA VIVO, por exemplo, teve sua continuidade garantida, sem, contudo, receber investimentos adicionais para sua ampliação. Nada de novo foi implementado. No que diz respeito à Polícia Civil, não há indícios de me-

lhorias substantivas na investigação criminal, a despeito da condução técnica e consistente do atual comando da instituição. A única inovação na segurança pública de Minas Gerais a partir de 2017 ocorreu no âmbito da atuação operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Reside aqui, sob meu ponto de vista, a chave para desvendarmos o mistério.

Após o trágico ano de 2016, que apresentou os níveis mais elevados de criminalidade violenta da história recente do estado, o comando da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) realiza verdadeira reengenharia organizacional. Medidas drásticas são tomadas visando a diminuição dos policiais vinculados a atividades administrativas, realocando-os no policiamento ostensivo. Além disso, elaborou-se plano específico de otimização da atuação operacional da organização, denominado de Gestão do Desempenho Operacional (GDO). Esse documento, que já está em sua quarta edição, implicou em efetivo incremento da eficiência do policiamento ostensivo na prevenção e na repressão qualificada da criminalidade violenta.

A GDO se fundamenta por algumas metodologias de atuação policial de controle da criminalidade internacionalmente reconhecidas, tais como o policiamento orientado para a solução de problemas, o policiamento por *hot spots* e a gestão por resultados. Indicadores de desempenho e respectivas metas são estabelecidos pelo comando da organização e passam a ser requeridos nos níveis tático e operacional. O acompanhamento dos resultados alcançados pelas Unidades é feito regularmente mediante a realização de reuniões mensais de avaliação. No primeiro nível, os Comandantes de Companhias e de Pelotões se reúnem com os seus Comandantes de Unidades, expondo os resultados operacionais com base nos indicadores e metas estabelecidas, apresentando estratégias e ações para manutenção ou melhoria dos desempenhos diagnosticados. O segundo nível consiste em reuniões com apresentação de dados e informações das Unidades de Execução Operacional (UEOp) aos respectivos Comandantes de Unidade de Direção Intermediária. Por fim, o terceiro e último nível da GDO consiste na apresentação de Comandantes de UEOp pré-selecionados, conforme critérios técnicos de aferição de resultados, ao Comando-Geral.

Tudo leva a crer, portanto, que a redução em curso dos crimes violentos em Minas Gerais deve-se à institucionalização de um policiamento ostensivo preventivo e proativo bastante eficaz. É um case que merece maior atenção da expertise nacional.

Segurança Pública em Minas Gerais (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)



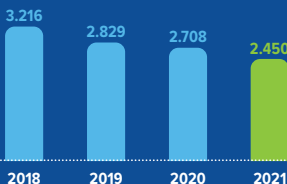
2.450 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **11,4** por **100 mil habitantes**

4ª menor taxa de MVI do país em 2021



Queda de **25,1%** em relação a 2018

MVI 2018-2021



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

24.105 veículos furtados ou roubados em 2021



Queda de **30,3%** em relação a 2018



ARMAS DE FOGO

22.959 armas apreendidas em 2021



Queda de **3%** em relação a 2018



142.662 armas com registros ativos no SINARM em 2021



Aumento de **76%** em relação a 2019



129.971 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

2.329 pessoas foram assassinadas em 2021



Queda de **25,6%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

91 vítimas em 2021



Alta de **9,1%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

30 vítimas em 2021



48,3% a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

114 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021



Queda de **21,1%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL
Nenhum policial assassinado em 2021



PESSOAS DESAPARECIDAS

6.800 registros em 2021



Taxa **23,9%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

419 mulheres vítimas de homicídios em 2021



Queda de **3,6%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

154 desses foram feminicídios

22.676 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021



Queda de **2,3%** em relação a 2018

48.444 medidas protetivas distribuídas e **30.239** medidas protetivas concedidas em 2021



25.156 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



4.584 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021



Queda de **19,8%** no período 2018-2021

1.231 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021



Queda de **1,9%** entre 2020 e 2021

1.737 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

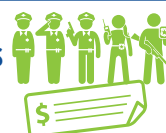


Variação de **0,3%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média
Soldado: **R\$ 5.299,94**
Coronel: **R\$ 31.653,54**
36.816

Polícia Civil: Remuneração bruta média
Investigador: **R\$ 9.069,72**
Delegado: **R\$ 19.352,84**
8.767

Perícia Técnica: Remuneração bruta média
Perito criminal: **R\$ 21.561,49**
Médico legista: **R\$ 19.869,11**
886

Polícia Penal: Remuneração bruta média:
15.735 **R\$ 5.868,67**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

70.587 pessoas privadas de liberdade em 2021



Queda de **12%** em relação a 2018



100 sob custódia das polícias

10.314 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021



Queda de **23,5%** em relação a 2020

38,5% dos presos são provisórios



Déficit de **766** vagas no sistema penitenciário em 2021



859 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado



43,1% a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 9.536.203.595,53 gastos pelo Estado em 2021



R\$ 445,37 gasto per capita em 2021



Queda de **17,7%** em relação a 2018



ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE MINAS GERAIS (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	3.216	2.829	2.708	2.450	15,3	13,4	12,7	11,4	-25,1
Homicídio doloso	3.077	2.722	2.573	2.329	14,6	12,9	12,1	10,9	-25,6
Latrocínio	82	77	105	91	0,4	0,4	0,5	0,4	9,1
Lesão corporal seguida de morte	57	30	30	30	0,3	0,1	0,1	0,1	-48,3
Mortes decorrentes de intervenções policiais	142	107	122	114	0,7	0,5	0,6	0,5	-21,1
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	5	6	5	-	0,1	0,1	0,1	-	-100,0
Pessoas desaparecidas	8.775	8.756	6.855	6.800	41,7	41,4	32,2	31,8	-23,9

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	157	144	151	154	1,5	1,3	1,4	1,4	-3,6
Homicídios femininos	323	308	437	419	3,0	2,9	4,0	3,9	27,5
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	22.802	22.620	23.031	22.676	213,5	210,5	213,1	208,6	-2,3
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	35.881	44.605	48.444
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	32.007	32.911	30.239
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	119.625	17.106	25.156
Estupro e estupro de vulnerável	5.619	4.973	4.668	4.584	26,7	23,5	21,9	21,4	-19,8
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.263	1.231	(*)	(*)	25,9	25,5	-1,9
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.743	1.737	(*)	(*)	35,8	35,9	0,3

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	30.948	26.598	27.744	24.105	276,5	226,8	230,2	192,8	-30,3
Roubo e furto de celulares ⁽⁵⁾	99.359	85.855	56.856	47.754	472,2	405,6	267,0	223,0	-52,8
Estelionato	42.669	57.032	92.061	112.899	202,8	269,4	432,4	527,3	160,0
Armas de fogo apreendidas	23.268	24.280	27.001	22.959	110,6	114,7	126,8	107,2	-3,0
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(6) (7)}	(*)	81.076	109.507	142.662	76,0
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	129.970	129.971

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁸⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	38.052	36.816	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	7.991	8.767	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	909	886	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	17.000	15.735	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.299,94	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					31.653,54	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	9.069,72	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					19.352,84	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	21.561,49	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					19.869,11	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 5.868,67	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 10.728.335.268,02	R\$ 10.081.491.656,37	R\$ 9.313.755.011,86	R\$ 9.536.203.595,53	...	-11,1
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 540,89	R\$ 518,72	R\$ 437,42	R\$ 445,37	...	-17,7

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	78.728	74.712	62.912	70.487
Presos sob custódia das polícias	116	132	72	100
Total de pessoas privadas de liberdade	78.844	74.844	62.984	70.587	374,7	353,6	295,8	329,7	-12,0
Vagas do sistema penitenciário	53.295	41.573	41.993	69.721
Déficit de vagas no sistema penitenciário	25.433	33.139	20.919	766
Presos provisórios (em % com relação ao total)	47,0%	39,0%	43,7%	38,5%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽³⁾ (6)	(*)	(*)	13.488	10.314	-23,5
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	1.633	1.542	970	859	58,6	56,8	36,7	33,3	-43,1

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Dados referem-se ao número de celulares roubados e furtados, e não ao número de ocorrências.

(6) Variação calculada sobre os números absolutos.

(7) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(8) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(9) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Pará



No caminho certo: a segurança pública no Pará entre 2018 e 2021

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Graduado em Estatística pela UFPA, Mestre em Estatística pela UFPE e Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Conselheiro de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nos últimos anos, o Estado do Pará tem figurado entre os estados com as maiores reduções nos indicadores de criminalidade do país. Os números aqui apresentados revelam uma expressiva redução da violência e da criminalidade no território paraense. Por exemplo, a quantidade de registros de Mortes Violentas Intencionais (MVI), os quais reúnem casos de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenção policial, tiveram redução de 40,8% na comparação entre 2021 e 2018. A queda expressiva nos quantitativos deste indicador de criminalidade significa que, nos últimos três anos, aproximadamente, 4.906 vidas foram preservadas no território paraense.

Crimes que suprimem a vida humana, como é o caso das MVI, despertam maior interesse na sociedade e, conseqüentemente, são os que mais ocupam espaço no debate público. Estes crimes reúnem uma mistura de motivações e sentimentos: ódio, paixão, rancor, inveja, ciúmes, poder etc. No Pará, as maiores reduções em 2021, comparadas a 2018, foram nas quantidades de latrocínios (-48,6%), seguida de homicídios dolosos (-44,3%). Outro indicador, relacionado à preservação da vida humana, que apresenta redução significativa em 2021, quando comparado a 2018, foi o indicador de quantidade de policiais mortos em confronto – em serviço e fora de serviço – cuja queda foi de -61,1%, na prática, aproximadamente, 65 policiais tiveram suas vidas preservadas no período de 2019 a 2021. As mortes decorrentes de intervenções policiais, também, apresentaram queda (-20,8%), em 2021, comparada a 2018.

A notícia ruim é que em 2021, dentre as 26 unidades da Federação e o Distrito Federal, o Estado ocupa a 8ª posição no ranking das mortes violentas intencionais (MVI). Por outro lado, no primeiro trimestre de 2022, o Pará alcançou redução de 10% na quantidade de registros de crimes violentos letais intencionais, o que fez o estado cair para a 14ª posição no ranking nacional das mortes violentas intencionais (MVI).

Em relação ao desaparecimento de pessoas, o Pará teve queda na quantidade nos anos de 2019 e 2020, em relação ao ano de 2018 (em 2018, a taxa, por 100 mil pessoas, de desaparecimentos era de 14,8; em 2019, esse valor caiu para

10,3, passando para 6,8 em 2020, até atingir o patamar mais alto do período em 2021, com quase 17 pessoas desaparecidas por 100 mil habitantes), mas apresentou aumento de 13,4% no quadriênio. Neste cenário, foram registrados 1.477 desaparecimentos de pessoas em 2021 em todo o Estado; as mudanças nas dinâmicas sociais em decorrência da pandemia de Covid-19, muito possivelmente, impactaram o cenário. Seguramente, nenhuma família está preparada para enfrentar a perda ou desaparecimento de um familiar.

No Brasil o desaparecimento de pessoas, independentemente da ocorrência do âmbito familiar, é comumente tratado, nos registros policiais, associado às pessoas: (i) com problemas de saúde, (ii) com conflitos em casa e (iii) vítimas de crimes, cujo desaparecimento não é tratado como problema de polícia. Infelizmente, no território brasileiro, é natural que as ocorrências de desaparecimento de pessoas, sejam cercadas de rotinas administrativas e burocráticas e que, geralmente, sejam caracterizadas enquanto decorrentes de problemas familiares, cabendo às famílias o esforço das investigações e buscas para resolver o problema do desaparecimento de seu familiar.

Já os crimes violentos contra as mulheres, por muito tempo, no Brasil, foram tolerados e até mesmo justificados numa sociedade machista. Os crimes aconteciam em decorrência de conflitos de relação amorosa, porém, seus agressores, sob o argumento da “legítima defesa da honra”, na maioria das vezes, eram absolvidos ou até mesmo inocentados nos tribunais.

No Estado do Pará, a vitimização de mulheres teve redução significativa em 2021, em relação a 2018. A taxa dos feminicídios teve redução de 6,1% e os homicídios femininos 45,3%, isso significa que em 2021, houve, praticamente, redução pela metade na quantidade de mulheres mortas no Estado do Pará, em relação a 2018. Por outro lado, as ocorrências de lesão corporal dolosa no contexto da violência doméstica e estupro tiveram aumento de 34,5% e 3,5%, respectivamente, em 2021, quando comparados com 2018. Provavelmente, com as medidas de isolamento social impostas em razão do problema mundial de saúde da Covid-19, muitas dessas vítimas de lesão corporal dolosa e estupro foram obrigadas a permanecer mais tempo em casa junto a(os) seu(s) agressor(es).

Os crimes de roubo e furto de veículos, aqui computados conjuntamente, entram na categoria de crimes patrimoniais. As maiores incidências recaem sobre os veículos automotores populares, onde o cidadão por muitas vezes, o adquiriu em financiamento ou consórcio, parcelado em muitas prestações. No mundo, os veículos automotores possuem representatividade econômica e social no cotidiano das pessoas, são além de meios de locomoção e bem patrimonial, representam status social. No Estado do Pará, o roubo e furto de veículo teve redução significativa de 57,3% em 2021, em relação a 2018, passando de 552,2 veículos roubados ou furtados a cada 100 mil em 2018 para 235,7 veículos a cada 100 mil em 2021.

No Pará, o número de armas de fogo apreendidas teve redução significativa de 32,4% em 2021, em relação a 2018. As mudanças advindas com a pandemia podem ter influenciado, além da redução de pessoas, na redução da circulação de armas. Porém, é cada vez maior a quantidade de armas de fogo registradas no Estado do Pará. Em 2021 o Pará contava com 35.483 armas com registros ativos, um aumento de 79,1% em 2021 em relação ao número de 2019. O problema é que armas – legais e ilegais – que são desviadas e ingressam no mercado do crime tendem a aumentar o número de homicídios que ocorrem entre vizinhos, em bares, boates e no trânsito e, também, os feminicídios.

No caminho certo, o Pará precisa continuar investindo em políticas de segurança pública que integrem ações de repressão qualificada, mediante o uso de estratégias de inteligência e investigação, com ações de prevenção, construídas, concomitantemente, com a oferta de serviços públicos de qualidade como, por exemplo, saneamento básico, saúde e educação, focando nos segmentos da população mais vulneráveis à violência. Ademais, deve fortalecer e ampliar para todo o Estado os programas que desenvolvem políticas públicas nos locais apontados como os mais violentos. Finalmente, ampliar os investimentos na valorização e qualificação dos diversos profissionais dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública Paraense.

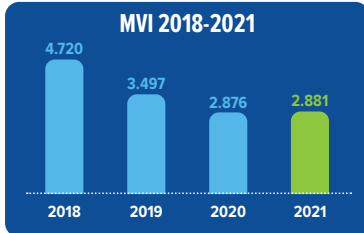
Segurança Pública no Pará (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)



2.881 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **32,8** por **100 mil habitantes**

8ª maior taxa de MVI do país em 2021. Queda de **40,8%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

5.546 veículos furtados ou roubados em 2021



Queda de **57,3%** em relação a 2018



ARMAS DE FOGO

1.691 armas apreendidas em 2021



Queda de **32,4%** em relação a 2018



35.483 armas com registros ativos no SINARM em 2021

Aumento de **79,1%** em relação a 2019



40.988 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

2.199 pessoas foram assassinadas em 2021



Queda de **44,3%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

107 vítimas em 2021



Queda de **48,6%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

29 vítimas em 2021



27,9% a mais que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

546 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021



Queda de **20,8%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

12 policiais assassinados em 2021



Queda de **61,1%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

1.477 registros em 2021



Taxa **13,4%** maior que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

183 mulheres vítimas de homicídios em 2021



Queda de **6,1%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

64 desses foram feminicídios

14.726 medidas protetivas distribuídas e **15.486** medidas protetivas concedidas em 2021



9.741 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



3.904 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021



Alta de **3,5%** no período 2018-2021

315 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021



Alta de **120,5%** entre 2020 e 2021

666 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes



Variação de **108,5%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 5.713,35** 17.767 Coronel: **R\$ 27.533,80**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 12.892,66** 2.608 Delegado: **R\$ 28.047,87**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 15.082,65** 611 Médico legista: **R\$ 12.247,20**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: 2.898 **R\$ 4.888,55**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 3.271.815.736,21 gastos pelo Estado em 2021



R\$ 372,77 gasto per capita em 2021



Queda de **6,4%** em relação a 2018

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

19.841 pessoas privadas de liberdade em 2021



Queda de **1,4%** em relação a 2018



269 sob custódia das polícias

1.709 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021



Déficit de **5.171** vagas no sistema penitenciário em 2021

204 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado



49,5% a menos que em 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO PARÁ (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	4.720	3.497	2.876	2.881	55,4	40,6	33,1	32,8	-40,8
Homicídio doloso	3.827	2.764	2.198	2.199	45,0	32,1	25,3	25,1	-44,3
Latrocínio	202	138	109	107	2,4	1,6	1,3	1,2	-48,6
Lesão corporal seguida de morte	22	32	42	29	0,3	0,4	0,5	0,3	27,9
Mortes decorrentes de intervenções policiais	669	563	527	546	7,9	6,5	6,1	6,2	-20,8
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	34	28	13	12	1,7	1,5	0,7	0,7	-61,1
Pessoas desaparecidas	1.263	889	593	1.477	14,8	10,3	6,8	16,8	13,4

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	66	47	67	64	1,6	1,1	1,5	1,5	-6,1
Homicídios femininos	324	292	181	183	7,6	6,8	4,2	4,2	-45,3
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	6.262	6.524	6.569	8.701	147,7	152,2	151,6	198,6	34,5
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	14.141	13.192	14.726
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	9.908	14.758	15.486
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	8.818	7.898	9.741
Estupro e estupro de vulnerável	3.659	3.593	3.290	3.904	43,0	41,8	37,9	44,5	3,5
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	144	315	(*)	(*)	5,3	11,7	120,5
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	322	666	(*)	(*)	11,8	24,7	108,5

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	11.122	7.699	5.554	5.546	552,2	363,2	249,1	235,7	-57,3
Roubo e furto de celulares	39.047	60.730	51.774	60.814	458,6	705,9	595,7	692,9	51,1
Estelionato	7.509	9.377	20.533	31.875	88,2	109,0	236,3	363,2	311,8
Armas de fogo apreendidas	2.425	3.583	2.048	1.691	28,5	41,6	23,6	19,3	-32,4
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	19.817	25.908	35.483	79,1
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	40.988	40.988

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	15.337	17.767	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	2.690	2.608	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	626	611	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	2.912	2.898	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.713,35	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					27.533,80	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	12.892,66	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					28.047,87	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	15.082,65	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					12.247,20	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 4.888,55	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 3.144.213.996,61	R\$ 3.187.802.535,44	R\$ 3.264.988.669,90	R\$ 3.271.815.736,21	...	4,1
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 398,04	R\$ 379,79	R\$ 375,69	R\$ 372,77	...	-6,4

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	19.079	20.825	20.301	19.572
Presos sob custódia das polícias	445	454	197	269
Total de pessoas privadas de liberdade	19.524	21.279	20.498	19.841	229,3	247,3	235,9	226,1	-1,4
Vagas do sistema penitenciário	11.661	10.199	12.285	14.401
Déficit de vagas no sistema penitenciário	7.418	10.626	8.016	5.171
Presos provisórios (em % com relação ao total)	37,1%	29,5%	28,2%	36,6%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽³⁾ (5)	(*)	(*)	1.717	1.709	-0,5
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	413	391	246	204	28,0	26,7	16,9	14,2	-49,5

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

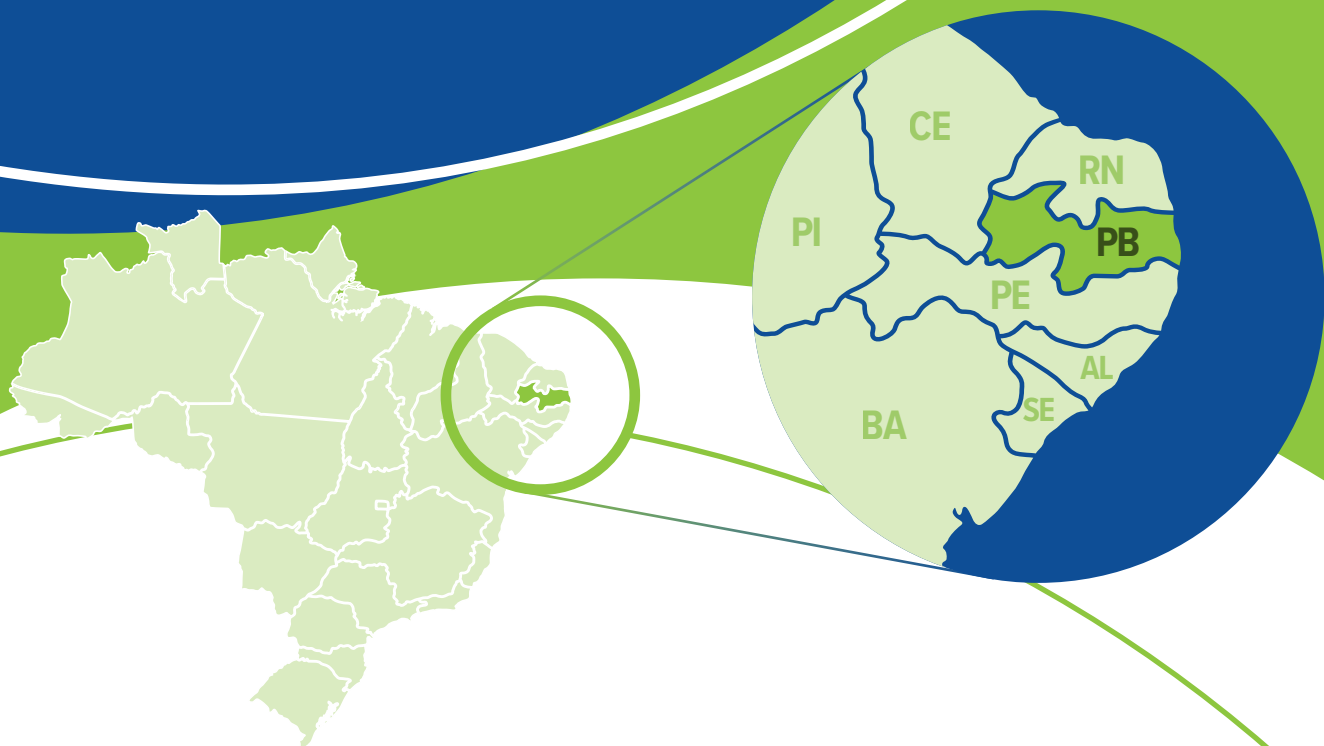
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública na Paraíba



Uma Pandemia no Meio do Caminho: Desafios para a Política de Segurança Pública na Paraíba

Nelson Gomes de Sant’Ana e Silva Junior

Professor e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da UFPB. Líder do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB.

Renata Monteiro Garcia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da UFPB. Vice-Líder do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 a 2021 revela um importante diagnóstico sobre a Política de Segurança no estado da Paraíba. O quadriênio, desde 2020 assolado pela pandemia de COVID-19, merece ser analisado considerando-se atentamente os impactos da emergência sanitária e seus desdobramentos sobre as diversas políticas públicas brasileiras, não sendo a segurança pública uma exceção.

Influenciado por experiências internacionais, por diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e por vivências de estados vizinhos, o Programa “*Paraíba Unida Pela Paz*”, criado em 2011, tem se apresentado como importante Política de Segurança Pública paraibana, merecendo destaque a bonificação policial por apreensão de armas e a premiação por redução de Crimes Violentos Letais Intencionais no estado, estratégias que colaboraram diretamente com a redução das taxas de criminalidade relacionada em anos anteriores. O site do Governo do Estado da Paraíba, em página destinada ao Programa “*Paraíba Unida pela Paz*”¹, lança luz para o fato de o estado ter sido a única unidade da federação que registrou, por 8 anos seguidos (2012 a 2019), a redução de números de assassinatos.

É exatamente sobre as **Mortes Violentas Intencionais** que repousa nossa primeira unidade de análise, sobretudo por considerarmos muitíssimo relevante a redução da taxa de 30,3, em 2018, para 28,6 mortes por 100.000 habitantes em 2021 (a redução foi de 5,5%). Em que pese a boa notícia como resultado global, chama-nos atenção o fato de ter sido exatamente no quadriênio em análise que a série histórica de redução de homicídios foi interrompida. Salta aos olhos, ainda, o fato de tal interrupção ter sido registrada em 2020, ano mais crítico da pandemia de COVID-19 no Brasil, marcado por ações estatais de restrição de mobilidade, interrupção provisória de atividades comerciais e visível recolhimento de boa parte da população ao espaço domiciliar como forma de não exposição ao vírus.

Ainda no tocante à preservação da vida, destaca-se a elevação significativa de mortes decorrentes de intervenções policiais no período de 2018 a 2021. A Paraíba

1 Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-seguranca-e-defesa-social/paraiba-unida-pela-paz>.

subiu de 29, em 2018, para 51 mortes desta natureza em 2021, registrando uma majoração de 73,1% em sua letalidade policial. No mesmo período, a taxa de policiais mortos em confronto (em serviço e fora de serviço) foi reduzida em 26,2%, dado que nos auxilia no afastamento da frágil hipótese de que as polícias matam mais porque estão morrendo mais. Ao menos na Paraíba, esta narrativa não se sustenta.

No que se refere à **Violência Contra Públicos Vulneráveis**, as mortes de mulheres na Paraíba evidenciam-se como significativo problema de segurança pública a ser seriamente enfrentado. No quadriênio em análise, o registro saltou de 80 para 83 homicídios femininos, com aumento de 2% na taxa por 100 mil mulheres. Como se não bastasse a gravidade do incremento numérico, cumpre realçar que em 2020, ano de maior gravidade da pandemia de COVID-19, tais homicídios atingiram a marca de 94 mulheres assassinadas.

Ao lançarmos o olhar detidamente para o fenômeno do feminicídio, deve-se registrar que no período em análise, o fenômeno registrou redução de 7,5%; mesmo com a redução, 140 mulheres foram mortas pela sua condição de gênero entre 2018 e 2021 no estado da Paraíba. Em linhas gerais, seja pelo homicídio genérico contra as mulheres, seja pelo feminicídio, a política de Segurança Pública da Paraíba precisa ampliar suas ações de proteção e prevenção da violência contra este público.

Além do exposto, os números relacionados aos estupros/estupros de vulneráveis na Paraíba também se evidenciam como de extrema gravidade. O estado saltou de 245 em 2018 para 549 estupros em 2021, evidenciando um aumento de 120,6% na taxa do período. Cabe destacar, ainda, que o ano de 2019 chegou a registrar um importante decréscimo deste tipo de crime, atingindo a marca de 178 estupros, contudo, foi após o período pandêmico que a curva de crescimento de estupros se tornou visivelmente mais acentuada (passando de 4,4 estupros por 100 mil mulheres em 2019, para 9,2 em 2020 e 13,5 em 2021). Vale ressaltar que tais casos não devem ser analisados considerando apenas a questão da pandemia, mas toda uma série de fatores, incluindo-se a escalada da cultura machista e misógina que tem se amplificado no Brasil.

Nosso terceiro bloco de análises refere-se aos **Crimes Patrimoniais e Armas de Fogo**. Neste campo, crimes como roubo e furto de veículos também sofreram variações para cima, registrando um acréscimo de 4.678 ocorrências em 2018 para 5.027 ocorrências em 2021, embora a taxa por 100 mil veículos tenha apresentado uma redução de 5,5%. No tocante à apreensão de armas de fogo, o quadriênio computou um crescimento de 44,9%, saltando de 2.440, em 2018, para 3.592 armas recuperadas em 2021. É importante salientar que, ainda segundo o Anuário, o Registro de Armas de Fogo Ativo no SINARM/Polícia Federal documentou, em 2019, 14.511 armas, ao passo que em 2021 foram anotadas 19.345 armas, um aumento de 33,3%, fato que nos leva a questionar se o aumento de armas em circulação não teria relação com os crimes cometidos à mão armada e, ainda, com o aumento da apreensão de armamentos pelas polícias.

No tocante a análise do **Sistema Prisional e Socioeducativo**, importante destacar a publicação da Recomendação CNJ 62/2020² (atualizada pelas Recomendações 68/2020 e 78/2020), a qual, considerando “a declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial de Saúde”, emitiu uma série de recomendações voltadas à manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade no Brasil. Dentre as diversas recomendações destacam-se a “aplicação de medida preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e a revisão das decisões que determinaram a internação provisória”, a “reavaliação das prisões provisórias”, a “máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva”.

Consideradas as Resoluções CNJ 62/2020, 68/2020 e 78/2020, constatou-se que houve redução de pessoas privadas de liberdade no quadriênio em análise. Houve um acréscimo entre 2018 e 2019 no quantitativo de presos no sistema penitenciário, passando para 13.361 no último ano. Em 2020, influenciado pelas novas dinâmicas criminais em decorrência da pandemia de COVID-19 e pelas recomendações citadas anteriormente, houve uma queda do total de presos, passando para 12.548, em 2021, percebemos uma relativa estabilidade, com 12.612 presos no sistema penitenciário. No período como um todo, houve

2 Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>

queda de 3,9% na taxa de pessoas privadas de liberdade, incluindo aqueles que estão sob custódia das polícias. Registre-se que o percentual de presos provisórios na Paraíba foi reduzido de 34,1%, em 2018, para 25,7%, em 2021, atendendo de modo mais direto às recomendações do CNJ. Em contrapartida, e ainda que não vinculado às instituições e políticas de segurança pública, parece ter sido no Sistema Socioeducativo que as Recomendações do CNJ promoveram efeitos mais evidentes; a queda também foi verificada em âmbito nacional – entre 2020 e 2021, 26 unidades da federação, incluindo a Paraíba, apresentaram queda dos adolescentes internados. Em 2018, as Unidades de Internação registraram 500 adolescentes privados de liberdade, ao passo que em 2021 tal número alterou-se para 178 internos, registrando um decréscimo de 62,6% na taxa de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado.

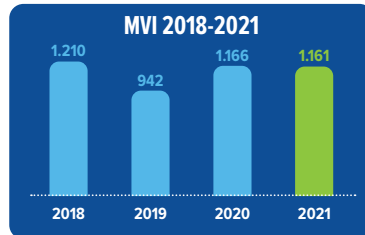
São muitos os desafios para a Política de Segurança Pública na Paraíba. Se por um lado observa-se com satisfação a redução de Mortes Violentas e Intencionais associada ao incremento da apreensão de armas de fogo, por outro ângulo, mostra-se deveras preocupante o aumento significativo da letalidade policial no período. Outro aspecto central a ser enfrentado com inteligência e rigor refere-se ao aumento de homicídios femininos e ao salto gritante de estupros no estado, dados que sinalizam a importância da compreensão dos aspectos de gênero no âmbito da segurança pública, seja para prevenir ou combater os crimes desta natureza. Os registros de maus tratos contra crianças e adolescentes também tiveram relevantes acréscimo entre 2020 e 2021 (os dados não eram monitorados entre 2018 e 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública). Dito isso e por considerar a importância de formação e atuação crítica e humanizada junto à sociedade, recomenda-se maior aproximação da Política de Segurança Pública com o campo dos Direitos Humanos. Tal diálogo tende a contribuir diretamente com a formação de agentes, com a prática profissional reflexiva e com a construção de uma segurança verdadeiramente cidadã.

Segurança Pública na Paraíba (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

1.161 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **28,6** por **100 mil habitantes**

11ª maior taxa de MVI do país em 2021 Queda de **5,5%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

5.027 veículos furtados ou roubados em 2021 Queda de **5,5%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

3.592 armas apreendidas em 2021 Alta de **44,9%** em relação a 2018

19.345 armas com registros ativos no SINARM em 2021 Aumento de **33,3%** em relação a 2019

12.359 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

12.612 pessoas privadas de liberdade em 2021

Queda de **3,9%** em relação a 2018

24 sob custódia das polícias

1.557 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **72,6%** em relação a 2020

25,7% dos presos são provisórios

Déficit de **2.014** vagas no sistema penitenciário em 2021

178 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

62,6% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.132 pessoas foram assassinadas em 2021 Queda de **4,2%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

22 vítimas em 2021 Queda de **36,3%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

7 vítimas em 2021 a menos que em 2018 **47%**

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

51 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 Alta de **73,1%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

4 policiais assassinados em 2021 Queda de **26,2%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

100 registros em 2021 Taxa **6,2%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

83 mulheres vítimas de homicídios em 2021 Queda de **7,5%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

32 desses foram feminicídios

3.246 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021

Alta de **18,8%** em relação a 2018

5.816 medidas protetivas distribuídas e **5.363** medidas protetivas concedidas em 2021

9.473 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

549 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Alta de **120,6%** no período 2018-2021

75 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 Alta de **278,3%** entre 2020 e 2021

105 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de **41,2%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: **8.990** Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 4.798,68** Coronel: **R\$ 26.406,02**

Polícia Civil: **1.461** Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 8.102,82** Delegado: **R\$ 24.985,70**

Perícia Técnica: **303** Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 14.086,10** Médico legista: **R\$ 15.299,76**

Polícia Penal: **1.713** Remuneração bruta média: **R\$ 7.393,97**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.465.463.217,01 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 360,96 gasto per capita em 2021 Queda de **6,8%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DA PARAÍBA (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.210	942	1.166	1.161	30,3	23,4	28,9	28,6	-5,5
Homicídio doloso	1.163	907	1.132	1.132	29,1	22,6	28,0	27,9	-4,2
Latrocínio	34	26	26	22	0,9	0,6	0,6	0,5	-36,3
Lesão corporal seguida de morte	13	9	8	7	0,3	0,2	0,2	0,2	-47,0
Mortes decorrentes de intervenções policiais	29	26	38	51	0,7	0,6	0,9	1,3	73,1
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	5	2	2	4	0,4	0,2	0,2	0,3	-26,2
Pessoas desaparecidas	105	102	80	100	2,6	2,5	2,0	2,5	-6,2

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	34	38	36	32	1,6	1,8	1,7	1,5	-7,5
Homicídios femininos	80	70	94	83	3,9	3,4	4,5	3,9	2,0
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	2.687	3.239	3.283	3.246	130,0	155,8	157,1	154,4	18,8
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	6.214	3.817	5.816
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	2.246	3.417	5.363
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	5.319	9.149	9.473
Estupro e estupro de vulnerável	245	178	371	549	6,1	4,4	9,2	13,5	120,6
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	20	75	(*)	(*)	1,9	7,2	278,3
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	75	105	(*)	(*)	7,1	10,0	41,2

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	4.678	4.258	4.584	5.027	361,6	314,7	325,2	341,8	-5,5
Roubo e furto de celulares	3.129	3.145	1.468	1.789	78,3	78,3	36,3	44,1	-43,7
Estelionato	2.792	2.949	2.885	3.929	69,9	73,4	71,4	96,8	38,5
Armas de fogo apreendidas	2.440	3.754	3.502	3.592	61,1	93,4	86,7	88,5	44,9
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	14.511	16.552	19.345	33,3
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	12.358	12.359

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	10.434	8.990	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.684	1.461	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	309	303	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.726	1.713	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	4.798,68	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					26.406,02	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	8.102,82	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					24.985,70	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	14.086,10	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					15.299,76	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 7.393,97	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.465.290.626,06	R\$ 1.501.321.415,61	R\$ 1.560.201.429,04	R\$ 1.465.463.217,01	...	0,0
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 387,30	R\$ 371,15	R\$ 386,26	R\$ 360,96	...	-6,8

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	12.924	13.326	12.521	12.588
Presos sob custódia das polícias	-	35	27	24
Total de pessoas privadas de liberdade	12.924	13.361	12.548	12.612	323,4	332,5	310,6	310,6	-3,9
Vagas do sistema penitenciário	8.416	7.912	10.387	10.574
Déficit de vagas no sistema penitenciário	4.508	5.414	2.134	2.014
Presos provisórios (em % com relação ao total)	34,1%	31,8%	28,4%	25,7%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	902	1.557	72,6
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	500	427	214	178	83,2	72,2	36,8	31,1	-62,6

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Paraná



Paraná: a “fórmula” da segurança que mata, prende e não protege.

Giane Silvestre

Doutora em Sociologia, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e Associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os dados do Paraná relativos às mortes violentas intencionais (MVI) mostram uma ligeira queda de 2,2% entre os anos de 2018 e 2021, o que coloca o estado entre os dez com o menor número de mortes no país. Importante mencionar que, dentre as mortes que compõe o indicador de MVI, a principal queda foi observada no latrocínio, cuja redução no período mencionado foi de 57,3%. Ao olhar os dados ano a ano, nota-se ainda que a redução ocorreu nos anos de 2020 e 2021, quando foram registradas as taxas de 0,5 e 0,4 por 100 mil habitantes, respectivamente. É plausível afirmar que a redução observada nos latrocínios seja efeito das medidas de distanciamento e isolamento social impostas pelas autoridades para conter a disseminação da Covid-19, já que a circulação de pessoas e bens diminuiu significativamente neste período.

Se, por um lado, a redução das mortes violentas, em especial do latrocínio, é uma boa notícia vinda do Paraná, por outro, é preocupante observar que o único tipo de morte que não teve diminuição no indicador de MVI foi a morte decorrente de intervenção policial (MDIP). No período analisado, 2018 a 2021, houve um aumento da ordem de 26% nas MDIP, chegando ao número de 414 mortes em 2021, ano em que três policiais foram mortos. Se, aparentemente, a pandemia e a consequente diminuição da circulação de pessoas tiveram efeitos sobre a redução das mortes violentas, o mesmo não ocorreu em relação à violência cometida pelas polícias paranaenses. A proporção entre o número de mortes cometidas por policiais e policiais mortos é um dos indicadores usados para auferir o uso da força policial e identificar as ações como legítimas ou abusivas. Para se ter um parâmetro, a pesquisa de Paul Chevigny (1991), que analisou o padrão das polícias de Nova Iorque e Chicago nos anos 1980, classifica como um padrão aceitável uma relação onde haja menos de 10 civis mortos para cada policial morto. No caso do Paraná, para cada policial morto, foram mortos 138 civis, uma desproporção que afasta qualquer alegação de confronto ou uso justificável da força letal. A crescente letalidade policial do Paraná precisa entrar no radar do governo estadual, para que sejam elaboradas e implantadas políticas de controle e contenção da força letal das polícias.

No que diz respeito à violência dirigida aos públicos vulneráveis, o Paraná também apresenta um cenário alarmante. No período de 2018 a 2021 os registros de feminicídio cresceram 6% - indo na contramão da tendência de redução das mortes violentas intencionais – e os registros de lesão corporal dolosa oriundos de violência doméstica cresceram 16%. Esta alta dos registros no período analisado, em ambos os casos, foi impulsionada pelo aumento concentrado entre os anos de 2018 e 2019, quando os feminicídios sobem de 69 para 89 (29%) e os registros de lesão sobem de 14.587 para 17.810 (22%). E, novamente em ambos os casos, em 2020 há uma diminuição destes registros, que voltam a subir levemente em 2021. O mesmo movimento pode ser observado nos registros de estupros e estupros de vulneráveis que, de 2018 para 2019 sobem 11% (saltando de 6.898 para 7.670) e em 2020 apresentam queda de 23% em relação ao ano anterior. Já em 2021, foram registrados 6.002 casos, uma variação de 1,1% na taxa por 100 mil habitantes em relação ao ano anterior, mas ainda em patamar inferior a 2019. É importante chamar a atenção para a diminuição dos registros destes crimes no ano de 2020, que interrompe temporariamente uma tendência de aumento. Isso porque em 2020, quando as restrições de circulação foram mais rígidas, diversas mulheres e meninas vítimas de violência doméstica se viram impossibilitadas de frequentar instituições como escolas e casas de acolhimento e, ainda mais dramático, tiveram que passar mais tempo junto aos seus agressores. A queda observada nestes registros em 2020, portanto, parece estar muito mais relacionada à subnotificação do que à diminuição real dos casos.

Outro dado observado no Paraná e que parece ser uma tendência em diversas Unidades da Federação é o aumento substantivo dos registros de armas de fogo no Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal (SINARM). De 2019 a 2021, este dado cresceu 43% chegando a 90.218 registros em 2021. Este aumento significativo dos registros de armas no Paraná, bem como no restante do país, parece estar diretamente relacionado aos decretos assinados pelo Governo Federal que flexibilizaram os mecanismos de controle existentes na legislação, ampliando, assim, o acesso a diferentes tipos de armas e calibres. Além de todos os perigos que o aumento do armamento civil representa, numa

sociedade marcada pela permanência da violência doméstica e pelo feminicídio, um cenário com mais armas em circulação a cada ano deixa ainda mais vulnerável a vida de milhares de mulheres e meninas.

Entre 2018 e 2021 a população adulta privada de liberdade no estado do Paraná cresceu 119%, saindo de 34.521 em 2018 para 77.341 em 2021. É preciso considerar que em 2018 o Paraná possuía um grande número de pessoas presas sob a custódia das polícias em carceragens de delegacias, porém, mesmo com a transferência dessas pessoas para o sistema prisional ao longo dos anos subsequentes, o aumento de mais de 100% na taxa de encarceramento é desproporcional. Se em 2018 havia 304 pessoas presas por 100 mil habitantes, em 2021 essa taxa sobe para 666. As consequências da aposta no encarceramento massivo já se mostraram desastrosas em diversos estados brasileiros: contingenciamento para o crime organizado, condições subumanas e indignas de cumprimento da pena e rebeliões violentas são algumas das experiências recentes que podem ser citadas.

Neste sentido, com base nos dados analisados neste anuário, é possível afirmar que em termos de política de segurança pública o Paraná vem repetindo uma fórmula já conhecida em outros estados onde priorizam-se as estratégias de enfrentamento ao crime que apostam nas prisões em flagrante – que impulsionam as taxas de encarceramento – e nas altas taxas de letalidade policial (Sinhoretto et al, 2015; Silvestre, 2018). Além disso, estratégias de prevenção à violência, sobretudo direcionadas às populações mais vulneráveis são inexistentes ou não surtem efeito diante dos números crescentes de feminicídios, por exemplo.

Por fim, é preciso notar que mesmo diante deste cenário alarmante, o investimento per capita em segurança pública no Paraná diminuiu 16% no período analisado. Se em 2018 foram investidos em segurança de R\$423,23 per capita, em 2021 essa cifra caiu para R\$353,34. Obviamente o valor do investimento não é o único indicador a ser considerado na análise das políticas de segurança, afinal, onde e como se investem os recursos são informações importantes

para essa análise. Mesmo assim, o recuo de 16% nos investimentos em segurança é um percentual considerável e parece, no mínimo, incompatível com a importância e prioridade da área como política essencial.

Os desafios ao próximo governo paranaense estão dados e passam por rever a “fórmula do prender e matar”. É preciso frear a escalada violência policial e do encarceramento, apostando em políticas efetivas na prevenção da violência e na preservação da vida de quem mais corre risco.

REFERÊNCIAS

CHEVIGNY, Paul et al. Police violence in Argentina: torture and police killings in Buenos Aires. Human Rights Watch, 1991.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato, BUENO, Samira. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, vol. 5, pp. 119-141, 2015.

SILVESTRE, Giane. Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo. 1 ed. São Paulo: Editora Annablume, 2018.

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO PARANÁ (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	2.409	2.219	2.490	2.407	21,2	19,4	21,6	20,8	-2,2
Homicídio doloso	1.955	1.780	2.008	1.913	17,2	15,6	17,4	16,5	-4,2
Latrocínio	94	99	60	41	0,8	0,9	0,5	0,4	-57,3
Lesão corporal seguida de morte	39	52	45	39	0,3	0,5	0,4	0,3	-2,1
Mortes decorrentes de intervenções policiais	321	288	377	414	2,8	2,5	3,3	3,6	26,2
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	6	1	6	3	0,2	-	0,3	0,1	-44,6
Pessoas desaparecidas	6.952	6.780	5.400	5.678	61,3	59,3	46,9	49,0	-20,1

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	69	89	73	75	1,2	1,5	1,2	1,3	6,3
Homicídios femininos	215	218	229	208	3,7	3,7	3,9	3,5	-5,4
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	14.587	17.810	17.340	17.449	252,1	305,4	295,1	294,8	16,9
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	37.229	36.156	39.497
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	30.630	13.621	16.320
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	54.274	63.345	62.588
Estupro e estupro de vulnerável	6.898	7.670	5.896	6.002	60,8	67,1	51,2	51,8	-14,9
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.047	1.266	37,7	45,6	21,1
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.380	1.426	49,6	51,4	3,5

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	25.494	21.795	16.450	15.604	336,7	277,8	203,7	187,1	-44,4
Roubo e furto de celulares	53.135	45.942	33.296	30.530	468,2	401,8	289,1	263,2	-43,8
Estelionato	29.845	40.681	69.548	113.420	263,0	355,8	603,9	978,0	271,9
Armas de fogo apreendidas	6.266	6.150	7.088	6.638	55,2	53,8	61,5	57,2	3,7
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	62.878	73.463	90.218	43,5
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	136.547	136.548

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	18.146	17.650	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	3.561	3.480	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	633	649	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	2.733	2.691	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.452,32	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					31.258,14	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	8.420,57	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					25.511,59	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	13.076,98	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					...	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 9.523,11	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 4.505.009.957,85	R\$ 4.316.963.293,55	R\$ 4.057.914.187,91	R\$ 4.097.883.416,36	...	-9,0
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 423,23	R\$ 405,42	R\$ 352,35	R\$ 353,34	...	-16,5

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	23.198	29.690	61.330	77.162
Presos sob custódia das polícias	11.323	77	210	179
Total de pessoas privadas de liberdade	34.521	29.767	61.540	77.341	304,2	260,3	534,3	666,9	119,2
Vagas do sistema penitenciário	19.094	21.616	31.425	70.904
Déficit de vagas no sistema penitenciário	4.104	8.074	29.905	6.258
Presos provisórios (em % com relação ao total)	47,2%	29,1%	15,8%	12,2%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	7.785	8.853	13,7
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	989	850	461	443	65,7	57,8	32,1	31,4	-52,2

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Pernambuco



Considerações sobre a segurança pública em Pernambuco, 2018-2021

Felipe Sampaio

Membro fundador do Centro Soberana e Clima; ex-secretário executivo de Segurança Urbana do Recife; foi assessor especial dos ministros da Segurança Pública (2018) e da Defesa (2016-2018). Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No período que abrange os anos de 2018 a 2021, o instrumento central que orientou a política de segurança pública estadual de Pernambuco continuou sendo o Pacto Pela Vida, que constitui o Plano Estadual de Segurança Pública.

A descrição e a análise do Pacto Pela Vida podem ser encontradas na Edição Especial do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, quando Andréia de Oliveira Macêdo escreveu sobre “*Inovações possíveis na segurança pública de Pernambuco*”¹, considerando que os argumentos de então (2014 a 2017) permanecem válidos para o período comentado nesta edição.

Sendo assim, vale lembrar apenas o caráter inovador dessa política, nos aspectos de integração, interdisciplinaridade, prevenção e gestão por resultados.

Nesse contexto, foi criada, em dezembro de 2018, a **Secretaria Estadual de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas**, reforçando a ideia de transversalidade e prevenção no tratamento da segurança pública.

A recuperação da tendência de queda dos indicadores de violência no estado neste quadriênio (2018-2021), em relação ao anterior (2014-2017), levam a crer que o Pacto Pela Vida permanece capaz oferecer, em alguma medida, a possibilidade de gerenciar as ações de segurança pública conforme os propósitos estabelecidos em sua origem.

É importante ainda considerar a política municipal de segurança urbana da capital do estado, Recife. Ao final de 2021 encontravam-se em funcionamento quatro COMPAZ -Centros Comunitários da Paz - e uma rede de seis Bibliotecas Pela Paz em bairros caracterizados pelos maiores índices de violência da cidade. Os COMPAZ e as bibliotecas são instalações com alto nível arquitetônico, manutenção impecável e equipe qualificada, ligadas à Secretaria de Segurança Cidadã do Recife, inspiradas nas iniciativas de Medellín e Bogotá.

1 Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf

Ali reúne-se a prestação de serviços como assistência social, por meio das estruturas de CREAS e CRAS, esportes, capacitação profissional, eventos culturais, atendimento às mulheres, primeira infância, idosos, vacinação, disseminação da cultura de Paz, mediação de conflitos, atendimento psicológico, alistamento militar, encaminhamento de denúncias de violência doméstica, entre outras atividades.

Embora seja prematuro estabelecer relações de causa e efeito entre a presença dos COMPAZ e as variações dos indicadores de segurança da capital de Pernambuco, é possível notar que nos bairros onde há COMPAZ a criminalidade diminui mais rapidamente (ou cresce mais lentamente) do que em outras áreas da cidade, conforme as séries históricas presentes nos levantamentos periódicos da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

No entanto, vale registrar que permanece em Pernambuco, assim como em tantos outros estados, uma dificuldade de medir os efeitos dessas ações preventivas sobre os índices de ocorrências violentas. Será que ajudaram a melhorar (ou a piorar menos)?

Os indicadores quantitativos tradicionais utilizados não oferecem a possibilidade de aferir com exatidão as variações decorrentes de iniciativas preventivas e transversais, que carecem de análise qualitativa no médio e longo prazo.

Contudo, cabe reconhecer que Pernambuco figurava historicamente entre os estados mais violentos do país, chegando a registrar em torno de 4,5 mil homicídios no ano, até que em 2007 foi implementado do Pacto Pela Vida.

O quadriênio 2014-2017 registrou piora nos números da violência, atribuída pelo governo do estado a fatores, como greve da Polícia Militar em 2014, entre outros. No entanto, de 2018 a 2021 os dados demonstram retomada da tendência de diminuição da violência e criminalidade.

Por exemplo, é possível notar que o ano de 2021 apresenta redução de 20,8% nas taxas de mortes violentas intencionais (MVI) em relação a 2018, estando en-

tre os menores índices da série histórica de Pernambuco (3.368 MVI em 2021). Ainda assim, é inevitável registrar que a taxa de 34,8 mortes a cada 100 mil habitantes permanecia significativamente elevada em 2021, ocupando a 6ª maior taxa de MVI do país em 2021.

O quadro de violência contra a mulher aponta um desafio especial para a segurança pública em Pernambuco. Embora se atribua o aumento de ocorrências em 2020 e 2021 aos períodos de isolamento decorrentes da pandemia, é indispensável que se proceda uma avaliação qualitativa dos programas estaduais e das instituições voltadas para o tema.

Entre os aspectos que devem ser analisados o quanto antes, podemos citar o atendimento e a estrutura das delegacias da mulher durante o acolhimento de denúncias e no desenrolar dos inquéritos. Na principal delegacia da mulher, no bairro de Santo Amaro em Recife, é comum encontrar as mulheres esperando atendimento de suas denúncias do lado de fora, na praça, em situação de exposição.

Durante a vigência do decreto estadual que disciplinava medidas sanitárias no interior de órgãos públicos em função da pandemia, mulheres abaladas por agressões sofridas tinham o acesso negado às delegacias da mulher para fazerem suas denúncias, por estarem sem máscara.

Também carece de providências o número insuficiente de Patrulhas Maria da Penha, o atendimento às mulheres no Instituto Médico Legal para exames de corpo de delito, a importância dada pela polícia aos casos de agressão às mulheres etc.

Os números retratam a situação em Pernambuco: entre 2018 e 2021, verifica-se crescimento de 14% na taxa de feminicídios. Houve, contudo, diminuição de 6,2% nos casos notificados de lesão corporal dolosa no contexto de violência doméstica e queda de quase 100% (98,6%) nos chamados ao 190 – número oficial da Polícia Militar – com denúncias de ocorrências de violência domésti-

ca. Mesmo com as quedas, os números são assustadores: em todos os anos, houve mais de 9 mil casos/ano de lesão corporal dolosa (VD) denunciados às autoridades policiais.

Há de se enfatizar que, naturalmente, tais situações não ocorrem apenas em Pernambuco, porque refletem o atraso e a insuficiência no reconhecimento da questão da violência contra a mulher pelo próprio Estado brasileiro em suas diversas representações.

Os crimes patrimoniais, notadamente os furtos e roubos de veículos, acompanham a tendência de queda de outros indicadores, embora estabilizados numa faixa de ocorrência elevada - houve queda de 37,7% nas taxas entre 2018 e 2021 de roubos e furtos de veículos; ainda assim, foram mais de 14 mil veículos roubados ou furtados só em 2021. Alguns analistas atribuem essa redução ao Pacto Pela Vida.

Chama a atenção o crescimento de quase 50% dos registros de armas de fogo (SINARM/Polícia Federal) de 2019 a 2021. Será importante, e urgente, acompanhar o efeito desse fenômeno sobre os demais indicadores de violência nos próximos anos. Por outro lado, percebe-se uma redução (-17%) na quantidade de armas apreendidas no estado entre 2018 e 2021.

O quadro de gastos com a Segurança Pública apresenta estabilidade das despesas de 2018 a 2020 (a média no período foi de R\$ 3.206.916.499,34), sendo que há uma diminuição do dispêndio em 2021 (R\$ 2.884.598.185,52), possivelmente em favor dos gastos relacionados com o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no período.

No aspecto qualitativo, é necessário analisar se permanece equilibrado o modelo de remuneração policial por resultados, adotado pelo Pacto Pela Vida. É importante reavaliar periodicamente se ocorre algum desequilíbrio na proporção entre as pontuações que regulam a remuneração variável para os diferentes crimes. A adoção de critério de pontuação desproporcional entre os delitos pode incentivar

as prisões e apreensões de suspeitos de menor periculosidade, envolvidos em delitos de baixa gravidade, agravando a situação de jovens pobres e a população carcerária, em detrimento do enfrentamento da criminalidade violenta (para o qual a remuneração variável policial não compense o risco).

A situação do sistema prisional de Pernambuco segue preocupante, confirmando que o tema é uma das principais chagas da segurança pública no País. 48.364 pessoas estavam presas em 2021 nas unidades pernambucanas; em 2020, o número era de 33.078, o que representa um crescimento de 46,1% no total de presos.

Esse número, contudo, deve ser analisado com cautela: o crescimento se explica pela inclusão dos números de presos em regime aberto a partir de 2021, os quais não eram, anteriormente, informados ao SISDEPEN. No último ano, o estado informou o total de 11.509 presos a mais, em comparação com 2020; a grande maioria (11.131) estão no Patronato de Pernambuco.

O mesmo ocorreu com a quantidade de vagas do estado (o Patronato de Pernambuco informou 11.131 vagas em regime aberto no ano de 2021). O número de vagas e o de presos se mantém estável no quadriênio em análise (o crescimento do número de presos, sem considerar a questão específica metodológica já citada, foi de 3.777), perseverando um déficit expressivo, revelando a ausência de investimentos e medidas por parte do governo estadual para requalificação e ampliação do sistema.

Os dados apurados pelo Anuário aparentam uma elevação expressiva tanto da quantidade de presos como de uma quantidade equivalente de vagas, que não se verificou na realidade. O crescimento dos indicadores decorre de mudanças no modo de apuração e registro do número de presos em regime aberto do patronato.

REFERÊNCIAS:

MACÊDO, Andréia de Oliveira. **Inovações Possíveis na Política de Segurança Pública de Pernambuco**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014-2017, edição extra. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo, 2018.

Lei nº 13.675, **Lei do SUSP**. Brasília, 11 de junho de 2018.

CAVALCANTI, Murilo. **Conexão Recife Medellín COMPAZ**. Companhia Editora de Pernambuco. 2021.

IPEA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2021. Brasília, IPEA, 2021.

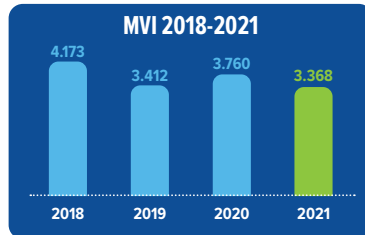
SAMPAIO, Felipe. **Urbanismo, segurança e democracia**. Revista A Reinvenção das Cidades. Fundação Astrogildo Pereira. Brasília, 2020.

Segurança Pública em Pernambuco (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

3.368 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **34,8** por **100 mil habitantes**

6ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Queda de 20,8%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

14.534 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 37,7%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

5.747 armas apreendidas em 2021 **Queda de 17%** em relação a 2018

34.394 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 45,2%** em relação a 2019

17.631 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

3.230 pessoas foram assassinadas em 2021 **Queda de 21,3%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

122 vítimas em 2021 **Queda de 8,6%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

16 vítimas em 2021 **4,7%** a mais que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

102 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Queda de 7,3%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL
12 policiais assassinados em 2021 **Queda de 34,1%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

2.475 registros em 2021 **Taxa 22,6%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

230 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 14%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

86 desses foram feminicídios

9.090 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Queda de 6,2%** em relação a 2018

17.769 medidas protetivas distribuídas e **16.165** medidas protetivas concedidas em 2021

986 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

2.407 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Queda de 14,1%** no período 2018-2021

660 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 24,6%** entre 2020 e 2021

906 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes **Queda de 4,2%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: **16.422** Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 4.656,88** Coronel: **R\$ 27.648,36**

Polícia Civil: **4.792** Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 8.480,63** Delegado: **R\$ 25.817,65**

Perícia Técnica: **608** Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 17.295,71** Médico legista: **R\$ 17.011,49**

Polícia Penal: **1.508** Remuneração bruta média: **R\$ 7.971,69**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

48.364 pessoas privadas de liberdade em 2021 **Alta de 47,5%** em relação a 2018

79 sob custódia das polícias

2.662 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021 **Alta de 5,7%** em relação a 2020

32,8% dos presos são provisórios

Déficit de 16.602 vagas no sistema penitenciário em 2021

704 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado **50,7%** a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 2.884.598.185,52 gastos pelo Estado em 2021 **Queda de 17,5%** em relação a 2018

R\$ 298,16 gasto per capita em 2021 **Queda de 17,5%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE PERNAMBUCO (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	4.173	3.412	3.760	3.368	43,9	35,7	39,1	34,8	-20,8
Homicídio doloso	4.027	3.257	3.622	3.230	42,4	34,1	37,7	33,4	-21,3
Latrocínio	131	136	124	122	1,4	1,4	1,3	1,3	-8,6
Lesão corporal seguida de morte	15	19	14	16	0,2	0,2	0,1	0,2	4,7
Mortes decorrentes de intervenções policiais	108	73	116	102	1,1	0,8	1,2	1,1	-7,3
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	21	9	14	12	0,8	0,4	0,6	0,6	-34,1
Pessoas desaparecidas	3.138	3.129	2.580	2.475	33,0	32,7	26,8	25,6	-22,6

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	74	57	75	86	1,5	1,1	1,5	1,7	14,0
Homicídios femininos	232	191	228	230	4,7	3,8	4,6	4,6	-2,7
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	9.511	9.806	9.757	9.090	192,6	197,3	195,1	180,7	-6,2
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	15.623	16.173	17.769
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	14.749	14.632	16.165
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	71.815	3.384	986
Estupro e estupro de vulnerável	2.751	2.508	2.549	2.407	29,0	26,2	26,5	24,9	-14,1
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	534	660	20,7	25,8	24,6
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	954	906	36,9	35,4	-4,2

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	21.080	19.455	14.351	14.534	700,2	621,7	445,2	435,9	-37,7
Roubo e furto de celulares	49.737	47.364	34.955	40.525	523,8	495,6	363,5	418,9	-20,0
Estelionato	18.724	21.602	45.038	51.185	197,2	226,0	468,3	529,1	168,3
Armas de fogo apreendidas	6.800	7.410	6.322	5.747	71,6	77,5	65,7	59,4	-17,0
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	23.692	28.198	34.394	45,2
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	17.631	17.631

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	16.765	16.422	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	4.865	4.792	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	661	608	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.545	1.508	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	4.656,88	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					27.648,36	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	8.480,63	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					25.817,65	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	17.295,71	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					17.011,49	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 7.971,69	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 3.217.893.045,75	R\$ 3.232.961.892,13	R\$ 3.169.894.560,15	R\$ 2.884.598.185,52	...	-10,4
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 361,34	R\$ 346,19	R\$ 329,63	R\$ 298,16	...	-17,5

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	32.188	33.641	32.960	48.285
Presos sob custódia das polícias	-	65	118	79	-
Total de pessoas privadas de liberdade	32.188	33.706	33.078	48.364	339,0	352,7	344,0	499,9	47,5
Vagas do sistema penitenciário	11.033	12.696	13.739	31.683	-0,7	-0,6	-0,6	-0,3	
Déficit de vagas no sistema penitenciário	21.155	20.945	19.221	16.602
Presos provisórios (em % com relação ao total)	45,2%	36,5%	42,2%	32,8%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	2.518	2.662	5,7
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	1.497	1.118	863	704	104,7	79,5	62,4	51,6	-50,7

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

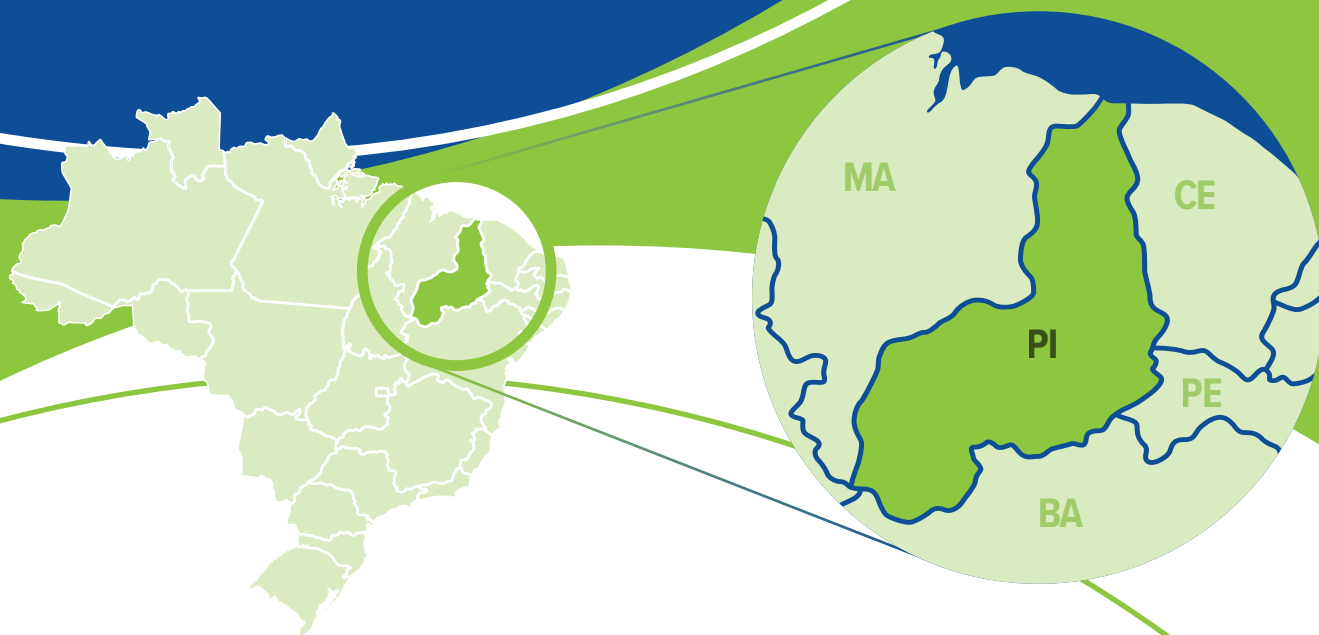
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Piauí



O galope da violência: Segurança Pública no Piauí e a crônica de uma tragédia anunciada

Marcondes Brito da Costa

Cientista Social. Doutor em Sociologia-UECE. Estuda grupos e dinâmicas criminais, facções criminais e segurança pública. Professor do Instituto Federal do Piauí-IFPI. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Sobre Crianças Adolescentes e Jovens-NUPEC-UFPI e do Laboratório de estudos Sobre Conflituosidade e Violência da UECE-COVIO. Coordenador da Rede de Observatórios da Segurança Pública do Piauí.

Lila Cristina Xavier Luz

Doutora em Serviço Social-PUC-SP. Professora Universidade Federal do Piauí-UFPI. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sobre Crianças Adolescentes e Jovens-NUPEC-UFPI. Equipe da Rede de Observatórios da Segurança Pública do Piauí.

O primeiro Plano Estadual de Segurança Pública do Piauí, idealizado em 2015, foi concluído e lançado somente em 2018. Porém, dentre as atividades previstas no Plano, não constam ações destinadas a monitorar os efeitos da violência letal intencional que acomete a população jovem. Esse é um processo intenso em curso, resultante de consolidação da maior organização criminal da América do Sul: PCC (Primeiro Comando da Capital), como de sua maior rival em Teresina, Bonde dos 40, e também o CV (Comando Vermelho) em Parnaíba, segundo maior município do estado. Mesmo com essa dinâmica criminal estampada em muros, em discursos, e no imaginário da população em várias cidades do Piauí, o plano negligenciou não apenas a presença e capilarização dos grupos criminais, mas também suas disputas por territórios nas cidades maiores (em Parnaíba, entre CV e a Guardiões do Estado-CE). Parnaíba fica no Litoral, ponto estratégico para a consolidação do tráfico internacional de drogas e essa disputa fez elevar os homicídios e, conseqüentemente, as mortes decorrentes de ações policiais.

A presença de organizações criminosas no litoral do Piauí ou na capital se expressa por meio da disputa violenta pelo monopólio do mercado de drogas nos territórios. Essas organizações fortaleceram gangues e galeras reincidentes¹ desde a década de 1960, aumentando seu poder bélico e avançando para as mais diversas periferias das cidades. Grupos até então estabelecidos são incorporados às fileiras dessas organizações e passam a dispor do poder armamentista das mesmas. O Piauí também apresentou um alto número de desaparecimentos, embora a taxa de registros desse fenômeno tenha apresentado uma queda de 10,3% entre 2018 e 2021, e pouca ou nenhuma ação por parte do Estado para enfrentar esses desaparecimentos, que são parte das violências praticadas por grupos organizados.

O crescimento, na cena pública, dos homicídios como legitimação do processo de consolidação das organizações criminais nos territórios, nas penitenciárias e as rebeliões entre os anos de 2013 e 2015 que aconteceram no Piauí tiveram,

1 São gangues formadas por jovens que vivem nas periferias de Teresina e que se matam desde a década de 70, sem haver, por parte do estado uma resposta qualquer, seja repressiva ou no campo das políticas culturais, econômicas ou sociais.

dentre várias motivações, demandas da presença do PCC e do Bonde dos 40. A não previsão de ações no Plano evidencia a dificuldade de o Estado lidar com esses problemas, revelando um Plano deslocado do contexto criminal. Situação que mais atenua dados de violência no Estado e municípios do que direciona para boas práticas e bons resultados. Não há no Plano proposta de um sistema de monitoramento de ações e nem de resultados, a ser realizado pela Secretaria de Segurança Pública, muito menos pela sociedade civil.

O Piauí apresenta alta taxa de letalidade contra policiais. Pesquisa realizada pela Rede de Observatórios da Segurança Pública², que analisou dados de agosto de 2021 a janeiro de 2022, apontou a vitimização de 22 agentes de segurança (quase 90% desses sujeitos estavam em ambientes públicos). Já no período entre 2018 e 2021, segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, houve crescimento de 102,3% na taxa de policiais assassinados.

No contexto piauiense, a violência contra crianças e adolescentes também cresce ano após ano. Um crescimento que, em certa medida, tem estado relacionado à incorporação de adolescentes e jovens às fileiras da dinâmica criminal imposta pelos grupos faccionais, e também a incapacidade de o governo apresentar medidas de prevenção ou de contenção dessa situação. Incapacidade que pode ser constatada pela fragilidade da rede de proteção a crianças e adolescentes, concentrada principalmente na capital, o que explica a existência da adoção de medidas de restrição de liberdade apenas em Teresina, já que a maioria dos municípios conta apenas com Conselhos Tutelares funcionando e de forma precária. Outro aspecto da vulnerabilidade desse segmento populacional fica representado pelo dado segundo o qual, entre 2020 e 2021, houve crescimento de 120,4% nos registros de maus tratos contra crianças e adolescentes.

Com relação a violência de gênero, houve um crescimento vertiginoso nos últimos quatro anos - crescimento de 40,8% nos feminicídios e de 40,7% nos casos

2 Disponível em :http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/03/RETRATOS_DA_VIOLENCIA_-_NOVOS_DADOS_DO_MARANHAO_-_E_PIAUI.pdf, acessado em 14-062022.

de estupro e estupro de vulnerável. Isso se deve, dentre outros fatores, da desagregação da rede de proteção às mulheres. O Piauí tem 224 municípios e apenas 9 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), para dar conta de todo esse contingente. Em Teresina são quatro delegacias e uma central de flagrantes de gênero. As outras 4 delegacias especializadas atendem a 223 municípios. As DEAM também necessitam de estrutura material e humana para realizarem seus trabalhos de forma humanizada nas cidades, o que ainda não parece ser a realidade encontrada.

Quando analisamos o Sistema Prisional, constatamos que nos últimos 4 anos houve crescimento de 34,3% na taxa de pessoas privadas de liberdade. O Estado possui 17 unidades prisionais em todo o território. Dessas, apenas cinco possuem boa proporção de detento por vaga, quatro se encontram acima da média, até com o dobro da quantidade de presos. Quatro unidades têm até o triplo de presos que suportam. Isso facilita a ação de grupos criminais, que passam a regular um conjunto de relações no interior dessas unidades³. A dinâmica da superlotação, representada pelo déficit de 1.827 vagas registrado em 2021, e o pouco apoio do Estado no campo educacional e na efetivação de políticas públicas para proteger esse apenado, outros atores sociais têm entrado em cena ocupando esse vácuo, redefinindo a estrutura da malha carcerária.

O Piauí tem o menor contingente policial do Brasil. São 5.570 policiais militares e 1.468 policiais civis para dar conta do policiamento de 224 cidades, dados de março de 2022. Houve, contudo, um investimento decrescente na segurança pública nos últimos 4 anos, passando de R\$ 287,32 per capita em despesas realizadas com a função Segurança Pública em 2018, para R\$ 256,12 em 2021 – mesmo antes da pandemia, já se verificava uma redução entre os anos de 2018 e 2019, no qual foram gastos R\$ 276,54 per capita com segurança pública.

Trata-se de um estado que faz divisa com outros cinco estados (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins), todos produtores de maconha. Uma

3 Dados coletados junto a colegas do sindicato de policiais penais do estado do Piauí.

dinâmica criminal nova com a capilarização dos grupos criminais do Sul/Sudeste (PCC e CV), do Maranhão (Bonde dos quarenta-B.40) e do Ceará (Guardiões do Estado-GDE).

Junta-se a este cenário o aumento da quantidade de armas de fogo no Piauí, considerando apenas as registradas no SINARM/Polícia Federal, 10.134 em 2019, para 13.801 em 2021. O aumento de armas de fogo para se estabelecer, o tráfico de drogas necessita do controle territorial armado e, no período de 2018 a 2021, houve crescimento de 89,4% na taxa de armas de fogo apreendidas pelas polícias, nos roubos a estabelecimentos comerciais e a residências, filiação de adolescentes e jovens e um plano de segurança estadual que se omite em relação a essa dinâmica exposta.

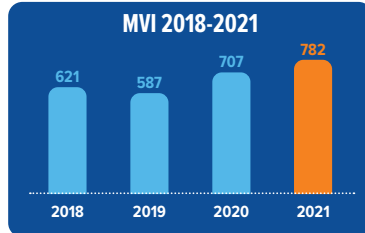
O que resta? Um conjunto de ações que se desenrolam sem um resultado de médio e longo prazo, servindo muito mais para responder a demandas midiáticas, do que resolver problemas graves, cansando a tropa e desgastando o elemento surpresa e as ações que poderiam ser de inteligência.

Segurança Pública no Piauí (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

782 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **23,8** por **100 mil habitantes**

9ª menor taxa de MVI do país em 2021 **Alta de 25%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

6.639 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 16,5%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

1.124 armas apreendidas em 2021 **Alta de 89,4%** em relação a 2018

13.801 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 36,2%** em relação a 2019

12.763 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

736 pessoas foram assassinadas em 2021 **Alta de 28,8%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

41 vítimas em 2021 **Queda de 11,5%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

5 vítimas em 2021 **38%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

34 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Alta de 16,4%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

4 policiais assassinados em 2021 **Alta de 102,3%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

421 registros em 2021 **Taxa 10,3%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

74 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 40,8%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

1.755 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Queda de 26,6%** em relação a 2018

5.970 medidas protetivas distribuídas e **5.028** medidas protetivas concedidas em 2021

1.065 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Alta de 40,7%** no período 2018-2021

344 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 120,4%** entre 2020 e 2021

132 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes **Alta de 11,4%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 4.086,92** Coronel: **R\$ 19.638,26**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 9.784,40** Delegado: **R\$ 24.785,86**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 15.272,30** Médico legista: **R\$ 14.097,77**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **827 R\$ 9.926,45**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

6.107 pessoas privadas de liberdade em 2021 **Alta de 34,3%** em relação a 2018

12 sob custódia das polícias

697 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021 **Alta de 42%** em relação a 2020

52,8% dos presos são provisórios

Déficit de **1.827** vagas no sistema penitenciário em 2021

99 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado **38,8%** a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 842.460.537,58 gastos pelo Estado em 2021 **Queda de 10,9%** em relação a 2018

R\$ 256,12 gasto per capita em 2021 **Queda de 10,9%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO PIAUÍ (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	621	587	707	782	19,0	17,9	21,5	23,8	25,0
Homicídio doloso	567	539	659	736	17,4	16,5	20,1	22,4	28,8
Latrocínio	46	37	42	41	1,4	1,1	1,3	1,2	-11,5
Lesão corporal seguida de morte	8	11	6	5	0,2	0,3	0,2	0,2	-38,0
Mortes decorrentes de intervenções policiais	29	42	29	34	0,9	1,3	0,9	1,0	16,4
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	2	2	7	4	0,3	0,3	1,0	0,6	102,3
Pessoas desaparecidas	466	373	373	421	14,3	11,4	11,4	12,8	-10,3

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	26	29	31	37	1,5	1,7	1,8	2,2	40,8
Homicídios femininos	52	46	61	74	3,1	2,7	3,6	4,4	40,8
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	2.365	2.986	1.764	1.755	140,8	177,1	104,3	103,4	-26,6
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	5.602	4.245	5.970
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	3.826	4.707	5.028
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	996
Estupro e estupro de vulnerável	751	815	956	1.065	23,0	24,9	29,1	32,4	40,7
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	158	344	17,6	38,8	120,4
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	120	132	13,4	14,9	11,4

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	7.103	7.303	6.256	6.639	593,8	584,0	484,4	495,8	-16,5
Roubo e furto de celulares	13.749	19.243	16.014	19.279	421,2	587,9	488,0	586,1	39,2
Estelionato	5.996	7.025	9.437	12.927	183,7	214,6	287,6	393,0	113,9
Armas de fogo apreendidas	589	524	722	1.124	18,0	16,0	22,0	34,2	89,4
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	10.134	11.368	13.801	36,2
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	12.763	12.763

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	5.645	5.570	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.457	1.468	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	159	174	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	776	827	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	4.086,92	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					19.638,26	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	9.784,40	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					24.785,86	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	15.272,30	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					14.097,77	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 9.926,45	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 865.330.708,87	R\$ 967.454.332,12	R\$ 864.886.460,19	R\$ 842.460.537,58	...	-2,6
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 287,32	R\$ 276,54	R\$ 263,57	R\$ 256,12	...	-10,9

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	4.514	4.433	4.658	6.095
Presos sob custódia das polícias	-	83	-	12
Total de pessoas privadas de liberdade	4.514	4.516	4.658	6.107	138,3	138,0	141,9	185,7	34,3
Vagas do sistema penitenciário	2.595	2.419	4.708	4.268
Déficit de vagas no sistema penitenciário	1.919	2.014	-	1.827
Presos provisórios (em % com relação ao total)	55,3%	45,7%	48,3%	52,8%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁵⁾	(*)	(*)	491	697	42,0
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	173	175	131	99	32,9	33,9	26,0	20,1	-38,8

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

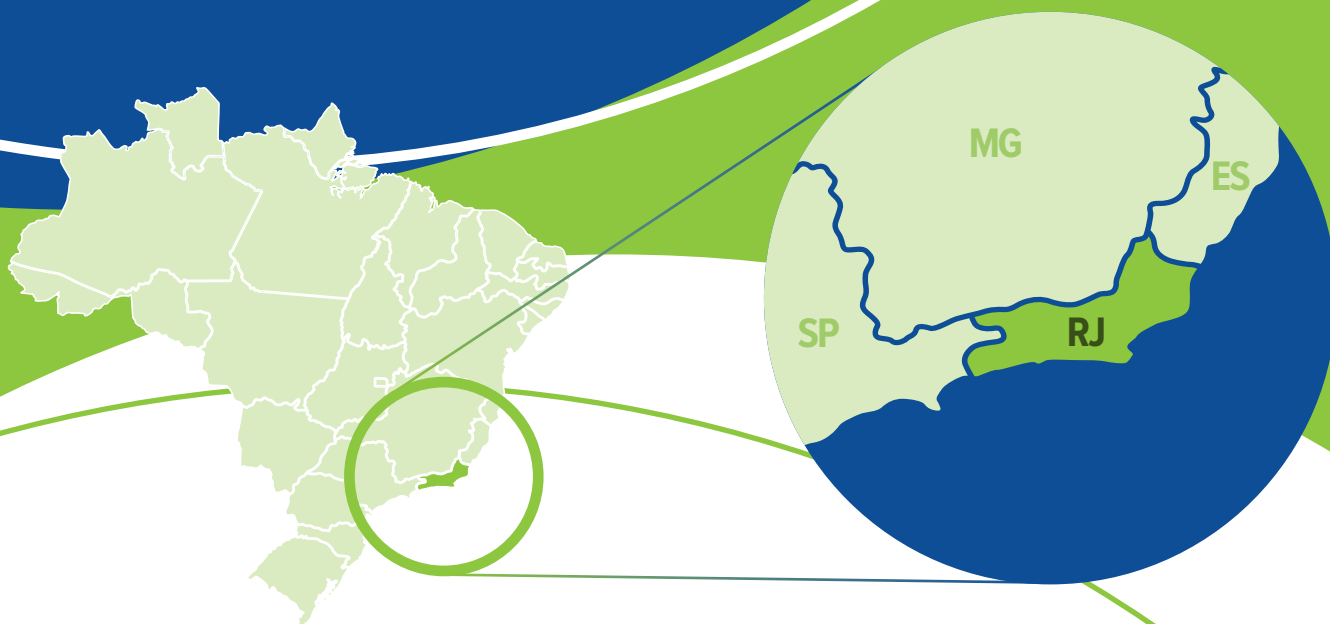
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Rio de Janeiro



Governando com o crime no Rio de Janeiro

Jacqueline Muniz

Professora adjunta do Departamento de Segurança Pública e do Mestrado de Justiça e Segurança Pública (DSP), Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (IAC) da Universidade Federal Fluminense. Professora do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social CECIERJ/UFF. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Conflitos e Sociedade (NECSO/DSP/IAC-UFF). Sócia fundadora da Rede de Policiais e Sociedade Civil da América Latina e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Integrante da Rede Fluminense de Pesquisadores sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Exerceu as funções públicas de diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, da SENASP/Ministério da Justiça (2003); Coordenadora Setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (2002) e Diretora da Secretaria de Segurança Pública (1999) no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Fatima Cecchetto

Possui doutorado em Saúde Coletiva (2002) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997). É pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), professora do programa de pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES).

O que se passou no Rio de Janeiro que permite elucidar a queda acumulada de 30,4% nas mortes violentas intencionais entre 2018 e 2021? Como entender, neste mesmo período, a redução dos homicídios dolosos (35,5%), das lesões corporais seguidas de morte (24,5%), das mortes decorrentes de intervenções policiais (13,1%), dos policiais mortos em confronto (26,0%) e dos latrocínios (38,4%) que conformam o indicador de mortes violentas intencionais (MVI)? De que forma situar, neste intervalo quadrienal de baixa dos números da violência letal, a diminuição das notificações de pessoas desaparecidas (14,1%)? Enfim, como entender um movimento declinante da chamada violência letal, no Rio de Janeiro, ocorrido durante a gestão de governantes de matiz conservadora que propagam o valor desigual da vida e evocam a violência (estatal) para combater a violência (criminal)? A tese da produção da morte de alguns para conter a suposta vontade futura de matar de outros, funcionaria na prática? Ela serviria para conter a chamada criminalidade violenta como querem fazer crer os defensores das cruzadas morais da lei e da ordem e detratores dos direitos humanos?

Os números da violência letal caíram ainda que tenham permanecido em patamares elevados: 27,2 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes em 2021. Os números não mentem jamais. Porém com a importante ressalva de que eles não falam por si mesmos. Isto porque eles correspondem a uma síntese arbitrária e quantificada que condensa uma miscelânea descontínua de acasos, contingências, cálculos, ações e inações de cidadãos, gestores, policiais, criminosos, etc. e que fazem o dia a dia da segurança pública.

Não há como estabelecer uma ligação direta entre as orientações gerais de um governo e o comportamento de estatísticas criminais regulares e transparentes e que foram blindadas de possíveis maquiagem, ocultação e censura. Para demonstrar algum nexos causal, faz-se necessário conhecer (quais foram?) os programas de redução das mortes por modalidade específica de violência letal. E daí aferir o seu êxito a partir de indicadores de insumo (recursos alocados), processo (execução) e resultado (taxas de mortes) definidos à luz dos objetivos e metas públicos ao longo do tempo.

Uma leitura precipitada, orientada por juízos tendenciosos revestidos por uma linguagem técnica de aparente neutralidade, costuma condenar boas práticas de mudanças estruturais diante da impossibilidade de produção de estatísticas positivas nos curto e médio prazos. Da mesma forma que acaba por validar práticas heterodoxas embutidas no modo como certos resultados são produzidos no tempo presente. Estes achismos tratados como achados analíticos tendem a desmoralizar a pertinência das políticas públicas, sejam elas progressistas, liberais ou conservadoras, tornando os governos eleitos reféns do imediato das pautas sensacionalistas, dos modismos de ocasião de consultores e das chantagens policiais que prometem as tais “estatísticas para governador”. E isto numa área bastante sensível como a segurança que interfere diretamente no direito à vida, na mobilidade socioespacial, nas garantias individuais e coletivas e, não menos importante, na estabilidade e previsibilidade do exercício do poder por governos legitimamente eleitos.

Os números da violência, com ou sem políticas públicas a eles relacionados, falam pelas bocas dos seus tradutores-intérpretes. Estes hierarquizam as verdades científica, política, procedimental e jornalística conforme os seus lugares de fala: os especialistas - desencantadores do fetiche dos dados; os políticos - pregadores das boas novas governamentais; os policiais - promotores dos seus saldos operacionais; e os jornalistas - legitimadores das versões por eles recriadas e repercutidas. Neste campo de embates, ora inconciliáveis, que oscila entre a autoridade dos argumentos e os argumentos de autoridade, onde se incensa uma verdade negociada para os eleitores que experimentam o medo legítimo e o agravamento do temor coletivo, tem-se a proeminência dos discursos oficialistas que disputam poder, prestígio, orçamento, manchetes e, sobretudo, votos. Tudo isto na busca de reconhecimento pelos feitos contra o crime, sendo desnecessário saber o que, quem, como, quando, onde e porque dos tais feitos ocorrerem. Como é típico de uma gestão política emancipada de *accountability* e de responsabilização, as soluções são anteriores ao problema real, assim como as explicações estão dissociadas dos fatos. Algo análogo parece ter ocorrido no Rio de Janeiro a janeiro, entre 2018 e 2021.

Os números da violência letal e intencional caíram de maduros no colo do mandato dos recentes governadores, o *impichado* Witzel (2019-2021) e seu substi-

tuto Castro (2021-2022). Sua graça foi pegar carona no processo de constituição de governos policiais e criminais que já vinha de antes. Sua obra política foi aceitar não comandar a segurança pública, decretando a extinção da sua pasta no governo para seguir no fluxo do “deixe fazer, deixe passar” tocado pelos gestores das mortes no Rio de Janeiro: as polícias e os domínios armados em suas formas de governança com e do crime.

É certo que o *laissez faire, laissez passer* do crime-negócio-político é anterior ao calendário dos grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro. Mas é fato que se agravou a partir deste período, estimulado pela fabricação da ingovernabilidade da segurança pública com o revestimento vistoso de uma “gestão técnica” e “independente da política” para garantir a paz nas Olimpíadas e na Copa do Mundo de futebol, feita pelas polícias que são a política em armas. Como não existe cadeira vazia no poder, isso correspondeu, com a chantagem corporativista e a pressão da imprensa sensacionalista, ao enraizamento da política particular das polícias. Assistiu-se à renovação indefinida de procurações em aberto e a ampliação dos cheques em branco para as “polícias de operações” enfrentarem a guerra contra o tráfico por elas mesmas criada. E com o lastro das carreiras político-eleitorais, porta-vozes da luta maniqueísta do bem contra o mal e que se beneficiam do caixa 2 de suas campanhas feita com o dinheiro das governanças criminais.

O policiamento ordinário e convencional que atende à segurança da população podia seguir sendo feito, em boa medida, pelos domínios armados e pelas firmas (i)legais e clandestinas de parentes dos integrantes dos esquemas dos governos policiais. Os governos policiais tinham mais o que fazer na economia política itinerante em rede do crime: transformar o recurso nobre e excepcional das operações especiais em uma rotina banalizada - a operação policial -, que não produz controle sobre território e população, mas que possui elevada visibilidade social-midiática e fabrica saldos operacionais para exposição pública em *flashes*. Apresenta-se aqui uma chave analítica para entender a queda das mortes violentas diante da inexistência de políticas públicas declaratórias de controle dos homicídios de Witzel e Castro!

A variação das mortes não se esclarece pelo batido jargão da repressão estatal com um fim em si mesma, já que seu emprego gera a sua própria escassez, impossibilitando seu uso indiscriminado e contínuo no tempo e no espaço. Um rumo de compreensão é o redesenho dos arranjos político-criminais no Rio de Janeiro que controlam território, administram população e regulam os mercados ilícitos, constituindo-se como governos criminais autônomos em reação e/ou em acordo com os governos policiais instituídos por meio da apropriação particularista do poder de polícia. “Tá tudo dominado” já alertava, faz tempo, um *funk* carioca de sucesso.

Um rumo de contextualização é a produção de monopólios policiais e quase monopólios criminais sobre o matar e o deixar morrer. Estes monopólios se instrumentalizam, de forma cíclica, na lógica em uso dos confrontos e dos acordos entre os grupos criminais (milicianos e traficantes) e destes com grupos policiais, voltados para uma sustentação sempre instável e uma expansão eternamente provisória de seus domínios armados. O que se busca é renegociar o preço do alvará de funcionamento dos mercados ilegais em seus variados “esquemas”, no varejo da ação policial e no atacado das decisões políticas, através da performance publicitária “do tiro, porrada e bomba” da política do confronto que instrumentaliza a insegurança pública como um projeto político-econômico com expressivos rendimentos eleitorais.

Segundo o Instituto Fogo Cruzado, os tiroteios seguiram diários e em alta na região metropolitana. Um dos principais medos dos seus moradores é ficar preso e vitimar-se na troca de tiros. O papel propagandista do tiroteio é central na cruzada moral da guerra contra o crime para enraizar o regime do medo, derivado da produção da insegurança como política, e legitimar as práticas de exceção como modo de policiar. Ele é vivenciado em todo lugar, ouvido a distância, visto ao vivo ou do *smartphone* interrompendo a circulação no asfalto e na favela.

Não se trata de combater o tal “crime organizado”. Através do *marketing* macabro da “guerra contra as drogas”, que já dura quatro décadas sem vitória ou derrota, trata-se de (re)criar os grupos armados que se encena enfrentar com

a visualidade teatral do sobe e desce morro das operações policiais. Trata-se de constituir governos criminais nos quais agentes estatais negociam a sua participação como funcionários, sócios ou patrões nos mercados ilícitos que se diversificam e se expandem pelo Estado para além da exploração sob coação armada nos espaços populares.

Daí a banalização das operações policiais. As operações policiais, a despeito de sua importância tático-operacional na reversão de cenários de elevados riscos, incerteza e perigo para a população, têm sido deformadas em uma ferramenta para a suposta “limpeza de terreno”. Entenda-se esta limpeza como a retirada forçada do Comando Vermelho cuja lenda diz que “não aceita pagar arrego e vai para a trocação”, para a entrada de domínios armados mais amigáveis, como as milícias, que “fecham com policiais”, ou como o Terceiro Comando Puro, rival do CV. Do TCP diz-se fazer uma governança aliancista com os governos policiais e milicianos que reduz o fechamento provisório da firma ou a suspensão do movimento em razão das mortes. De acordo com o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos (GENI) da UFF, observou-se uma expansão das milícias, a polícia dos bens, de 56%, entre 2007 e 2021, na esteira da intensificação das operações policiais que, no mesmo intervalo temporal, realizaram quase 18 mil incursões, configurando-se como um método de policiar e, com sua rotinização, de governar com o crime pelos confrontos que administra. Ainda segundo os dados do Disque-Denúncia, consolidados por GENI/NEVI-USP/Fogo Cruzado, em 2019 tinha-se a seguinte distribuição de controle territorial armado nos bairros do Rio de Janeiro: milícias (28%), CV (26%), TCP (9%), ADA (2%) e territórios em disputa (35%). A maior parte das operações neste ano ocorreram nas áreas em disputa (46%) e naquelas sob a gestão do CV (41%), sendo pouco expressivas as intervenções policiais nos domínios milicianos (7%).

Como hipótese interpretativa pode-se dizer que o governo policial tem sido um ator decisivo na gestão das mortes derivadas, em sua maioria, dos confrontos armados e que chegam a responder por cerca de 30% das mortes violentas intencionais no Rio de Janeiro, uma cifra próxima da redução de mortes observada. Ele parece operar como uma agência reguladora do crime, um tipo de

imobiliária que arrenda territórios e, ao mesmo tempo, serve como fiador dos acordos provisoriamente firmados.

Ao se fazer uma redivisão territorial entre potenciais aliados e antagonistas dos governos policiais, constata-se que 63,3% do território da cidade do Rio e 40% de sua população estão sob controle territorial armado de prováveis aliados dos governos policiais. O que evidencia a serventia trágica da gestão das mortes na constituição das governanças criminais e a pertinência estratégia do uso seletivo de matar e deixar morrer na gerência de sua sustentação.

No Rio de Janeiro, desenvolveu-se tecnologias sociais do matar e do deixar morrer que se mostraram úteis à economia política itinerante em rede do crime. Os desaparecimentos forçados são uma delas e costumam ser subnotificados quando produzidos pelas governanças criminais. Entre 2018 e 2021, constatou-se uma diminuição de 14,1% dos registros de pessoas desaparecidas no Rio de Janeiro. Muitos destes casos combinam outros dispositivos de matar que somem com o corpo, desaparecendo com a morte e a sua “colocação na estatística”. As variações negativas das mortes violentas têm, também, a contribuição de práticas perversas como a destruição das vítimas no “forno de micro-ondas” (fogueira com pneus), no aterro sanitário ou no mangue, na alimentação de porcos, nos carros incendiados e nos cemitérios clandestinos. E isto sob o silêncio opressivo dos parentes das vítimas, vistas como envolvidas com o crime, e das testemunhas da execução.

As chacinas se apresentam como mais uma modalidade na gestão das mortes a serviço da exploração dos mercados ilícitos pelos governos criminais. Entre 2016 e 2021 ocorreram, segundo o GENI, 593 chacinas com a participação de policiais e que resultaram em 1.184 mortos. As ondas de matança no atacado podem apontar para uma redução de mortes no varejo do crime. Parecem indicar um cálculo orientado para não perder a viagem nos confrontos armados. A eliminação acumulada e antecipada de opositores no presente ambiciona minorar a imprevisibilidade dos governos criminais pela suposta diminuição de mortes futuras. As chacinas trazem uma solução imediata que reduz os custos

operacionais da governança criminosa nas ocupações policiais ou nas invasões dos grupos armados. E se fazem acompanhar de uma limpeza moral e de uma faxina no empreendimento criminal. E isto de tal maneira que se constata que matar passa a ter mérito e morrer merecimento. Na chacina do Jacarezinho foi dito que “um policial morto valia mil gansos” e que quem morreu buscou a sua morte na arma do policial.

Por meio de governos policiais, constitui-se a paz de cemitérios entre guerras pela paz da propina, revelando-se uma administração política das mortes do crime para o crime, com ondas provisórias de matanças, de acumulação e de estabilização das mortes em função das tomadas, acomodações e expansões dos domínios armados sob tutelas policiais.

A flexibilização do acesso às armas (66.969 novos registros de armas no SI-NARM/PF, em 2021, no RJ) articulada ao baixo controle delas pela polícia federal (68.980 armas com registros expirados, em 2021, no RJ) e, ainda, a queda na apreensão de armas pela polícia (23% entre 2018 e 2021) no Rio deram um alento ao “CNPJ do crime que não pode morrer”. Mediante a oferta aquecida de armamentos e munição legalizados, pode-se baratear a logística de sustentação dos domínios armados e deflacionar o custeio da sua segurança com a queda dos preços dos armamentos. A terceirização da proteção para milicianos e grupos policiais passa a ser feita com armas legais que racionalizam a gestão das mortes com o seu “tiro certo”, reduzindo, no jargão policiaisco, o “cancelamento de CPF” pouco rentável para os negócios criminais e evitando desperdício de munição com balas perdidas.

Ressalte-se que o STF, no âmbito da ADPF 635, em 2020, jogou um papel na redução das mortes de civis (13,1%) e de policiais (26%) pela imposição de exigências na execução de operações policiais cuja maioria é de natureza “programada” e adiável, já que atende à demanda interna das próprias polícias e não às demandas urgentes e inadiáveis da população. Não se tratou de algemar a polícia durante o ano mais crítico da pandemia. Mas de reavivar, nas polícias, os seus próprios critérios de execução e aferição de desempenho estabelecidos

nos protocolos operacionais por elas elaborados em 2018. As ações sanitárias de quarentena, isolamento social e fechamento de comércios na COVID também enfraqueceram a economia criminosa, contribuindo para redução das mortes pela falta de meios materiais e humanos para promover disputas territoriais armadas.

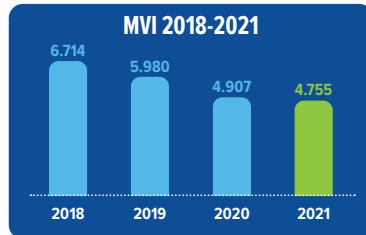
Como já dito aqui, no Rio de Janeiro faz-se a guerra para vender a paz do arrego. Faz-se a guerra para produzir a paz de cemitério no qual as mortes e sua regulação são uma *commodity* política nos negócios da proteção que têm a ameaça constante como fundamento, a violência letal como barganha e o regime do medo e suas práticas de exceção como horizonte de governança com e do crime. Talvez se possa dizer que a redução das mortes violentas intencionais no Rio resulte de um novo Tratado de Tordesilhas entre governos policial e criminal, distinto da governança monopolista do PCC em São Paulo, que tem reorientado a geopolítica do crime. Mas lá e cá, governa-se com o crime e não contra ele.

Segurança Pública no Rio de Janeiro (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

4.755 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **27,2** por **100 mil habitantes**

14ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Queda de 30,4%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

38.747 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 47,4%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

6.833 armas apreendidas em 2021 **Queda de 23%** em relação a 2018

66.969 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 67,9%** em relação a 2019

68.980 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

3.247 pessoas foram assassinadas em 2021 **Queda de 35,5%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

109 vítimas em 2021 **Queda de 38,4%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

43 vítimas em 2021 **24,5%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

1.356 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Queda de 13,1%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

64 policiais assassinados em 2021 **Queda de 26%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

4.039 registros em 2021 **Taxa 14,1%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

161 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 17,7%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

85 desses foram feminicídios

25.814 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Alta de 1,9%** em relação a 2018

40.520 medidas protetivas distribuídas e **34.196** medidas protetivas concedidas em 2021

64.139 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

5.105 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Queda de 5,5%** no período 2018-2021

884 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 45,1%** entre 2020 e 2021

1.420 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes **Queda de 6,6%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 5.883,47** Coronel: **R\$ 37.565,22**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 12.532,36** Delegado: **R\$ 30.831,76**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 16.648,18** Médico legista: **R\$ 17.578,33**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **5.127 R\$ 9.875,65**

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

53.156 pessoas privadas de liberdade em 2021 **Queda de 1,6%** em relação a 2018

189 sob custódia das polícias

2.150 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021 **Alta de 123,5%** em relação a 2020

35,1% dos presos são provisórios

Déficit de **18.802** vagas no sistema penitenciário em 2021

876 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado **52,9%** a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 9.958.874.257,09 gastos pelo Estado em 2021 **Queda de 19,2%** em relação a 2018

R\$ 570,27 gasto per capita em 2021 **Queda de 19,2%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO RIO DE JANEIRO (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	6.714	5.980	4.907	4.755	39,1	34,6	28,3	27,2	-30,4
Homicídio doloso	4.950	4.004	3.544	3.247	28,8	23,2	20,4	18,6	-35,5
Latrocínio	174	117	87	109	1,0	0,7	0,5	0,6	-38,4
Lesão corporal seguida de morte	56	45	31	43	0,3	0,3	0,2	0,2	-24,5
Mortes decorrentes de intervenções policiais	1.534	1.814	1.245	1.356	8,9	10,5	7,2	7,8	-13,1
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	89	41	65	64	1,7	0,8	1,2	1,2	-26,0
Pessoas desaparecidas	4.619	4.619	3.350	4.039	26,9	26,8	19,3	23,1	-14,1

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	71	85	78	85	0,8	0,9	0,9	0,9	17,7
Homicídios femininos	350	305	200	161	3,9	3,4	2,2	1,8	-54,8
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	24.911	25.628	25.862	25.814	278,1	284,5	285,5	283,4	1,9
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	46.215	35.187	40.520
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	29.450	34.196	34.196
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	109.274	92.586	64.139
Estupro e estupro de vulnerável	5.310	5.450	4.746	5.105	30,9	31,6	27,3	29,2	-5,5
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	610	884	15,5	22,4	45,1
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.522	1.420	38,6	36,0	-6,6

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	67.891	55.344	38.320	38.747	1.009,4	796,2	540,6	531,0	-47,4
Roubo e furto de celulares	42.256	45.131	27.861	28.903	246,2	261,4	160,4	165,5	-32,8
Estelionato	34.493	41.253	48.552	70.075	201,0	238,9	279,6	401,3	99,7
Armas de fogo apreendidas	8.721	8.423	6.440	6.833	50,8	48,8	37,1	39,1	-23,0
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	39.881	53.161	66.969	67,9
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	68.980	68.980

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	43.881	43.362	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	7.700	6.976	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	1.311	979	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	5.145	5.127	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.883,47	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					37.565,22	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	12.532,36	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					30.831,76	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	16.648,18	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					17.578,33	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 9.875,65	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 11.071.088.302,69	R\$ 10.868.365.078,34	R\$ 10.401.289.942,07	R\$ 9.958.874.257,09	...	-10,0
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 705,62	R\$ 677,16	R\$ 598,94	R\$ 570,27	...	-19,2

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	52.873	50.822	48.708	52.967
Presos sob custódia das polícias	233	207	202	189
Total de pessoas privadas de liberdade	53.106	51.029	48.910	53.156	309,5	295,6	281,6	304,4	-1,6
Vagas do sistema penitenciário	29.288	31.485	33.799	34.165
Déficit de vagas no sistema penitenciário	23.585	19.337	14.909	18.802
Presos provisórios (em % com relação ao total)	39,8%	39,1%	37,4%	35,1%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	962	2.150	123,5
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	2.006	1.627	1.084	876	93,8	78,2	53,5	44,2	-52,9

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de polícias mortas em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

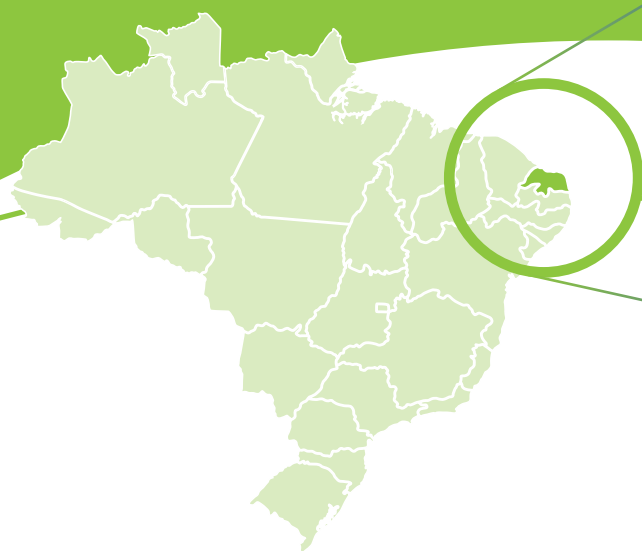
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Rio Grande do Norte



Rio Grande do Norte: a necessidade urgente de frear o encarceramento e proteger os mais vulneráveis

Giane Silvestre

Doutora em Sociologia, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e Associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A análise realizada nesta edição especial do Anuário aborda o período que vai de 2018 a 2021, incluindo, portanto, o período mais crítico vivido pelo mundo neste século: a pandemia da Covid-19. Depois de mais de dois anos vivenciando essa crise, podemos afirmar que seus efeitos vão muito além do impacto nos sistemas de saúde (público e privado), bem como na economia. A pandemia tem efeitos também sobre o sistema de segurança pública e nas mais distintas manifestações de violência. As medidas de distanciamento e isolamento social impostas pelas autoridades em todos os estados fizeram com que a circulação de pessoas e de bens fosse reduzida de forma significativa. Com isso, crimes e conflitos que comumente acontecem nas ruas, como roubos, latrocínios e outras mortes violentas decorrentes de conflitos interpessoais, também tiveram sua dinâmica impactada. Por isso, os registros criminais desse período não podem ser lidos fora deste contexto.

Entre 2018 e 2021, o Rio Grande do Norte acumulou uma queda de 41,4% nas mortes violentas intencionais (MVI), acompanhando uma tendência de queda observada em quase todo o país (a queda, entre 2020 e 2021 foi de 6,5% em âmbito nacional). Em 2018 eram 55,4 mortes por 100 mil habitantes e em 2021 essa taxa ficou em 32,4. Ainda que a redução seja significativa e que mostre a manutenção de uma tendência de queda ao longo do período, é importante destacar que a taxa potiguar está entre as 10 maiores do país, mostrando que, mesmo com a redução dos últimos anos, ainda há muito o que caminhar na construção de políticas de controle e redução da violência. Dentre os tipos de mortes que compõem o indicador de MVI destacam-se as reduções observadas no mesmo período nas lesões corporais seguidas de morte (91,4%), nas mortes de policiais (57,1%) e nos homicídios dolosos (29,7%). Contudo, preocupa o aumento de 10,8% nas mortes decorrentes de intervenção policial, cuja taxa de 4,3 mortes por 100 mil habitantes está entre as 10 mais altas do Brasil. Desta forma, o controle da violência letal das polícias também se coloca como um desafio ao governo do Rio Grande do Norte para os próximos anos.

Se por um lado, a pandemia teve efeito sobre a redução dos crimes que ocorrem nas ruas, por outro lado, houve um impacto perverso nos crimes e violências que,

estudos recentes já comprovaram ocorrer majoritariamente no âmbito doméstico¹. Houve aumento expressivo de 61% nos registros de estupro e estupro de vulneráveis e de maus tratos contra crianças e adolescentes (38,4%). Chama a atenção que, mesmo com a conhecida subnotificação que envolve estes casos e com os efeitos das medidas de distanciamento social, que fizeram com que as vítimas de violência doméstica passassem mais tempo junto aos seus agressores, além de terem atendimentos reduzidos em instituições de acolhimento, esses registros seguiram em alta. No caso dos estupros (incluindo estupros de vulneráveis), inclusive, a maior alta dos registros ocorreu em 2020, primeiro ano da pandemia, 555 notificações, resultando numa taxa de 15,7 ocorrências por 100 mil habitantes. Isso mostra, dentre os outros aspectos, a necessidade de uma política de proteção e prevenção à violência deste público vulnerável.

Em relação aos crimes patrimoniais, o Rio Grande do Norte apresentou uma redução significativa nos roubos e furtos de veículos entre 2018 e 2021. A queda foi da ordem de 44,2%, saindo de 8.025 registros em 2018 para 5.009 em 2021. Novamente é possível observar o impacto das restrições de circulação de pessoas e mercadorias, advindas das medidas de distanciamento social, já que nesse período, muitas pessoas passaram a trabalhar de suas casas, deixando de circular pela cidade cotidianamente.

Já em relação à apreensão de armas de fogo, houve uma redução de 25,2% no mesmo período, somado a isso houve ainda um aumento de 39,7% no registro de armas no Sistema Nacional de Armas da Polícia Federal (SINARM) entre 2019 e 2021. Neste sentido, com menos armas apreendidas e mais armas registradas, o cenário do Rio Grande do Norte preocupa pelo aumento de armas em circulação, sobretudo, pelo impacto que isso pode ter sobre a vida da população mais vulnerável nos próximos anos. Este aumento, contudo, não é exclusividade do Rio Grande do Norte, já que é uma tendência observada em nível nacional e que está diretamente relacionada aos decretos que flexibilizaram os mecanismos de controle existentes na legislação por parte do Governo Federal.

¹ Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, organizada pelo FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.

Por fim, não é possível deixar de lembrar que no ano de 2017, o estado do Rio Grande do Norte foi protagonista de um dos episódios mais violentos da história das prisões no Brasil. A rebelião ocorrida naquele ano na Penitenciária Estadual de Alcaçuz escancarou um cenário de extrema violência e de condições subumanas de cumprimento da pena em nossas prisões. Além disso, deixou em evidência a incapacidade do estado em gerir um sistema prisional dominado por grupos criminais que disputavam entre si a gestão cotidiana das prisões do estado. Anos mais tarde, o Rio Grande do Norte parece ter caminhado no sentido de estabelecer algumas mudanças no controle da violência, sobretudo letal. No entanto, é preocupante observar que a população prisional segue aumentando no estado, consolidando uma tendência de crescimento nos últimos anos. A taxa de pessoas privadas de liberdade em 2018 que era de 255,1 por 100 mil habitantes, passou para 318,4 em 2021, um crescimento da ordem de 24,8%. Mais preocupante ainda é o crescimento da taxa de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado, que em 2018 era de 45,1 por 100 mil habitantes adolescentes e em 2021 chegou a 117, crescimento de 159%, em sentido contrário do que verificamos no resto do país – o Rio Grande do Norte é o único estado brasileiro a apresentar crescimento de adolescentes internados no período.

Os episódios de violência nas prisões que assistimos frequentemente no país, bem como a disseminação dos grupos criminais dentro e fora das prisões já seriam suficientes para atestar a ineficácia da prisão como um instrumento de controle do crime. Como se não bastasse isso, as condições cada vez mais precárias e insalubres dos cárceres brasileiro e a superlotação também contribuem para fazer das prisões muito mais um instrumento de contenção de uma parcela da população, do que um instrumento efetivo de controle do crime.

A aposta no encarceramento tem se mostrado um erro em termos de política de controle do crime, pois aumenta o número de pessoas em condições subumanas e fornece contingente para o fortalecimento de grupos criminais. É preciso aprender com os erros. Alguns estados norte-americanos, como a Califórnia, por exemplo, vêm apostando em políticas desencarceradoras, que têm

feito as taxas de encarceramento local decrescerem desde 2009 e impactado positivamente nas estatísticas criminais (Simon, 2014).

Enquanto as autoridades apostarem na prisão como a principal forma de controle do crime, dificilmente o cenário de desigualdade e violência (re)produzido pela pelas instituições de segurança será revertido. Continuaremos com um sistema superlotado, desigual, (re)produtor de violências e que pouca segurança traz à população.

REFERÊNCIAS:

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2022.

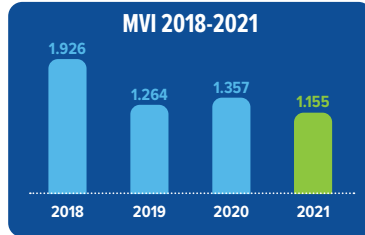
SIMON, Jonathan. Mass incarceration on trial: a remarkable court decision and the future of prisons in America. The New Press, 2014. 197 p.

Segurança Pública no Rio Grande do Norte (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

1.155 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **32,4** por **100 mil habitantes**

9ª maior taxa de MVI do país em 2021 Queda de **41,4%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

5.009 veículos furtados ou roubados em 2021 Queda de **44,2%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

555 armas apreendidas em 2021 Queda de **25,2%** em relação a 2018

19.282 armas com registros ativos no SINARM em 2021 Aumento de **39,7%** em relação a 2019

12.236 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

11.338 pessoas privadas de liberdade em 2021

Alta de **24,8%** em relação a 2018

17 sob custódia das polícias

1.920 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **341,4%** em relação a 2020

26,3% dos presos são provisórios

Déficit de **2.923** vagas no sistema penitenciário em 2021

562 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

159,3% a mais que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.082 pessoas foram assassinadas em 2021 Queda de **29,7%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

54 vítimas em 2021 Queda de **27,7%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

19 vítimas em 2021 **91,4%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

152 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 Alta de **10,8%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

11 policiais assassinados em 2021 Queda de **57,1%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

496 registros em 2021 Taxa **30,6%** maior que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

75 mulheres vítimas de homicídios em 2021 Queda de **30,3%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

20 desses foram feminicídios

1.966 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021

Queda de **29,2%** em relação a 2018

4.717 medidas protetivas distribuídas e **4.555** medidas protetivas concedidas em 2021

5.408 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

519 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Alta de **61%** no período 2018-2021

180 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 Alta de **38,4%** entre 2020 e 2021

111 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de **28,5%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 - 2021

ESPECIAL 2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar:	Remuneração bruta média Soldado: R\$ 3.502,92 Coronel: R\$ 25.713,38
Polícia Civil:	Remuneração bruta média Investigador: R\$ 11.691,07 Delegado: R\$ 27.320,75
Perícia Técnica:	Remuneração bruta média Perito criminal: R\$ 14.469,14 Médico legista: R\$ 11.084,65
Polícia Penal:	Remuneração bruta média: R\$ 7.057,91

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.231.440.100,44 gastos pelo Estado em 2021 **R\$ 345,82** gasto per capita em 2021

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO RIO GRANDE DO NORTE (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.926	1.264	1.357	1.155	55,4	36,0	38,4	32,4	-41,4
Homicídio doloso	1.503	1.074	1.237	1.082	43,2	30,6	35,0	30,4	-29,7
Latrocínio	73	62	63	54	2,1	1,8	1,8	1,5	-27,7
Lesão corporal seguida de morte	216	128	57	19	6,2	3,6	1,6	0,5	-91,4
Mortes decorrentes de intervenções policiais	134	160	145	152	3,9	4,6	4,1	4,3	10,8
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	25	12	5	11	2,8	1,3	0,5	1,2	-57,1
Pessoas desaparecidas	371	356	223	496	10,7	10,2	6,3	13,9	30,6

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	28	21	13	20	1,6	1,2	0,7	1,1	-30,3
Homicídios femininos	84	90	75	75	4,7	5,0	4,1	4,1	-12,8
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	2.710	4.169	1.387	1.966	152,1	232,0	76,6	107,7	-29,2
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	3.711	4.066	4.717
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	2.359	3.324	4.555
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	3.670	4.930	5.408
Estupro e estupro de vulnerável	315	538	555	519	9,1	15,3	15,7	14,6	61,0
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	131	180	14,5	20,1	38,4
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	87	111	9,6	12,4	28,5

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	8.025	7.021	6.166	5.009	621,7	521,4	443,2	346,8	-44,2
Roubo e furto de celulares ⁽⁵⁾	456	3.537	7.367	10.091	13,1	100,9	208,5	283,4	2.063,4
Estelionato	1.646	2.715	3.440	8.774	47,3	77,4	97,3	246,4	420,9
Armas de fogo apreendidas	725	745	708	555	20,8	21,2	20,0	15,6	-25,2
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	13.798	16.169	19.282	39,7
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	12.236	12.236

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	8.057	8.380	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.238	1.257	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	129	126	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	1.397	1.363	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	3.502,92	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					25.713,38	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	11.691,07	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					27.320,75	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	14.469,14	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					11.084,65	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 7.057,91	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.132.549.952,39	R\$ 1.303.609.818,50	R\$ 1.142.663.164,32	R\$ 1.231.440.100,44	...	8,7
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 342,70	R\$ 327,55	R\$ 323,32	R\$ 345,82	...	0,9

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	8.872	10.155	10.801	11.321
Presos sob custódia das polícias	3	25	18	17
Total de pessoas privadas de liberdade	8.875	10.180	10.819	11.338	255,1	290,3	306,1	318,4	24,8
Vagas do sistema penitenciário	7.324	7.389	7.776	8.398
Déficit de vagas no sistema penitenciário	1.548	2.766	3.025	2.923
Presos provisórios (em % com relação ao total)	26,2%	28,5%	27,5%	26,3%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	435	1.920	341,4
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	227	232	512	562	45,1	46,9	105,2	117,0	159,3

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública no Rio Grande do Sul



Uma gestão voltada à integração de políticas de segurança pública e seus impactos nos índices criminais: Análise da experiência a partir do Programa RS Seguro

Marlene Inês Spaniol

Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS, Oficial da Reserva da Brigada Militar/RS e Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Carlos Roberto Guimarães Rodrigues

Doutorando em Políticas Públicas pela UFRGS, Mestre em Segurança Cidadã - UFRGS e Coronel da Reserva da Brigada Militar/RS

Os últimos quatro anos marcaram uma guinada na gestão da segurança pública estadual no Rio Grande do Sul (RS), observando-se uma redução significativa em quase todas as incidências criminais. Estes números são creditados a um esforço coletivo das forças policiais, como resultado da implementação de políticas públicas voltadas à gestão e integração no campo da segurança pública e pelo fato do governador Eduardo Leite (que já havia tido uma gestão exitosa na área da segurança pública, investindo em políticas de prevenção na esfera municipal, quando prefeito de Pelotas) ter escolhido a segurança pública como um dos principais focos da sua gestão à frente do governo do RS. Para isto escolheu como seu candidato a vice-governador o Delegado da Polícia Civil, Ranolfo Vieira Júnior, que, após ser eleito, assumiu cumulativamente as funções de Secretário de Segurança Pública.

Além da continuidade das políticas com resultados efetivos, adotadas nas gestões anteriores, o principal programa implementado pela SSP/RS neste período foi o lançamento, em 28 de fevereiro de 2019, do **“RS Seguro - Programa Transversal e Estruturante de Segurança”**, orientado pelo tripé de diretrizes “Integração + Inteligência + Investimento Qualificado” e norteado por quatro eixos principais: a) Combate ao crime; b) Políticas sociais preventivas e transversais; c) Qualificação do atendimento ao cidadão; e d) Sistema Prisional. O programa RS Seguro prevê a integração de diversas áreas do governo do estado, com execução em parceria com a união, com os municípios, com outros Poderes, com a iniciativa privada e a sociedade civil, buscando soluções sustentáveis para a melhoria contínua dos indicadores de criminalidade (RS, 2019).

Os resultados positivos do programa RS Seguro, mostrando ser possível a redução dos crimes e da violência com as ferramentas próprias da democracia, foram apontados em análise dos resultados deste projeto por Vasconcellos e Azevedo (2021) que destacaram também não ser este uma novidade, considerando que programas como o Pronasci, por exemplo, também incentivaram estados e municípios a implementarem programas voltados a atuações integradas das forças de segurança pública com foco na prevenção à violência, com prestação de contas e participação social na sua gestão, dentre outras características.

Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, as incidências criminais do estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2018 a 2021, indicam quedas significativas, por taxa de 100 mil habitantes, nos seguintes delitos do bloco - Mortes Violentas Intencionais (MVI) e desaparecimentos: a) As MVI tiveram taxa de 21,9 em 2018 caindo para 15,9 em 2021, representando uma diminuição de 27,5%; b) Os homicídios dolosos caíram de uma taxa de 20,8 em 2018 para 13,7 em 2021, representando uma queda de 34,2%; c) Os latrocínios caíram de uma taxa de 0,8 em 2018 para 0,6 em 2021, apontando uma queda de 32%; d) As pessoas desaparecidas perfizeram uma taxa de 80,2 em 2018 e de 55,6 em 2021, representando uma diminuição de 30,6%. Estes dados, embora ainda preocupantes, mostram incidências bem menores do que as apontadas por Kopittke (2018) ao fazer um levantamento das incidências criminais no RS de 2014 a 2017, trazendo em sua análise “as lições dos anos difíceis” vivenciadas no estado.

Neste mesmo bloco de análise das MVI, registraram aumento nas taxas os seguintes delitos: a) Lesão corporal seguida de morte teve uma pequena variação de 2,1% oscilando entre 0,3 e 0,2 no período pesquisado; b) As mortes decorrentes de intervenções policiais tiveram uma variação de 0,9 a 1,4, representando um aumento de 9,3%; c) Policiais mortos em confronto (em serviço e fora do serviço) apresentaram o maior percentual de aumento de 109,3%, as taxas oscilando entre 0,0 (em 2020) e 0,3 (em 2019 e 2021), com seis mortes em cada ano.

No bloco que traz as estatísticas dos delitos de violência contra públicos vulneráveis, violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes, houve queda em cinco dos seis delitos analisados: a) Os feminicídios oscilaram de uma taxa de 1,4 a 2, representando uma redução de 18,6%; b) Os homicídios femininos diminuíram de uma taxa de 5,5 para 4, representando uma redução de 26,2%; c) A lesão corporal dolosa decorrente de violência doméstica reduziu de 377,9 para 306,4, representando uma redução de 18,9%; d) Os estupros e estupro de vulnerável foram de 42,3 para 37,3, perfazendo uma redução de 11,8%; e) Os registros de lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes foram de 53 em 2020 para 51,9, representando

uma pequena redução de 2,1%. O único delito que teve aumento neste bloco foi o de registros de maus tratos contra crianças e adolescentes, com a taxa subindo de 54,9 para 66,6, representando um acréscimo de 21,4%.

No bloco que traz os crimes patrimoniais e armas de fogo verifica-se a diminuição da taxa do delito de roubo e furto de veículo de 431,4 para 180,1, representando uma redução de 58,2% e, nas armas de fogo apreendidas, houve oscilação de 85,9 para 83,2, uma diminuição de 3,1%. Já o registro de armas de fogo ativos no Sinarm/Polícia Federal subiu de 96.269 para 145.115 mil registros, representando um aumento de 50,7%.

O bloco que trata dos efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública aponta 17.437 integrantes ativos da Brigada Militar; 5.454 da Polícia Civil; 524 da Perícia Técnica; 4.788 da Polícia Penal. As despesas em segurança pública do RS perfizeram, em 2021, o valor total de R\$ 5.799.918.976,15, enquanto a despesa per capita foi de R\$ 505,81 em 2021, um aumento de 2,4% entre 2018 e 2021.

No bloco que trata do sistema prisional e socioeducativo verifica-se que o total de pessoas privadas de liberdade no RS foi de 38.949 em 2018 para 41.313 em 2021, representando um aumento de 4,8%, enquanto o número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado alterou de 1.293 em 2018 para 448 em 2021, representando uma redução de 62,2%.

Importante considerar que neste período avaliado vivenciamos a pandemia de Covid-19 onde, por mais de um ano, houve restrições de circulação de pessoas e distanciamento social, fator que também pode ter influenciado nestas incidências.

Diante dos resultados significativos de redução de taxas criminais, espera-se que a próxima administração do poder executivo do Rio Grande do Sul dê continuidade às políticas de gestão e integração voltadas à segurança pública implementadas, para que as taxas de violência e criminalidade continuem a apresentar a esperada redução.

REFERÊNCIAS

KOPITTKE, Alberto. Lições dos anos difíceis. In: **Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014 a 2017) – Edição Especial 2018**, p. 110-114. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública nº 16**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **RS Seguro - Programa Transversal e Estruturante de Segurança Pública**. 2019. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/rs-seguro>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. RS Seguro mostra os bons resultados na gestão da segurança com visão social. **Fonte Segura**, 24 mar. 2021, v. 81. Disponível em: <https://fontesegura.org.br/news/81>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Segurança Pública no Rio Grande do Sul (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

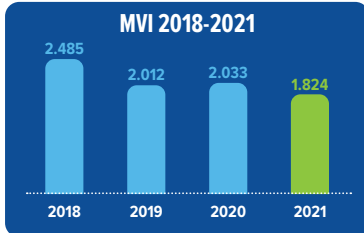


1.824 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **15,9** por **100 mil habitantes**

5ª menor taxa de MVI do país em 2021



Queda de **27,5%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

13.850 veículos furtados ou roubados em 2021



Queda de **58,2%** em relação a 2018



ARMAS DE FOGO

9.537 armas apreendidas em 2021



Queda de **3,1%** em relação a 2018



145.115 armas com registros ativos no SINARM em 2021



Aumento de **50,7%** em relação a 2019

330.104 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021



SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

41.313 pessoas privadas de liberdade em 2021



Alta de **4,8%** em relação a 2018



94 sob custódia das polícias

10.512 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021



Alta de **9,1%** em relação a 2020

33,3% dos presos são provisórios



Déficit de **361** vagas no sistema penitenciário em 2021

448 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado



62,2% a menos que em 2018



HOMICÍDIOS DOLOSOS

1.573 pessoas foram assassinadas em 2021



Queda de **34,2%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

64 vítimas em 2021



Queda de **32%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

31 vítimas em 2021



2,1% a mais que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

156 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021



Alta de **9,3%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

6 policiais assassinados em 2021



Alta de **109,3%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

6.381 registros em 2021



Taxa **30,6%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

236 mulheres vítimas de homicídios em 2021



Queda de **18,3%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

96 desses foram feminicídios



18.037 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021



Queda de **18,9%** em relação a 2018

54.704 medidas protetivas distribuídas e **41.300** medidas protetivas concedidas em 2021



26.027 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021



4.281 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021



Queda de **11,8%** no período 2018-2021

1.671 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021



Alta de **21,4%** entre 2020 e 2021

1.301 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes



Queda de **2,1%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022



Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 6.749,87** Coronel: **R\$ 30.975,50**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 13.350,34** Delegado: **R\$ 27.517,18**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 18.894,14** Médico legista: **R\$ 18.143,03**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **4.788 R\$ 10.232,28**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 5.799.918.976,15 gastos pelo Estado em 2021



R\$ 505,81 gasto per capita em 2021



Alta de **2,4%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DO RIO GRANDE DO SUL (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	2.485	2.012	2.033	1.824	21,9	17,7	17,8	15,9	-27,5
Homicídio doloso	2.362	1.815	1.812	1.573	20,8	16,0	15,9	13,7	-34,2
Latrocínio	93	70	70	64	0,8	0,6	0,6	0,6	-32,0
Lesão corporal seguida de morte	30	28	28	31	0,3	0,2	0,2	0,3	2,1
Mortes decorrentes de intervenções policiais	141	99	123	156	1,2	0,9	1,1	1,4	9,3
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	3	6	-	6	0,1	0,3	-	0,3	109,3
Pessoas desaparecidas	9.082	8.486	6.238	6.381	80,2	74,6	54,6	55,6	-30,6

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	116	97	80	96	2,0	1,7	1,4	1,6	-18,3
Homicídios femininos	316	255	233	236	5,4	4,4	4,0	4,0	-26,2
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	21.976	21.050	18.905	18.037	377,9	360,4	322,4	306,4	-18,9
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	...	62.290	54.704
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	...	38.803	41.300
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	...	23.176	26.027
Estupro e estupro de vulnerável	4.794	4.743	4.273	4.281	42,3	41,7	37,4	37,3	-11,8
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.383	1.671	54,9	66,6	21,4
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.336	1.301	53,0	51,9	-2,1

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	30.533	24.234	17.299	13.850	431,4	331,6	230,8	180,1	-58,2
Roubo e furto de celulares	18.421	19.096	13.558	13.931	162,6	167,8	118,7	121,5	-25,3
Estelionato	23.858	28.942	65.771	90.007	210,6	254,4	575,8	784,9	272,7
Armas de fogo apreendidas	9.729	7.595	9.285	9.537	85,9	66,8	81,3	83,2	-3,1
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	96.269	118.515	145.115	50,7
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	330.104	330.104

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	16.390	17.437	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	5.288	5.454	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	511	524	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	4.523	4.788	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	6.749,87	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					30.975,50	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	13.350,34	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					27.517,18	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	18.894,14	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					18.143,03	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 10.232,28	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 5.237.277.014,56	R\$ 5.457.047.514,65	R\$ 6.087.134.410,78	R\$ 5.799.918.976,15	...	10,7
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 493,74	R\$ 474,66	R\$ 532,89	R\$ 505,81	...	2,4

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	38.888	41.189	38.850	41.219
Presos sob custódia das polícias	61	83	51	94
Total de pessoas privadas de liberdade	38.949	41.272	38.901	41.313	343,8	362,8	340,6	360,3	4,8
Vagas do sistema penitenciário	32.525	27.733	32.300	40.858
Déficit de vagas no sistema penitenciário	6.363	13.456	6.550	361
Presos provisórios (em % com relação ao total)	31,0%	29,9%	32,8%	33,3%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁵⁾	(*)	(*)	9.634	10.512	9,1
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	1.293	1.058	651	448	90,9	76,6	48,6	34,3	-62,2

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

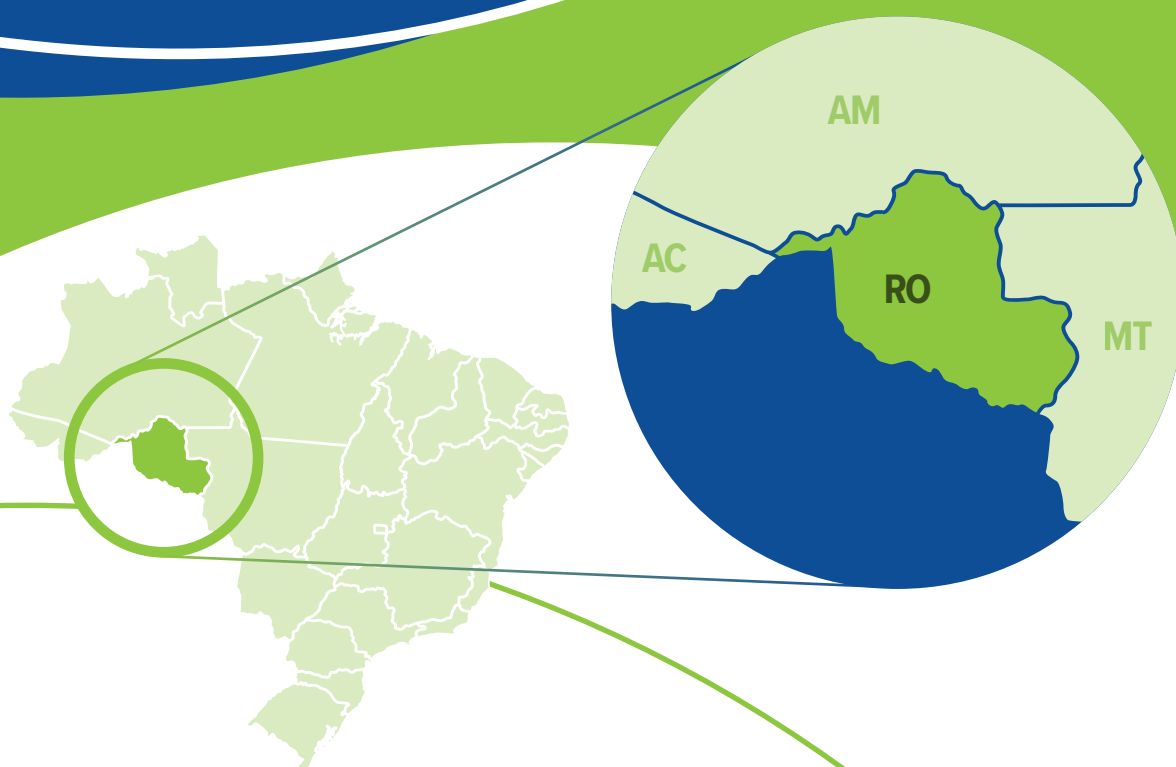
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Rondônia



Crime e punição em Rondônia

Rodolfo Jacarandá

Professor Associado II da Universidade Federal de Rondônia. Membro Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Rondônia é um estado chave para entender a dinâmica da violência na Amazônia Ocidental – formada ainda pelo Acre, Amazonas e Roraima junto aos seus quase 10 mil quilômetros de fronteiras com Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guiana.

O estado possui conexão por terra com o sul do Brasil, graças a uma boa infraestrutura de estradas estaduais e federais: o acesso do Acre e das cidades do sul do Amazonas ao restante do país depende de Rondônia. Essa conexão explica parte do crescimento acelerado das regiões produtoras no interior do estado, ao mesmo tempo em que o posiciona enquanto recordista histórico em percentual de desmatamento dentre aqueles que compõem a Amazônia Legal: 27% do território foi desmatado desde 2004, contra 17% do Mato Grosso e 13% do Pará¹.

O desmatamento irregular tem rápido retorno financeiro em decorrência do mercado ilegal de madeira. A área desmatada se torna acessível para o gado, enquanto áreas ainda mais extensas são vendidas ou arrendadas para o plantio de soja.

Assim, com a destruição ambiental, aumentam-se as pressões sobre áreas de proteção integral, terras indígenas e quilombos. Cerca de 90% das terras não destinadas do estado são federais, e a incapacidade da União em dispor ou destinar legalmente essas áreas gera insegurança jurídica, que prejudica os posseiros legítimos e favorece grileiros e latifundiários, que se beneficiam da desordem administrativa das instituições federais e do preço baixo das terras sem registro.

MORTES VIOLENTAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Essa tensão explode primeiro no campo. Em 2021, Rondônia voltou a superar o Pará em mortes decorrentes de conflitos agrários². Isso já havia ocorrido em 2015, voltou a acontecer em 2021 e os números devem subir em 2022.

1 Dados do PRODES - Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, de 2004 a 2021, dos estados da Amazônia Legal. Os dados dos territórios, em km², são do portal IBGE/Cidades. PRODES: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>; acessado em 24 de junho de 2022.

2 CPT. Caderno Conflitos no Campo, 2021. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14254&catid=5&m=0>; Acessado em 24 de junho de 2022.

As taxas de mortes violentas intencionais no estado experimentaram leves quedas em 2019 e 2020, mas voltaram a subir em 2021, chegando a 25 mortes por 100 mil habitantes, a taxa mais elevada desde 2018. O número maior de armas de fogo em circulação ocasionado pela flexibilização recente das regras federais deve aumentar as mortes no campo e chegar às cidades fora do eixo da BR-364 (rodovia federal que atravessa o estado), onde a infraestrutura da segurança é bastante escassa.

Cidades como Ariquemes, Burity, Campo Novo de Rondônia e Monte Negro já estão entre as cidades mais violentas da Amazônia Legal. Nesses municípios, as taxas médias de homicídio, considerando os últimos 25 anos, ficam sempre acima de 40 mortes por 100 mil habitantes³. Para um estado que se desenvolve apostando no agronegócio como um pilar de sustentação econômica, o enfrentamento da violência nessas regiões, que concentram altas taxas de violência contra a vida, é essencial. Além do Vale do Jamari, em torno de Ariquemes, destacam-se ainda a região do Cone Sul, cujo centro é Vilhena, e o entorno de Porto Velho, capital e centro do desmatamento no estado – desmatamento que avança em direção ao sul do Amazonas.

A este cenário complexo de ilegalidades, outro componente absurdo e trágico é acrescido: as taxas de pessoas desaparecidas. Embora os números absolutos de desaparecimentos estejam caindo lentamente desde 2018, a média de 64,9 desaparecimentos por 100 mil habitantes, entre 2018 e 2021, mostra quão alarmante é a situação.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Rondônia é um dos líderes nacionais em violência contra a mulher. O estado possui um problema crônico relacionado ao atendimento à mulher vítima de violência e a carência de serviços especializados é enorme.

3 DATASUS/SIM. Dados de 1996 a 2020, agressões e intervenções legais.

Com 50,8 estupros e estupros de vulnerável por 100 mil habitantes, Rondônia experimentou uma queda na taxa entre 2018 e 2021, mas o estado continua ocupando lugar de destaque negativo no cenário nacional. Esse diagnóstico é reforçado pelas 445,6 lesões corporais dolosas em contexto de violência doméstica por 100 mil habitantes em 2021, fazendo com que o estado ficasse apenas atrás de Mato Grosso nos anos de 2018 e 2019.

Em 2021, o número de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) concedidas aumentou em 84% em relação a 2020. No interior do estado, a estrutura para o acompanhamento do cumprimento dessas medidas é muito ruim ou quase nula. Na capital, que conta com serviços de acompanhamento judicial organizados e eficientes, o volume de ocorrências está sempre um passo à frente, o que desafia o poder público.

O RISCO DE TER MAIS ARMAS DE FOGO EM CIRCULAÇÃO

Com uma taxa de roubo muito acima da média nacional nos últimos anos, a notícia mais alarmante é o número de apreensões de armas de fogo no estado. Entre 2018 e 2021, a taxa de apreensões subiu de 71,7 para 194,6 por 100 mil habitantes. Esse número deve colocar as autoridades policiais em alerta, especialmente porque as taxas de homicídio pararam de cair em 2021, o que sugere a retomada do crescimento das mortes violentas no estado.

Há uma preocupação muito forte em relação aos baixos números de policiais na ativa, tanto na Polícia Militar, quanto na Polícia Civil. No caso da Polícia Militar, o efetivo se mantém nos patamares de 2011, apesar da redução de 6% em seus quadros. Já no caso da Polícia Civil, a força perdeu 37% de seus integrantes na ativa desde 2011 e a ausência desses policiais pode ser percebida, por exemplo, nas elevadas taxas de crimes contra o patrimônio e de crimes contra as mulheres.

Outro motivo de preocupação é a escalada das disputas por rotas de transporte de cocaína que vem assolando os estados de fronteira no norte do

país. Sem investimentos urgentes no aumento dos quadros das forças policiais, Rondônia pode acabar se vendo na posição de não conseguir lidar com o avanço das organizações criminosas que provocam ondas sucessivas de violência na região desde 2017.

O SISTEMA PRISIONAL DE RONDÔNIA – UM PROBLEMA HISTÓRICO

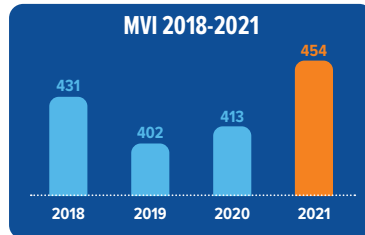
Desde 2005 Rondônia é um dos líderes nacionais do encarceramento – a taxa de 2021 ficou em 704,9 presos por 100 mil habitantes. Neste ano, o número de presos no sistema penitenciário diminuiu, mas no ciclo de 2018 a 2021 as taxas continuaram subindo. Sem grandes políticas de desencarceramento, além do monitoramento eletrônico, já bastante sobrecarregado, as pequenas reduções pontuais no número de presos não são o bastante para diminuir o déficit de mais de 1.600 vagas no sistema prisional do estado.

Segurança Pública em Rondônia (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

454 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **25** por **100 mil habitantes**

16ª maior taxa de MVI do país em 2021 **Alta de 2%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.972 veículos furtados ou roubados em 2021 **Queda de 28,6%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

3.532 armas apreendidas em 2021 **Alta de 171,4%** em relação a 2018

29.821 armas com registros ativos no SINARM em 2021 **Aumento de 85,8%** em relação a 2019

19.641 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

12.795 pessoas privadas de liberdade em 2021 **Alta de 3%** em relação a 2018

22 sob custódia das polícias

3.949 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021 **Alta de 79,9%** em relação a 2020

15,4% dos presos são provisórios

Déficit de **1.627** vagas no sistema penitenciário em 2021

121 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado **40,4%** a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

422 pessoas foram assassinadas em 2021 **Queda de 2,5%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

18 vítimas em 2021 **Alta de 45,2%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

3 vítimas em 2021 **26,6%** a menos que em 2019

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

11 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021 **Alta de 18,3%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

2 policiais assassinados em 2021 **Alta de 116,7%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

983 registros em 2021 **Taxa 28%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

49 mulheres vítimas de homicídios em 2021 **Alta de 71,7%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

16 desses foram feminicídios

4.003 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021 **Alta de 7,7%** em relação a 2018

7.125 medidas protetivas distribuídas e **7.242** medidas protetivas concedidas em 2021

2.623 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

922 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021 **Queda de 15,2%** no período 2018-2021

280 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021 **Alta de 36,3%** entre 2020 e 2021

339 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes **Queda de 9,6%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 4.646,24** Coronel: **R\$ 23.960,40**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 8.503,52** Delegado: **R\$ 23.214,51**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 22.301,11** Médico legista: **R\$ 19.937,30**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **2.339 R\$ 5.038,07**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.183.086.256,50 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 651,74 gasto per capita em 2021 **Alta de 13,5%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE RONDÔNIA (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	431	402	413	454	24,5	22,6	23,0	25,0	2,0
Homicídio doloso	419	362	379	422	23,8	20,4	21,1	23,2	-2,5
Latrocínio	12	14	13	18	0,7	0,8	0,7	1,0	45,2
Lesão corporal seguida de morte	-	4	1	3	-	0,2	0,1	0,2	...
Mortes decorrentes de intervenções policiais	9	22	20	11	0,5	1,2	1,1	0,6	18,3
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	1	2	5	2	0,1	0,3	0,7	0,3	116,7
Pessoas desaparecidas	1.322	1.253	1.076	983	75,2	70,5	59,9	54,2	-28,0

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	9	7	14	16	1,0	0,8	1,6	1,8	71,7
Homicídios femininos	42	29	56	49	4,8	3,3	6,3	5,5	12,7
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	3.591	3.777	4.309	4.003	413,8	430,1	485,1	445,6	7,7
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	6.454	6.740	7.125
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	3.936	5.198	7.242
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	7.157	2.855	2.623
Estupro e estupro de vulnerável	1.053	1.083	932	922	59,9	60,9	51,9	50,8	-15,2
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	206	280	41,2	56,1	36,3
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	376	339	75,2	68,0	-9,6

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	4.919	5.707	3.914	3.972	499,4	553,7	365,5	356,8	-28,6
Roubo e furto de celulares	9.373	9.890	7.730	7.151	533,3	556,5	430,3	393,9	-26,1
Estelionato	4.754	6.491	9.596	10.487	270,5	365,2	534,2	577,7	113,6
Armas de fogo apreendidas	1.260	2.027	1.939	3.532	71,7	114,1	107,9	194,6	171,4
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	16.054	21.518	29.821	85,8
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	19.641	19.641

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	5.173	5.094	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.474	1.407	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	270	263	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	2.351	2.339	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	4.646,24	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					23.960,40	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	8.503,52	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					23.214,51	...
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	22.301,11	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					19.937,30	...
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 5.038,07	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 978.238.919,44	R\$ 924.864.766,31	R\$ 1.099.547.755,82	R\$ 1.183.086.256,50	...	20,9
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 574,29	R\$ 548,39	R\$ 612,06	R\$ 651,74	...	13,5

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	12.025	13.419	13.188	12.773
Presos sob custódia das polícias	-	-	17	22	-	-
Total de pessoas privadas de liberdade	12.025	13.419	13.205	12.795	684,2	755,1	735,1	704,9	3,0
Vagas do sistema penitenciário	6.032	7.110	7.877	11.146
Déficit de vagas no sistema penitenciário	5.993	6.309	5.311	1.627
Presos provisórios (em % com relação ao total)	15,0%	13,2%	14,1%	15,4%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁵⁾ ⁽⁶⁾	(*)	(*)	2.195	3.949	79,9
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	213	216	131	121	78,1	80,4	49,5	46,5	-40,4

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

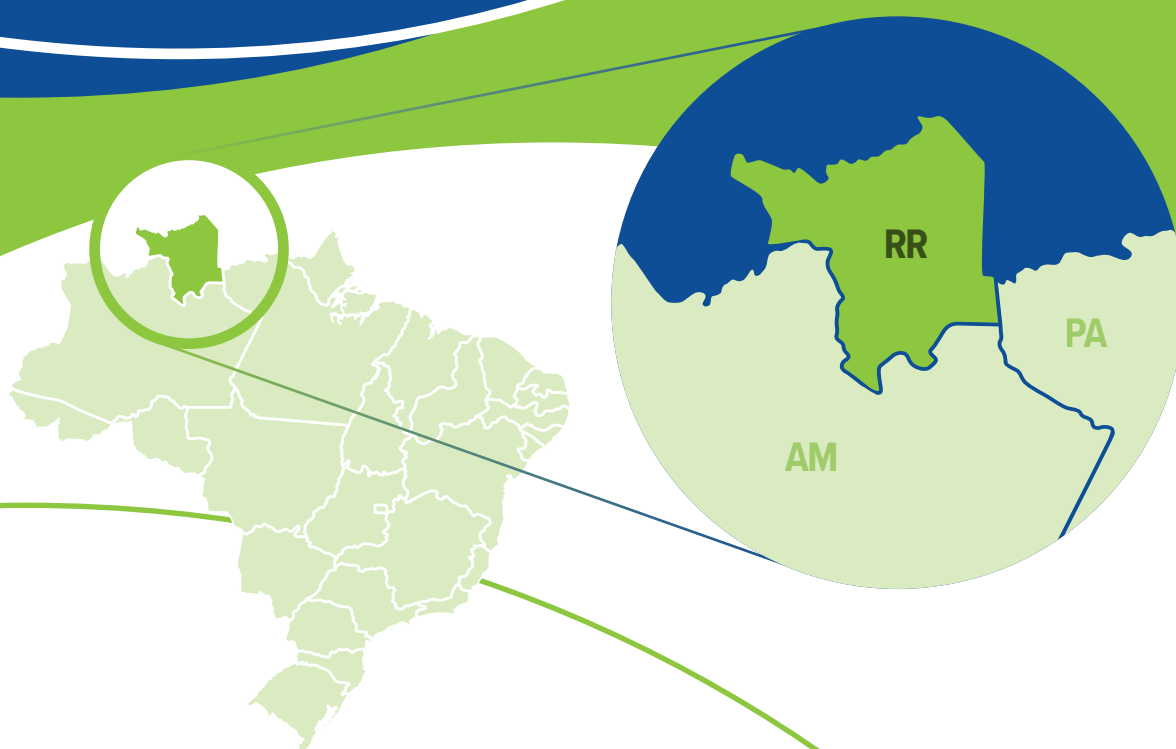
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Roraima



Crime e polícia em Roraima: 2018-2021

Guaracy Mingardi

Analista criminal. Doutor em Ciência política pela USP. Ex-Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da SENASP/MJ, ex-Coordenador do Setor de Análise Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo e ex-Secretário Municipal de Segurança Pública de Guarulhos/SP.

Os números nos revelam muita coisa, mas no âmbito da análise de um fenômeno social precisam ser colocados em contexto. Não basta dizer que determinado crime aumentou ou diminuiu, é necessário buscar possíveis causalidades para descrever o fato constatado pelas estatísticas.

Em Roraima, as Mortes Violentas Intencionais (MVI), após uma grande queda em 2019, mantem-se relativamente estáveis.

Como se pode notar as taxas brasileiras de MVI (mortos por 100 mil habitantes) caem muito a partir de 2018, o último ano em que o governo federal realmente trabalhou para diminuir o número de mortos¹. Após uma explosão de mortes em 2018 em Roraima, com aumento de mais de 50%, o número de mortos caiu para um nível menor do que antes da explosão, e assim se manteve.²

O ponto a ser ressaltado é que os homicídios são normalmente muito aleatórios. A maioria quase sempre está ligada a desavenças pessoais. Como no caso dos feminicídios, vinganças, etc. portanto não costumam subir e descer tanto de um ano para outro. Uma das hipóteses levantadas é que os números teriam sido manipulados, mas existe outra explicação mais plausível.

O ano 2018 seria, segundo alguns órgãos da imprensa, aquele em que o PCC (Primeiro Comando da Capital) começou a se apropriar de parte do garimpo ilegal. Isso por dois motivos. Primeiro é que o tráfico no estado não é tão compensador. Está muito longe da lucratividade dos estados mais populosos, já que a única área urbana de relevo é a capital, Boa Vista, que possui menos de meio milhão de habitantes. Já o tráfico internacional normalmente nem passa por ali, a não ser para o reabastecimento de aviões ou barcos. Portanto o PCC local pouco tem a ganhar com ele. O garimpo ilegal de ouro, que movimenta a economia local, rende muito mais.

1 Foi nessa época que o Ministério da Justiça se desmembrou, com a Segurança Pública ganhando seu próprio Ministério e tendo, na época, Raul Jungmann enquanto ministro.

2 Apesar da diminuição Roraima permanece sendo a 5ª maior taxa de MVI do país (33,3) em 2021.

O segundo motivo é que, através do ouro, o Primeiro Comando poderia lavar até o dinheiro que provém do tráfico, declarando o ouro como procedente de áreas onde o garimpo é legal. E 2018 seria o ano em que essa organização criminosa começa se intrometer no ramo, usando de extrema violência para ganhar espaço nessa atividade ilegal. Atualmente, pelo que a imprensa e a pesquisa demonstram, o PCC teria se apropriado do fornecimento de drogas e prostituição para os garimpeiros, além de vender seus serviços como braço armado e mantenedor da ordem nos garimpos feitos na reserva Yanomami, ou seja, fornecendo ordem e proteção contra os indígenas e arbitrando as disputas locais³. E a partir de 2019, com “tudo dominado” a violência tende a diminuir.

Deixando um pouco de lado os motivos para esse vai-e-vem das MVI, vale lembrar que as mortes por motivação pessoal tendem, no médio prazo, a crescer. E a causa é o aumento exponencial de armas, legalizadas, na população. Esse aumento foi de 63,5% entre 2019 e 2021⁴. Outro índice significativo é que o número de armas de fogo apreendidas pelas polícias caiu quase pela metade de 2018 (625) para 2019 (353) ano em que foram facilitados pelo governo federal a aquisição e o porte de arma. Ou seja, não apenas se compraram mais armas como a polícia deixou de dar prioridade à retirada de armas de fogo ilegais de circulação. Adicionalmente, pode-se comentar que o estado não informou o número de armas de fogo apreendidas nos anos de 2020 e 2021.

Outro possível indicador de violência letal são os desaparecimentos. Ocorre que o número de pessoas desaparecidas registrado pela polícia, as quais muitas vezes podem ter sido vítimas de homicídios, caiu muito. Em 2018 foi de 406. Já em 2020⁵ ficou em 129.

Quanto ao feminicídio, que está incluído dentro dos MVI, os números absolutos são pequenos. De 4 em 2018 a 5 em 2021. O ano de maior incidência foi de 2020, com 9 casos registrados. O que não significa que não possa haver um número

3 Essa é em muitos casos a função de muitas das organizações criminosas quando se trata de questões onde não se pode envolver a polícia ou a justiça. Como os tribunais do PCC em São Paulo que muitas vezes decidem até casos de briga doméstica. Um exemplo mais clássico é o da Máfia siciliana, que também arbitrava disputas e executava sentenças.

4 No Brasil a porcentagem de homicídios por arma de fogo representa cerca de 76% do total.

5 O estado não informou o número de casos em 2021.

bem maior escondido dentre os homicídios ou lesão seguida de morte. Muitos policiais civis brasileiros ainda não aprenderam a lidar com essas nuances jurídicas, e em muitos casos ainda registram homicídio quando foi feminicídio. De todo modo, a taxa de mortalidade por feminicídio no estado permanece maior que a média nacional, na evidência da gravidade da violência contra a mulher.

Uma vertente criminal que assusta a população, até mais que os homicídios, são crimes patrimoniais. O motivo é que ocorrem com muito mais frequência e todos se vêem como possíveis vítimas. E a quantidade de crimes do tipo normalmente é subestimada. Existem apenas dois registros que ficam próximos a realidade. Roubo e furto de veículo. E o motivo é que se trata de um bem de alto valor, onde sua subtração quase sempre é seguida que registro de queixa pela vítima. Quando ocorre do furto de um celular ou de uma quantia pequena de dinheiro, por exemplo, muitas vezes a vítima nem vai à delegacia.

O importante nos índices de Roraima é que a subtração de veículos realmente caiu. A taxa de roubo e furto de veículos por 100.000 veículos foi de 531,3 em 2018 para 489,1 em 2021. Foi uma queda significativa, pouco mais de 7%, mas no estado esse crime continua acima da taxa nacional, que é de 300,3 veículos roubados ou furtados a cada 100 mil veículos. Inclusive Roraima tem números superiores ao estado que tem a maiores áreas metropolitanas do país, São Paulo, onde a taxa de 2021 foi de 358,3.

Outro crime que chama muita atenção é a subtração de celulares. A taxa de celulares roubados ou furtados a cada 100 mil habitantes teve expressiva alta (67,7%) se considerarmos o período de 2018 a 2021.

A questão carcerária é um ponto importante a considerar nessa avaliação. A taxa de ocupação nos presídios, se os dados informados pelo estado ao SISDEPEN estiverem corretos, diminuiu consideravelmente de um ano para outro, apesar do número de pessoas privadas de liberdade ter crescido (13,8% de crescimento na taxa de aprisionamento entre 2018 e 2021). A relação preso/vaga caiu de 3,4 em 2020 para 1,3 em 2021, sendo esta última relação a mesma da média nacional.

Esse salto de qualidade seria, segundo a imprensa, devido a construção e reforma de presídios e afins, que foram entregues em 2021. Roraima ficou em primeiro lugar entre os estados brasileiros que mais criaram vagas no sistema prisional no ano de 2021, com 950 novas vagas, seguido de Tocantins e Ceará⁶. Mas o estado não pode repousar nos louros. Apesar do sistema estar bem melhor do que antes, se continuar aumentando na mesma proporção o número de internados, a situação não irá novamente se agravar em uma década.

Já no caso dos adolescentes detidos, por sua vez, houve uma diminuição de 17% na taxa, entre 2018 e 2021. Esta situação pode indicar uma mudança grande no entendimento do judiciário e no trabalho policial.

No que diz respeito ao sistema policial o que se nota é um *gap* entre os padrões nacionais e os de Roraima. Segundo os dados coletados por meio do Portal da Transparência estadual, o efetivo conjunto das polícias Civil, Militar e Técnica é de 2.626. Contando com uma população estimada de 660 mil habitantes, isso significa pouco mais de 247 habitantes para cada policial, muito melhor do que a média nacional, que é superior a 400. Apesar do efetivo, o que as pesquisas demonstram é que, como na maior parte da Amazônia, foi montado um sistema de policiamento que atua basicamente na capital, que é onde reside cerca de 2/3 da população. E outra característica das forças policiais locais é que o salário dos soldados da Polícia Militar é, em média, maior do que o nacional. Enquanto a remuneração bruta dos soldados fica em R\$ 6.322,42, em Roraima esse número é de R\$ 10.074,96.

Se os policiais de Roraima ganham um salário razoável, dentro dos padrões brasileiros, e as polícias têm um efetivo proporcionalmente maior do que a média nacional, por que o crime continua em níveis tão altos? Essa é uma pergunta que só uma pesquisa de campo, comparando Roraima com pelo menos dois outros estados, poderia responder.

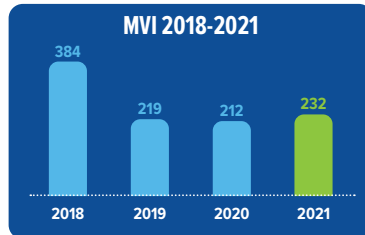
6 Roraima em Foco, 20 de maio de 2022. <https://roraimaemfoco.com/reestruturacao-do-sistema-prisional-de-roraima-e-destaque-em-relatorio-do-depen/>

Segurança Pública em Roraima (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

232 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **35,5** por **100 mil habitantes**

5ª maior taxa de MVI do país em 2021
Queda de **46,6%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1.226 veículos furtados ou roubados em 2021

Queda de **7,9%** em relação a 2018



ARMAS DE FOGO

5.679 armas com registros ativos no SINARM em 2021

Aumento de **63,5%** em relação a 2019

8.007 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

204 pessoas foram assassinadas em 2021

Queda de **46,4%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

13 vítimas em 2021



Queda de **18%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

6 vítimas em 2021



41,1% a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

9 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021

Queda de **68,2%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Nenhum policial assassinado em 2021



PESSOAS DESAPARECIDAS

129 registros em 2020



Taxa **71%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

26 mulheres vítimas de homicídios em 2021

Alta de **11,9%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

5 desses foram feminicídios

1.435 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021

Alta de **153,8%** em relação a 2018

4.220 medidas protetivas distribuídas e **1.533** medidas protetivas concedidas em 2021

5.107 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

544 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Alta de **89,9%** no período 2018-2021

154 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021

Alta de **76,2%** entre 2020 e 2021

62 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de **110,4%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: **2.067** Remuneração bruta média **R\$ 11.174,75**

Polícia Civil: **506** Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 12.989,51** Delegado: **R\$ 34.740,27**

Perícia Técnica: **53** Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 27.132,99** Médico legista: **R\$ 29.109,08**

Polícia Penal: **684** Remuneração bruta média: **R\$ 6.419,06**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 512.428.811,81 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 785,08 gasto per capita em 2021
Queda de **11,3%** em relação a 2018

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

4.108 pessoas privadas de liberdade em 2021

Alta de **13,8%** em relação a 2018



17 sob custódia das polícias

320 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **2,6%** em relação a 2020

24,2% dos presos são provisórios



Déficit de **1.028** vagas no sistema penitenciário em 2021

68 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

17% a menos que em 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE RORAIMA (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	384	219	212	232	66,6	36,2	33,6	35,5	-46,6
Homicídio doloso	336	180	174	204	58,3	29,7	27,6	31,3	-46,4
Latrocínio	14	18	17	13	2,4	3,0	2,7	2,0	-18,0
Lesão corporal seguida de morte	9	9	5	6	1,6	1,5	0,8	0,9	-41,1
Mortes decorrentes de intervenções policiais	25	12	16	9	4,3	2,0	2,5	1,4	-68,2
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	4	-	1	-	1,6	-	0,4	-	-100,0
Pessoas desaparecidas ⁽²⁾	406	250	129	...	70,4	41,3	20,4	...	-71,0

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽³⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	4	6	9	5	1,4	2,0	3,0	1,6	11,9
Homicídios femininos	27	24	16	26	9,6	8,2	5,3	8,3	-13,8
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	506	482	709	1.435	179,9	164,1	232,7	456,6	153,8
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	1.941	4.381	4.220
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	1.928	1.598	1.533
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	...	5.460	5.107
Estupro e estupro de vulnerável	253	340	422	544	43,9	56,1	66,9	83,3	89,9
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽⁴⁾	(*)	(*)	86	154	42,9	75,7	76,2
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽⁴⁾	(*)	(*)	29	62	14,5	30,5	110,4

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁵⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	1.165	1.260	1.288	1.226	531,3	550,3	538,0	489,1	-7,9
Roubo e furto de celulares	1.168	1.621	1.658	2.217	202,6	267,6	262,7	339,7	67,7
Estelionato	780	1.110	2.302	3.522	135,3	183,2	364,7	539,6	298,8
Armas de fogo apreendidas	625	353	108,4	58,3
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(6) (7)}	(*)	3.474	4.366	5.679	63,5
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	8.007	8.007

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁸⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	1.552	2.067	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	513	506	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	55	53	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	264	684	...
Remuneração bruta média - Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	11.174,75	...
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	12.989,51	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					34.740,27	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	27.132,99	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					29.109,08	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 6.419,06	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 439.104.535,92	R\$ 312.123.154,81	R\$ 430.530.945,74	R\$ 512.428.811,81	...	16,7
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 885,56	R\$ 840,89	R\$ 682,10	R\$ 785,08	...	-11,3

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	3.188	3.688	3.819	4.091
Presos sob custódia das polícias	...	23	21	17
Total de pessoas privadas de liberdade	3.188	3.711	3.840	4.108	552,9	612,6	608,4	629,4	13,8
Vagas do sistema penitenciário	1.320	924	1.137	3.063
Déficit de vagas no sistema penitenciário	1.868	2.764	2.682	1.028
Presos provisórios (em % com relação ao total)	44,7%	28,0%	26,0%	24,2%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(4) (6)}	(*)	(*)	312	320	2,6
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	81	102	54	68	84,5	106,2	56,0	70,2	-17,0

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) Variação refere-se ao período 2018-2020.

(3) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(4) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(5) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(6) Variação calculada sobre os números absolutos.

(7) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(8) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(9) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Santa Catarina



Descompasso na Efetividade da Segurança Pública em Santa Catarina: Um Ponto Fora da Curva?

Eduardo Guerini

Mestre em Sociologia Política (UFSC), Economista, Professor Universitário Aposentado.

Elisandro Lotin de Souza

Bacharel em Direito, Professor Universitário, Especialista em Ciências Penais e Segurança Pública, Mestre em Gestão de Políticas Públicas. Integrante do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O Estado de Santa Catarina tem se destacado nacionalmente e regionalmente nos últimos anos, com notícias que enaltecem os resultados da política de Segurança Pública, publicados através de indicadores, nos diversos setores da segurança. Ainda que os instrumentos de avaliação sejam limitados, o fomento de políticas públicas necessita de uma relativização nos anos recentes, sob a égide do atual governo estadual.

As diversas abordagens amplamente difundidas no escopo teórico-político vislumbram a realização de uma gestão burocratizada e centralizada por tecnocratas e modelos gerenciais que se afastam dos preceitos constitucionais e dos planos de segurança pública no marco nacional e estadual. Se as políticas públicas de caráter preventivo tinham como principal objetivo a ampliação da participação comunitária com ênfase na segurança cidadã, o que se depreende no contexto institucional é um afastamento dos eixos norteadores para prevenção e, por indução, a contemplação de uma participação verdadeiramente comunitária.

O governo catarinense na última década tem priorizado a desconcentração dos comandos militares e de atendimento da polícia técnica e civil, vislumbrando a característica macrorregional e microrregional, implicando na descentralização de ações nos maiores municípios, tendo em vista que aproximadamente 67% dos municípios não apresentaram ocorrências de homicídios. Se o sistema de segurança pública brasileiro é alvo de intensos debates e críticas, em Santa Catarina não é diferente, apesar de gestores da segurança pública e diversos governadores destacarem a necessidade de ampliação de políticas públicas intersetoriais com ampliação da participação social e comunitária.

As dificuldades apontadas por um modelo burocrático-gerencial, com força da hierarquia e disciplina, inviabilizam “per se” a maior transparência nas ações que implicariam no direito constitucional assentado na Constituição de 1988 e na transformação necessária para democratizar o acesso às informações com maior transparência, que imputaria a responsabilidade de todos na segurança pública catarinense.

Embora o Estado de Santa Catarina tenha estruturado um plano estadual de segurança pública para redução da criminalidade e a melhoria da qualidade dos serviços para comunidade catarinense, o plano operacional e objetivos estratégicos implicam em diversos temas dispersos sem a devida intersetorialidade, que dimensionam desde a proteção a vida, enfrentamento do crime organizado, proteção de fronteiras, capital humano e logística, apresentando como solução evidente, tal como ocorre no plano nacional, ênfase em investimentos na área de inteligência e tecnologias.

A transparência na gestão da segurança pública em Santa Catarina é resumida em divulgação de dados, sem a devida avaliação de metas estabelecidas nas diversas dimensões, ainda que algumas ações setoriais sejam focalizadas para violência contra as mulheres, violência doméstica (Agosto Lilás, Rede Catarina, Delegacias da Mulher), e políticas de conscientização, como o PROERD -Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – consistindo em esforço cooperativo entre Polícia Militar e Família, capacitando adolescentes e jovens com informações e habilidades necessárias para uma vida saudável, sem drogas e violência.

Na divulgação dos dados relacionados ao período de 2019-2021, e referidas taxas no período 2018-2021, relacionadas aos blocos de: a) Bloco 1: Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos; b) Bloco 2: Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes; Bloco 3: Crimes patrimoniais e armas de fogo; d) Bloco 4: Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública, destacam-se os seguintes aspectos:

1. A redução no total de mortes violentas intencionais (MVI), com queda de 23,7% na taxa por 100 mil habitantes, considerando a variação das taxas de homicídio doloso (-20,3%), latrocínio (60,6%), lesão corporal seguida de mortes (-34,3%), Mortes decorrentes de intervenções policiais (-31,8%), em contraste com o aumento da taxa de policiais mortos em confrontos (49,8%), e de pessoas desaparecidas (74,3%);
2. O contraste do bloco 1 é evidente quando relacionado à violência contra públicos vulneráveis, violência de gênero, sexual, contra crianças

e adolescentes, que apresentam uma aumento na maioria das dimensões, exceto no quesito estupro e estupro de vulnerável (com queda de 14,7% na taxa), um dado alarmante para um Estado que propala um modelo diferenciado em relação ao Brasil;

3. No bloco relacionado a crimes patrimoniais e armas de fogo, vemos uma redução gradativa dos crimes patrimoniais, com taxas no período de 2018-2021, relacionadas a roubo e furto de veículos em queda (-30,3%), assim como de armas de fogo apreendidas (-22,1%), e aumento de registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal (50,5). O número absoluto de registros de armas em 2019 era de 63.319, chegando a 95.282 em 2021, um dado que demonstra a incapacidade de conscientização das campanhas de desarmamento e eficácia dos discursos governamentais, no contexto nacional, em prol do armamento dos indivíduos;
4. No Bloco 4: Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública, ainda que o governo catarinense se esforce em divulgar investimentos em tecnologia e logística, o recurso per capita investido sofreu uma redução média da ordem -9,7%, com impactos maiores na baixa do efetivo militar, que se mantém aquém das necessidades populacionais. Essas informações refletem a inconsistência dos dados divulgados, a inconstância nas políticas de adequação das forças de segurança pública, considerando a inconsistência de informações e transparência na aplicação de recursos e, fundamentalmente, expressam as ações do governo estadual para criar mecanismos de admissão de policiais em caráter temporário, em tramitação na ALESC – Assembleia Legislativa de SC, o que promove um sucateamento das forças efetivas. Tal fenômeno pode ser observado em outras áreas da administração estadual, como saúde, educação e serviços de vigilância patrimonial;
5. No Bloco 5: Sistema prisional e socioeducativo, o descompasso entre o plano de segurança pública implementado, programas e ações, evidencia a característica comumente observada na conjuntura do sistema prisional nacional, o aumento de pessoas presas no sistema penitenciário, no

período de 2018-2021, com crescimento de 1,1% na taxa de pessoas encarceradas no período; Houve aumento do número absoluto de pessoas privadas de liberdade, que foi de 24.271 em 2018 para 25.451 em 2021. O déficit de vagas no sistema penitenciário catarinense continua em espiral ascendente, totalizando 4.284 vagas faltantes para atender a demanda carcerária, com elevação de 34,5% em relação ao ano de 2020.

Considerando os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no período 2018-2021, na perspectiva da eficiência da política de segurança pública catarinense, ainda que os diversos governos destaquem atenção especial para planos, programas e ações, o que se percebe no conjunto dos dados é que o estado de Santa Catarina apresenta uma alta eficiência na implementação de investimentos em novas tecnologias gerenciais, no aparato logístico, com baixa eficácia nos aspectos relacionados à incorporação de políticas intersetoriais que reduzam a violência no âmbito privado, principalmente para grupos vulneráveis – violência de gênero, maus tratos contra crianças e adolescentes, violência doméstica, em contraste com os resultados positivos alcançados para mortes violentas intencionais.

O governo catarinense tem alavancando investimentos infraestruturais sem a reposição no quadro das forças de segurança pública, implicando em déficit das forças permanentes, criando políticas institucionais temerárias no contexto estadual, apontando para o sucateamento do efetivo das forças militares, civis, técnicas e polícia penal, com a criação de quadros temporários, podendo gerar uma desintegração entre as forças efetivas e temporárias.

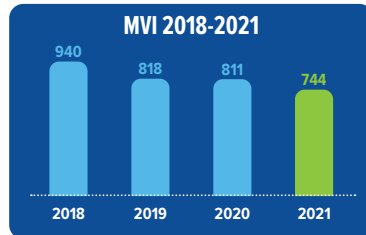
No contexto da avaliação dos impactos do plano de ação, programas e ações projetadas, existe ausência de critérios de transparência e *accountability*, resultando no aumento da população carcerária e déficit prisional, o que demonstra baixa efetividade das metas traçadas, com inexpressiva intersetorialidade. Ainda que se reforcem mensagens positivas e propagandas institucionais destacadas para os resultados diferenciados da política de segurança pública catarinense, os dados no período demonstram um descompasso da efetividade de tais políticas, evidenciando que o estado catarinense não é um ponto fora da curva no cenário de políticas de segurança pública.

Segurança Pública em Santa Catarina (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

744 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **10,1** por **100 mil habitantes**

2ª menor taxa de MVI do país em 2021. Queda de **23,7%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

8.919 veículos furtados ou roubados em 2021. Queda de **30,3%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

2.649 armas apreendidas em 2021. Queda de **22,1%** em relação a 2018

95.282 armas com registros ativos no SINARM em 2021. Aumento de **50,5%** em relação a 2019

88.321 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

641 pessoas foram assassinadas em 2021. Queda de **20,3%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

18 vítimas em 2021. Queda de **60,6%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

15 vítimas em 2021. **34,3%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

70 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021. Queda de **31,8%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

3 policiais assassinados em 2021. Alta de **49,8%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

3.622 registros em 2021. Taxa **74,3%** maior que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

106 mulheres vítimas de homicídios em 2021. Alta de **26,2%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

55 desses foram feminicídios

14.981 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021. Alta de **13,8%** em relação a 2018

19.702 medidas protetivas distribuídas e **8.758** medidas protetivas concedidas em 2021

25.836 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

3.808 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021. Queda de **14,7%** no período 2018-2021

1.358 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021. Alta de **36,7%** entre 2020 e 2021

1.396 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de **15,3%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 6.377,36** 9.952 Coronel: **R\$ 31.458,09**

Polícia Civil: Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 10.496,64** 3.411 Delegado: **R\$ 27.899,40**

Perícia Técnica: Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 26.775,20** 284 Médico legista: **R\$ 26.331,12**

Polícia Penal: Remuneração bruta média: **R\$ 9.900,49** 3.482

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

25.451 pessoas privadas de liberdade em 2021. Alta de **1,1%** em relação a 2018

16 sob custódia das polícias

7.694 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021. Alta de **16,4%** em relação a 2020

24,6% dos presos são provisórios

Déficit de **4.284** vagas no sistema penitenciário em 2021

361 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado. **10,2%** a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 2.693.095.367,57 gastos pelo Estado em 2021. Queda de **9,7%** em relação a 2018

R\$ 366,98 gasto per capita em 2021

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE SANTA CATARINA (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	940	818	811	744	13,3	11,4	11,2	10,1	-23,7
Homicídio doloso	775	698	690	641	11,0	9,7	9,5	8,7	-20,3
Latrocínio	44	28	20	18	0,6	0,4	0,3	0,2	-60,6
Lesão corporal seguida de morte	22	14	15	15	0,3	0,2	0,2	0,2	-34,3
Mortes decorrentes de intervenções policiais	99	78	86	70	1,4	1,1	1,2	1,0	-31,8
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	2	-	1	3	0,1	-	0,1	0,2	49,8
Pessoas desaparecidas	2.004	4.353	3.309	3.622	28,3	60,8	45,6	49,4	74,3

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	42	58	57	55	1,2	1,6	1,6	1,5	26,2
Homicídios femininos	95	129	104	106	2,7	3,6	2,8	2,9	7,6
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	12.694	15.463	13.909	14.981	356,1	428,3	380,6	405,1	13,8
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	16.222	16.268	19.702
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	12.671	6.868	8.758
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	2.379	26.013	25.836
Estupro e estupro de vulnerável	4.303	4.298	3.646	3.808	60,8	60,0	50,3	51,9	-14,7
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	987	1.358	59,0	80,6	36,7
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	1.203	1.396	71,9	82,9	15,3

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	11.389	10.539	8.968	8.919	221,0	195,7	160,6	154,1	-30,3
Roubo e furto de celulares	15.659	16.100	215,9	219,4	...
Estelionato	17.359	21.973	42.221	64.375	245,3	306,7	582,2	877,2	257,6
Armas de fogo apreendidas	3.280	2.363	2.538	2.649	46,4	33,0	35,0	36,1	-22,1
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	63.319	78.007	95.282	50,5
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	88.320	88.321

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	10.298	9.952	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	3.461	3.411	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	303	284	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	3.164	3.482	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	6.377,36	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					31.458,09	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	10.496,64	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					27.899,40	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	26.775,20	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					26.331,12	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 9.900,49	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 2.691.118.991,63	R\$ 2.595.052.120,88	R\$ 2.648.443.706,95	R\$ 2.693.095.367,57	...	0,1
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 406,34	R\$ 386,90	R\$ 365,18	R\$ 366,98	...	-9,7

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	24.248	23.470	23.464	25.435
Presos sob custódia das polícias	23	13	22	16
Total de pessoas privadas de liberdade	24.271	23.483	23.486	25.451	343,0	327,8	323,8	346,8	1,1
Vagas do sistema penitenciário	18.927	19.033	20.280	21.151
Déficit de vagas no sistema penitenciário	5.321	4.437	3.184	4.284
Presos provisórios (em % com relação ao total)	25,1%	24,3%	24,6%	24,6%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁵⁾	(*)	(*)	6.612	7.694	16,4
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	424	429	367	361	48,3	49,9	43,5	43,4	-10,2

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

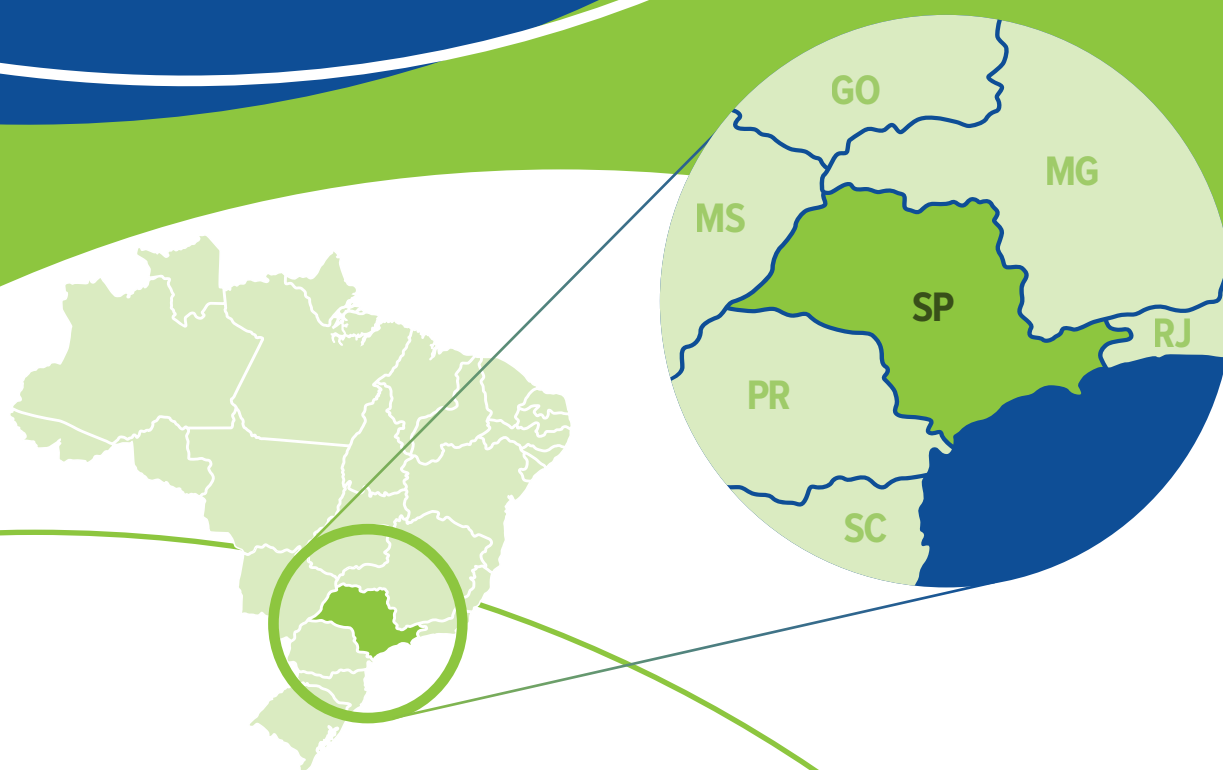
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em São Paulo



Os indicadores da violência no Estado de São Paulo

Samira Bueno

Doutora em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP) e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Embora o Estado de São Paulo venha obtendo resultados positivos na redução dos homicídios nas últimas duas décadas, permanece com desafios imensos ao controle da violência e da criminalidade, e em garantir cidadania e segurança para sua população. Apesar da redução conquistada, os níveis de violência permanecem elevados e, apenas no último ano, 3.666 pessoas foram vítimas de alguma forma de violência intencional, em sua maioria jovens, negros e periféricos. A expansão da facção criminosa que nasceu no Estado em meados dos anos 1990 – Primeiro Comando da Capital (PCC) - tornou-se um problema nacional, e sua centralidade no tráfico de drogas já a coloca como um desafio transnacional. Além disso, convivemos com altos índices de violência doméstica e familiar, de violência sexual e com o medo constante de sermos vítimas de um roubo ou furto.

Os dados aqui apresentados pretendem chamar a atenção para a evolução dos principais números da segurança pública no último quadriênio, dados que deveriam pautar o debate eleitoral e as propostas dos candidatos nas eleições de 2022.

1. MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS EM SÃO PAULO: QUEDA EM TODOS OS INDICADORES

A notícia a ser comemorada é a redução de todos os indicadores de crimes contra a vida no Estado de São Paulo entre 2018 e 2021. A taxa de Mortes Violentas Intencionais, categoria que agrega vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, policiais assassinados e mortes por intervenções policiais, passou de 9,5 por 100 mil habitantes em 2018 para 7,9 por 100 mil em 2021, queda de 17,1%. São Paulo ostenta a menor taxa de mortes violentas intencionais do país, que tem média de 22,3 por 100 mil habitantes.

O destaque fica para três indicadores: os latrocínios passaram de 278 vítimas em 2018 para 173 em 2021, redução que parece estar associada à queda de vários crimes patrimoniais; a queda expressiva do número de policiais assassinados em serviço e fora, que passou de 60 em 2018 para 25 em 2021; e a queda do número de pessoas mortas em intervenções policiais, que passou de 851 vítimas em 2018 para 570 em 2021.

Especificamente sobre a queda na taxa de letalidade policial, que foi de 34,6% no período analisado, vale chamar a atenção para as medidas que passaram a ser implementadas pelo comando da Polícia Militar em meados de 2020 e que tiveram papel determinante para a queda. Após acumular crescimento ao longo de praticamente duas décadas, com poucas exceções no período, as mortes provocadas por policiais caíram abruptamente com a adoção de uma série de medidas, como a criação da Comissão de Mitigação de Não Conformidades, que tem como atribuição ajustar protocolos e procedimentos para evitar casos de letalidade; a aquisição de equipamentos menos letais; o fortalecimento do Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar, que cuida do acompanhamento dos policiais envolvidos em situações de alto risco; e, o principal, a implantação do Programa Olho Vivo, com a adoção de câmeras corporais nas fardas dos policiais.

As pesquisas produzidas pelo mundo que buscam compreender a relação entre a adoção de câmeras corporais e os padrões de uso da força mostram resultados contraditórios: enquanto alguns estudos associam a adoção das câmeras à redução de incidentes envolvendo o uso da força (ARIEL, FARRAR, SUTHERLAND, 2015¹; SUTHERLAND et al, 2017²; JENNINGS et al, 2017³), outros não encontraram diferenças nos níveis de uso da força quando da implementação das *bodycam* (ARIEL et al, 2016⁴; LUM et al, 2020⁵). Outros impactos documentados pela literatura incluem redução do número de reclamações contra policiais, aumento da confiança da sociedade nos policiais, o que contribuiu para a melhoria da coleta de provas, identificação de criminosos e aumento das condenações, crescimento do número de prisões e da proporção de crimes registrados como violência doméstica (ARIEL et al, 2016⁶, ELLIS, JENKINS, SMITH, 2015⁷; SUTHERLAND, ARIEL,

1 Ariel, B., Farrar, W. A., & Sutherland, A. (2015). The effect of police body-worn cameras on use of force and citizens' complaints against the police: a randomized controlled trial. *Journal of Quantitative Criminology*, 31:509-35. <https://doi.org/10.1007/s10940-014-9236-3>

2 Sutherland, A., Ariel, B., Farrar, W., & De Anda, R. (2017). Post-experimental follow-ups—Fade-out versus persistence effects: The Rialto police body-worn camera experiment four years on. *Journal of Criminal Justice*, 53:110-116. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.09.008>

3 Jennings, W. G., Fridell, L. A., Lynch, M., Jetelina, K. K., & Gonzalez, J. M. (2017). A quasi-experimental evaluation of the effects of police body-worn cameras (BWCs) on response-to-resistance in a large metropolitan police department. *Deviant Behavior*, 38(11), 1332-1339. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1248711>

4 Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., Megicks, S., & Henderson, R. (2016). Wearing body cameras increases assaults against officers and does not reduce police use of force: results from a global multi-site experiment. *European Journal of Criminology*, 13(6):744-755. <https://doi.org/10.1177/2F1477370816643734>

5 Lum, C., Koper, C. S., Wilson, D. B., Stoltz, M., Goodier, M., Eiggins, E., Higginson, A., & Mazerolle, L. G. (2020). Body-worn cameras' effects on police officers and citizen behavior: a systematic review. New Delhi: Campbell Collaboration

6 Ariel, B., Sutherland, A., Henstock, D., Young, J., Drover, P., Sykes, J., Megicks, S., Henderson, R. (2016). Report: increases in police use of force in the presence of body-worn cameras are driven by officer discretion: a protocol-based subgroup analysis of ten randomized experiments. *Journal of Experimental Criminology*, 12:453-463. <https://doi.org/10.1007/s11292-016-9261-3>

7 Ellis, T., Jenkins, C., & Smith, P. (2015). Evaluation of the introduction of personal issue body worn video cameras (Operation Hyperion) on the Isle of Wight: final

FARRAR, 2017⁸). Neste sentido, os resultados preliminares do projeto em São Paulo, que dão conta da redução de 30% da letalidade policial no primeiro ano de implementação do projeto, merecem ser acompanhados e documentados.

2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

O enfrentamento à violência doméstica e sexual segue como um dos principais desafios ao futuro governo do Estado de São Paulo. A taxa de homicídios femininos caiu 22,5% entre 2018 e 2021, passando de 461 casos em 2018 para 366 no último ano. Apesar dessa melhora no indicador de violência letal macro, os feminicídios se mantiveram estáveis, com crescimento nos anos de 2019 e 2020. Ao todo, 635 mulheres foram vítimas de feminicídio no último quadriênio no Estado.

Se os dados da violência letal entre mulheres apontam melhorias, os demais registros criminais demonstram que os níveis de violência entre meninas e mulheres permanecem elevadíssimos. Com suas rotinas profundamente impactadas pela pandemia de covid-19, meninas e mulheres ficaram mais vulneráveis à violência em decorrência da perda de emprego e renda, interrupção das aulas escolares, e com o aumento do convívio com o agressor. Não à toa, o número de medidas protetivas de urgência (MPU) concedidas pelo Tribunal de Justiça do Estado cresceu 44,5% entre 2019 e 2021, passando de 46.934 para 67.853 MPU. Se o dado preocupa e demonstra a procura cada vez maior das mulheres pela Lei Maria da Penha, também é de se destacar que a implantação da delegacia eletrônica para registros de violência doméstica e o empenho do judiciário possibilitaram a muitas mulheres em situação de violência o registro destes crimes e a solicitação da MPU sem sair de casa.

As chamadas ao 190, serviço de emergência da Polícia Militar, cresceram 110% no mesmo período, o que também reflete o maior tempo dentro de casa em decorrência das necessárias medidas de isolamento social. Apenas no ano passa-

report to Hampshire Constabulary. University of Portsmouth. <http://www.hampshire.police.uk/internet/news-and-appeals/2015/march/05032015-body-worn-video>
8 Sutherland, A., Ariel, B., Farrar, W., & De Anda, R. (2017). Post-experimental follow-ups—Fade-out versus persistence effects: The Rialto police body-worn camera experiment four years on. *Journal of Criminal Justice*, 53:110-116. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.09.008>

do, 161.997 chamados de violência doméstica foram registrados pela PM, o que resulta em 18 ocorrências por hora. Isso coloca a violência doméstica, antes uma prioridade apenas para os atendimentos nas delegacias pela Polícia Civil, também como um importante eixo de trabalho da PM.

Em relação à violência sexual, os números demonstram estabilidade no total de vítimas entre 2018 e 2021 (11.949 vítimas em 2018 e 11.762 vítimas em 2021), mas os estupros de vulneráveis apresentam crescimento de 5% no período, passando de 8.664 vítimas em 2018 para 9.101 em 2021. Isto significa dizer que os vulneráveis representavam 72,5% das vítimas da violência sexual há quatro anos, e agora representam 77% das vítimas. A maioria dos vulneráveis desta estatística são crianças e adolescentes (0 a 13 anos), o que torna a violência sexual em São Paulo um fenômeno majoritariamente perpetrado contra crianças, ocorrendo nas residências e de autoria conhecida. Como conceber que, no estado mais rico do país, uma criança seja abusada sexualmente por hora?

3. CRIMES PATRIMONIAIS E ARMAS DE FOGO

Assim como vem ocorrendo em vários estados, estamos diante de uma mudança significativa na dinâmica dos crimes patrimoniais em São Paulo. Isto parece estar associado ao período pandêmico, que muda as rotinas das cidades com redução da circulação e pessoas mais tempo dentro de casa, mas também a mudanças de tecnologia e na forma como as pessoas as utilizam. Quando verificamos o indicador de roubo e furto de veículo, notamos redução de 34,2% deste índice, que vem caindo há uma década (embora tenha havido um crescimento entre 2020 e 2021). Os roubos e furtos de celulares também caíram entre 2018 e 2021, passando de 369.630 casos no primeiro ano da série para 289.461 registros no último ano, redução de 23,6%. Os crimes de estelionato, no entanto, apontam um crescimento de 204,3%, saltando de 122.603 ocorrências para 382.110 no último ano.

Especialmente nos últimos dois anos, disseminaram-se os golpes por WhatsApp, um crime que potencialmente gera muito mais lucro aos criminosos e os expõem

a um risco mínimo, porque praticado de qualquer lugar. Este fato coloca um desafio extra ao cotidiano de trabalho da Polícia Civil, que precisa lidar cada vez mais com novas tecnologias e investigações que envolvem um nível de especialização elevadíssimo entre seus profissionais.

Sobre as armas de fogo, chama a atenção que os dados disponíveis no SINARM, sistema gerido pela Polícia Federal, indiquem mais armas com registros expirados no Estado em 2021 (265.059), do que registros de armas ativos (194.331). Ou seja, do total de 459.390 armas de fogo com registro no SINARM, 58% encontram-se com seu registro expirado, não sabemos onde estão e em que condição estão.

4. REDUÇÃO DO EFETIVO DAS POLÍCIAS E DESAFIOS AO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA

Um dos maiores desafios à política de segurança pública do Estado de São Paulo se relaciona ao efetivo da Polícia Civil, que vem reduzindo drasticamente há anos. Segundo a Pesquisa Perfil das Instituições Policiais⁹, produzida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, em 2011 a Polícia Civil do Estado de São Paulo possuía um efetivo ativo de 34.480 pessoas. Onze anos depois, em 2022, o efetivo da mesma força é de 18.146 policiais, redução de 47,3%.

O efetivo da Polícia Militar, por sua vez, segundo dados da mesma pesquisa, era de 85.056 policiais em 2011 e, de acordo com os dados do anuário, este ano soma 82.317 policiais, redução de 3,2% na última década.

A redução do efetivo das duas polícias ocorre em meio ao crescimento da população, que passou de 41,5 milhões em 2011 para 46,6 milhões de habitantes no último ano, aumento de 12% no período. Estes dados mostram que, embora o estado esteja apresentando resultados positivos com a redução de vários indicadores de violência, a sofisticação cada vez maior em diferentes tipos de

⁹ Disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-perfil/relatorio_pesquisa_perfil_anobase_2011.pdf.

crimes, como os estelionatos e roubos a banco (novo cangaço), o aumento da violência doméstica, a expansão do crime organizado e a crescente sensação de insegurança da população colocam aos futuros governantes um enorme desafio de gestão das polícias, o que passa por suprir a carência de efetivo, bem como garantir melhores condições de trabalho e carreiras nas forças policiais.

Este cenário parece ainda mais complexo diante da recente reforma do ICMS, que limita o teto de 17% para a cobrança sobre combustíveis pelos Estados. O ICMS representou o principal item de receita em 2021, respondendo por 67,3% da receita do Estado de São Paulo. Como a Constituição Federal obriga a vinculação de 25% dos impostos para educação e 12% para saúde, estas áreas devem ser priorizadas. Segurança pública não possui vinculação de receitas, então é de se esperar que o futuro governo encontre muitos desafios ao seu financiamento, em especial diante do déficit de efetivo das polícias estaduais.

5. SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

Pela primeira vez em quase três décadas a população prisional do estado de São Paulo apresenta queda, passando de 231.809 pessoas privadas de liberdade em 2018 para 209.402 em 2021, redução de 11,8%. O número de presos provisórios também apresentou redução, e em 2021, 20,1% das pessoas privadas de liberdade no estado aguardavam julgamento, percentual bastante inferior à média nacional, que foi de 28,5% no mesmo ano.

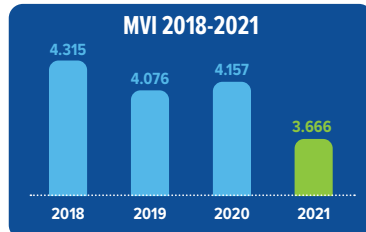
A taxa de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de meio fechado caiu ainda mais do que no sistema penitenciário (39,8%), passando de 8.418 adolescentes em 2018 para 4.847 em 2021.

Segurança Pública em São Paulo (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

3.666 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **7,9** por **100 mil habitantes**

Menor taxa de MVI do país em 2021. Queda de **17,1%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

112.711 veículos furtados ou roubados em 2021. Queda de **34,2%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

11.787 armas apreendidas em 2021. Queda de **12,4%** em relação a 2018

194.331 armas com registros ativos no SINARM em 2021. Aumento de **25,9%** em relação a 2019

265.059 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

2.847 pessoas foram assassinadas em 2021. Queda de **10,5%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

173 vítimas em 2021. Queda de **39,3%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

76 vítimas em 2021. **7,3%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

570 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021. Queda de **34,6%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

25 policiais assassinados em 2021. Queda de **53,7%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

17.341 registros em 2021. Taxa **19,9%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

366 mulheres vítimas de homicídios em 2021. Queda de **2,3%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

136 desses foram feminicídios

51.955 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021

74.167 medidas protetivas distribuídas e **67.853** medidas protetivas concedidas em 2021

161.997 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

11.762 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021

Queda de **3,9%** no período 2018-2021

5.325 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021. Alta de **11,1%** entre 2020 e 2021

2.529 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Queda de **12%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: **82.317** Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 5.460,93** Coronel: **R\$ 31.098,28**

Polícia Civil: **18.146** Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 9.157,45** Delegado: **R\$ 24.730,53**

Perícia Técnica: **2.576** Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 16.121,26** Médico legista: **R\$ 16.845,09**

Polícia Penal: **27.633** Remuneração bruta média: **R\$ 6.630,39**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 13.842.899.732,14 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 296,75 gasto per capita em 2021. Queda de **5,2%** em relação a 2018

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

209.402 pessoas privadas de liberdade em 2021

Queda de **11,8%** em relação a 2018

1.366 sob custódia das polícias

26.951 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **10,1%** em relação a 2020

20,1% dos presos são provisórios

Déficit de **57.543** vagas no sistema penitenciário em 2021

4.847 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

39,8% a menos que em 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE SÃO PAULO (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	4.315	4.076	4.157	3.666	9,5	8,9	9,0	7,9	-17,1
Homicídio doloso	3.106	2.906	3.038	2.847	6,8	6,3	6,6	6,1	-10,5
Latrocínio	278	199	183	173	0,6	0,4	0,4	0,4	-39,3
Lesão corporal seguida de morte	80	104	122	76	0,2	0,2	0,3	0,2	-7,3
Mortes decorrentes de intervenções policiais	851	867	814	570	1,9	1,9	1,8	1,2	-34,6
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	60	34	49	25	0,5	0,3	0,5	0,2	-53,7
Pessoas desaparecidas	21.122	21.745	18.342	17.341	46,4	47,4	39,6	37,2	-19,9

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	136	184	179	136	0,6	0,8	0,8	0,6	-2,3
Homicídios femininos	461	444	424	366	2,0	1,9	1,8	1,5	-22,5
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	50.688	54.910	49.865	51.955	217,2	233,4	210,2	217,4	0,1
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	65.742	61.169	74.167
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	46.934	57.400	67.853
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	76.987	122.282	161.997
Estupro e estupro de vulnerável	11.949	12.374	11.023	11.762	26,2	26,9	23,8	25,2	-3,9
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	4.800	5.325	44,1	49,0	11,1
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	2.878	2.529	26,5	23,3	-12,0

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	158.316	137.169	97.615	112.711	544,8	456,3	317,1	358,3	-34,2
Roubo e furto de celulares	369.630	384.180	277.350	289.461	811,7	836,6	599,2	620,5	-23,6
Estelionato ⁽⁵⁾	122.603	153.234	289.570	382.110	269,2	333,7	625,6	819,1	204,3
Armas de fogo apreendidas	13.138	12.815	11.553	11.787	28,9	27,9	25,0	25,3	-12,4
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(6) (7)}	(*)	154.378	162.967	194.331	25,9
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	265.058	265.059

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁸⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	82.009	82.317	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	19.035	18.146	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	2.664	2.576	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	30.183	27.633	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.460,93	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					31.098,28	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	9.157,45	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					24.730,53	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	16.121,26	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					16.845,09	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 6.630,39	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 13.277.567.166,12	R\$ 13.344.891.496,77	R\$ 13.136.378.561,45	R\$ 13.842.899.732,14	...	4,3
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 312,92	R\$ 299,52	R\$ 283,79	R\$ 296,75	...	-5,2

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	229.562	231.287	218.930	208.036
Presos sob custódia das polícias	2.247	1.802	1.190	1.366
Total de pessoas privadas de liberdade	231.809	233.089	220.120	209.402	509,0	507,6	475,5	448,9	-11,8
Vagas do sistema penitenciário	143.146	147.942	147.963	150.493
Déficit de vagas no sistema penitenciário	86.416	83.345	70.967	57.543
Presos provisórios (em % com relação ao total)	23,3%	20,6%	21,1%	20,1%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (6)}	(*)	(*)	24.478	26.951	10,1
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	8.418	7.494	5.075	4.847	146,5	132,5	91,1	88,1	-39,8

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Para a tipificação de Estelionato, o Estado registra os casos tentados ou consumados.

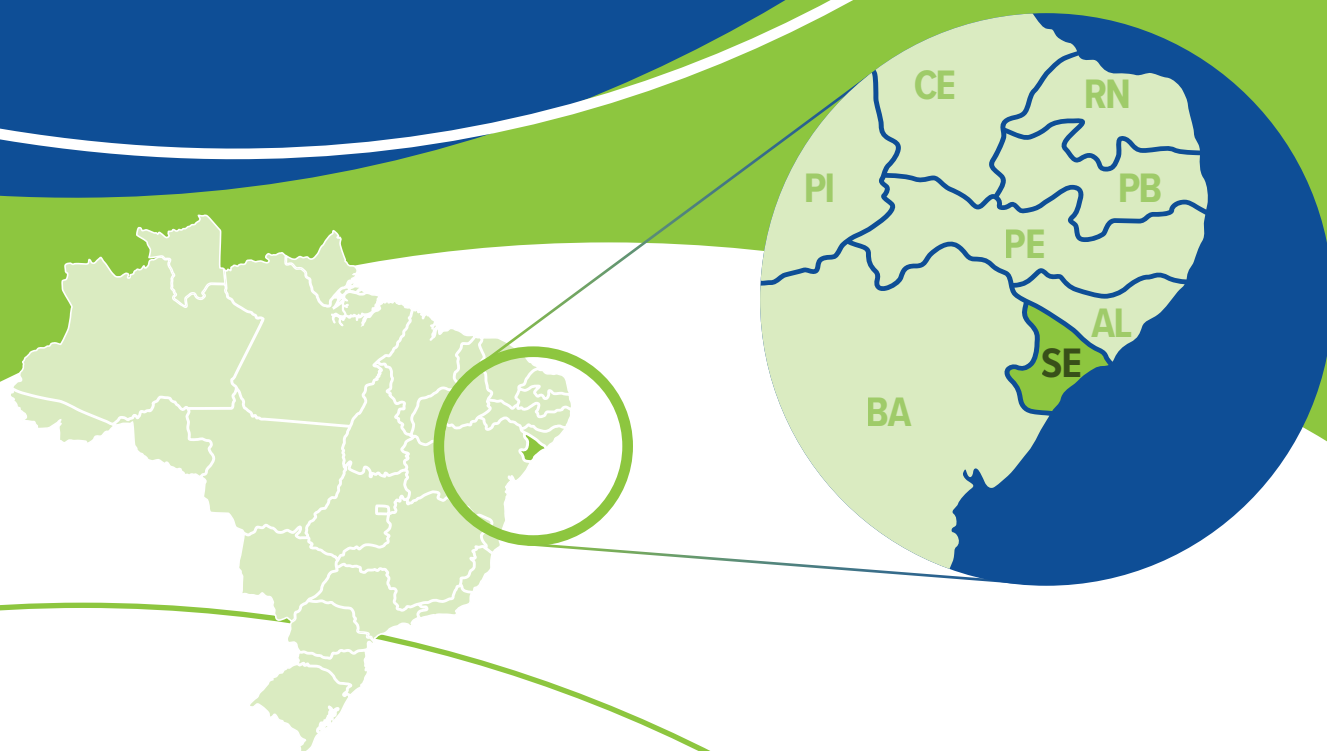
(6) Variação calculada sobre os números absolutos.

(7) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(8) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(9) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Sergipe



Entre o mito do paraíso da tranquilidade e a repressão como cura: os dilemas da segurança pública em Sergipe

Paulo S. C. Neves

Pesquisador do CNPq e Professor Titular da Universidade Federal do ABC. Entre 1997 e 2018 foi professor e pesquisador na Universidade Federal de Sergipe.

Até alguns anos atrás era comum ouvir-se de representantes da segurança pública de Sergipe comentários sobre o estado ser um verdadeiro “mar de tranquilidade” em relação aos estados e cidades em que a violência e a criminalidade haviam fugido do controle (Rio de Janeiro e São Paulo, ou, mais próximas, Salvador e Recife, vistas como “antros de marginais”). Isso era apresentado como fruto do trabalho da polícia, a qual “não dava vida boa aos bandidos”. Como mostra Souza (2008), até os anos 2000 a visão dominante na Polícia Militar de Sergipe era essa, o que teria levado, inclusive, ao aparecimento de esquadrões da morte em alguns momentos. Essa associação automática da segurança pública com a repressão era também evidente para pesquisadores do GEPEC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe), os quais mostraram, em uma série de pesquisas (Neves, Rique e Freitas, 2002; Mendonça Filho e Ferreri, 2013; Santos, 2014; Passos, 2021), que a imprevisão e o uso seletivo e recorrente da violência eram o *modus operandi* das instituições policiais sergipanas. Mesmo experiências inovadoras, como o policiamento comunitário (Passos, 2011) e as delegacias de mulheres (Nobre, 2010 e Reginato, 2014), teriam sido contaminadas e limitadas por essa lógica institucional.

Se faço essas considerações iniciais é porque elas nos ajudam a compreender algumas das tendências que persistem e que mostram que não tem havido muitas iniciativas que visem modificar uma certa tradição da gestão da segurança pública em Sergipe.

Se tomarmos as Mortes Violentas Intencionais (MVI), por exemplo, percebemos que apesar das taxas estarem caindo desde 2018 (passando de 49,6, em 2018, a 33,9 mortes por 100.000 habitantes em 2021, numa redução de 31,7%), Sergipe ainda é o 7º Estado com a maior taxa no Brasil. Já as mortes decorrentes de intervenções policiais no mesmo período cresceram cerca de 42,1%, atingindo o impressionante valor absoluto de 210 mortes em 2021. Ou seja, nesse ano, nada menos que 26,5% de todas as MVI foram oriundas de intervenções policiais! Algo que certamente deveria levar-nos a um maior debate público sobre o significado e as consequências da letalidade elevada da ação policial no Estado.

Ao mesmo tempo, a violência contra públicos vulneráveis vem aumentando. A violência doméstica (com lesão corporal dolosa) cresceu quase 80% entre 2019 e 2021 e o número de chamadas ao 190 com denúncias de violência doméstica teve um incremento de 339,6% entre 2019 e 2021. De igual modo, nesse mesmo período, houve um incremento de 40,8% dos casos de estupro e estupro de vulnerável, de 21,5% nos casos de feminicídios e de 10,6% nos registros de maus tratos contra crianças e adolescentes, mostrando a necessidade de os órgãos públicos em dedicarem maior atenção às políticas de prevenção e controle desses tipos de crimes.

Assim como no país, a sociedade sergipana está mais armada: entre 2018 e 2021 houve um incremento de 127,3% no número de armas apreendidas pelas polícias e de 54,1% no número de registros de armas de fogo ativos no SINARM da Polícia Federal. Algo preocupante (em relação à banalização da violência letal) e desnecessário, pois os crimes contra o patrimônio vem decaindo, como exemplifica a redução dos roubos e furtos de veículos (- 21,7%).

Isso se dá em um contexto de relativa prioridade às atividades de policiamento ostensivo em relação ao policiamento investigativo: entre 2021 e 2022, o contingente de policiais militares aumentou em 319 (crescimento de 6%), enquanto o efetivo da polícia civil foi reduzido em 29 (retração de 2,1%). Seja como for, as despesas do Estado com a segurança pública cresceram 47,5% entre 2018 e 2021 (com crescimento de 36,1% na despesa per capita, que em 2021 atingiu o valor de R\$ 653,06).

Outro ponto a ser analisado aqui é o crescimento do número de pessoas privadas de liberdade, uma vez que a taxa aumentou em 21,1% em relação a 2018. Com isso, o número total de presos em 2021 era de 6.849 (dos quais 79,9% eram presos provisórios, sem julgamento), embora o total de vagas nos presídios fosse de apenas 4.767 (com um déficit de 1.984 vagas), o que certamente se traduz em condições de encarceramento abaixo das recomendadas. Algo digno de nota é a diminuição da taxa de confinamento de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, com decréscimo de 46,7% entre 2018 e 2021.

CONCLUSÕES

Todos esses números e índices mostram a necessidade de uma reformulação profunda na segurança pública sergipana. Uma polícia que mata muito, presídios superlotados, falta de políticas para prevenir e coibir os crimes contra vulneráveis, crescimento das armas de fogo em circulação etc. mostram o quanto as políticas públicas inteligentemente pensadas são cada vez mais necessárias para tornar realidade a expectativa de sua população de que o Estado volte a ser considerado um paraíso de tranquilidade. Que as eleições que se avizinham sejam a oportunidade para que essas questões sejam debatidas de forma responsável e respeitosa dos Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA

MENDONÇA FILHO, Manoel e FERRERI, Marcelo de Almeida (Org.). *Instituições e Cotidiano: Formas e Intensidades no Enfrentamento do Comum*. 1ed. São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013, v. 1, p. 295-317.

NEVES, [Paulo S. C.](#); RIQUE, C. D. G. (Org.) ; FREITAS, F. B. (Org.) . *Polícia e Democracia: Desafios à Educação em Direitos Humanos*. 1. ed. Recife: Edições Bagaço, 2002.

[NOBRE, Maria. Teresa.](#) Formação Policial E Violência De Gênero: Relato De Experiências Nas Delegacias Da Mulher De Sergipe, in: *REVISTA TOMO*, v. 17, p. 79-111, 2010.

PASSOS, Aline Passos de Jesus Santana. *Quando A Prisão É Prisão Mesmo: Gestão Privada E Humanização Do Cárcere Em Sergipe*. 2021. Tese de Doutorado Sociologia- Universidade Federal de Sergipe.

PASSOS, Gleise da Rocha “*Segurança pública não é só polícia!*”: *segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju* / Gleise da Rocha Passos. Tese de doutorado em sociologia, UFBA, 2011.

REGINATO, Andrea Depieri de Albuquerque. *A obrigação de Punir: a racionalidade Penal Moderna e as Estratégias de Controle da Violência contra a Mulher*. 2014. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Luís Cláudio Almeida. *A Polícia Civil e a Polícia Militar Como Organizações Auto-Poiéticas em Face Do Direito Juvenil e dos Mass Media: Observações Sobre o Caso Pipita*. 2014. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe.

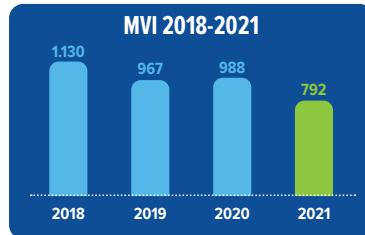
SOUZA, Marcos Santana de Souza. *A Violência da Ordem: Polícia Militar e Representações Sociais sobre Violência em Sergipe*. 2008. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade Federal de Sergipe.

Segurança Pública em Sergipe (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

792 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **33,9** por **100 mil habitantes**

7ª maior taxa de MVI do país em 2021
Queda de **31,7%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

3.018 veículos furtados ou roubados em 2021
Queda de **21,7%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

2.123 armas apreendidas em 2021
Alta de **127,3%** em relação a 2018

11.287 armas com registros ativos no SINARM em 2021
Aumento de **54,1%** em relação a 2019

6.045 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

6.849 pessoas privadas de liberdade em 2021
600 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021

Alta de **21,1%** em relação a 2018

98 sob custódia das polícias

Alta de **103,4%** em relação a 2020

79,9% dos presos são provisórios

Déficit de **1.984** vagas no sistema penitenciário em 2021

130 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

46,7% a menos que em 2018

HOMICÍDIOS DOLOSOS

560 pessoas foram assassinadas em 2021
Queda de **42,4%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

16 vítimas em 2021
Queda de **51,3%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

6 vítimas em 2021
2,6% a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

210 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021
Alta de **42,1%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

1 policial assassinado em 2021
Queda de **81,3%** em relação a 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

458 registros em 2021
Taxa **5,7%** menor que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

42 mulheres vítimas de homicídios em 2021
Alta de **21,5%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

20 desses foram feminicídios

1.533 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021
Alta de **79,2%** em relação a 2018

2.646 medidas protetivas distribuídas e **2.610** medidas protetivas concedidas em 2021

12.084 chamadas 190 com a natureza Violência doméstica em 2021

789 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021
Alta de **40,8%** no período 2018-2021

349 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021
Alta de **10,6%** entre 2020 e 2021

167 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes

Alta de **22,5%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: **5.608** Remuneração bruta média Soldado: **R\$ 4.615,53** Coronel: **R\$ 26.419,82**

Polícia Civil: **1.339** Remuneração bruta média Investigador: **R\$ 11.329,67** Delegado: **R\$ 26.176,66**

Perícia Técnica: **91** Remuneração bruta média Perito criminal: **R\$ 8.347,32** Médico legista: **R\$ 8.750,12**

Polícia Penal: **762** Remuneração bruta média: **R\$ 6.309,65**

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.527.156.924,68 gastos pelo Estado em 2021

R\$ 653,06 gasto per capita em 2021
Alta de **36,1%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE SERGIPE (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	1.130	967	988	792	49,6	42,1	42,6	33,9	-31,7
Homicídio doloso	948	772	761	560	41,6	33,6	32,8	23,9	-42,4
Latrocínio	32	25	29	16	1,4	1,1	1,3	0,7	-51,3
Lesão corporal seguida de morte	6	4	2	6	0,3	0,2	0,1	0,3	-2,6
Mortes decorrentes de intervenções policiais	144	166	196	210	6,3	7,2	8,5	9,0	42,1
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	5	2	3	1	0,8	0,3	0,4	0,2	-81,3
Pessoas desaparecidas	473	254	450	458	20,8	11,0	19,4	19,6	-5,7

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	16	21	14	20	1,4	1,8	1,2	1,7	21,5
Homicídios femininos	37	47	42	42	3,1	4,0	3,5	3,5	10,4
Lesão corporal dolosa - violência doméstica ⁽⁶⁾	...	840	1.224	1.533	...	70,7	102,0	126,6	79,2
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	2.437	2.208	2.646	8,6
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	637	1.634	2.610	309,7
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	2.749	12.537	12.084	339,6
Estupro e estupro de vulnerável	546	732	617	789	24,0	31,8	26,6	33,7	40,8
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	317	349	50,3	55,7	10,6
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	137	167	21,7	26,6	22,5

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	3.415	2.816	3.312	3.018	442,1	349,2	395,8	346,2	-21,7
Roubo e furto de celulares ⁽⁶⁾	...	12.712	9.197	8.500	...	553,0	396,6	363,5	-34,3
Estelionato	5.492	7.272	9.344	15.132	241,1	316,4	403,0	647,1	168,4
Armas de fogo apreendidas	910	643	2.357	2.123	39,9	28,0	101,6	90,8	127,3
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	7.323	8.644	11.287	54,1
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	6.045	6.045

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	5.289	5.608	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.368	1.339	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	107	91	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	610	762	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	4.615,53	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					26.419,82	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	11.329,67	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					26.176,66	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	8.347,32	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					8.750,12	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 6.309,65	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.035.442.315,12	R\$ 1.071.242.467,20	R\$ 1.053.036.915,19	R\$ 1.527.156.924,68	...	47,5
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 479,92	R\$ 458,41	R\$ 454,13	R\$ 653,06	...	36,1

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	5.384	6.244	5.598	6.751
Presos sob custódia das polícias	126	116	95	98
Total de pessoas privadas de liberdade	5.510	6.360	5.693	6.849	241,8	276,7	245,5	292,9	21,1
Vagas do sistema penitenciário	3.087	3.089	4.677	4.767
Déficit de vagas no sistema penitenciário	2.297	3.155	921	1.984
Presos provisórios (em % com relação ao total)	42,8%	46,3%	42,2%	79,9%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ⁽⁹⁾ ⁽⁵⁾	(*)	(*)	295	600	103,4
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	257	281	181	130	73,5	81,9	53,7	39,2	-46,7

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

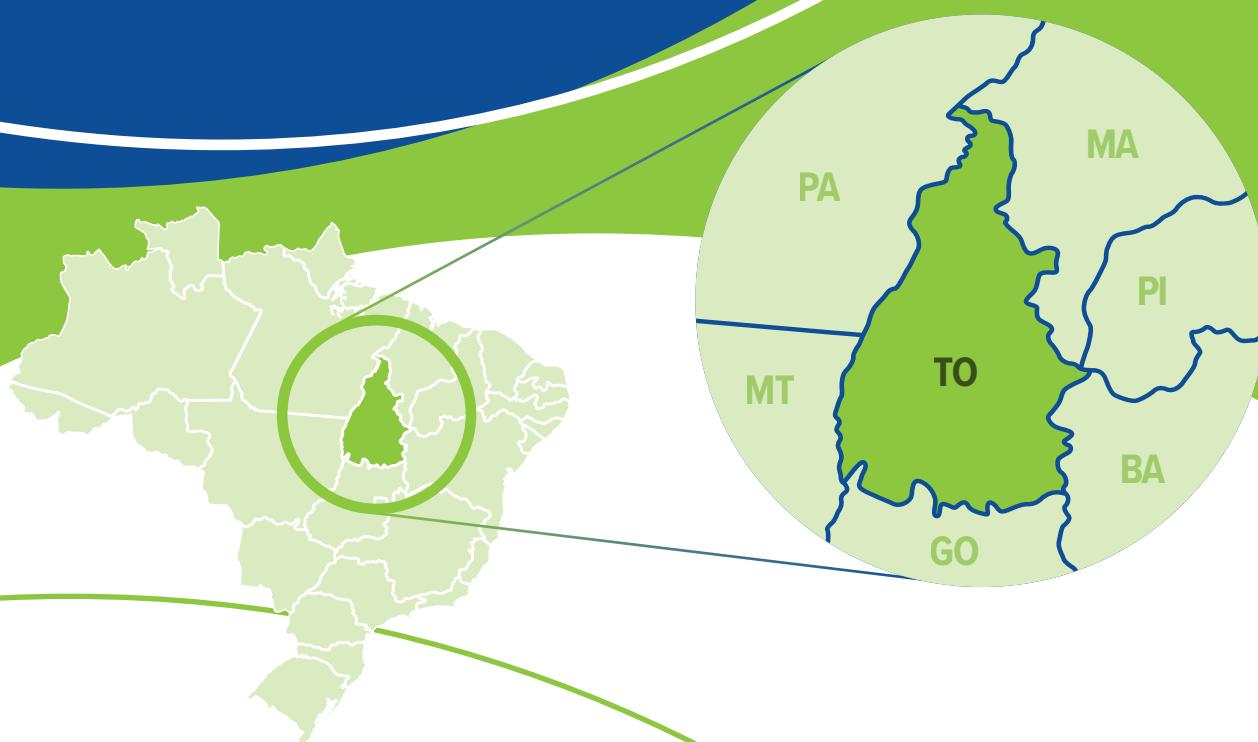
(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Segurança Pública em Tocantins



Segurança Pública no Tocantins: (sem) planejamento estratégico e participação popular

João Edson de Souza

Mestre em Direito, Universidade Independente de Lisboa. Doutorando em Direito, Escola de Direito da Universidade do Minho. Pesquisador do Research Centre for Justice and Governance (JusGov), UMinho. Promotor de Justiça, coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP/MPTO). Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tocantins, o mais jovem Estado da federação, tem hoje uma população estimada em 1.607.363 habitantes, com uma densidade demográfica de 4,98 hab/km¹. Em relação à gestão da segurança pública, mesmo com uma população relativamente pequena quando comparada a outros Estados, optou, a partir de 2021, em dividir o controle dos principais órgãos da segurança pública, dando autonomia à Polícia Militar², restando à Secretaria de Segurança Pública a gestão da Polícia Civil e do Instituto de Criminalística. Essa opção se deu de maneira absolutamente alheia ao debate coletivo, seja em relação à sociedade tocantinense, seja em relação aos demais órgãos incumbidos, em alguma parcela, de atuar na estrutura de Justiça e segurança pública no Estado.

Os números apurados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública são esclarecedores e refletem as dificuldades que a gestão da segurança pública tocantinense enfrenta há muito tempo. Quando analisamos as mortes violentas intencionais e os desaparecimentos, os números aparentemente são positivos. Contudo, de plano constamos a inconsistências dos dados e, por consequência, somos tomados pela dúvida e incerteza quanto a confiabilidades dos dados oficiais.

No caso das mortes decorrentes de intervenções policiais, os dados apontam um significativo e preocupante aumento, saindo de 13 vítimas em 2018 para 42 em 2021, o que equivale a um crescimento de 212,6% na taxa por 100 mil habitantes.

No caso dos dados acerca da violência contra públicos vulneráveis, que envolvem violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes, nos deparamos de imediato com um aumento de 237,8% na taxa de feminicídios e de 24,2% nos casos de estupro e estupro de vulneráveis. Nessa última hipótese, ainda temos que considerar que os casos registrados em regra não representam a realidade do cenário (cifra oculta), pois não é incomum que as vítimas e seus familiares não registrem os crimes com vergonha ou desconfiança de que os fatos não serão apurados de maneira efetiva; o que, em última instância, significa que os crimes sexuais são comumente subnotificados. De qualquer forma, os números apresen-

1 Para mais informações, acesse: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>

2 TOCANTINS, Lei Complementar nº 128, de 14 de abril de 2021. Disponível em https://www.al.to.leg.br/arquivos/lei_128-2021_54305.PDF

tam um cenário muito grave e não é possível encontrar nos canais oficiais programas ou medidas especiais que demonstrem que a gestão da segurança pública atua de forma diferenciada para melhorar esses números alarmantes.

Ao observarmos os dados referentes aos crimes patrimoniais e armas de fogo, verificamos uma redução significativa nos casos de roubo e furto de veículos de quase 50% (48,4%). Já o registro de armas de fogo aumentou em 50,8%, entre 2018 e 2021, seguindo a tendência nacional.

Em relação aos sistemas socioeducativo e carcerário, o Tocantins mantém uma estabilidade entre os anos de 2018 e 2021, registrando 4.205 pessoas privadas de liberdade e 228 internações de adolescente em 2021. No sistema prisional, o número de vagas cresceu e hoje o déficit de vagas é de 512, sendo que em 2018 esse número era de 963 vagas faltantes. Em uma análise com o cenário nacional, o sistema penitenciário do Tocantins apresenta números positivos.

Uma política de segurança pública eficaz exige, primeiramente, a atuação articulada dos órgãos responsáveis pela sua execução e a produção de dados estatísticos confiáveis e de absoluta transparência por parte da Administração Pública. A Lei Federal 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) é pouco observada pela Administração Pública dos estados e no caso do Tocantins, o reflexo disso é facilmente constado nos números aqui consolidados.

Entre as diretrizes do PNSPDS estão o planejamento estratégico e sistêmico, e participação social nas questões de segurança pública. Isso significa que a estrutura a ser desenvolvida pelos órgãos de segurança pública passa pelo envolvimento do cidadão em todos os níveis de articulação, e isso pode e deve ser feito por intermédio dos conselhos de segurança pública, em especial em nível municipal.

Por expressa previsão legal, os conselhos de segurança pública e defesa social, em nível federal, estadual e municipal, são integrantes estratégicos do SUSP, fundamentais portanto, para a efetividade das políticas de segurança

pública em todos os estados da federação. Poucos, dos 139 municípios do estado do Tocantins possuem seus conselhos municipais efetivamente instalados e funcionando, o que impede que a comunidade participe de forma efetiva na formatação de políticas de segurança pública para sua região.

Infelizmente esse cenário não deve mudar, inclusive porque o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030³, se mostra bastante tímido quando trata de fomentar criação e estruturação dos conselhos de segurança pública e defesa social em todos os níveis da federação, em claro desalinho com os preceitos da Lei 13.675/2018.

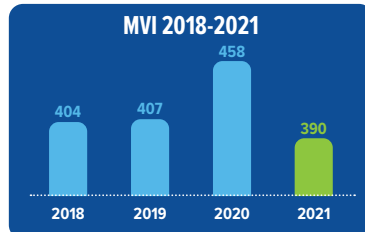
3 In https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/planos/plano_nac_-de_seguranca_publica_e_def_soc_-2021__2030.pdf

Segurança Pública em Tocantins (2018-2021)

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS (MVI)

390 pessoas foram vítimas de MVI em 2021, taxa de **24,3** por **100 mil habitantes**

10ª menor taxa de MVI do país em 2021. Queda de **6,6%** em relação a 2018



CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

1.635 veículos furtados ou roubados em 2021. Queda de **48,4%** em relação a 2018

ARMAS DE FOGO

797 armas apreendidas em 2021. Queda de **14,8%** em relação a 2018

12.770 armas com registros ativos no SINARM em 2021. Aumento de **50,8%** em relação a 2019

10.650 armas de fogo com registros expirados no SINARM em 2021

HOMICÍDIOS DOLOSOS

338 pessoas foram assassinadas em 2021. Queda de **11,1%** em relação a 2018

LATROCÍNIO

9 vítimas em 2021. Queda de **45,6%** no período 2018-2021

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

1 vítima em 2021. **86,2%** a menos que em 2018

LETALIDADE DAS POLÍCIAS

42 mortes decorrentes de intervenções policiais em 2021. Alta de **212,6%** em relação a 2018

VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Nenhum policial assassinado em 2021. Taxa **51,8%** maior que em 2018

PESSOAS DESAPARECIDAS

419 registros em 2021. Taxa **51,8%** maior que em 2018

VIOLÊNCIA CONTRA PÚBLICOS VULNERÁVEIS

38 mulheres vítimas de homicídios em 2021. Alta de **237,8%** na taxa de feminicídios em relação a 2018

21 desses foram feminicídios

1.520 registros de Lesão corporal dolosa - violência doméstica em 2021. Alta de **17,9%** em relação a 2018

4.259 medidas protetivas distribuídas e **3.439** medidas protetivas concedidas em 2021

832 registros de estupro e estupro de vulnerável em 2021. Alta de **24,2%** no período 2018-2021

218 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes em 2021. Alta de **15,3%** entre 2020 e 2021

106 registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes. Queda de **25%** em relação a 2020

Anuário Brasileiro de Segurança Pública
2018 - 2021

ESPECIAL
2022

EFETIVOS E REMUNERAÇÕES DAS POLÍCIAS EM 2022

Polícia Militar: 2.764	Remuneração bruta média Soldado: R\$ 5.704,81 Coronel: R\$ 30.656,67
Polícia Civil: 1.180	Remuneração bruta média Investigador: R\$ 12.617,29 Delegado: R\$ 20.460,47
Perícia Técnica: 323	Remuneração bruta média Perito criminal: R\$ 19.511,44 Médico legista: R\$ 20.450,61
Polícia Penal: 909	Remuneração bruta média: R\$ 5.000,28

SISTEMA PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVO

4.205 pessoas privadas de liberdade em 2021. Queda de **6,4%** em relação a 2018

Nenhuma sob custódia das polícias

1.111 pessoas privadas de liberdade estavam envolvidas em atividades laborais em 2021. Alta de **26,5%** em relação a 2020

38,3% dos presos são provisórios

Déficit de **512** vagas no sistema penitenciário em 2021

228 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado

35,9% a menos que em 2018

DESPESAS COM A FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA EM 2022

R\$ 1.053.447.485,23 gastos pelo Estado em 2021. **R\$ 655,39** gasto per capita em 2021. Queda de **5,7%** em relação a 2018

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS DE TOCANTINS (2018-2021)

BLOCO 1

Mortes Violentas Intencionais e desaparecimentos	Ns. Absolutos				Taxas ⁽¹⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Mortes Violentas Intencionais (total)	404	407	458	390	26,0	25,9	28,8	24,3	-6,6
Homicídio doloso	368	361	404	338	23,7	23,0	25,4	21,0	-11,1
Latrocínio	16	22	17	9	1,0	1,4	1,1	0,6	-45,6
Lesão corporal seguida de morte	7	8	10	1	0,5	0,5	0,6	0,1	-86,2
Mortes decorrentes de intervenções policiais	13	16	27	42	0,8	1,0	1,7	2,6	212,6
Policiais mortos em confronto - em serviço e fora de serviço	1	-	-	-	0,2	-	-	-	-100,0
Pessoas desaparecidas	267	229	248	419	17,2	14,6	15,6	26,1	51,8

BLOCO 2

Violência contra públicos vulneráveis: violência de gênero, sexual e contra crianças e adolescentes	Ns. Absolutos				Taxas ⁽²⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Feminicídios	6	10	10	21	0,8	1,3	1,3	2,6	237,8
Homicídios femininos	31	28	39	38	4,0	3,6	4,9	4,8	18,3
Lesão corporal dolosa - violência doméstica	1.244	2.683	1.509	1.520	161,3	343,8	191,1	190,3	17,9
Medidas protetivas de urgência - Distribuídas	(*)	4.625	4.094	4.259
Medidas protetivas de urgência - Concedidas	(*)	3.316	3.190	3.439
Chamadas 190 - Violência doméstica	(*)	2.817
Estupro e estupro de vulnerável	648	778	823	832	41,7	49,5	51,8	51,8	24,2
Registros de maus tratos contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	190	218	40,8	47,1	15,3
Registros de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes ⁽³⁾	(*)	(*)	142	106	30,5	22,9	-25,0

BLOCO 3

Crimes patrimoniais e armas de fogo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁴⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Roubo e furto de veículo	2.762	2.448	2.009	1.635	400,2	339,2	266,4	206,6	-48,4
Roubo e furto de celulares	9.044	15.378	7.341	5.081	581,5	977,7	461,6	316,1	-45,6
Estelionato	5.693	4.101	4.083	8.432	366,1	260,7	256,8	524,6	43,3
Armas de fogo apreendidas	905	1.480	711	797	58,2	94,1	44,7	49,6	-14,8
Registros de armas de fogo ativos no SINARM/Polícia Federal ^{(5) (6)}	(*)	8.468	9.808	12.770	50,8
Armas de fogo com registros expirados no SINARM/Polícia Federal	(*)	(*)	10.650	10.650

BLOCO 4

Efetivos e salários das polícias e gastos com segurança pública	Ns. Absolutos ⁽⁷⁾					Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2022	
Efetivo da ativa da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	2.926	2.764	...
Efetivo da ativa da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	1.213	1.180	...
Efetivo da ativa da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	326	323	...
Efetivo da ativa da Polícia Penal	(*)	(*)	(*)	917	909	...
Remuneração bruta média - Soldado da Polícia Militar	(*)	(*)	(*)	...	5.704,81	...
Remuneração bruta média - Coronel da Polícia Militar					30.656,67	
Remuneração bruta média - Investigador da Polícia Civil	(*)	(*)	(*)	...	12.617,29	...
Remuneração bruta média - Delegado da Polícia Civil					20.460,47	
Remuneração bruta média - Perito Criminal da Perícia Técnica	(*)	(*)	(*)	...	19.511,44	...
Remuneração bruta média - Médico Legista da Perícia Técnica					20.450,61	
Remuneração bruta média dos policiais penais	(*)	(*)	(*)	...	R\$ 5.000,28	...
Despesas com a Função Segurança Pública	R\$ 1.017.631.337,29	R\$ 1.212.101.438,60	R\$ 1.166.334.888,66	R\$ 1.053.447.485,23	...	3,5
Despesa per capita realizada com a Função Segurança Pública	R\$ 695,29	R\$ 663,33	R\$ 733,43	R\$ 655,39	...	-5,7

BLOCO 5

Sistema prisional e socioeducativo	Ns. Absolutos				Taxas ⁽⁸⁾				Variação 2018-2021 (em %)
	2018	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021	
Presos no sistema penitenciário	4.347	4.481	4.300	4.205
Presos sob custódia das polícias	-	10	8	-
Total de pessoas privadas de liberdade	4.347	4.491	4.308	4.205	279,5	285,5	270,9	261,6	-6,4
Vagas do sistema penitenciário	3.384	2.097	2.851	3.693
Déficit de vagas no sistema penitenciário	963	2.384	1.449	512
Presos provisórios (em % com relação ao total)	39,7%	35,7%	38,3%	38,3%
Pessoas privadas de liberdade em programas de laborterapia ^{(3) (5)}	(*)	(*)	878	1.111	26,5
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado	368	330	281	228	146,0	132,4	114,1	93,6	-35,9

Fonte: 16ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Dados não coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxas por 100 mil habitantes. Para o dado de policiais mortos em confronto a taxa de mortalidade é calculada por grupo de mil policiais e considera o efetivo das corporações Civil e Militar.

(2) As taxas de feminicídio, homicídios femininos e lesão corporal dolosa - violência doméstica foram calculadas para a população feminina do estado. A taxa de estupro e estupro de vulnerável foi calculada para a população total do estado. As taxas de registros de maus tratos e lesão corporal dolosa contra crianças e adolescentes foi calculada a partir da população de 0 a 17 anos do estado.

(3) Variação refere-se ao período 2020-2021.

(4) As taxas de roubo e furto de veículo foram calculadas a partir da frota do estado em cada ano. As taxas de armas de fogo apreendidas foram calculadas a partir da população total do estado.

(5) Variação calculada sobre os números absolutos.

(6) Variação refere-se ao período 2019-2021.

(7) Os valores de despesas com a função segurança pública estão em R\$ constantes de 2021.

(8) As taxas de total de pessoas privadas de liberdade foram calculadas a partir da população total do estado em cada ano. As taxas de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado foram calculadas a partir da população de 12 a 20 anos do estado em cada ano.

Autores e Minibio

*Anuário Especial Eleições
(2018-2022)*

Aldo Colombo Júnior

Bacharel em Direito, Especialista em Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública, Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos, Pós-graduando em Gestão de Sistema Penitenciário e Direitos Humanos. 2º SGT da Polícia militar do Acre, atualmente Coordenador do Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre.

Amanda Lagreca

Mestranda em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP) e Pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

André Luiz Faisting

Sociólogo, doutor em Ciências Sociais pela UFSCar, professor nos cursos de graduação em Ciências Sociais e do mestrado em Sociologia da UFGD, coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Direitos, Diversidades e Diferenças na Fronteira (LADIF/UFGD).

Arthur Trindade Maranhão Costa

Professor da UnB, ex-Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Carlos Roberto Guimarães Rodrigues

Doutorando em Políticas Públicas pela UFRGS, Mestre em Segurança Cidadã - UFRGS e Coronel da Reserva da Brigada Militar/RS

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Perito Criminal aposentado da Polícia Civil do Distrito Federal. Perito particular, Assistente Técnico em processos cíveis e criminais, professor em cursos de Pós-Graduação e consultor na área de perícia. Membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Cecília Olliveira

Jornalista investigativa dedicada à cobertura do tráfico de drogas e de armas e da violência. É Diretora fundadora do Instituto Fogo Cruzado e diretora da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - ABRAJI.

David Marques

Coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Doutor em Sociologia pela UFSCar.

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Graduado em Estatística pela UFPA, Mestre em Estatística pela UFPE e Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, da Universidade Federal do Pará. Conselheiro de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Eduardo Guerini

Mestre em Sociologia Política (UFSC), Economista, Professor Universitário Aposentado. Bacharel em Direito, Professor Universitário, Especialista em Ciências Penais e Segurança Pública, Mestre em Gestão de Políticas Públicas. Integrante do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Professor do Instituto de Ciências Sociais e Vice-líder do Núcleo de Estudos da Violência em Alagoas, ambos da Universidade Federal de Alagoas.

Fábio Magalhães Candotti

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Coordenador do grupo de pesquisa ILHARGAS – Cidades, Políticas e Violências e do projeto de extensão InfoCadeia-AM: Informações sobre Encarceramento no Amazonas.

Fatima Cecchetto

Possui doutorado em Saúde Coletiva (2002) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997). É pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), professora do programa de pós-graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES).

Felipe da Silva Freitas

Professor do Mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor do Mestrado e Doutorado em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). É assessor de programas da Rede Liberdade e diretor da Plataforma Justa.

Felipe Sampaio

Membro fundador do Centro Soberana e Clima; ex-secretário executivo de Segurança Urbana do Recife; foi assessor especial dos ministros da Segurança Pública (2018) e da Defesa (2016-2018). Associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Giane Silvestre

Doutora em Sociologia, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo e Associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Guaracy Mingardi

Analista criminal. Doutor em Ciência política pela USP. ex-diretor do departamento de políticas, programas e projetos da senasp/mj, ex-coordenador do setor de análise criminal do ministério público do estado de são paulo e ex-Secretário municipal de segurança pública de guarulhos/sp.

Jacqueline Muniz

Professora adjunta do Departamento de Segurança Pública e do Mestrado de Justiça e Segurança Pública (DSP), Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (IAC) da Universidade Federal Fluminense. Professora do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social CECIERJ/UFF. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Conflitos e Sociedade (NECSO/DSP/IAC-UFF). Sócia fundadora da Rede de Policiais e Sociedade Civil da América Latina e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Integrante da Rede Fluminense de Pesquisadores sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Exerceu as funções públicas de diretora do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, da SENASP/Ministério da Justiça (2003); Coordenadora Setorial de Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (2002) e Diretora da Secretaria de Segurança Pública (1999) no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Jânia Perla Diógenes de Aquino

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC/UNILAB. Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência-LEV-UFC. Possui doutorado em Antropologia Social pela USP (2009) e Pós-Doutorado no Centre de Recherche Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales-CESDIP (2015-16).

João Edson de Souza

Mestre em Direito, Universidade Independente de Lisboa. Doutorando em Direito, Escola de Direito da Universidade do Minho. Pesquisador do Research Centre for Justice and Governance (JusGov), UMinho. Promotor de Justiça, coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (GAESP/MPTO).

Lila Cristina Xavier Luz

Doutora em Serviço Social-PUC-SP. Professora Universidade Federal do Piauí-UFPI. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Sobre Crianças Adolescentes e Jovens-NUPEC-UFPI. Equipe da Rede de Observatórios da Segurança Pública do Piauí.

Luís Adorno

Repórter no núcleo de jornalismo investigativo da Record TV.

Luis Flavio Sapori

Professor da PUC-MG e Associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Luiz Eduardo Lopes Silva

Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Coordenador do Observatório da Segurança do Maranhão / Rede de Observatórios da Segurança. Coordenador da Rede de Estudos Periféricos da Baixada Maranhense (REP da Baixada), Vice Coordenador da Rede de Estudos Periféricos (REP). Membro da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

Marcondes Brito da Costa

Cientista Social. Doutor em Sociologia-UECE. Estuda Grupos e dinâmicas Criminais. Facções Criminais e Segurança Pública. Professor do Instituto Federal do Piauí-IFPI. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Sobre Crianças Adolescentes e Jovens-NUPEC-UFPI e do Laboratório de estudos Sobre Conflituosidade e Violência da UECE-COVIO. Coordenador da Rede de Observatórios da Segurança Pública do Piauí.

Marcus Cardoso

Antropólogo. Professor da Universidade Federal do Amapá. Membro da Comissão de Direitos Humanos da ANPOCS e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

Marina Bohnenberger

Mestranda em Antropologia Social (USP) e Consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Marlene Inês Spaniol

Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS, Oficial da Reserva da Brigada Militar/RS e Presidente do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nelson Gomes de Sant'Ana e Silva Junior

Professor e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da UFPB. Líder do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB.

Paulo S. C. Neves

Pesquisador do CNPq e Prof. Titular da Universidade Federal do ABC. Entre 1997 e 2018 foi professor e pesquisador na Universidade Federal de Sergipe.

Renata Monteiro Garcia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da UFPB. Vice-Líder do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública da UFPB.

Renato Sérgio de Lima

Doutor em Sociologia pela USP e Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Rodolfo Jacarandá

Professor Associado II da Universidade Federal de Rondônia. Membro Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Samira Bueno

Doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/EAESP e Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tiago Muniz

Repórter do núcleo de jornalismo investigativo da Record TV.

Wilquerson Felizardo Sandes

Coronel da reserva (PMMT), doutor em educação (Unicamp) e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG).

Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2018-2021
ESPECIAL ELEIÇÕES **2022**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA